

MARIA ROSEMARY COIMBRA CAMPOS SHEEN

Este exemplar corresponde à redação final da dissertação defendida por Maria Rosemary Coimbra Campos Sheen e aprovada pela Comissão Julgadora em 17/11/86.

Campinas, 17/11/86

[Assinatura]

O CONTEXTO DA POLÍTICA DE CRIAÇÃO DAS
UNIVERSIDADES ESTADUAIS DO PARANÁ

Esta dissertação foi aprovada com conceito A- excelente.

[Assinatura]

17.11.86

Prof. Dr. Newton Aquiles Von Zuben
COORDENADOR DE PÓS-GRADUAÇÃO
Faculdade de Educação - UNICAMP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

1986

UNICAMP

MARIA ROSEMARY COIMBRA CAMPOS SHEEN

O CONTEXTO DA POLÍTICA DE CRIAÇÃO DAS
UNIVERSIDADES ESTADUAIS DO PARANÁ

Dissertação apresentada como exigência parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação na área de Administração e Supervisão Educacional à Comissão Examinadora da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação do Prof. Dr. Dermeval Saviani.

Campinas/1986

COMISSÃO EXAMINADORA

~~João Gonçalves~~ - A -
~~Emília~~ - A -
G. B. L. - A -

"Jā que tã aĩ
Pela metade mas tã
Melhor cuidar prã peteca nã cair
Prã nã deixar escapular
Como āgua no ralo
Aquilo que jã fez calo
Doeu feito joanete
Castigou nosso cavalo
Cortou como canivete
Feriu, mexeu, mixelo
Nunca comeu melado
Vai lambuzar
Se vacilar pode cantar prã subir
Porque nã dã prã começar
Todo rolo de novo
Se o bolo fica sem ovo
Se a massa nã tem fermento
Se nã cozinhar por dentro
Vai tudo por āgua abaixo
Eu acho, acho, acho que agora tã
Quase no ponto tã
No ponto de provar
Eu acho que agora tã
No ponto de solar."

(Tunai e Sergio Natureza)

Para Franklin e Antonio Eduard
pelo apoio e estímulo para q
eu continuasse.

PREFÁCIO

A análise desenvolvida nesta dissertação faz parte de um projeto maior de pesquisa sobre a criação das Universidades Estaduais no Paraná na década de 60. A intenção era concluir a pesquisa para apresentá-la como trabalho final do curso de mestrado em educação. No entanto, por motivos alheios à minha vontade, necessitei fazer várias interrupções na investigação, por ter que retomar minhas atividades profissionais na Universidade a qual estou vinculada antes do prazo previsto passando, a partir daí, a me dividir entre o trabalho na Universidade e a pesquisa. Este fato certamente acrescentou algumas dificuldades àquelas normalmente enfrentadas em todo trabalho de investigação.

O contato com o objeto de estudo, porém, não foi negligenciado apesar das dificuldades. Aliás, ocupei-me todo o tempo no levantamento dos dados necessários à compreensão desse objeto. A pesquisa de campo foi toda concluída e registrada nos instrumentos pertinentes: fichários, diário de pesquisa, arquivos. No momento de expor os resultados a que havia chegado, porém, só me foi possível fazê-lo para um dos aspectos do meu plano de redação - o contexto de criação das Universidades.

Creio ser importante esclarecer que embora o contexto,

na perspectiva teórico-metodológica por mim adotada, se constitua em um momento fundamental da investigação, ele não foi, no entanto, o meu ponto de partida. A ele cheguei depois de cercar meu objeto de estudo e de identificar os aspectos da realidade que deveriam ser esclarecidos, para melhor compreendê-lo. Mas, ao mesmo tempo, será o contexto que me permitirá, agora, retomar o objeto com maior clareza e segurança. De ponto de chegada, o contexto se tornou, assim, o ponto de partida da nova fase da pesquisa, na medida em que ele me permitiu captar as condições de produção do meu objeto de estudo.

Ou seja, permitiu-me compreender como o período imediatamente anterior ao golpe de Estado de 1964 singularizou um momento de extrema importância na história da luta de classes no país como um todo, e no Paraná em particular. Permitiu-me, ainda, perceber as modificações operadas na correlação de forças na História em processo e o papel dos homens como agentes históricos ativos. Nessa história em processo foi possível identificar a modificação pela qual passou o aparelho de Estado, assumindo progressivamente, à medida que avançava o capitalismo monopolista, um caráter mais intervencionista, forçando um novo delineamento para os aparelhos privados de hegemonia e, entre esses, o aparelho privado de hegemonia escolar.

A escola, como um dos elementos da organização cultural da sociedade brasileira, teve que ajustar-se às novas necessidades do capitalismo monopolista e do estágio da luta de classes. Muito embora não seja a escola (em todos os seus níveis) a única instância produtora de ideologia, foi a partir dela que pude compreender a função da ideologia como força material da história orientando as ações dos homens nas suas relações entre si e com o Estado.

No encaminhamento dessa pesquisa contei com o apoio de muitos amigos os quais, com sua ajuda e incentivo, amenizaram um pouco os momentos de maiores dificuldades. Nesse sentido, a referência a Almerinda que com extrema boa vontade colaborou em diversos momentos da investigação, sempre com uma palavra de estímulo e confiança. Também na mesma linha colaboraram a professora Ivani Omura, ponto de apoio e de incentivo constante e Maria de Fátima, Terezinha e Maria de Jesus. Walter, Iara e Diva que com tanto carinho me acolheram nas diversas viagens que fiz a Curitiba para obter os dados de que necessitava. Em São Paulo, contei com a hospedagem amiga de Vita e Guido, Solange e Rommel. Em Campinas, as amigas Iolanda, Fátima, May e Arilda estiveram sempre à minha disposição. Um agradecimento especial deve ser direcionado para Cirene e Zeca, meus pais e Iolanda, que com sua compreensão me substituíram nos momentos em que, por necessidades decorrentes do trabalho, precisei ausentar-me da minha casa. A Rosemary, a colaboração no levantamento de alguns dados. De Franklin e Antonio Eduardo pude contar sempre com o carinho e a força para continuar.

Sou extremamente grata ao professor Dermeval Saviani, que mais do que orientador revelou-se um amigo e um grande apoio nos momentos mais difíceis, principalmente por saber compreender as dificuldades em se conseguir vencer as barreiras burocráticas de nossas universidades. Sou grata a ele, também, pela confiança que sempre depositou no trabalho e a qual espero ter correspondido de alguma maneira.

Maringá, outubro de 1986.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1. ORIGEM DO PROBLEMA	1
2. PROPOSIÇÃO DO PROBLEMA	3
3. DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA	11
4. A POLÍTICA EDUCACIONAL COMO MOMENTO DA HEGEMONIA	13
5. PROCEDIMENTOS	26
CAPÍTULO I - O CONTEXTO NACIONAL NO PERÍODO DE CRIAÇÃO DAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS DO PARANÁ	30
1. A CRISE DO ESTADO BRASILEIRO NO INÍCIO DOS ANOS 60	
1.1 As Dimensões da Crise	34
1.2 O Esgotamento do Modelo de Substituição de Importações e do Populismo	41
1.3 As Expressões Ideológicas das Contradições do Período	50
1.4 Os Acontecimentos do Período no Campo Educacional ..	59
2. OS CAMINHOS OU OS DESCAMINHOS DA CRISE	
2.1 A Instalação do Estado Autoritário	105
2.2 A Política Educacional do Estado Autoritário	122
2.3 A Resistência do Movimento Estudantil	152
CAPÍTULO II - A CONJUNTURA PARANAENSE NA DÉCADA DE 60	156
1. SÍNTESE EVOLUTIVA	159
2. AS TRANSFORMAÇÕES DO PARANÁ NA DÉCADA DE 60	

3. O GOVERNO PAULO PIMENTEL E A RECOMPOSIÇÃO DA HEGEMO-	
NIA ENTRE AS CLASSES DOMINANTES DO PARANÁ	204
3.1 O Paraná e o Golpe de Estado de 1964	205
4. A IDEOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E A QUESTÃO	
DA HEGEMONIA NO PARANÁ	220
CONCLUSÕES	248
BIBLIOGRAFIA CITADA	262

INTRODUÇÃO

1. ORIGEM DO PROBLEMA

A preocupação com o ensino superior tem sido o resultado mais concreto da minha prática durante vários anos neste nível de ensino, seja como docente ou como técnica ligada à administração superior da Universidade.

A sensibilidade em relação aos problemas vividos pelas Universidades, a percepção clara de sua realidade contraditória, levaram-me a desenvolver uma série de leituras e estudos visando a uma compreensão mais crítica da problemática do ensino superior, pois acreditava que só assim, minha própria prática educativa poderia ser desvendada e tornada mais conseqüente.

O estudo de textos dedicados à análise do ensino superior no Brasil no período pós-1964, em especial aqueles referentes à Reforma Universitária -Lei 5.540/68 e toda a legislação que a complementou-, permitiram-me uma primeira aproximação da compreensão pretendida, com a explicitação de questões que puderam, posteriormente, serem aprofundadas no curso de mestrado

em Educação da Universidade Estadual de Campinas¹.

Mas embora esses estudos tenham possibilitado uma compreensão da problemática do ensino superior a nível de Brasil, não contribuíram para uma apreensão mais crítica da situação a nível do Paraná, tema que se constituía em minha preocupação mais imediata.

Desta forma, ao ter que definir o assunto de minha dissertação de mestrado, optei por um tema que me propiciasse o atendimento a essa exigência de compreensão da problemática do ensino superior a nível do Paraná e que, ao mesmo tempo, favorecesse um aprofundamento teórico a respeito das relações entre a educação e a sociedade.

A escolha do Estado do Paraná como objeto de estudos derivou-se, além das razões já expostas, das seguintes: a) por residir e trabalhar neste Estado teria, talvez, maior facilidade de acesso às informações necessárias ao desenvolvimento da pesquisa; b) algumas especificidades² da expansão do ensino supe-

¹Ver entre outros, os seguintes estudos sobre o ensino superior no Brasil: SAVIANI, Dermeval. "Análise crítica da organização escolar brasileira através das Leis nºs 5.540/68 e 5.692/71"; FREITAG, Bárbara. Escola, Estado e Sociedade; CUNHA, Luiz Antonio R. a) "O milagre brasileiro e a política educacional" in: Argumento, 1(2):45-54, nov.1973. b) A Universidade Crítica. FÁVERO, Maria de Lourdes de A. A Universidade Brasileira em Busca de sua Identidade. CHAUI, Marilena. "Ventos do Progresso: a Universidade administrada". In: Descaminhos da Educação Pós-68. FERNANDES, Florestan. Universidade Brasileira: reforma ou revolução?

²É oportuno explicitar aqui o que estou entendendo por "especificidade". Para isso, utilizo-me de uma afirmação de Marilena de Souza Chauí, embora aplicando-a a outro contexto. Mas acredito que o que Chauí afirma em relação à especificidade do Brasil em termos do contexto mais amplo do capitalismo mundial, pode ser válido para a compreensão da problemática de que estou tratando: "Embora seja quase impossível falar em diferenças na atual fase do capitalismo mundial, pois existe apenas o mesmo na infundável proliferação de sua diversidade, talvez seja prudente começar pelo particular - a universidade brasileira - antes de tentar as comparações. Não se trata, evidentemente, de sair à procura da 'especificidade nacional', pois encontraríamos apenas abstrações sem o menor proveito. Trata-se, simplesmente, de compreender como se realiza no Brasil um processo cujas linhas-mestras são mundiais (...)". CHAUI, Marilena. "Ventos do Progresso: a Universidade Administrada, p.33.

rior no Paraná poderiam permitir o aprofundamento de questões que há muito vêm sendo objeto de minhas reflexões. Entre essas especificidades podem ser consideradas as seguintes: a) expansão do processo de interiorização do ensino superior; o privilegiamento da organização desse nível de ensino sob a forma de Universidades; e a implantação do ensino pago em universidades públicas; c) a análise das situações específicas em que se deu a implantação da Reforma Universitária em alguns Estados, poderia contribuir para o avanço da compreensão em termos do processo mais global; d) pequeno número de estudos sobre o ensino superior no Paraná, em especial que digam respeito ao período de criação das Universidades Estaduais³.

O tema da dissertação ficou circunscrito, então, ao estudo da criação das Universidades Estaduais do Paraná constituindo-se a análise deste assunto no objeto do presente trabalho.

2. PROPOSIÇÃO DO PROBLEMA

O Estado do Paraná, no período de 1962 a 1972, teve um percentual de interiorização do ensino superior bastante elevado em relação a outros Estados brasileiros: foi o segundo colocado, ao lado do Rio Grande do Sul, ambos com 86% de participação, pre-

³Tenho conhecimento apenas dos seguintes trabalhos: PR/SEED/FUEM. Ensino Superior no Paraná. Diagnóstico, critérios de expansão. Maringá, 1980 (Trabalho não divulgado); WANDERLEY, Terezinha Dantas. Estudo sobre Universidade: suas origens e conceitos (trabalho não divulgado); MACHADO, Lia Zannota. a) Política Educacional e Ideologia; A eternização do presente na Ideologia dos Secretários de Educação. Tese de Mestrado, USP, 1978. b) Estado, Escola e Ideologia. Além desses estudos que interessam diretamente ao tema desta monografia, foram identificados posteriormente outros trabalhos mas que tratam especificamente da Universidade Federal do Paraná.

cedidos pelo Rio de Janeiro que apresentou um percentual de 87%. Os Estados que vieram a seguir foram: São Paulo com 74% e Minas Gerais com 72%⁴.

Esse processo de interiorização constituiu-se em uma das características da expansão do ensino superior no Paraná na década de 60 e início da década de 70. Outras características, no entanto, especificaram esse processo, tais como: o privilégio da forma organizacional universitária e a implantação do ensino pago em universidades públicas.

No Paraná, a interiorização do ensino superior passou por três momentos distintos: o primeiro momento, iniciado ainda na década de 50 e que se estendeu até o final da década de 60, caracterizou-se pela criação de estabelecimentos isolados de ensino superior; o segundo momento, localizado no final da década de 60, caracterizou-se pela interiorização do ensino universitário através da criação de três universidades estaduais; o terceiro momento, que pode ser localizado a partir de 1975, caracterizou-se pela expansão de instituições de ensino superior municipais.

O segundo momento acima mencionado, remete à consideração de mais uma especificidade da expansão do ensino superior no Paraná, ou seja, o já mencionado privilégio da forma organizacional universitária. Esta opção pela criação de Universidades fez parte da Política Educacional definida pelo Governo do Estado como guia de reformulação do ensino superior no Paraná. Esta reformulação teve início um ano após a promulgação da Lei 5.540/68, Lei da Reforma Universitária.

Muito embora o momento seguinte retome o processo de

⁴HORTA, José Silvério Bahia. "Expansão do Ensino Superior no Brasil", in: Revista de Cultura Vozes, 69(LXIX):29-48, agosto de 1975.

expansão através da criação de estabelecimentos isolados, acredito que o momento de criação das Universidades é extremamente significativo para a compreensão da Política Educacional do Estado do Paraná, pelas seguintes razões:

a) embora a criação das universidades não tenha impedido a proliferação de instituições de ensino superior isoladas como é afirmado nas justificativas daqueles que lutaram pela criação dessas instituições, a interiorização do ensino universitário parece ter estabelecido de forma explícita a maneira como a partir de então se daria a participação do Estado na manutenção do ensino superior no Paraná. É tanto que o terceiro momento da expansão do ensino superior neste Estado tem como participação significativa a dos poderes municipais;

b) a criação das universidades parece ter mudado de maneira significativa o panorama do ensino superior no Paraná tanto em termos quantitativos quanto em termos qualitativos;

c) a partir da criação das Universidades Estaduais, o Paraná foi, talvez, o Estado que, de maneira significativa, mais rapidamente materializou a política de ensino superior contida na Lei da Reforma Universitária;

d) pelo fato de que, em decorrência das importantes mudanças pelas quais passava o Paraná naquele momento, este estudo pode trazer algumas contribuições à compreensão da relação educação e sociedade.

A terceira especificidade do Paraná, que gostaria de comentar aqui, refere-se ao fato de que a criação das Universidades Estaduais neste Estado significou a concretização da orientação governamental no sentido de se introduzir o ensino pago

em Universidades públicas e, este aspecto, a meu ver, recoloca a questão do ensino público no Brasil, à medida em que essa implantação pode ser considerada como um reforçamento à tendência de privatização desse nível de ensino no país.

Um dos pontos a ser considerado na análise dessa questão diz respeito à distinção entre o "setor público" e o "setor privado" do sistema educacional:

Para Luiz Pereira, a distinção

"entre um setor público e um setor privado do aparelho ideológico de Estado escolar⁵ pelo critério da propriedade jurídica, deve ser reconsiderada a partir de outro critério mais pertinente do ponto de vista teórico: o de as unidades de ensino (e pesquisa) se determinarem ou não como empresas capitalistas"⁶.

Obedecendo-se ao critério da propriedade jurídica, todas as unidades de ensino estatais ou paraestatais devem ser localizadas no setor público do aparelho escolar. Seguindo-se o critério sugerido por Luiz Pereira, ou seja, o de se organizarem as unidades de ensino como empresas capitalistas ou não, seria possível a inclusão de instituições de ensino juridicamente definidas como de propriedade privada, no setor público do aparelho escolar. A definição de uma unidade escolar como empresa capitalista, dependeria do fato de estar essa unidade voltada diretamente para a obtenção do lucro ou não. Assim, "o setor público do aparelho ideológico de Estado escolar se comporia, então, de todas as unidades de ensino, pesquisa e de promoção cultural cuja existência não se baseia diretamente na produção de lucro ou, em

⁵Aparelhos privados de hegemonia, para Gramsci.

⁶PEREIRA, Luiz. Anotações sobre o capitalismo, p.92.

outras palavras, que não se constituem como *loci* de acumulação de capital"⁷.

A partir da consideração desse novo critério, Luiz Pereira faz extrapolações em relação às possibilidades do desenvolvimento de um saber crítico no setor público e no setor privado do aparelho escolar. Para ele, o setor público do aparelho escolar é potencialmente mais permissivo ao cultivo de um saber crítico:

"no que se refere ao aparelho ideológico de Estado escolar, é o seu setor público - pela sua própria natureza - o mais permeável ao saber crítico em todas as áreas de conhecimento e 'cultura' (...). Inevitavelmente, desse saber crítico 'brotam' contra-ideologias, no sentido de conjuntos ideológicos contrários à ideologia dominante, com âmbitos mais restritos ou mais abrangentes e em graus mais radicais ou menos"⁸.

O setor privado, ao contrário, teria menos permeabilidade ao saber crítico, sendo "muito mais dócil à subordinação ao aparelho repressivo de Estado - o que talvez explique, em parte, a sua proliferação em detrimento do setor público"⁹.

Acredito que embora esse critério seja importante para permitir uma melhor diferenciação do ponto de vista qualitativo entre as instituições de ensino superior, ele não é plenamente satisfatório do ponto de vista da questão básica do ensino público, qual seja, a da defesa intransigente do ensino gratuito para todos em todos os níveis e da aplicação de verbas públicas em instituições públicas. Luiz Pereira, ao desconsiderar a propriedade jurídica como critério diferenciador parece

⁷ Idem, p.92-93.

⁸ Idem, p.93.

⁹ Idem, p.93.

eludir essa questão, não considerando importante o fato de serem as instituições de ensino mantidas, ou não, pelo Estado.

Quais as implicações dessa abordagem? Até que ponto ela permite encaminhar adequadamente os problemas relativos ao ensino público?

Dermeval Saviani¹⁰, ao discutir a problemática do ensino público no Brasil, acrescenta um novo elemento à questão em análise. Sua proposta em termos do encaminhamento político a ser dado, é justamente a de tirar a educação da tutela do Estado. Por tutela Saviani entende o controle por parte do Estado do processo educacional, e que esse controle, nas condições brasileiras atuais, se faz sentir tanto sobre o setor público do aparelho escolar quanto sobre o setor privado:

"entendemos que na raiz do dilema está a tutela exercida pelo Estado em relação à educação, uma vez que, seja o ensino pago ou gratuito, nos termos em que a questão vem sendo posta, hoje, no Brasil, trata-se sempre de um ensino tutelado"¹¹.

Essa colocação poderia sugerir que também para Saviani não seria importante o fato do Estado arcar ou não com os gastos referentes à educação. No entanto, no decorrer do texto fica claro que ele não exclui a conceituação do público como gratuito, apenas tenta recuperar na noção de público, sua raiz etimológica, ou seja, popular.

Retirar a educação da tutela do Estado não signifi-

¹⁰SAVIANI, Dermeval. "Uma estratégia para a defesa da escola pública: retirar a educação da tutela do Estado". (mimeografado).

¹¹Idem, p.83.

ca, pois, para Saviani, dispensar o Estado dos encargos educacionais, mas sim, implica em duplo e concomitante movimento:

"de um lado, é mister que os organismos representativos das camadas populares, exerçam severa vigilância e um rígido controle sobre os destinos das verbas públicas e sobre o ensino ministrado pelo Estado; de outro lado, cumpre às organizações das camadas populares, desenvolverem projetos educativos inteiramente autônomos em face do Estado"¹².

Desta forma, acredito ser possível afirmar que a concretização do ensino público em todos os níveis, supõe, primeiramente, que ele seja gratuito, muito embora não se restrinja apenas a esse elemento.

A partir dessas colocações, como podem ser concebidas as Universidades Estaduais do Paraná, pois, embora pela propriedade jurídica se definam como públicas, foram, no entanto, implantadas através do ensino pago? E, além disso, que tipo de instituições foram forjadas no bojo dessa política privatista ou em outros termos, que tipo de saber é desenvolvido nessas universidades, predominantemente crítico ou acrítico?¹³

A consideração das especificidades do processo de expansão do ensino superior no Estado do Paraná acima apontadas é que levou à formulação do problema a ser analisado nesta dissertação: por que, no final da década de 60, foram criadas pelo Governo do Estado do Paraná três Universidades Estaduais através do ensino pago?

Além dessa, foram levantadas as seguintes indagações:

¹²Idem, p.84.

¹³Estou retomando aqui a questão colocada por Luiz Pereira.

. A criação das Universidades Estaduais no Paraná foi a expressão de uma política claramente definida pelo Governo do Estado com relação ao ensino superior?

. Se assim for, essa política seria apenas uma aplicação da política proposta pelo Governo Federal com a Reforma de 1968 (Lei 5.540/68)?

. Ou essa política, embora seguindo os rumos da Reforma Universitária proposta para todo o país, pode fecundar de maneira especial no Paraná, devido às condições conjunturais desse Estado?

. Quais as intenções implícitas e explícitas no ato de criação das Universidades Estaduais do Paraná?

. Quais os grupos ou instituições da sociedade civil que se mobilizaram em favor da criação dessas Universidades? Que papel desempenhavam esses grupos no equilíbrio de forças da conjuntura pela qual passava o Paraná?

. Quais as tendências ideológicas predominantes nesses grupos?

As preocupações aqui expressas se fundamentam no pressuposto de que a educação não é um fator isolado do todo social, mas que, pelo contrário, só pode ser compreendida se pensada como atividade mediadora no seio da prática social global. E,

"se a educação é mediação, isto significa que ela não se justifica por si mesma mas tem sua razão de ser nos efeitos que se prolongam para além dela e que persistem mesmo após a cessação da ação pedagógica"¹⁴.

¹⁴ SAVIANI, Dermeval. "Escola e Democracia II. Para além da Teoria da curvatura da vara". In: Escola e Democracia, p.80.

Desta forma, as relações entre educação e sociedade só podem ser entendidas quando contextualizadas, datadas. Na formação social capitalista marcada pelo antagonismo de classes, de lutas entre interesses antagônicos, a educação faz parte desse processo de luta, pois, assim como as classes lutam para se apropriarem do aparelho de Estado, também lutam pela influência nas instituições da sociedade civil, pela conquista e manutenção da hegemonia¹⁵.

Desta forma levanto a hipótese de que, embora a criação das Universidades Estaduais do Paraná tenha tido como respaldo legal a Reforma Universitária de 1968, foi, também, resultante da luta pela hegemonia no interior das classes dominantes do Estado.

3. DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA

Muito embora a criação das Universidades Estaduais do Paraná tenha se consubstanciado através da promulgação da Lei 6.034, de 06/11/69, a mobilização em prol da criação dessas instituições teve início bem antes, desde a década de 50.

Por isso, e em decorrência da hipótese aventada nesta dissertação, para explicitar as razões que levaram o Governo do Estado do Paraná, através de um mesmo instrumento legal, a criar três instituições universitárias públicas num momento em que já se desenhava no país uma tendência à expansão do en-

¹⁵ Ver a esse respeito Luiz Werneck Vianna na introdução ao texto de Luciano Gruppi, O Conceito de Hegemonia em Gramsci, pp.V-XV.

sino superior através de sua privatização, é necessário que o estudo a que se propõe esta pesquisa abranja o período de gestação da idéia de criação das Universidades, pelo menos aquele período que possibilite a apreensão dos eventos mais próximos. Em função disso, o estudo abrangerá o período de 1960 a 1970¹⁶.

A razão apontada para essa periodização indica de forma clara de que me vali, para tal, de acontecimentos que se passavam no interior do campo educacional.

Mas, no caso específico da criação das Universidades, esses acontecimentos verificados no interior do campo educacional, em termos de periodização, correspondem ao período mais expressivo em termos das transformações ocorridas no campo econômico e político do Estado.

Essa discussão é importante na medida em que esclarece um dos pressupostos de que parti para a elaboração deste trabalho, qual seja, o de que a educação embora não se constitua em uma esfera autônoma do social, não apresenta, contudo, uma relação direta e mecânica com o econômico¹⁷.

Por outro lado, devido as limitações de tempo colocadas pela Universidade a qual estou vinculada, o estudo teve

¹⁶As incursões que fiz em períodos anteriores ou posteriores foram para demonstrar e melhor compreender as preocupações expressas nesta Introdução.

¹⁷Este aspecto será melhor desenvolvido no item 4 desta Introdução. Sobre essa relação da educação com o econômico, ver CUNHA, Luis Antonio. A universidade temporã, p.16: "Com essa referência quero mostrar minha desconfiança, tanto dos estudos que tratam da educação como pertencente a uma esfera autônoma, quanto daqueles que, postulando implícita ou explicitamente seu caráter determinado, partem para procurar, na 'infra-estrutura', as razões da transferência do ensino de geometria da segunda para a quarta série do ginásio (...)"

que ser dividido em duas partes. A primeira parte é a que consta deste trabalho e diz respeito ao estudo do contexto no qual foi gerada a Política Educacional que levou à criação das Universidades. Em documento posterior será exposta a segunda parte da pesquisa na qual analisarei as lutas que se desenvolveram em prol da criação das Universidades e os textos legais nos quais a opção política tomada foi materializada.

4. A POLÍTICA EDUCACIONAL COMO MOMENTO DA HEGEMONIA

Neste trabalho, parto da concepção de que a Política Educacional, embora responda ao econômico, não só através da qualificação da força de trabalho, mas também através da inculcação de padrões culturais e ideológicos necessários à dominação de classe, contém uma dimensão especificamente política que é preciso reter.

Ou seja, a análise da política educacional deve apreender os aspectos referentes à questão da conquista e exercício da hegemonia.

A palavra hegemonia, segundo Gruppi

"vem de um verbo grego que significa dirigir, guiar, conduzir. Gramsci usa esse termo não só no sentido tradicional que salienta principalmente a dominação, mas no sentido originário da etimologia grega (direção, guia). Gramsci toma esse termo de Lênin, que o usou em 1905 justamente para indicar a função dirigente da classe operária na revolução democrático-burguesa"¹⁸.

¹⁸ GRUPPI, Luciano. Tudo começou com Maquiavel, p.78.

O conceito de hegemonia foi sofrendo reformulações à proporção que avançavam as pesquisas históricas de Gramsci. Nas primeiras formulações desse conceito, no período pré-carcerário de Gramsci, "a hegemonia designava principalmente uma estratégia alternativa do proletariado (hegemonia do proletariado)"¹⁹. Esta concepção fica evidente nas seguintes formulações de Gramsci:

"São colocados em discussão o princípio e a prática da hegemonia do proletariado; são prejudicadas e postas em perigo as relações fundamentais de aliança entre operários e camponeses, ou seja, os pilares do Estado operário e da Revolução (...);

. E, não obstante, o proletariado não pode se tornar classe dominante se não superar, com sacrifício dos interesses corporativos, essa contradição; e não pode manter sua hegemonia e sua ditadura se, mesmo quando se houver tornado classe dominante, não sacrificar esses interesses imediatos aos interesses gerais e permanentes da classe"²⁰.

Estas citações indicam a preocupação central de Gramsci com a questão da hegemonia, com a capacidade da classe proletária não limitar sua ditadura à coerção, mas fundá-la essencialmente sobre o consenso das massas trabalhadoras. A idéia "de que só se pode ser classe dominante quando já se é classe dirigente, quando já se detêm o consenso da maioria da população trabalhadora", é de fundamental importância para a apreensão do conceito de hegemonia em Gramsci²¹.

Um traço novo da questão da hegemonia foi captado por Gramsci no texto sobre a Questão Meridional, ou seja, o de que

¹⁹ BUCI-GLUCKSMANN, Christinne. Gramsci e o Estado, p.70. Ver também a esse respeito, o texto de Carlos Nelson Coutinho. Gramsci, pp.52-60.

²⁰ GRAMSCI, Antonio. "Sobre as lutas internas do Partido Comunista Soviético". In: COUTINHO, Carlos Nelson, op.cit., pp.170-175.

²¹ COUTINHO, Carlos Nelson, op.cit., p.56.

"(...) um novo bloco histórico não é cimentado apenas pela convergência de interesses econômicos ou mesmo políticos, mas também por afinidades de natureza cultural(...)"²².

Posteriormente, nos Cadernos, o conceito de hegemonia é especificado pelo novo conceito de aparelho de hegemonia, referindo-se, sobretudo, às práticas da classe dominante, muito embora - e talvez por isso mesmo - não tenha sido modificado o alvo teórico-político de Gramsci, ou seja, a definição de uma estratégia de construção do socialismo no Ocidente²³.

"o aparelho de hegemonia qualifica e precisa a hegemonia, entendida como hegemonia política e cultural das classes dominantes. Conjunto complexo de instituições, ideologias, práticas e agentes (entre os quais os 'intelectuais'), o aparelho de hegemonia só encontra sua unificação através da análise da expansão de uma classe. Uma hegemonia não se unifica como aparelho a não ser por referência à classe que se constitui em e através da mediação de múltiplos subsistemas: aparelho escolar (da escola à Universidade), aparelho cultural (dos museus às bibliotecas) organização da informação, do meio ambiente, do urbanismo, sem esquecer o peso específico de aparelhos eventualmente herdados de um modo de produção anterior (tipo: a Igreja e seus intelectuais) (...)"²⁴.

²² Idem, p.59.

²³ É importante lembrar aqui a colocação de Carlos Nelson Coutinho de que a expressão "ocidente" em Gramsci não tem uma conotação estreitamente geográfica, mas refere-se ao desenvolvimento de certas características nas formações sociais concretas: "se recordarmos que, para Gramsci, 'orientes' e 'ocidentes' não são conceitos geográficos, mas indicam diferentes tipos de formação econômico-social, em função sobretudo, do peso que neles possui a sociedade civil em relação ao Estado; e se lembrarmos que, para ele, as formações 'orientais' tendem historicamente a se converter em 'ocidentais', já que o fortalecimento da sociedade civil resulta do próprio desenvolvimento histórico, então se torna ainda mais evidente esse caráter universal de suas reflexões (...)" Idem, p.65.

²⁴ BUCI-GLUCKSMANN, Christine. Gramsci e o Estado, p.70. É importante ressaltar que Buci-Glucksmann afirma que essa ampliação do conceito de hegemonia pelo de aparelhos de hegemonia não leva a concepção gramsciana a privilegiar as instituições sobre a prática. Para ela "o aparelho de hegemonia é marcado pela primazia da luta de classes" (p.70).

Essa problemática da hegemonia está diretamente relacionada à maneira como Gramsci concebe a relação estrutura-superestrutura.

Polemizando sobretudo com Bukárin, mas através dele também com toda a corrente predominante na II Internacional, Gramsci nega o caráter mecânico da relação estrutura-superestrutura. Não se limita à afirmação da "relativa" independência da superestrutura com relação à estrutura. Para ele, "a estrutura e as superestruturas formam um 'bloco histórico', isto é, o conjunto complexo - contraditório e discordante - das superestruturas é o reflexo do conjunto das relações sociais de produção"²⁵.

Aqui é importante destacar que para Gramsci a economia não é sinônimo de relações técnicas de produção, como era visto por Bukárin. Para ele, "a economia aparece não como a simples produção de objetos materiais, mas sim como o modo pelo qual os homens associados produzem e reproduzem não só esses objetos materiais mas suas próprias relações globais (...)"²⁶. E é esse conjunto das relações sociais de produção que exerce a determinação em última instância da superestrutura.

A tentativa de explicar qualquer alteração da superestrutura como um reflexo direto, imediato da estrutura, seria um "desvio" introduzido na filosofia da práxis pelo materialismo vulgar.

Gramsci chama a atenção, ainda, para o fato de que tanto a estrutura quanto a superestrutura são realidades objetivas, históricas, podendo, assim, serem objetivamente estudadas.

²⁵ GRAMSCI, Antonio. Concepção Dialética da História, p.52.

²⁶ COUTINHO, Carlos Nelson. Gramsci, pp.73-74.

A conquista e o exercício da hegemonia exige uma atuação tanto a nível da estrutura quanto da superestrutura, pois, para Gramsci, a hegemonia se dá em todos os níveis: político, econômico e ideológico.

O aparelho escolar (incluindo as Universidades) como uma instância superestrutural, é o *locus* privilegiado onde se pode desencadear ou sedimentar a luta pela hegemonia cultural, ideológica e, conseqüentemente, pela hegemonia política e econômica.

O aparelho escolar é, assim, uma realidade contraditória. A luta de classes está presente na escola, assim como na fábrica, na Igreja. O grupo hegemônico utiliza-se da escola para impor sua concepção de mundo (ideologia) aos outros grupos, como sendo uma concepção universal, a única verdadeira. Mas essa imposição é apenas um dos possíveis a ser determinado no desenrolar da luta hegemônica.

A teoria do Estado "irá emprestar à noção gramsciana de hegemonia o seu caráter específico, a sua novidade essencial: a 'sociedade civil' (...) torna-se o portador material da função social da hegemonia"²⁷.

Na teoria do Estado, Gramsci, como o fez com outros conceitos, realiza um movimento de continuidade/superação com os clássicos do marxismo (Marx, Engels e Lênin). Isso significa que através desse movimento de superação dialética²⁸, Gramsci não rejeitou a idéia essencial de Marx e de Lênin de que todo o Estado é um Estado de classe. Reteve esse elemento e procurou determi-

²⁷ Idem, p.56.

²⁸ Conceito de superação dialética: quando não são negadas as conquistas de um determinado pensamento, mas se conserva o seu núcleo central ao mesmo tempo em que se o desenvolve.

nar os

"(...) modos pelos quais esse caráter classista se explicita nas sociedades mais complexas do 'Ocidente' do século XX (ou seja, não mais apenas através dos aparelhos repressivos do Estado, mais de uma articulação entre tais aparelhos e os 'aparelhos privados de hegemonia', isto é, entre a sociedade política e a sociedade civil) (...)"²⁹.

Gramsci realiza, assim, uma ampliação da teoria do Estado, afirmando que "por 'Estado' deve-se entender além do aparelho governamental, também o aparelho 'privado' de hegemonia ou sociedade civil"³⁰. Assim, na concepção gramsciana de Estado não se pode identificar Estado e Governo, uma vez que essa identificação "não passa de uma representação da forma corporativo-econômica, isto é, da confusão entre sociedade civil e sociedade política". Para Gramsci, pode-se afirmar que o "Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia revestida de coerção"³¹.

Essa ampliação da teoria do Estado foi realizada por Gramsci a partir do momento em que já tinha se generalizado uma maior complexidade do fenômeno estatal, diferentemente do período histórico estudado por Marx:

"com a intensificação dos processos de socialização da participação política, que tomam corpo nos países 'ocidentais' sobretudo a partir do último terço do século XIX (formação de grandes sindicatos, de partidos de massa, conquista do sufrágio universal, etc.) surge uma esfera social nova, dotada de leis e de funções relativamente autônomas e específicas, tanto em face do mundo econômico quanto dos aparelhos repressivos do Estado"³².

²⁹COUTINHO, Carlos Nelson. Gramsci, p.68.

³⁰GRAMSCI, Antonio. Maquiavel, a Política e o Estado Moderno, p.147.

³¹Idem, p.149.

³²COUTINHO, Carlos Nelson. Gramsci, pp.89-90.

Essa esfera social nova seria a sociedade civil, seriam os aparelhos privados de hegemonia.

A sociedade civil é

"formada precisamente pelo conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias, compreendendo o sistema escolar, as Igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, a organização material da cultura (revistas, jornais, editoras, meios de comunicação de massa), etc."³³.

A sociedade política, que Gramsci também chama de "Estado em sentido estrito" ou de "Estado coerção",

"é formada pelo conjunto dos mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência, e que se identifica com os aparelhos de coerção sob o controle das burocracias executivas e policial-militar (...)"³⁴.

A sociedade política se diferencia da sociedade civil pela função que exerce na vida social e por uma materialidade própria. Ambas em conjunto formam o Estado e, neste sentido, servem para conservar ou promover uma determinada base econômica, de acordo com os interesses de uma classe social fundamental. Mas o modo de encaminhar essa conservação ou promoção é distinto nas duas esferas: "no âmbito e através da sociedade civil, as classes buscam exercer sua hegemonia, ou seja, buscam ganhar aliados para suas posições mediante a direção política e o consenso (...)"³⁵. Na sociedade política, ao contrário, "as classes exercem sempre uma ditadura, ou mais precisamente, uma dominação mediante a coerção (...)"³⁶.

³³ Idem, p.91.

³⁴ Idem, p.91.

³⁵ Idem, p.92.

³⁶ Idem, p.92.

Além dessa diferença de função, as duas esferas do Estado - a sociedade política e a sociedade civil - se distinguem por uma materialidade social própria, ou seja,

"enquanto a sociedade política tem seus portadores materiais nos aparelhos repressivos de Estado (controlados pelas burocracias executiva e policial-militar), os portadores materiais da sociedade civil são o que Gramsci chama de 'aparelhos privados de hegemonia', ou seja, organismos sociais coletivos voluntários e relativamente autônomos em face da sociedade política"³⁷.

A sociedade civil como esfera própria, dotada de uma materialidade própria, funciona como mediação necessária entre a estrutura econômica e o Estado coerção.

Mas, essa distinção estrutural e funcional das duas esferas não autoriza a suposição de que Gramsci teria perdido de vista o momento unitário. Esse momento unitário é dado pela relação dialética de identidade/distinção das duas esferas: a sociedade política é o

"aparelho de coerção estatal que assegura 'legalmente' a disciplina dos grupos que não 'consentem', nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade, na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais fracassa o consenso espontâneo"³⁸.

Essa unidade dialética das duas esferas seria expressa ainda pelo conceito de supremacia.

³⁷ Idem, p.92.

³⁸ GRAMSCI, Antonio. Os intelectuais e a organização da cultura, p.11.

"(...) a supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos, como 'domínio' e como 'direção intelectual e moral'. Um grupo social é dominante dos grupos adversários que tende a 'liquidar' ou a submeter também mediante a força armada; e é dirigente dos grupos afins e aliados. Um grupo social pode e mesmo deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental (é essa uma das condições principais para a própria conquista do poder); depois, quando exerce o poder, e mesmo que o conserve firmemente nas mãos, torna-se dominante, mas deve continuar a ser também dirigente"³⁹.

À medida em que Gramsci afirma que um grupo social pode e deve se tornar dirigente antes de ser dominante - e aqui ele estava pensando especificamente na classe operária, daí sua estratégia da "guerra de posição" para a construção do socialismo no Ocidente⁴⁰ - ele abre uma perspectiva fecunda de análise dos aparelhos privados de hegemonia (entre os quais a Universidade), pois prevê a contradição nesses aparelhos, ou seja, os vê como campo aberto à disputa ideológica, como instrumentos de hegemonia.

Todo Estado possui as duas funções de hegemonia e de coerção:

"(...) mas o fato de que um Estado seja mais hegemônico - consensual e menos 'ditatorial', ou vice-versa, depende da autonomia relativa das esferas superestruturais, da predominância de uma ou de outra, predominância e autonomia que, por sua vez, dependem não apenas do grau de socialização da política alcançada pela sociedade em questão, mas também da correlação de forças entre as classes sociais que disputam a supremacia"⁴¹.

³⁹GRAMSCI, Antonio. Apud Carlos Nelson Coutinho. Gramsci, pp.197-198.

⁴⁰Guerra de Posição: na guerra de posição, ao contrário da guerra de movimento, evita-se o ataque frontal.

⁴¹COUTINHO, Carlos Nelson. Gramsci, p.94.

Mas, como Gramsci explica o fato de um Estado e de um grupo dominante conseguir manter coesas forças conflitantes como as que constituem a sociedade de classes própria do capitalismo? Para ele isso se torna possível, ou é obtido, através da influência política e da ideologia: "a Ideologia é o que mantém coeso o bloco histórico, que solda entre si os seus elementos, que permite manter unidas classes sociais diferentes, e com interesses até opostos, antagônicos (...)"⁴².

Para Gramsci, a ideologia não pode ser considerada como uma expressão direta, mecânica, da estrutura:

"a pretensão (apresentada como postulado essencial do materialismo histórico) de apresentar e expor qualquer flutuação da política e da ideologia como uma expressão imediata da infra-estrutura deve ser combatida, teoricamente, como um infantilismo primitivo, devendo ser combatida praticamente como testemunho autêntico de Marx, escritor de obras políticas e históricas concretas"⁴³.

Gramsci não aceita, também, a noção de ideologia como ela se apresenta em Croce, ou seja, como "paixões-ilusões, transeuntes, utilizáveis como instrumento prático de ação". Para ele, a ideologia é aquilo que Croce denomina de religião, ou seja, uma concepção do mundo com uma norma de conduta adequada.

O erro comumente praticado quando se pensa no valor das ideologias deve-se, segundo Gramsci, ao fato de que se "dê o nome de ideologia tanto à superestrutura necessária de uma determinada estrutura, como às elocubrações arbitrarias de determinados indivíduos"⁴⁴. O processo desse erro é reconstituído por

⁴²GRUPPI, Luciano. Tudo começou com Maquiavel, p.82.

⁴³GRAMSCI, Antonio. Concepção dialética da História, p.117.

⁴⁴Idem, p.62.

Gramsci da seguinte forma:

"1) identifica-se a ideologia como sendo distinta da estrutura e afirma-se que não são as ideologias que modificam a estrutura, mas sim vice-versa; 2) afirma-se que uma determinada solução política é 'ideológica', isto é, insuficiente para modificar a estrutura, mesmo que acredite poder modificá-la; 3) passa-se a afirmar que toda ideologia é 'pura' aparência, inútil, estúpida, etc"⁴⁵.

Mas não se deve supor que há na análise de Gramsci um privilegiamento da ideologia em detrimento da estrutura. As análises de Marx a respeito da estrutura são aceitas por Gramsci, explicando-se sua ênfase na superestrutura, talvez, como afirma Nicola Badaloni⁴⁶, pelo "grau de elaboração da teoria e o desenvolvimento histórico" que "impõem a Gramsci a necessidade de aprofundar a crítica da política e, em consequência, das ideologias"⁴⁷.

A grande importância dada por Gramsci à ideologia reside no fato de reconhecer na luta ideológica um dos aspectos da luta de classes. Admite a proposição de Marx de que o grupo dominante impõe aos demais grupos sua ideologia como se esta fosse universal, como se fosse a única verdadeira.

A ideologia se manifesta em todos os aspectos da vida individual e coletiva: na arte, no direito, na atividade econômica, etc. Gramsci acredita ser de grande importância o estudo concreto em um determinado país da "organização cultural que movimentam o mundo ideológico e examinar o seu funcionamento prático"⁴⁸. Para ele as duas maiores organizações culturais em todos

⁴⁵ Idem, p.62.

⁴⁶ BADALONI, Nicola. "Sobre a teoria gramsciana da ideologia", In: Instituto Gramsci. Política e História em Gramsci, p.11

⁴⁷ Para Carlos Nelson Coutinho é exatamente no terreno da teoria política que lhe parece residir o movimento de renovação dialética dos "clássicos" (Marx, Engels e Lênin) na obra de Gramsci.

⁴⁸ GRAMSCI, Antonio. Concepção Dialética da História, p.29.

os países são a igreja e a escola, esta última em todos os seus níveis.

Gramsci distingue entre ideologias historicamente orgânicas, ou seja, necessárias a uma determinada estrutura, e ideologias arbitrárias:

"na medida em que são historicamente necessárias, as ideologias têm uma validade que é validade 'psicológica': elas 'organizam' as massas humanas, formam o terreno sobre o qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam, etc. Na medida em que são 'arbitrárias', elas não criam senão 'movimentos' individuais, polêmicas, etc. (nem mesmo estas são completamente inúteis, já que funcionam como o erro que se contrapõe à verdade e a afirma)"⁴⁹.

Esta última afirmação evidencia a crença de Gramsci na ideologia como "força material" na história. Desta forma, ele se distancia da concepção da ideologia como falsa consciência.

Na coesão do bloco histórico é de fundamental importância a atuação dos intelectuais, ou seja, dos dirigentes da sociedade. Intelectual é aquele que organiza, dirige e educa. Ou, ainda, como afirma Gruppi, os intelectuais são

"(...) os que mantêm coeso o bloco histórico, os que elaboram a hegemonia da classe dominante, que sem os intelectuais não poderia ser dirigente: seria apenas dominante e opressiva, faltar-lhe-ia a base de massas, o consenso necessário para exercer o seu poder"⁵⁰.

Retomando as colocações iniciais feitas neste item, referentes à Política Educacional, seria possível ampliar sua concepção mediante as seguintes observações: a Política Educacional,

⁴⁹ GRAMSCI, Antonio. Op.cit., pp.62-63.

⁵⁰ GRUPPI, Luciano. Tudo começou com Maquiavel, p.84.

quando se apresenta sob sua forma materializada, como produto acabado, expresso em leis, planos, reflete o momento da coerção, do Estado em sentido restrito. Mas é importante ressaltar que esse momento da coerção resultou de uma luta que se travou ao nível da hegemonia, da sociedade civil, entre várias políticas possíveis, no bojo das contradições próprias à sociedade de classes. Como aparelho privado de hegemonia,

"(...) o sistema educacional é especialmente sensível às modificações da correlação de forças na luta pela hegemonia sobre a sociedade civil: se a classe dominante se sente ameaçada pela circulação de contra-ideologias que conquistaram espaço para poder difundir-se, ela pode lançar mão do controle do Estado sobre o sistema de ensino de modo a torná-lo um instrumento mais explicitamente comprometido com a difusão da ideologia que corresponde a seus interesses e de combate às contra-ideologias (...)"⁵¹.

Em outros termos, a legislação vem concretizar ou legitimar uma disputa que já se deu e foi definida a nível da sociedade civil. Há, assim, dois momentos na Política Educacional: o momento do processo, de elaboração da tendência hegemônica, e o momento do produto, da materialização da política. A Política Educacional abrange, pois, as atividades educacionais tanto da sociedade política quanto da sociedade civil⁵².

Uma análise crítica da Política Educacional deve orientar-se no sentido de captar esses dois momentos em sua unidade dialética.

⁵¹PAIVA, Vanilda. "Estado, Sociedade e Educação no Brasil". In: Encontros com a Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, (22):40.

⁵²As atividades educacionais da sociedade política seriam a formulação da legislação educacional e a imposição e fiscalização dessa legislação. A sociedade civil é o lugar do sistema educacional. É o lugar onde se implantam as leis. Ver a respeito: FREITAG, Bárbara. Escola, Estado e Sociedade, p.35.

A Política Educacional, nesse contexto, pode ser o instrumento através do qual a classe dominante busca "(...) obter ou ampliar a legitimidade do sistema político que serve à sua dominação (...)"⁵³.

5. PROCEDIMENTOS

A concepção de Política Educacional, expressa no item anterior deste trabalho, exige uma superação das abordagens que restringem a pesquisa ao estudo da política já constituída, quando já está expressa em leis, decretos, portarias, planos, etc. A perspectiva teórica por mim adotada exige a apreensão da Política Educacional na unidade dialética de seus dois momentos constitutivos, ou seja, enquanto processo e enquanto produto. Como afirma Saviani, a melhor maneira de esclarecer o produto é examinar o modo como foi produzido⁵⁴.

A análise da Política Educacional enquanto processo, implica na realização de um duplo movimento na investigação. Um primeiro movimento procurará captar o contexto no qual essa política foi engendrada. Trata-se, neste caso, de "reconstruir o processo histórico no seio do qual engendrou-se a lei objeto de estudo, identificando os seus condicionantes em termos das forças sociais básicas que a tornaram possível"⁵⁵.

Um segundo movimento procurará captar a gênese da lei,

⁵³PAIVA, Vanilda. Op.cit., p.40.

⁵⁴SAVIANI, Dermeval. "Funções da preservação e de deformação do Congresso Nacional na legislação do ensino: um estudo de política educacional". In: Educação: do senso comum à consciência filosófica, pp.157-160.

⁵⁵SAVIANI, Dermeval. "Análise crítica da organização escolar brasileira através das leis nº 5.540/68 e 5.692/71", In: Educação: do senso comum à consciência filosófica, p.155.

ou seja, por um lado identificando a luta social no bojo da qual se explicitaram as diferentes tendências possíveis, e por outro, reconstruindo as diversas etapas de elaboração da Política Educacional, destacando aí as instâncias e os atores que desenvolveram uma ação definitiva. Esse tipo de análise, acredito, permite captar a Política Educacional no seu momento de hegemonia, ao mesmo tempo que fornece dados importantes para a compreensão da tendência que depois se fará dominante.

A análise da Política Educacional enquanto produto requer um estudo dos documentos legais em que essa política foi expressa: leis, planos, mensagens, exposições de motivo, decretos. Recorrendo à análise textual deve-se procurar apreender as orientações e determinações da Política Educacional bem como as suas razões manifestas. Os resultados dessa análise devem ser confrontados com os dados obtidos no primeiro momento da investigação (política enquanto processo), caracterizando-se, então, o tipo de política proposta: para que e para quem essa política foi proposta; papel da sociedade política e da sociedade civil na formulação dessa política; conexão dessa política com a questão maior da luta de classes expressa na busca da conquista e exercício da hegemonia.

Como já foi afirmado anteriormente, devido à limitação de tempo disponível para a realização da pesquisa e também em função da complexidade do tema tratado, só foi possível expor neste trabalho os dados referentes à análise do contexto de formulação da política que levou à criação das Universidades Estaduais do Paraná. Os resultados a que cheguei com a análise da gênese da criação dessas instituições bem como da Política Educacional enquanto produto, serão expostos em relatório posterior.

Essa limitação do âmbito da exposição, embora decorrente de fatores externos à própria pesquisa e alheios à minha vontade, não invalidam, a meu ver, o caráter de "dissertação de mestrado" exigido para este trabalho, uma vez que o conteúdo exposto já foi em si mesmo o resultado de um amplo levantamento e reconhecimento do terreno nacional. Com o prosseguimento da pesquisa poderei concluir o estudo a que me propus.

Para a análise do contexto utilizei como fontes básicas as seguintes: dados secundários em livros e teses; dados estatísticos; artigos de periódicos (jornais e revistas); entrevistas, por intermédio das quais procurei obter o depoimento de pessoas que direta ou indiretamente estiveram envolvidas com a criação das Universidades Estaduais do Paraná; anais da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná; Mensagens do Governador Paulo Cruz Pimentel.

Por se tratar de um estudo de conjuntura procurei, sempre que possível, estabelecer as devidas relações com o movimento orgânico, pois, segundo Gramsci, deve-se distinguir no estudo de uma estrutura "os movimentos orgânicos (relativamente permanentes) dos elementos que podem ser denominados de conjuntura (que se apresentam como ocasionais, imediatos, quase acidentais)"⁵⁶. É claro que os fenômenos de conjuntura dependem de movimentos orgânicos

"mas seu significado não tem um amplo alcance histórico: eles dão lugar a uma crítica política miúda, do dia-a-dia, que investe os pequenos grupos dirigentes e as personalidades imediatamente responsáveis pelo poder. Os fenômenos orgânicos dão margem à crítica histórico-social, que investe os

⁵⁶GRAMSCI, Antonio. Maquiavel, a Política e o Estado Moderno, p.45.

grandes agrupamentos, acima das pessoas imediatamente responsáveis e acima do pessoal dirigente (...)"⁵⁷.

Procurei, por outro lado, não me limitar apenas à descrição empírica do que foi observado, pois, embora essa seja uma condição fundamental para a apreensão do real, não é, todavia, suficiente. Como afirma Saviani⁵⁸, o concreto é o empírico pensado, constituindo-se não no ponto de partida da investigação, mas no seu ponto de chegada.

Para captar o concreto é necessário que por meio de um processo de abstração⁵⁹, ou, em outros termos, pela mediação da análise, sejam destacados os elementos subjacentes, os fundamentos do real.

"El partir de las apariencias, de lo 'concreto representado', para regresar a ellas pero transfigurandolas, transmutandolas en su significado gracias a esos fundamentos que permiten convertir la empiria puramente descriptiva - y, en ese sentido, abstracta - en lo concreto, como sintesis de multiples determinaciones, unidad de lo diverso"⁶⁰.

⁵⁷Idem, pp.45-46.

⁵⁸SAVIANI, Dermeval. Educação: do senso comum à consciência filosófica, p.12.

⁵⁹Idem, p.20.

⁶⁰Tipo de abstração o que se está referindo: "(...) buscar los fundamentos de una etapa histórica, sumergirse en la empiria de los fenomenos exteriores y abstraer a partir de ellos las determinaciones fundamentales del todo..." ROCHABRUN, S. Guillermo. La metodología en el positivismo y en el marxismo. Lima, PUC.

CAPÍTULO I

O CONTEXTO NACIONAL NO PERÍODO DE CRIAÇÃO DAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS DO PARANÁ

O objetivo deste capítulo é a obtenção de alguns dados contextuais que permitam compreender as determinações que levaram à formulação da lei de criação das Universidades Estaduais do Paraná. Não farei uma análise exaustiva do contexto, mas procurarei captar aqueles elementos conjunturais que, de acordo com a perspectiva teórica adotada, criaram as condições de produção do fenômeno estudado.

A preocupação central, decorrente da hipótese básica de trabalho, será captar as características de que se revestiu no período, a nível nacional, a luta pela conquista e exercício da hegemonia.

Para Gramsci, a crise de hegemonia pode ocorrer por algum dos seguintes motivos:

" (...) ou porque a classe dirigente faliu em determinado grande empreendimento político, pelo qual pediu ou impôs pela força o consentimento das grandes massas (como a guerra), ou porque amplas

massas (especialmente de camponeses e de pequenos burgueses intelectuais) passaram de repente da passividade política à certa atividade e apresentaram reivindicações que, no seu complexo desorganizado, constituem uma revolução. Fala-se de 'crise de autoridade', mas, na realidade, o que se verifica é a crise de hegemonia, ou crise do Estado no seu conjunto"¹.

A crise de hegemonia dá margem a novas recomposições das forças sociais cujo sentido será dado pela conjuntura específica, pelo modo como se estabelecem os diversos graus de relações de forças: relação das forças sociais; relação das forças políticas e relação das forças militares.

A relação das forças sociais está estreitamente ligada à estrutura e é independente da vontade dos homens. "À base do grau de desenvolvimento das forças materiais de produção estruturam-se os agrupamentos sociais, cada um dos quais representa uma função e ocupa uma posição determinada na produção"².

A relação das forças políticas diz respeito à "avaliação do grau de homogeneidade, de autoconsciência e de organização alcançado pelos vários grupos sociais. Por sua vez, este momento pode ser analisado e diferenciado em vários graus, que correspondem aos diversos momentos da consciência política coletiva, da forma como se manifestaram na História até agora"³.

O primeiro grau e o mais elementar, segundo Gramsci, é o grau econômico-corporativo: "sente-se a unidade homogênea do grupo profissional e o dever de organizá-la, mas não ainda a unidade do grupo social mais amplo"⁴.

¹ GRAMSCI, Antonio. Maquiavel, a Política e o Estado Moderno, p.55.

² Idem, p.49.

³ Idem, p.49.

⁴ Idem, p.49.

No segundo grau já se adquire "a consciência da solidariedade de interesses entre todos os membros do grupo social, mas ainda no campo meramente econômico". Já se coloca neste momento a questão do Estado, "mas apenas visando alcançar uma igualdade político-jurídica com os grupos dominantes". O que se reivindica é o "direito de participar da legislação e da administração e, talvez, de modificá-las, reformá-las, mas nos quadros fundamentais já existentes" ⁵.

O terceiro grau, segundo Gramsci, é a fase mais abertamente política, que assinala a passagem da estrutura para a esfera das superestruturas complexas. Os interesses puramente corporativos são superados, e se passa a admitir que os interesses do próprio grupo podem e devem se tornar os interesses de outros grupos subordinados. Neste momento, todas as lutas se colocam em torno da questão da hegemonia: criação de um grupo social fundamental sobre uma série de grupos subordinados. Da luta entre as várias ideologias, uma delas tende a prevalecer e a se impor. "O Estado é concebido como organismo próprio de um grupo, destinado a criar as condições favoráveis à expansão máxima desse grupo. Mas este desenvolvimento e esta expansão são concebidos e apresentados como a força motriz de uma expansão universal, de um desenvolvimento de todas as energias 'nacionais' (...)" ⁶.

É importante ressaltar que na história real estes graus da relação de forças políticas se confundem reciprocamente, combinando-se e dividindo-se alternadamente.

A relação das forças militares é imediatamente deci-

⁵Idem, pp. 49-50.

⁶Idem, p. 50.

siva em determinados instantes. Mas este momento não é algo indistinto e que possa ser identificado imediatamente e de forma esquemática. Nele podem ser distinguidos dois graus: o militar, num sentido estrito ou técnico-militar, e o político-militar.

O desenvolvimento histórico oscila continuamente entre o momento da relação de forças sociais e o momento da relação das forças militares com a mediação do momento da relação de forças políticas.

Nem todas as crises históricas são determinadas imediatamente por causas econômicas. Elas podem se dar, tanto porque "uma situação de bem-estar é ameaçada pelo egoísmo mesquinho de um grupo adversário, como porque o mal-estar se tornou intolerável e não se percebe na velha sociedade nenhuma força que seja capaz de minorá-lo e de restabelecer a normalidade através de medidas legais". Assim,

"pode-se dizer que todos estes elementos são a manifestação concreta das flutuações de conjuntura do conjunto das relações sociais de força, sobre cujo terreno verifica-se a passagem destas relações para relações políticas de força, culminando na relação militar decisiva"⁷.

A análise do contexto é importante para evitar o erro de interpretar a criação das Universidades Estaduais do Paraná, seja como um ato voluntarista de Paulo Pimentel ou das lideranças das cidades que sediaram essas universidades, seja como simples expansão da determinação imediata de causas econômicas. A intenção da análise é captar os elementos conjunturais que criaram as condições favoráveis à criação dessas instituições, relacionando-as ao movimento orgânico.

⁷Idem, p.53.

O contexto, ou os elementos de conjuntura, não pode se limitar por isso ao processo histórico pelo qual passava o Paraná. A criação das Universidades Estaduais neste Estado só ganha sentido quando localizada no movimento mais amplo da sociedade brasileira no período histórico em análise.

Tomando-se o movimento de 1964 como marco divisor mais amplo da periodização histórica do país nas últimas décadas, é necessário recuar ao período imediatamente anterior para poder compreender seus determinantes. Desta forma, na análise do contexto, os limites definidos foram os antecedentes do movimento de 1964 e a nova realidade conjuntural criada por este movimento.

Os dados relativos ao Brasil serão extraídos de trabalhos já realizados por autores balizados, embora sem a homogeneidade de perspectiva teórica desejada. Mas, desses trabalhos, procurarei extrair os elementos que informam a problemática que estou estudando.

1. A CRISE DO ESTADO BRASILEIRO NO INÍCIO DOS ANOS 60

1.1 As Dimensões da Crise

No início dos anos 60, a sociedade brasileira passava por profunda crise que se concretizava nos níveis econômico, político e social. As raízes dessa crise talvez possam ser localizadas em 1930, quando com o rompimento da República Agrário-Exportadora, o país entrava no modelo convencionalmente chamado pelos economistas de "substituição de importações", e conheceria o populismo.

O modelo de substituição de importações, desenvolveu-se no período de 1930-1962, favorecido pela crise do café, que por sua vez foi uma consequência da crise mundial da economia capitalista. Com a crise do capitalismo tornava-se difícil a importação de bens manufaturados tendo, então, o país que providenciar a produção desses bens internamente. "A industrialização surge, então, como uma bandeira em torno da qual se unem as diferentes forças sociais. Industrialização e afirmação nacional se confundem. Industrialismo se torna, praticamente, sinônimo de nacionalismo"⁸.

Desta forma, as diferentes forças sociais se aglutinaram em torno do ideal da industrialização, embora com objetivos diferentes. A burguesia e a classe média viam a industrialização como um fim em si mesma, enquanto o operariado e as forças de esquerda a viam como um meio de libertação nacional.

No plano ideológico, o modelo de substituição de importações tinha como base o nacionalismo-desenvolvimentista. E essa era a ideologia que cimentava o bloco histórico, embora com contornos diferentes.

A nível do sistema partidário, as classes sociais estavam aglutinadas, a partir da década de 40, em torno de três grandes partidos: a União Democrática Nacional (UDN); o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Havia outros partidos, mas estes eram "inexpressivos, ou sua expressão tinha caráter apenas regional". O Partido Comunista Brasileiro (PCB), o Partido Social Progressista (PSP), o Partido Democrata Cristão (PDC).

⁸ SAVIANI, Dermeval. "Análise crítica da organização escolar brasileira através das Leis nº5.540/68 e 5.692/71". In: Educação: do senso comum à consciência filosófica, p.137.

A UDN, criada pelas forças de oposição de centro - direita no período de Getúlio Vargas⁹, era um partido predominantemente urbano com ampla base eleitoral nas classes médias e era composto por representantes da alta burguesia (latifundiários, industriais e grandes proprietários) e profissionais liberais.

Muito embora não se pudesse afirmar que a UDN possuísse uma ideologia bem definida, seus propósitos, sem dúvida, constituíam "um ideário, um conjunto de idéias e convicções básicas que orientavam, serviam de base ideológica às suas ações ou pronunciamentos"¹⁰. Esse ideário seria: anti-comunismo, defesa da iniciativa privada, anti-nacionalismo, antipopulismo, filiação à civilização cristã e ocidental, oposição à Reforma Agrária; bipartidarismo, sindicalismo controlado, paternalismo para com os operários e poder civil (para os Udenistas)¹¹.

Para Lúcia M. Lippi Oliveira, a UDN se constituía numa verdadeira "frente" onde se congregavam: "os que não aceitaram a Revolução de 30, os que a fizeram e se sentiram traídos, tal como Eduardo Gomes, os que a fizeram e se desintenderam com o presidente, tal como Oswaldo Aranha, os que assinaram o 'Manifesto dos Mineiros', todos aqueles que por questões políticas e/ou pessoais, não aceitavam a organização ditatorial montada sob a Constituição de 37"¹².

O PSD que teve sua criação estimulada por Getúlio Vargas a partir dos interventores estaduais do Estado Novo, era, inicialmente, "o Partido da burguesia agrária, ligada à terra e

⁹ A UDN foi criada oficialmente a 7 de abril de 1945.

¹⁰ BASBAUN, Leôncio. História Sincera da República, vol.4, p.78.

¹¹ Idem, pp.78-81.

¹² OLIVEIRA, Lúcia M. Lippi. Partidos Políticos Brasileiros: o Partido Social Democrático, p.18.

ao latifúndio, associada à burguesia conservadora tradicional, e a certos setores da indústria nacional (...) "¹³. Por agregar os chefes políticos oligárquicos (os chamados coronéis), o PSD contava com quase todo o eleitorado do meio rural¹⁴.

Contrariamente ao que sugere a sigla, o PSD não tinha nenhuma semelhança, ideologicamente falando, com os partidos sociais democráticos da Europa, que se apresentavam como partidos operários de esquerda ou mesmo como reformistas¹⁵.

O PTB foi criado por Getúlio Vargas com o auxílio dos seus Conselheiros Alexandre Marcondes Filho (Ministro do Trabalho desde 1943) e Alberto Pasqualini (considerado o ideólogo do partido). Segundo Omura, Marcondes Filho consolidou as leis trabalhistas e com elas ajudou a "produzir a mística do trabalhismo sob a qual iria se assentar o partido". Pasqualini teria proporcionado "direta ou indiretamente, a institucionalização da grande popularidade de Vargas entre as camadas populares e os trabalhadores, com a difusão da ideologia populista e com a união de ambos no partido"¹⁶.

A criação do PTB teve um objetivo conjuntural bem definido: captar os votos do operariado de forma a garantir a continuidade de Vargas no poder, assegurando a eleição do candidato por ele indicado. Desta forma, sua base de organização era a infra-estrutura sindical que, na época, tinha um forte conteúdo corporativista.

¹³BASBAUN, Leôncio. Op.cit., p.84.

¹⁴O PSD começou a ser organizado oficialmente a partir de março de 1945.

¹⁵Ver a respeito: OMURA, Ivani Aparecida. Eleitores e Eleitos - Composição e Comportamento, pp.58-78.

¹⁶OMURA, Ivani Aparecida. Eleitores e Eleitos - Composição e Comportamento, p.73.

Ideologicamente, o PTB propunha "o nacionalismo como ideologia básica e um socialismo menos doutrinário e mais oportunista"¹⁷.

Foram esses três partidos que dominaram o cenário político brasileiro desde a década de 1940 até a sua extinção em 1965¹⁸.

No início do processo de industrialização, houve uma aliança entre PTB e PSD, partidos da situação, sendo a oposição representada pela UDN. "Eis porque já se disse que a história política do Brasil, a partir de 1945, se confunde com a história da luta da UDN pelo poder"¹⁹.

A aliança PTB/PSD expressava, de certo modo, a aliança da elite modernizante de 30 (burguesia nacional), com as forças populares, enquanto que a UDN representava a burguesia internacional e captava as simpatias de amplos setores das classes médias.

O populismo teve como base de sustentação essa aliança entre burguesia nacional e forças populares, apresentando diferentes faces, de acordo com a conjuntura:

"(...) foi 'revolucionário' em 1930; 'bonapartista' em 1937; nacionalista e antiimperialista de 1950 a 1954; desenvolvimentista no final dos anos 50; moralista em 1961; nacionalista e sindicalista até a sua queda em 1964"²⁰.

¹⁷Idem, p.74.

¹⁸Os partidos políticos foram extintos pelo Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965.

¹⁹SAVIANI, Dermeval. "Análise crítica da organização escolar brasileira, através das leis de nº5.540/68 e 5.692/71". In: Educação: do senso comum à consciência filosófica, p.139.

²⁰GÓES, Moacyr de. "Voz ativa", In: O Golpe na Educação, p.10.

O avanço da industrialização trouxe importantes modificações para o país: modificação na infra-estrutura produtiva; maior complexidade da estrutura de classes; urbanização acelerada. Além disso, esse avanço foi acompanhado pela maior penetração do capital externo.

Até o esgotamento das metas da industrialização, as diferentes forças sociais se uniram. No final desse processo, a contradição entre os grupos que defendiam o nacional-desenvolvimentismo e os grupos comprometidos com os interesses externos já estava plenamente manifestada e tinha por base uma contradição mais profunda entre o modelo econômico de substituição de importações e a ideologia política. Ou seja, ao mesmo tempo em que em termos econômicos a industrialização do país se orientava cada vez mais para o capital externo, a nível político estimulava-se a ideologia do nacional-desenvolvimentismo.

O acirramento dessa contradição levou ao rompimento da aliança PTB/PSD, passando este último partido a aproximar-se cada vez mais da UDN, isto é, das forças representativas da tendência internacionalista.

No limiar dos anos 60 esta contradição estava plenamente configurada e a situação de crise generalizada. A nível econômico, esgotava-se as possibilidades do modelo de substituição de importações; a nível político, além de uma crise de governo, teve lugar uma crise do regime com o esgotamento do modelo populista.

"O populismo esgotou-se pelo avanço das camadas urbanas e dos setores ligados ao campo, que escaparam do controle dos grupos dirigentes. Nesta situação excepcional deu-se uma crise orgâ-

nica na classe dirigente, que se sentiu ameaçada na sociedade civil e na própria estrutura econômica, visualizando riscos para a acumulação do capital"²¹.

Houve, então, um acirramento das contradições de classes. Até esse momento, apesar da forte presença do aparelho de Estado (característica histórica não só no Brasil como de outros países latino-americanos), a luta de classes ainda tinha ampla margem de expressão na sociedade civil, pois esta ainda não estava totalmente anulada pela força da sociedade política. Através das instituições da sociedade civil expressavam-se os diversos interesses presentes naquela conjuntura:

- os grupos ligados à internacionalização da economia, que buscavam na integração com o capital internacional e na posse do poder político, o domínio dos meios de ampliação da reprodução no seu próprio capital;

- as oligarquias rurais ligadas ao latifúndio, as que haviam perdido a hegemonia com a Revolução de 30 e eram refratárias a qualquer tipo de mudança;

- a burguesia nacional que já estava muito mais próxima e disposta a aliar-se ao capital internacional;

- as forças populares que, a nível urbano, estavam vulneráveis, devido à dependência dos sindicatos em relação ao Estado (em sentido restrito); a nível rural, estas forças ainda estavam iniciando sua organização através das Ligas Camponesas e dos Sindicatos Rurais;

²¹Idem, p.10.

- a classe média, em sua grande maioria, vulnerável à hegemonia das forças internacionalistas, muito embora setores dessa classe, como estudantes e professores, tenham se aliado aos interesses populares e se comprometido com a defesa do nacional-desenvolvimentismo;

- as forças militares, ou seja, o seu setor hegemônico (grupo comprometido com a Escola Superior de Guerra), já ligadas ideologicamente à corrente internacionalista pela Doutrina da Segurança Nacional²².

1.2 O Esgotamento do Modelo de Substituição de Importações e do Populismo

Com a crise mundial do capitalismo em 1929 e a decadência da economia cafeeira, a indústria brasileira recebeu fortes estímulos para se desenvolver, pois

"(...) Com a crise de 29 cai muito o valor do café, os capitais estrangeiros que dantes afluíam para sustentar a política de financiamento dos estoques daquele produto e manter seu preço no mercado internacional fogem do país, decai o valor de nossa exportação, há déficit em nossa balança de pagamentos, a moeda se desvaloriza interna e externamente. Isso tudo fez com que a indústria atravessasse um período de grande expansão, especialmente porque, se de um lado caiu muito pouco o nível de renda em virtude da política de financiar, com recursos internos, a produção de café, de outro a rentabilidade do setor caiu vertiginosamente. Os capitais em disponibilidade afluíram, então, para a indústria, que se consolidou"²³.

²²A Escola Superior de Guerra foi fundada no Brasil em 1949, nos moldes do National War College de Washington.

²³PEREIRA, José Carlos. Estrutura e Expansão da Indústria em São Paulo, p.28.

Dava-se início, assim, a um novo modelo de desenvolvimento econômico denominado de "substituição de importações". Este modelo desenvolveu-se aceleradamente de 1930 a 1962, e apresentou fases distintas de evolução. No conjunto, entretanto, foi posto em prática com base na ruptura parcial com as estruturas arcaicas internas e externas²⁴. Sua consolidação implicou na superação do modelo agrário-exportador predominante até então.

O período de predomínio do modelo de "substituição de importações" foi marcado por uma série de crises expressas em movimentos armados, atos isolados de violência, greves, revoltas, golpes e revoluções²⁵.

Entre esses acontecimentos podem ser destacados a Revolução de 1930; o Golpe de Estado de 1937 que resultou na criação do Estado Novo; a deposição de Getúlio Vargas em 1945; o suicídio de Vargas em 1954; o movimento, em 1955, para garantir a posse do presidente eleito Juscelino Kubitschek de Oliveira; a renúncia do Presidente Jânio Quadros e a resistência à posse do seu vice, João Goulart.

A nível externo, alguns acontecimentos tiveram importantes repercussões no período: a Segunda Guerra Mundial de 1939-1945; a conquista da hegemonia no bloco capitalista ocidental pelos Estados Unidos da América do Norte; a Revolução Socialista da China em 1949 e a Revolução Socialista de Cuba em 1959²⁶.

Os acontecimentos a nível interno, segundo Ianni, são fatos que se polarizam em torno de algumas tendências marcantes.

²⁴Ver a esse respeito, IANNI, Octávio. O Colapso do Populismo no Brasil. pp. 7-52.

²⁵Ver a esse respeito, IANNI, Octávio. Op.cit., p.15.

²⁶Idem, p.18.

Até 1945, os acontecimentos políticos registrados estão vinculados à necessidade de reduzir o poder político e econômico das oligarquias tradicionais e favorecer a economia industrial em formação.

A partir de 1945, esse quadro se torna mais complexo pelos seguintes fatores: estão formadas as bases para a industrialização; ganha destaque a participação dos setores populares na cena política nacional, além dos setores médios e de grupos de trabalhadores agrícolas. O conflito básico desse período dar-se-á entre as forças nacionalistas e as forças favoráveis à internacionalização da economia.

A industrialização trouxe em seu bojo, além do desenvolvimento de grandes empresas em todos os setores da economia (em detrimento das empresas de pequeno porte), uma grande concentração de propriedade, de capital, de renda e de mercado. Propiciou, também, o desenvolvimento de uma maior estratificação social, com o surgimento e/ou o fortalecimento de novos grupos tanto entre as classes dominantes quanto entre as classes subalternas. Nas classes dominantes, fortaleceram-se os grupos ligados à indústria e ao capital financeiro. Nas classes subalternas foi significativo o aumento do operariado. Além disso, verificou-se, no período, um significativo desenvolvimento de setores da classe média ligados à burocracia pública e privada.

O esgotamento do modelo de substituição de importações deu-se no início da década de 60, quando o Brasil já havia atingido sua meta de industrialização, quando já não era prioritária a importação de bens manufaturados.

Para Ianni, no plano econômico, os mecanismos básicos

de esgotamento do modelo de "substituição de importações" foram expressos em processos, tais como:

- a) "a deterioração das relações de intercâmbio ocorre ao mesmo tempo que surge a necessidade de evoluir para uma industrialização de alto nível técnico e organizatório, para competir com os outros centros de produção, em plano internacional.
- b) (...) a necessidade de exportar (ao mesmo tempo: produtos agrícolas, extrativos e manufaturados), inerente a essa transição, exige a eliminação das defesas que permitiram a criação e o funcionamento do setor industrial criado com a política de substituição de importações.
- c) (...) a necessidade de alto nível técnico impõe a associação crescente com os oligopólios multinacionais, que controlam a produção (centros de pesquisa, laboratórios, etc) e uso da tecnologia indispensável aos empreendimentos de âmbito internacional"²⁷.

Em 1962 já eram evidentes os sinais de encerramento de um longo período de expansão econômica no Brasil. "A reprodução capitalista começa a entrar em ponto morto"²⁸. São indicadores desse processo: a queda na taxa de desenvolvimento e as conotações patológicas da espiral inflacionária.

No plano político, o período de 1930-1964, foi marcado pela presença do populismo. Para Ianni, o populismo foi a forma política assumida pela sociedade de massas no Brasil. Ele foi um "movimento político" antes do que um "partido político"²⁹. E foi um movimento político em permanente crise, porque:

a) numa sociedade burguesa, os donos do poder político e os grupos econômicos dominantes, são resistentes ao jogo político com as massas por considerá-lo uma ameaça à sua hegemonia;

²⁷ IANNI, Octávio. O Colapso do Populismo no Brasil, p.10.

²⁸ Idem, p.221.

²⁹ Idem, p.218.

b) a própria burguesia (burguesia nacional) comprometida com o populismo, sempre foi ambígua e dividida com relação aos limites do seu jogo com as massas;

c) o populismo, apesar de suas contradições, sempre foi um mecanismo de politização das massas;

d) o envolvimento da esquerda com o populismo;

e) como política de alianças de classes, o populismo era uma política de alianças de contrários, por isso funcionava em algum grau em "época de normalidade", mas os antagonismos vinham à tona em épocas de crise.

O populismo teve início no Brasil como uma obra de Getúlio Vargas e dos políticos a ele aliados. Assumiu conotações distintas em períodos posteriores, sob os Governos de Juscelino Kubitschek de Oliveira, Jânio Quadros e João Goulart. Teve, no entanto, como características gerais:

- a combinação dos interesses econômicos e políticos do proletariado, da classe média e da burguesia industrial. Esses interesses estavam voltados para a criação e a expansão do setor industrial e do setor de serviços;

- o incentivo à criação de instituições democráticas que garantissem o acesso dos assalariados a uma parcela do poder;

- a combinação de forças destinadas a ampliar e acelerar os rompimentos com a sociedade tradicional e os setores externos predominantes;

- o núcleo ideológico do populismo foi o nacional-desenvolvimentismo. Em torno desse núcleo envolveram-se civis e

militares, liberais e esquerdistas, assalariados e estudantes universitários;

- a crescente participação do Estado na economia³⁰. O populismo foi, sobretudo, "uma técnica de organização, controle e utilização da força política das classes assalariadas, particularmente o proletariado", visando a viabilização de um modelo desenvolvimentista, ou, em outros termos, uma forma específica de acumulação de capital.

O populismo agiu tanto sobre as classes urbanas quanto sobre os trabalhadores do campo. Foi movimento burguês e esquerdista, na medida em que seus líderes eram homens provenientes do povo - ou mesmo de grupos políticos ou partidos de esquerda - e da burguesia. Havia, no entanto, o predomínio dos líderes burgueses.

O populismo entrou em declínio após o governo de Juscelino Kubtschek de Oliveira, pois, foi durante seu governo que se tornou mais evidente a contradição já presente no período anterior. Esta contradição se expressava no seguinte:

"ao mesmo tempo que estimulava uma ideologia política nacionalista, dando sinal verde para a formulação e expressão do nacionalismo desenvolvimentista, no plano econômico levava a cabo a industrialização do país através de uma progressiva desnacionalização da economia"³¹.

O fato de Juscelino não haver anulado a Postaria 113 da SUMOC, baixada no Governo de Café Filho, demonstrou sua tendência a intensificar o processo de internacionalização da economia

³⁰ IANNI, Octávio. O Colapso do Populismo no Brasil, pp.53-73.

³¹ SAVIANI, Dermeval. "Análise Crítica da Organização Escolar Brasileira através das Leis de nº5.540/68 e 5.692/71", In: Educação: do senso comum à consciência filosófica, p.141.

brasileira. Como se sabe, essa Portaria concedia grandes vantagens ao capital estrangeiro. Juscelino não só não a revogou, como a utilizou como instrumento de atração das empresas estrangeiras.

Para as eleições de 1960, os grupos ligados aos interesses internacionais, aglutinados a nível partidário em torno da UDN, conseguiram eleger seu candidato Jânio Quadros na expectativa de que este resolvesse de vez a contradição acima referida entre o modelo econômico e a ideologia política. Mas Jânio, não se sentindo comprometido com partidos, não levou a internacionalização da economia ao nível esperado pelos grupos internacionalistas. Este fato fez com que - por força da conspiração desencadeada pela UDN - Jânio renunciasse à Presidência da República em 1961.

O novo grupo hegemônico emergente continuou, após a renúncia de Jânio, a pressionar no sentido de que se acelerasse o processo de internacionalização da economia, pois via neste processo a melhor forma de garantir a acumulação do capital e de fortalecer-se como grupo dominante.

Estava, assim, intensificada uma luta política que seria travada pelo novo bloco de poder (multinacional e associado) não só contra as classes subalternas, mas também contra outros setores da classe dominante. Para conquistar a hegemonia política, o novo bloco de poder tinha que alijar do poder os segmentos da classe dominante comprometidos com um projeto de desenvolvimento de cunho nacionalista, ao mesmo tempo em que tinha que afastar as massas trabalhadoras do cenário político.

Com a renúncia de Jânio, tentou-se impedir a posse do seu vice-presidente João Goulart, figura expressiva do PTB na época-

ca, comprometido - pelo menos como meio de sustentação política - com as forças populares. Para assumir o poder, João Goulart teve que fazê-lo sob o regime parlamentarista. O parlamentarismo foi eliminado através de um plebiscito em janeiro de 1963.

Em todo o período do Governo João Goulart, a UDN continuou conspirando. Mesmo assim, ele ainda conseguiu propor as seguintes medidas à nação:

- o Plano Nacional de Educação (PNE) elaborado pelo Conselho Federal de Educação;

- o Plano Trienal elaborado por Celso Furtado e que encampou o PNE;

- a Comissão Cultural Popular, que foi organizada com a atribuição de implantar o sistema Paulo Freire em Brasília;

- o Plano Nacional de Alfabetização (PNA) que oficializou o Sistema Paulo Freire a nível nacional³².

As contradições que emergiram com a intensificação do processo de industrialização não puderam ser resolvidas no âmbito do modelo populista na medida em que este não teve forças para radicalizar-se em direção às aspirações populares, direcionando-se para um modelo societário não capitalista, além de não oferecer espaço para a solução do conflito a nível das classes dominantes. O populismo não era o modelo ideal para o exercício da hegemonia pelo novo bloco de poder de caráter extremamente técnico-burocrático.

³²O PNA foi lançado através do Decreto nº 53.465 de janeiro de 1964.

Para assegurar sua hegemonia ao nível político, já que a tinha a nível econômico, o novo bloco de poder, aliado aos militares, engendrou o Golpe de Estado de abril de 1964. "Sem condições políticas para se transformar no popular, o populismo, em 1964, deixou a cena para o novo Estado tecnocrático-civil-militar (...)"³³.

Para Octávio Ianni as condições que geraram a crise e o colapso do populismo foram:

- encerramento, 1962, do período de expansão econômica viabilizado pelo modelo de "substituição de importações";

- maior politização das massas trabalhadoras como decorrência da crise econômica. Essa politização ocorre em um período em que o poder burguês enfrentava sérias crises expressas nas questões relativas à sucessão presidencial dos últimos anos;

- debates, a nível nacional, sobre as reformas de base. Esses debates teriam levado à reaglutinação das forças políticas burguesas;

- extensão da influência do populismo aos trabalhadores agrícolas (Ligas Camponesas, Sindicatos Rurais).

O momento de crise do populismo refletia, também, a presença de várias possibilidades históricas de superação dos impasses criados no período. A percepção dessas possibilidades (de uma solução verdadeiramente revolucionária, por um lado, ou da vitória das lideranças burguesas e da classe média comprometidas com o projeto de capitalismo nacional), forçou a aliança entre setores da

³³GÓES, Moacyr de. "Voz Ativa". In: O Golpe na Educação, p.10.

burguesia agrária, industrial, comercial e financeira, que tornaram vitoriosa a ditadura da burguesia.

Entrava, pois, o país, em um novo modelo econômico de desenvolvimento, o modelo dependente-associado, reforçando, desta maneira, a dependência estrutural que tem caracterizado sua evolução histórica. Ou, em outros termos, consolidava-se no Brasil uma nova etapa no desenvolvimento do capitalismo, a do capitalismo monopolista.

1.3 As Expressões Ideológicas das Contradições do Período

Com o esgotamento do modelo de "substituição de importações", as contradições de classes latentes em todo o período emergiram de forma contundente. A explicitação dos interesses antagônicos ocultos sob o ideal da industrialização e do nacionalismo deu-se de forma bastante clara nas lutas que se travaram a seguir.

Formas de organização de classes foram intensificadas, alianças foram desfeitas a nível partidário (em especial a aliança PTB/PSD, tendo este último partido se aproximado da UDN); movimentos sociais eclodiram em vários níveis da sociedade: movimento operário, as Ligas Camponesas, a formação dos Sindicatos Rurais, movimento estudantil, movimentos ligados à Igreja Católica. As classes dominantes, em especial o novo bloco de poder multinacional-associado, fortaleceram suas trincheiras. A expressão máxima deste fortalecimento foi a organização do complexo IPES/IBAD. Os militares se estruturaram e se fortaleceram como força ideoló-

gica e política através da Escola Superior de Guerra e de sua aliança com o novo bloco de poder.

Uma primeira expressão desse conflito foi a radicalização da contradição já referida entre o modelo econômico e a ideologia política do nacional-desenvolvimentismo. Atingida a meta da industrialização, a ideologia do nacional-desenvolvimentismo já não servia aos interesses das classes dominantes, à medida em que ela não oferecia as bases necessárias à expansão do modelo econômico "associado-dependente".

Em torno da ideologia do nacional-desenvolvimentismo estavam aglutinadas as seguintes forças: operários, setores de classe média, estudantes universitários, intelectuais, políticos populistas, militares e setores da burguesia nacional. Essas forças lutavam pelo desenvolvimento independente da nação e pela superação das contradições básicas do capitalismo brasileiro, entendidas na época como sendo as contradições entre a nação e o imperialismo, entre o desenvolvimento das forças produtivas e o monopólio da terra (latifúndio). Reivindicavam, assim, a nacionalização das empresas estrangeiras, o controle da remessa de "lucros e dividendos"; as reformas de base (tributária, financeira, agrária, educacional)³⁴.

É importante ressaltar que a ideologia do nacional-desenvolvimentismo³⁵ não ultrapassava a esfera do modo de produção

³⁴Muitas dessas reformas serão efetuadas no período pós-64, mas não no sentido das aspirações populares e nem dos interesses nacionais, mas no sentido dos interesses do novo bloco de poder.

³⁵O principal órgão de elaboração da ideologia do nacionalismo-desenvolvimentista foi o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), criado em 1955 no Ministério de Educação. "O ISEB foi criado para ser um 'centro permanente de altos estudos políticos e sociais de nível pós-universitário', onde se aplicariam as categorias e os dados das ciências sociais 'à compreensão crítica da realidade brasileira', visando a elaboração de instrumentos teóricos que permitissem 'o incentivo e a promoção do desenvolvimento nacional'". CUNHA, L. A. A Universidade Crítica. O Ensino Superior na República Populista, p.53.

capitalista. Buscava propiciar as condições de desenvolvimento da sociedade urbano-industrial, valendo-se para tal de um projeto essencialmente reformista. Mesmo as forças de esquerda, que tinham como alvo a superação do capitalismo e a instauração de uma formação econômico-social de caráter socialista não puderam conduzir o país nesse caminho, emaranhando-se nas contradições da política de massas.

Isso não significa dizer que não houve nesse período lutas que procuraram ultrapassar os limites do nacional-desenvolvimentismo. Entretanto, as coordenadas do jogo político no período estavam sob a hegemonia dos setores de vanguarda das classes dominantes (os líderes populistas).

De qualquer forma a política de massas, pelas suas próprias contradições, criava condições para um avanço do processo histórico em direção ao socialismo ou a um capitalismo de cunho nacionalista. E foi contra essas possibilidades históricas que se levantaram os grupos defensores do modelo associado-dependente.

Esses diversos interesses eram expressos esquematicamente, a nível ideológico, em termos de luta contra o latifúndio e o imperialismo do lado das forças populares, e em termos de combate ao comunismo e à corrupção e em defesa da "civilização ocidental cristã", do lado dos grupos internacionalistas.

Desta forma, a luta ideológica travada entre as diferentes classes no final da década de 50 e início da década de 60, expressava, como afirmei anteriormente, diferentes possibilidades históricas de encaminhamento da crise pela qual passava o país.

Mas, enquanto as forças populares não dispunham ainda de um poder de organização que lhes permitisse a tomada do aparelho de Estado, o novo bloco de poder multinacional e associado desenvolveu uma ação de classe organizada, sofisticada, que lhe possibilitou definir os rumos da crise.

Além dos instrumentos "normais" de obtenção do consenso à disposição das classes dominantes, o novo bloco de poder multinacional e associado utilizou-se de mecanismos de suborno, corrupção e intimidação dispondo, para isso, dos recursos do Congresso Americano ³⁶.

O instrumento principal de ação desse grupo foi o complexo IPES/IBAD. Como afirma Dreifuss, a influência do novo bloco de poder sobre a sociedade civil e sobre o aparelho de Estado, não foi um mero reflexo da hegemonia econômica de que gozava no início da década de 60, mas o resultado de uma política empreendida pela vanguarda desses novos interesses. E uma das principais trincheiras dessa luta foi o complexo IPES/IBAD.

"A história do complexo IPES/IBAD relata o modo pelo qual a elite orgânica da burguesia multinacional e associada evoluiu de um limitado grupo de pressão para uma organização de classe capaz de uma ação política sofisticada, bem como o modo pelo qual ela evoluiu da fase de projetar uma reforma para o estágio de articular um golpe de Estado. O complexo de interesses multinacionais e associados procuraria liderar os grupos profissionais e funcionais como também visaria a neutralizar o bloco de poder tradicional, na certeza de que a elite orgânica poderia sair vitoriosa e dinamizar o processo de modernização capitalista, somente se ela assegurasse o apoio e a aquiescência da maioria da população participante. A elite orgânica centrada no IPES se revelaria então como o 'amadurecimento da disposição para agir dentro de um programa capaz de mobili-

³⁶ Ver a esse respeito: GÔES, Moacyr de. "Voz Ativa", In: O Golpe na Educação e DREIFUSS, René Arnaud. 1964: A Conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe.

zar os homens de empresa", e como um todo oferecer soluções aos problemas do país. Nesse processo, a elite orgânica modelaria as forças sociais burguesas em uma classe, processo este que culminaria com a transposição do poder privado dos interesses multinacionais e associados para o governo público do Brasil. Para isso, o bloco econômico dominante teria de vir a ser o Estado autoritário em que efetivamente se transformaria"³⁷.

O complexo IPES/IBAD começou a ser organizado no final do Governo Juscelino K. de Oliveira e durante a presidência de Jânio Quadros³⁸. A idéia de sua fundação surgiu entre empresários do Rio de Janeiro, entre os quais as figuras de destaque eram Gilbert Huber Jr. e Glaycon de Paiva³⁹. No entanto, por motivos táticos o Instituto foi estabelecido em São Paulo embora passasse a contar depois com núcleos no Rio de Janeiro, Porto Alegre, Santos, Belo Horizonte, Curitiba e Manaus.

A ideologia política do IPES buscava referendar-se nos postulados da "Aliança para o Progresso" e da Encíclica "Mater et Magister", podendo ser sintetizada nos seguintes princípios:

- postulados de modernização anticomunista da Carta de Punta del Leste;
- defesa da propriedade privada e da produção privada de bens e serviços;
- afirmação de que o desequilíbrio social aumenta a tensão social que, por sua vez, gera um campo fértil para a demagogia;

³⁷DREIFUSS, René Armand. 1964: A Conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe, p.161.

³⁸O IPES começou a existir oficialmente no dia 29 de novembro de 1961.

³⁹Gilbert Huber Jr. era um empresário de origem norte-americana, residente no Rio de Janeiro.

- necessidade de estabilidade monetária, de produção da poupança pessoal e a punição aos sonegadores de impostos;

- princípio de que o Estado deveria intervir na economia apenas para preservar o mercado livre do monopólio e para promover o desenvolvimento econômico e a paz social;

- admissão do liberalismo no campo econômico, e a sua não aceitação no campo político⁴⁰.

O IPES incentivava, ainda, o desenvolvimento de políticas de estabilização monetária e advogava reformas no campo educacional. Recomendava o desenvolvimento regional, principalmente das áreas próximas aos grandes Centros⁴¹.

O IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática) foi fundado em 1959, tendo como objetivo a defesa dos interesses multinacionais e associados⁴², embora seus membros procurassem legitimá-lo como espaço de defesa da democracia. Carlos Lacerda, ao apoiar publicamente o IBAD quando governador da Guanabara, disse que "logo após João Goulart haver assumido o governo, ele foi procurado no Palácio das Laranjeiras por um grupo de representantes

⁴⁰Três documentos básicos contêm a ideologia política do IPES: 1. Que é o IPES? 2. Declarações de Princípio; 3. Reformas de Base.

⁴¹Um exemplo da ação organizada do IPES pode ser dado pela sua estruturação interna, através dos seguintes grupos de ação: a) Grupo de Levantamento de Conjuntura, com sede no Rio de Janeiro e liderado pelo General Golbery do Couto e Silva; b) Grupo Especial de Conjuntura, com sede em São Paulo, liderado pelo General Agostinho Cortes; c) Grupo de Assessoria Parlamentar; d) Grupo de Opinião Pública, cuja função era a manipulação da opinião pública por todos os meios possíveis; e) Grupo de Publicações/Editorial, cuja função era distribuir material impresso e visual, com a mensagem ideológica do IPES; f) Grupo de Estudo e Doutrina; g) Grupo de Integração, cujo objetivo era integrar pessoas e corporações dentro do espírito do IPES e ao mesmo tempo angariar contribuições financeiras para o Instituto.

⁴²Foram fundadores "ostensivos" do IBAD: Lauro Beer, Barthelemy Beer, Lauro Barros, Odemir Farias Barros e Aluisio Hanner. DREIFUSS, René Armand. op.cit. p.102.

das classes conservadoras" que lhe teriam comunicado que as "forças econômicas brasileiras se organizariam imediatamente para defender a democracia, as instituições efetivas e o regime. Assim nasceu o IBAD, conforme declarou o governador da Guanabara"⁴³.

O IBAD, seguindo a linha de atuação do IPES, criou diversas outras organizações em várias instâncias da sociedade civil. Entre os estudantes, por exemplo, teria criado o MED (Movimento Estudantil Democrático). Foi bastante ativo no Sudeste e Sul do país. Nesta última região sua ação teve expressivo destaque no Estado do Paraná.

Apesar do IBAD ter sido criado em 1959, os interesses do grupo multinacional e associado já vinham sendo defendidos através do controle da "administração paralela" e do "uso do *lobbying* sobre o Executivo". No entanto, os representantes desse grupo parecem ter julgado essas formas de pressão insuficientes para o alcance de seus objetivos, passando, então, a organizar "grupos de ação política e ideológica" como o IBAD.

O complexo IPES/IBAD funcionou como verdadeiro partido ideológico⁴⁴, em oposição ao trabalho desenvolvido pelo ISEB relativo à elaboração e difusão da ideologia do nacional-desenvolvimentismo.

Mas, o principal contraponto da ideologia do nacional-desenvolvimentismo foi a doutrina da interdependência, elaborada na Escola Superior de Guerra (ESG).

⁴³DREIFUSS, René Armand. 1964: A Conquista do Estado, Ação Política, Poder e Golpe de Classe. p.102. Segundo Dreifuss, o líder máximo do IBAD foi Ivan Hasslocker, "apontado como sendo agente de ligação da CIA (...) dos Estados Unidos para o Brasil, Bolívia e Equador".

⁴⁴Ver a respeito, Luiz Antonio Cunha. A Universidade Crítica. O Ensino Superior na República Populista.

A ESG teve no plano militar a mesma função que o complexo IPES/IBAD teve ao nível da sociedade civil, ou seja, funcionou como verdadeiro aparelho de produção ideológica. A expressão máxima da produção ideológica da ESG no período em estudo foi a Doutrina da Segurança Nacional (DSN), cujos principais elaboradores foram Golbery do Couto e Silva, Cordeiro de Farias, Juarez Távora e Humberto de Alencar Castelo Branco⁴⁵.

A Doutrina da Segurança Nacional visava regulamentar tanto as relações externas do país quanto as relações internas. A nível externo, partia-se de uma concepção da divisão do mundo em dois blocos, o Ocidental liderado pelos EUA e o Oriental pela União Soviética. De acordo com os ideólogos da ESG o Brasil deveria marcar sua posição no bloco Ocidental:

"(...) No caso brasileiro, a política externa não pode esquecer que fizemos uma opção básica que se traduz numa fidelidade cultural e política e o sistema democrático ocidental (...)"⁴⁶.

No quadro da Doutrina da Segurança Nacional o próprio conceito de nacionalismo é redefinido e a tentativa de um desenvolvimento autônomo é substituída pela necessidade da associação com o capital externo. A justificativa dessa redefinição é dada pela "Doutrina da Interdependência" concebida nos seguintes termos por Castelo Branco:

"A expressão 'política de independência' tem sido deturpada e perdeu utilidade descritiva (...)

⁴⁵Ver a respeito Eliezer Rizzo de Oliveira. As Forças Armadas: Política e Ideologia no Brasil (1964-1969), pp.19-56.

⁴⁶CASTELO BRANCO. Discurso pronunciado na sede do Ministério das Relações Exteriores, em 31.7.64. Apud PEREIRA, Luiz. Ensaio de Sociologia do Desenvolvimento, pp.154-156.

O conceito de independência só é operacional dentro de determinadas condicionantes práticas (...) a preservação da independência pressupõe a aceitação de um certo grau de interdependência, quer no campo militar, quer no econômico, quer no político (...) a defesa tem que ser essencialmente associativa. Similamente, no campo econômico o reconhecimento da interdependência é inevitável, não só no comércio mas sobretudo no tocante a investimentos (...). Em vários períodos, nos últimos anos, o nacionalismo se agravou internamente, criando contradições em nossa política externa. Exemplo disso são os nossos contínuos protestos no plano externo contra a insuficiência de auxílio estrangeiro e dos investimentos de capital, no plano interno a adoção de atitudes restritivas e hostis ao capital estrangeiro (...). Isso impõe rápidas e por vezes difíceis mudanças de linha em nossa política externa, a qual passa periodicamente de uma atitude de entusiástico apelo à cooperação de capitais estrangeiros para uma atitude de reserva, senão mesmo de hostilidade. O Brasil trata de enveredar pela política da livre empresa e do acolhimento ordenado do capital estrangeiro (...). Essa ação da política externa pode exercer-se então no plano de investimentos e financiamentos, mantendo-se contínua pressão para que estes aumentem em volume e sejam dados em condições mais flexíveis no plano do comércio externo, obtendo-se cooperação internacional para a estabilização do preço de nossos produtos de exportação, para a montagem de mecanismos de financiamento compensatório em caso de declínio dos preços desses produtos e, finalmente, para abrir novos mercados (...). Em relação aos Estados Unidos da América, a política externa brasileira removeu, antes de tudo, a irreconhecível doutrina de nossas posições ambíguas e ao mesmo tempo de postulante. Temos a convicção de que o Brasil e a grande nação norte-americana cruzam seus interesses econômicos e comerciais no plano de uma digna política e de uma amizade recíproca"⁴⁷.

⁴⁷ Idem, pp. 154-155.

1.4 Os Acontecimentos do Período no Campo Educacional

O impulso dinâmico trazido pela Revolução de 30 ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil, propiciando a transição da sociedade oligárquico-tradicional para a sociedade urbano-industrial, teve significativos reflexos para a organização do ensino. A orientação do modelo econômico no sentido da industrialização, a maior complexidade da estrutura de classes com a expansão da classe média e dos trabalhadores urbanos, com a conseqüente consideração desses setores como categorias políticas, e a redefinição da estrutura do poder, foram fatores que atuaram como determinantes na nova configuração da educação brasileira pós-30. Neste contexto os diversos graus de ensino afetados, bem como se redefiniu a ação do Estado no estabelecimento de diretrizes educacionais a nível nacional.

Algumas questões básicas perpassaram todo o período de 1930 a 1964, sendo redefinidas à medida em que se radicalizava a questão política e que se delineava, de forma mais clara, os diversos possíveis históricos para a superação dos impasses vividos pela sociedade brasileira.

Resumidamente, essas questões foram evoluindo das reivindicações de reformas da década de 30, aliadas a uma tentativa de definição de uma política nacional de ensino, da configuração do papel do Estado como educador, até a questão da Reforma Universitária na década de 60.

Algumas conquistas foram realizadas a nível da legislação, muito embora nem sempre o que era proclamado tivesse uma correspondência na concretização de medidas mais efetivas.

De qualquer forma, o sistema de ensino se modificou. É claro que essas modificações não se deram de maneira abrupta nem tiveram o mesmo sentido histórico nas diferentes conjunturas do período estudado.

Procurarei analisar, neste capítulo, o processo de estruturação do sistema de ensino a partir da 2ª República, procurando captar as conexões desse processo com a plena realização da sociedade de classes no Brasil. Para tanto, usarei a divisão da historiografia oficial para delimitar as diversas conjunturas que caracterizaram esse processo de fortalecimento da sociedade de classes e do capitalismo industrial no Brasil, a partir de 30. Essas conjunturas seriam: 1ª) de 1930 a 1937, denominada de 2ª República ou de República Nova; 2ª) de 1937 a 1945, correspondente ao período do Estavo Novo ou da 3ª República; 3ª) de 1945 a 1964, período da República Liberal ou 4ª República.

a) A questão educacional na República Nova

O período de 1930 a 1937,

"a atuação do Governo Provisório e as lutas ideológicas sobre a forma que deveria assumir o regime, no campo político; a atuação do Governo no setor econômico, para sair da catástrofe financeira; e no setor educacional, as reformas empreendidas por Francisco Campos paralelamente à luta ideológica irrompida entre 'pioneiros' e conservadores (...)"⁴⁸.

Os denominados "pioneiros" compunham um grupo de educadores brasileiros aglutinados em torno dos ideais da Escola No-

⁴⁸ ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. História da Educação no Brasil, p.128.

va, movimento originado de idéias desenvolvidas nos Estados Unidos e na Europa.

Na década de 20, esses educadores já haviam desenvolvido um amplo movimento pela renovação do ensino utilizando-se da publicação de livros⁴⁹, da realização de reformas a nível dos Estados⁵⁰, de organização de entidades como a Associação Brasileira de Educação (ABE), fundada em 1924⁵¹.

Jorge Nagle identificou nesse movimento da década de 20, duas correntes de pensamento por ele denominadas de "entusiasmo educacional" e "otimismo pedagógico". O conteúdo doutrinário dessas correntes de pensamento revelava a existência de aspectos comuns e de aspectos distintos. Começando pelo que tinham de comum, verifica-se que tanto o "entusiasmo educacional" quanto o "otimismo pedagógico" viam na escola a principal força de mudança social. Acreditavam que através da escola seria possível alterar o quadro de injustiça social vigente na época.

"Escolarização, o motor da História - aqui se encontra a crença resultante daquele entusiasmo e otimismo, a forma mais acabada com que se procura responder aos desafios propostos pelas transformações sociais que ocorreram a partir do segundo decênio deste século"⁵².

⁴⁹Entre os livros publicados pode-se citar os seguintes: Carneiro Leão. Os deveres das novas gerações brasileiras (1923); José Augusto. Eduquemo-nos (1922); Afrânio Peixoto. Ensinar a ensinar (1923).

⁵⁰Foram as seguintes as reformas estaduais realizadas na década de 20: 1920: reforma empreendida por Sampaio Dória em São Paulo; 1922-1923: Lourenço Filho no Ceará; 1925-1928: José Augusto no Rio Grande do Norte; 1922-1926: Carneiro Leão no Distrito Federal; 1928: Carneiro Leão em Pernambuco; 1927-1928: Lysímaco da Costa no Paraná; 1927-1928: Francisco Campos em Minas Gerais; 1928: Fernando de Azevedo no Distrito Federal; 1928: Anísio Teixeira na Bahia.

⁵¹Compunham esse grupo inicial os seguintes educadores: Heitor Lira, José Augusto, Antonio Carneiro Leão, Venâncio Vilho, Everardo Backeuser, Edgar Süsskind de Mendonça e Delgado de Carvalho.

⁵²NAGLE, Jorge. Educação e Sociedade na Primeira República, p.100.

Mas isto significa também dizer que as duas correntes de pensamento identificavam na escolarização a causa principal da existência do próprio quadro de injustiça que queriam alterar⁵³.

No entanto, enquanto que aos adeptos do "entusiasmo educacional" interessava estender a educação ao maior número de indivíduos, independentemente da qualidade da educação a ser oferecida, os que se posicionavam em termos do "otimismo pedagógico" estavam basicamente preocupados com a qualidade da educação. Queriam expandir a educação, é verdade, acreditavam na força da educação escolarizada, mas essa crença não se aplicava a qualquer tipo de educação. Valia expandir apenas aquela educação que garantisse um certo nível de excelência. Neste aspecto se encontra o ponto diferenciador entre as duas correntes de pensamento. Enquanto o "entusiasmo educacional" reflete uma preocupação com a quantidade, enfatizando assim, os aspectos externos à educação, o "otimismo pedagógico" valoriza os aspectos internos, a qualidade.

A importância dessas correntes de pensamento na década de 20 foi terem propiciado o aparecimento de amplas discussões a respeito das questões educacionais, bem como a realização das reformas estaduais já referidas. Além disso, tanto o "entusiasmo educacional" quanto o "otimismo pedagógico" influenciaram diferentemente os diversos tipos e níveis de ensino.

⁵³ Segundo Vanilda Pereira Paiva, "o termo entusiasmo pela educação foi criado pelo próprio Jorge Nagle que, entretanto, tomou emprestado a Karl Mannheim (...) a expressão otimismo pedagógico, dando-lhe um significado distinto daquele com que o empregara o autor alemão". Educação Popular e Educação de Adultos. Contribuição à História da Educação Brasileira, p.16.

No caso do ensino primário e do ensino técnico, essas correntes de pensamento influenciaram tanto como padrão de pensamento quanto como padrão de realizações. Nesses níveis de ensino a tendência foi no sentido de modificar os padrões existentes.

No caso da escola secundária e do ensino superior, o otimismo pedagógico e o entusiasmo educacional manifestaram-se mais como padrões de pensamento. Quanto ao padrão de realização, a tônica nesses níveis de ensino foi pela manutenção dos padrões existentes.

A explicação para a existência desses diferentes padrões de realizações, segundo Jorge Nagle, encontra-se na forma como se concretizou o regime federativo no Brasil:

"com a passagem do regime monárquico para o republicano, ocorreu a libertação das antigas províncias do poder central, com exceção das atribuições no domínio da escolarização, pois aqui, foi mantido o mesmo modelo elaborado no período imperial. Não sendo possível a centralização política, ou econômica, o novo regime apegou-se à centralização 'cultural', mantendo a escola secundária e superior dentro de sua exclusiva esfera jurisdicional. Por meio desse expediente, e de forma muito mais ostensiva e duradoura, os valores da sociedade imperial permaneceram e influenciaram os destinos da República brasileira"⁵⁴.

Centralizando as orientações relativas à escola secundária e superior, o Estado preservava, assim, o domínio das oligarquias em um importante aparelho privado de hegemonia.

Por outro lado, parece evidente que na nova ordem so-

⁵⁴NAGLE, Jorge. Op.cit., p.127.

cial que se constituía, o ensino elementar e o ensino técnico tinham importante função a cumprir. Seria por acaso que as tentativas de reformas nesses níveis de ensino fossem estranguladas pela conservação dos padrões na escola secundária e no ensino superior? A necessidade de ampliação da base eleitoral e as novas exigências da infra-estrutura podem oferecer alguns elementos elucidativos da questão.

Em todo caso, parece que se tem aqui uma situação inversa àquela verificada no Brasil pós-Independência: enquanto que naquele período as proclamações em prol da educação popular não chegaram a efetivar-se, concretizando-se, no entanto, os relativos ao ensino superior, este mantém-se praticamente inalterado na década de 20.

Na década de 30, o clima de euforia criado pelo movimento revolucionário propiciou a retomada, no campo educacional, das correntes de pensamento que tinham influenciado a década de 20⁵⁵. A maior penetração do escolanovismo no Brasil permitiu a substituição do "entusiasmo educacional" pelo "otimismo pedagógico". Esta última corrente manter-se-á dominante até a instalação do Estado Novo em 1937, quando então será substituída pelo "realismo em educação"⁵⁶.

⁵⁵ Ver a esse respeito: PAIVA, Vanilda Pereira. Educação Popular e Educação de Adultos. Contribuição à História da Educação Brasileira, pp.111-164.

⁵⁶ Vanilda Paiva assim conceitua o "realismo em educação": (...) abordagem dos problemas educacionais sem unilateralidade, ou seja, do ponto de vista objetivo, tanto de uma perspectiva interna quanto de uma perspectiva externa; o tratamento das questões educativas sem perder de vista a importância da qualidade de ensino, mas levando também em consideração o papel desempenhado pelo sistema educacional e por outros movimentos educativos na sociedade como um todo, suas conseqüências sobre a ordem vigente nos planos político, social e econômico", op.cit., p.31.

Entretanto, como esclarece Vanilda Paiva, ao contrário do "entusiasmo educacional" e do "otimismo pedagógico" que eram defendidos por grupos relativamente homogêneos do ponto de vista ideológico e político,

"(...) os 'realistas em educação' formam um grupo bastante diferenciado, no qual se encontram posições que podemos considerar antagônicas do ponto de vista político. Conservadores e revolucionários podem ser encontrados nesse grupo, sempre que eles mantêm uma abordagem do fenômeno educativo em suas várias dimensões e que procuram objetividade no seu tratamento"⁵⁷.

Entre aqueles designados como "realistas em educação", Vanilda Paiva distingue quatro grupos. O primeiro grupo, no qual se destaca a figura de Anísio Teixeira, seria formado pelos profissionais da educação de filiação liberal.

"(...) que embora tenham concentrado grande parte de suas preocupações sobre questões relativas à qualidade do ensino e à reforma dos sistemas educativos, tiveram clareza suficiente para não absolutizar esse aspecto do problema e mantiveram uma perspectiva externa ao sistema ou aos movimentos educativos em suas análises dos mesmos (...)"⁵⁸.

O segundo grupo, seria constituído pelas esquerdas marxistas, tendo como um dos seus representantes mais destacado, Paschoal Leme.

"(...) Essas se estruturam, se diferenciam dentro da confusão ideológica que caracterizou a década dos 20 e que pode ser observada através da heterogeneidade do movimento modernista, no decorrer dessa mesma década. No final dos anos 20,

⁵⁷PAIVA, Vanilda Pereira. Educação Popular e Educação de Adultos. Contribuição à História na Educação Brasileira, p.31.

⁵⁸Idem, p.32.

o Partido Comunista está em pleno florescimento e seus militantes começam a se preocupar com os problemas educativos. A perspectiva 'realista' das esquerdas marxistas em matéria de educação explica-se pela própria teoria tomada como base para suas posições. A ênfase colocada sobre as modificações da base econômica para que a sociedade possa se transformar, as análises calcadas sobre a natureza do modo de produção e da formação social, não poderiam permitir às esquerdas marxistas a adoção do 'entusiasmo pela educação', pois para elas a educação nunca poderia ser vista como 'o principal problema nacional', capaz de solucionar todos os demais. Procuravam seus defensores analisar a forma como a atuação educativa poderia contribuir para a transformação da sociedade, para a revolução proletária (...)"⁵⁹.

O terceiro grupo, constituído pelas "esquerdas não marxistas", surgidas principalmente a partir da década de 50, tem um enfoque dos problemas educacionais que

"(...) se aproxima, mas não se confunde, com aquele das esquerdas marxistas: à menor ênfase colocada sobre a base econômica (como condicionamento das possibilidades de transformação social), corresponde uma maior importância atribuída à cultura e à educação como fatores relevantes para a mudança social. Nesse sentido, os cristãos abriram-se levemente à influência do 'entusiasmo pela educação', na medida em que enfatizavam a atuação educativa extensiva como um instrumento de fundamental importância para a transformação social. Não se perderam nele, entretanto, porque um outro fator os conduzia às preocupações com a qualidade do ensino: aos cristãos, não interessava simplesmente a revolução social; era preciso que os homens que dela participassem fossem conscientes de sua ação e capazes de uma interpretação objetiva das condições às quais estavam submetidos na sociedade por eles encontrada. A educação deveria vir antes e não depois; para tanto, era preciso desenvolver métodos adequados de educação que assegurassem a 'promoção do homem'. O principal teórico da posição, responsável também pela criação do método destinado a esta 'educação libertadora', foi Paulo Freire"⁶⁰.

⁵⁹ Idem, p.33.

⁶⁰ Idem, p.34.

O quarto grupo corresponde aos "tecnocratas da educação" fortalecidos, sobretudo, na década de 60, quando procuraram

"(...) ajustar a oferta de educação à demanda de mão-de-obra qualificada e, mais tarde, indicando os níveis e tipos de ensino onde o investimento educacional seria mais rentável, com base no cálculo dos diferenciais de rendimento individual determinados pela educação adicional. Seu aparecimento e a importância por eles adquirida resultam, essencialmente, do desenvolvimento da economia da educação nos últimos anos e da conseqüente criação de modelos ou de desenvolvimento de técnicas para o planejamento dos sistemas educacionais. Suas preocupações não estão centradas no atendimento dos objetivos tradicionais dos educadores - tais como a universalidade ou a gratuidade do ensino - nem na participação das massas nas decisões políticas. Interessa-lhes essencialmente saber até que ponto a educação contribui para o crescimento econômico e de que forma é possível maximizar os rendimentos da inversão educativa. Este grupo compromete-se, politicamente, com a ordem vigente; interessa-lhe saber de que modo podemos fazer do sistema ou dos movimentos educacionais instrumentos eficazes de modernização de funcionamento adequado das estruturas sócio-econômicas vigentes e de fortalecimento dos grupos políticos dominantes (...)"⁶¹.

Esses diferentes grupos exerceram importante influência sobre o movimento educativo pós-30, e marcaram as lutas ideológicas do período no campo educacional.

Não se classificariam nesses quatro grupos indicados por Vanilda Paiva, os educadores católicos "conservadores" que, aliados aos empresários de ensino, teriam sido os principais opositores dos "pioneiros", pelo menos até a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) em 1961.

⁶¹ Idem, p.35.

Os "pioneiros" lutavam, no período de 1930 a 1937, pela definição de uma política nacional de educação, além de defenderem os seguintes princípios: a laicidade da educação, a co-educação, a gratuidade do ensino e a responsabilidade pública em educação.

Contrários a essas posições, os educadores católicos defendiam: educação subordinada à doutrina religiosa (católica), educação em separado (por sexo), ensino particular e responsabilidade da família quanto à educação.

Para Maria Luisa Santos Ribeiro, a influência das idéias escolanovistas esteve presente nos seguintes acontecimentos:

- a) na exposição de motivos da Reforma Francisco Campos;
- b) nas reformas estaduais que continuaram a ser empreendidas no período⁶²;
- c) na criação de Universidades: Universidade de São Paulo, em 1934 e a Universidade do Distrito Federal em 1935;
- d) nos textos constitucionais:

"A Constituição de 1934, apesar de trazer pontos contraditórios ao atender reivindicações, principalmente de reformadores e católicos, dá bastante ênfase à educação, dedicando um capítulo ao assunto (Cap. II). A reivindicação católica quanto ao ensino religioso é atendida, assim como outras ligadas aos representantes das 'idéias novas', como as que fazem o Brasil ingressar numa política nacional de educação desde que atribui à União a competência privativa de traçar as diretrizes da educação nacional (Cap. I, art. 5º, XIV) e de fixar o plano nacional de educação (art. 151)"⁶³.

⁶²Foram realizadas as seguintes reformas: Anísio Teixeira, no Distrito Federal; Moreira de Souza, no Ceará; Aníbal Bruno, em Pernambuco; Fernando de Azevedo, no Paraná; Lourenço Filho, em São Paulo; Fernando de Azevedo e Almeida Jr. em São Paulo.

⁶³RIBEIRO, Maria Luisa Santos. História da Educação Brasileira. A Organização Escolar, p.107.

Na interpretação de Otaíza de Oliveira Romanelli, subjacentes ao conflito entre educadores católicos e renovadores,

"(...) estavam, na verdade, objetivos implícitos, que consubstanciavam o verdadeiro sentido do movimento. A reafirmação dos princípios e valores da educação confessional significa, em realidade, a determinação dos grandes grupos que até então vinham monopolizando o ensino, de impedir, a todo custo, a perda desse monopólio que a ação do Estado naturalmente haveria de acarretar"⁶⁴.

A luta dos integrantes do movimento renovador em prol da definição de uma política nacional de educação tinha um fundamento real na inexistência até então de um sistema nacional de ensino. "O que existia eram os sistemas estaduais, sem articulação com o sistema central, alheios, portanto, a uma política nacional de educação (...)"⁶⁵.

As reformas empreendidas pelo primeiro Ministro da Educação do Movimento Revolucionário de 30, Francisco Campos, foram extremamente significativas, pelo menos a nível legal, para o ensino superior brasileiro.

Até a década de 20, o ensino superior no Brasil era organizado através de escolas isoladas, com duas características marcantes: nítido caráter profissionalizante e terem sido "criadas e organizadas como um 'serviço público', mantido e controlado pelo Governo, visando a preparação de pessoal para desempenhar diferentes funções na Corte (...)"⁶⁶.

⁶⁴ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. História da Educação no Brasil, p.130.

⁶⁵ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. Op.cit., p.131.

⁶⁶FÁVERO, Maria de Lourdes. A Universidade Brasileira em Busca de sua Identidade, p.21.

A forma como se organizaram as escolas superiores no Brasil no século XIX definiu, segundo Florestan Fernandes, o padrão brasileiro desse tipo de instituição, ou seja, eram escolas especializadas, isoladas e autárquicas.

Eram especializadas no sentido em que se constituíram como escolas de

"(...) elites culturais raras e que apenas podiam (ou sentiam necessidade social de) explorar o ensino superior em direções muito limitadas. Como a massa de conhecimentos procedia do exterior e a sociedade só valorizava a formação de profissionais liberais, a escola superior tornou-se uma escola de elites, de ensino magistral e unifuncional: cabia-lhe ser uma escola de transmissão dogmática de conhecimentos nas áreas do saber técnico-profissional, valorizadas econômica, social e culturalmente pelos extratos dominantes de uma sociedade de castas e estamental (...)"⁶⁷.

Eram autárquicas na medida em que se encerravam sobre si próprias,

"(...) para perseguir os fins que ditavam a sua existência: a transmissão dogmática de conhecimentos e a formação de certos tipos de letrados, que poderiam se metamorfosear, pela suplementação da escolarização através de práticas rotineiras, em políticos, burocratas, homens de negócio ou profissionais liberais (...)"⁶⁸.

E, eram isoladas, porque não extraíam, "para o seu funcionamento, crescimento e aperfeiçoamento, estímulos de controles ou de impulsões externos"⁶⁹.

⁶⁷FERNANDES, Florestan. Universidade Brasileira: Reforma ou Revolução? pp. 55-56.

⁶⁸FERNANDES, Florestan. Op.cit., p.56.

⁶⁹Idem, p.56.

Esse padrão de escola superior mostrou-se demasiadamente resistente, apresentando-se como um dos elementos de reação à mudança até a década de 60.

Ele estaria presente na criação das primeiras universidades no país, influenciando em sua configuração como "universidades conglomeradas", ou seja, universidades resultantes da mera justaposição de escolas isoladas.

Em 1920, foi criada pelo Governo Federal a primeira universidade do Brasil, a Universidade do Rio de Janeiro, hoje, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Esta universidade resultou da mera justaposição de escolas isoladas de caráter essencialmente profissionalizante, então existentes na capital: Medicina, Direito e a Escola Politécnica⁷⁰.

A organização da Universidade do Rio de Janeiro seguiu o modelo da universidade francesa do período napoleônico, embora, de acordo com Darcy Ribeiro, esse modelo não tenha sido adotado em sua totalidade, desprezando-se, aliás, o que ele tinha de mais rico, que era seu caráter integrador:

"o que caracterizava o sistema educacional da França imperial era, exatamente, seu conteúdo político de instituição centralizadora, de órgão monopolizador da educação geral, destinado a desfeudalizar e unificar, culturalmente, a França, fazendo do arquipélago de províncias, uma nação culturalmente integrada na civilização industrial emergente"⁷¹.

⁷⁰ Em 1909 tinha sido criada a Universidade de Manaus e, em 1912, a Universidade do Paraná, mas essas instituições surgiram da iniciativa particular, independente da colaboração governamental. Foram extintas não podendo, pois, serem consideradas as primeiras universidades do Brasil.

⁷¹ RIBEIRO, Darcy. A Universidade Necessária, p.106.

A universidade brasileira, bem como as universidades latino-americanas, teriam, segundo Darcy Ribeiro, aproveitado do modelo francês apenas os aspectos seguintes:

"postura universitária fomentadora de escolas autárquicas, o profissionalismo, a erradicação da teologia e a introdução do culto positivista nas novas instituições jurídicas reguladoras do regime capitalista e seus corpos de auto-justificação"^{7 2}.

Em 1927, foi criada a Universidade de Minas Gerais através da aglutinação das Escolas de Direito, Engenharia e Medicina.

Desta forma, ao ser realizado o movimento revolucionário de 30, o Brasil contava apenas com duas universidades, estando o ensino superior organizado em termos de estabelecimentos isolados.

Muito embora a Reforma Francisco Campos^{7 3} tenha, através do Estatuto das Universidades Brasileiras, dado legalmente uma estrutura orgânica ao ensino superior, as tentativas do movimento renovador no sentido da criação de instituições integradas não lograram alcançar seus objetivos.

Com efeito, contestando o modelo organizacional da

^{7 2}Idem, p.106.

^{7 3}Medidas dessa Reforma: a) Decreto nº 19.850, de 11 de abril de 1931: cria o Conselho Nacional de Educação; b) Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931: dispõe sobre a organização do ensino superior no Brasil e adota o regime universitário (Estatuto das Universidades); c) Decreto nº 19.852, de 11 de abril de 1931: dispõe sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro; d) Decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931: dispõe sobre a organização do ensino secundário; e) Decreto nº 20.158, de 30 de junho de 1931: organiza o ensino comercial, regulamenta a profissão de contador e dá outras providências; f) Decreto nº 21.241, de 14 de abril de 1932: consolida as disposições sobre a organização do Ensino Secundário.

Universidade do Rio de Janeiro, imposto como padrão a ser seguido pelas outras universidades a serem criadas no país, foram feitas, na década de 30, duas tentativas de criação de universidades como instituições "orgânicas" e "integradas": a Universidade de São Paulo (USP), em 1934 e a Universidade do Distrito Federal (UDF), em 1935.

A Universidade de São Paulo foi criada através do Decreto nº 6.283/34, e representou uma importante tentativa de estruturação de um novo modelo de universidade no Brasil. O principal aspecto inovador dessa experiência foi a proposta de criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, a qual deveria ser a "alma mater" da Instituição. Deveria ser:

"(...) uma instituição única, responsável pelo cultivo de todos os ramos do saber, bem como pela promoção do ensino das disciplinas de caráter não utilitário, pela realização de pesquisas científicas e altos estudos de caráter desinteressado, como também pela realização de cursos básicos de disciplinas comuns a outros institutos universitários. Deveria ainda colaborar na formação de professores secundários e superiores"⁷⁴.

Esse papel atribuído à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras encontrou sérios obstáculos a sua concretização por parte de membros do Conselho Universitário da própria Universidade.

A Universidade do Distrito Federal, criada por Anísio Teixeira em 1935, também representou mais uma tentativa de inovar a estrutura organizacional das universidades brasileiras. Esta

⁷⁴FÁVERO, Maria de Lourdes. A Universidade Brasileira em Busca de sua Identidade, p.39.

Universidade não contava com nenhuma faculdade profissionalizante, tendo sido constituída pelas seguintes instituições: Faculdade de Filosofia e Letras, Faculdade de Ciências, Faculdade de Economia e Direito, Faculdade de Educação e o Instituto de Artes. Foi extinta em 1938 por iniciativa do Governo Federal, sob a "onda de reação" que varreu o mundo inteiro nos anos de ascensão do fascismo"⁷⁵.

O insucesso das tentativas inovadoras em relação à Universidade não foi um privilégio desse nível de ensino. As conquistas dos "pioneiros" relativas a outros aspectos da questão educacional também tiveram um efeito apenas "legal" e "retórico", como afirma Vanilda Paiva. O que se conseguiu realizar em termos de organização e expansão do ensino decorreu da ação dos Estados, através das reformas estaduais já mencionadas.

Verifica-se, assim, que os movimentos originados na sociedade civil em prol da ampliação das oportunidades de ensino, de introdução de inovações pedagógicas, e da definição de uma política nacional de educação que conferisse um caráter menos fragmentário ao sistema de ensino, foram, de certa forma, contidos pelo aparelho de Estado.

b) A Política Educacional do Estado Novo

As oscilações do Governo Vargas na 2ª República expressando as divergências de interesses nele presentes chegaram a tal nível de contradição que propiciaram a instalação do período ditatorial de 1937 a 1945.

⁷⁵RIBEIRO, Darcy. A Universidade de Brasília, p.4.

Embora haja diferenças de interpretação quanto ao significado do Estado Novo, o fato é que ele implicou num fortalecimento do aparelho de Estado e numa intervenção mais intensa desse aparelho em os aspectos da vida nacional. Para Leôncio Basbaum, o golpe de 10 de novembro de 1937

"só foi possível porque um conjunto de circunstâncias se haviam acumulado no processo histórico nacional e internacional. Em primeiro lugar o ascenso mundial do nazi-fascismo, das tendências totalitárias e fascistas da burguesia. Em segundo, porque a própria burguesia brasileira, aterrorizada com o fantasma do socialismo e das frentes populares, estava disposta a receber com bons olhos, como de fato recebeu, um governo forte que liquidasse de vez com as velidades liberalóides e socializantes das massas (...)"⁷⁶.

O Estado Novo foi marcado pelo anti-liberalismo e foi profundamente anti-democrático. A Constituição que lhe conferiu legitimidade diferia, em essência, da Constituição de 1934 na qual predominaram os princípios liberais. A Constituição de 1937 eliminou o sistema representativo, fortaleceu o Executivo e liquidou com o federalismo,

"o velho federalismo na propaganda republicana, e com isso, o desaparecimento das tradicionais bandeiras dos Estados. Desapareciam também os governadores, substituídos agora por delegados do governo federal, provisoriamente chamados de interventores"⁷⁷.

Ao fortalecimento do Executivo correspondeu o enfraquecimento das instituições da sociedade civil: os sindicatos sofreram pesado golpe com a liquidação de sua independência e plu-

⁷⁶ BASBAUM, Leôncio. História Sincera da República, vol.3, p.100.

⁷⁷ BASBAUM, Leôncio. Op. cit., p.106.

ralidade; os partidos políticos foram extintos; foram proibidas as greves e qualquer manifestação contrária ao regime.

No plano educacional arrefeceu-se o movimento dos renovadores. Estes não tinham mais vez no governo de Getúlio a não ser aqueles que compactuaram com o novo regime e o ajudaram a executar sua política educacional. As bases dessa política foram expostas, segundo Vanilda Paiva, por Humberto Grande no livro "A Pedagogia do Estado Novo". Para Grande, a pedagogia do Estado Novo era "a pedagogia da disciplina e da autoridade que quer formar no espírito das novas gerações uma mentalidade vigorosa e confiante"⁷⁸.

Os "princípios objetivos" dessa "pedagogia" eram:

- . combate ao analfabetismo;
- . instrução agrícola e rural para a população do campo e do interior dos Estados;
- . ensino técnico-profissional aos habitantes das cidades;
- . educação universitária para as elites.

As orientações dessa "pedagogia" estenderam-se para todo o território nacional, servindo de base à primeira tentativa feita no Brasil para definir uma política nacional de educação. "Mas, acima de tudo, esta política nacional de educação se integrava numa estratégia mais geral destinada à solucionar a 'questão social' e a sedimentar o poder político e a ordem sócio-econômica vigente (...)"⁷⁹.

⁷⁸PAIVA, Vanilda Pereira. Educação Popular e Educação de Adultos. Contribuição à História da Educação Brasileira, p.136.

⁷⁹PAIVA, Vanilda Pereira. Op. cit., p.137.

Essa política se concretizou através das "Leis Orgânicas do Ensino", que reformularam o ensino técnico (industrial e comercial) e o ensino secundário. Foram os seguintes os decretos-leis que propiciaram essas reformas:

. Lei Orgânica do Ensino Industrial: decreto-lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942;

. Lei Orgânica de Ensino Secundário: decreto-lei nº 4.244, de 09 de abril de 1942;

. Lei Orgânica do Ensino Comercial: decreto-lei nº 6.141, de 28 de dezembro de 1943.

Além dessas reformas, foi criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), através do decreto-lei nº 4.048, de 22 de janeiro de 1942. O SENAI, juntamente com o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), criado em 10 de janeiro de 1946, vieram constituir o "sistema paralelo de ensino" na época do Estado Novo.

As Leis Orgânicas do Ensino Técnico procuraram atender às novas necessidades do desenvolvimento industrial através da formação de mão-de-obra nacional a nível interno, uma vez que já havia mudado a política de importação de mão-de-obra da Europa.

Ajustavam-se, também, essas leis, à ideologia do nacional-desenvolvimentismo. Elas não conseguiram, no entanto, criar um sistema de ensino técnico suficientemente eficiente que se diferenciasse do "sistema paralelo". Além disso, elas tinham um caráter nitidamente elitizante na medida em que foram elabo-

radas para atender às camadas menos favorecidas. Para os membros da classe média e das elites organizou-se o ensino secundário mantendo-se, assim, o dualismo do sistema educacional.

A Lei Orgânica do Ensino Secundário, não inovou muito esse nível de ensino em relação às suas características anteriores, e nem lhe estabeleceu uma função ideológica voltada às necessidades do regime. O decreto-lei nº 4.244/42, estabeleceu como objetivos do ensino secundário:

- a) proporcionar cultura geral e humanística;
- b) alimentar uma ideologia política definida em termos de patriotismo e nacionalismo de caráter fascista;
- c) proporcionar condições para ingresso no ensino superior;
- d) possibilitar a formação de lideranças.

Assim, segundo Romanelli, a Lei Orgânica do Ensino Secundário, nada mais fez "do que acentuar a velha tradição do ensino secundário acadêmico, propedêutico e aristocrático (...)"⁸⁰. O acesso ao ensino superior para aqueles que tivessem cursado o ensino técnico só seria permitido no ramo profissional correspondente.

- c) A Volta à Normalidade Democrática e os Novos Rumos da Educação: 1945-1964

O final do Estado Novo com a queda de Getúlio Vargas em 1945, encerrou o ciclo revolucionário do movimento de 1930 e deu início a uma nova conjuntura histórica com novas condições

⁸⁰ ROMANELLI, O. de Oliveira. Op. cit., p.157.

econômicas, políticas e sociais.

Economicamente, o período será marcado não só pelo avanço e diversificação da industrialização, mas também por sua mudança qualitativa. Entre essas mudanças qualitativas pode-se citar a passagem da fase de predomínio da produção de bens de consumo, para a fase de predomínio dos bens de produção; a implantação das indústrias de base, entre as quais se destacaram a de aço, ferro e petróleo; crescimento das grandes empresas em detrimento das de pequeno porte (intensificação do processo de concentração).

Correspondendo ao avanço do setor industrial, cresceu significativamente o setor terciário, passando esses dois setores a ocupar o maior contingente da população ativa do país. Apenas a terra manteve-se intocável no que era essencial: o predomínio do latifúndio. Este não só se manteve como concentrou ainda mais a propriedade.

Foi também a partir de 1945 que a penetração do imperialismo norte-americano substituiu de vez a influência inglesa no Brasil:

"é somente em 1945, com a derrota dos países do Eixo que o Brasil se amarra definitivamente com os Estados Unidos, único país capitalista que sobrou da segunda grande guerra em condições de sobrevivência. E é quando começa realmente a grande penetração capitalista norte-americana, que iria atingir o apogeu em 1955. Até então a influência americana era indireta, como a que se exerceu sobre o petróleo, impedindo a sua pesquisa"⁸¹.

⁸¹ BASBAUM, Leôncio. História Sincera da República, vol.3, pp.153-154.

A penetração do imperialismo norte-americano no Brasil levou a uma nova etapa na dependência externa, mais intensa, que se refletiu nas áreas tecnológica, financeira, política, cultural e educacional, reforçando a dependência estrutural do país. É claro que esse processo, como já foi analisado neste trabalho, não se deu de imediato. Passou por períodos de oscilações refletindo tanto as flutuações das relações externas, quanto das internas. Nesses momentos de oscilações, duas tendências básicas de desenvolvimento se delinearam: o nacionalismo-desenvolvimentista e o modelo associado. Mas também o modelo socialista se apresentou como uma possibilidade, especialmente após a Revolução de 30. O conflito entre essas tendências só será resolvido em 1964 quando sai vitoriosa a tendência comprometida com a internacionalização da economia.

Cabe ainda destacar, aqui, o papel assumido pelo aparelho de Estado na economia. É claro que esse processo já vinha de antes mas se intensificou a partir de 1950. A partir daí, o aparelho de Estado, além de formular a política econômica, passou também a executar pontos dos programas de desenvolvimento. Ianni cita como exemplos dessa nova função do aparelho de Estado a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), em 1952; a criação da Petróleo Brasileiro Sociedade Anônima (PETROBRÁS), em 1953; a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em 1959⁸².

Esse processo de desenvolvimento, agora conduzido mais diretamente pelo aparelho de Estado, atingiu de maneira diferente as diversas regiões do país, concentrando seus benefícios

⁸² IANNI, Octávio. O Colapso do Populismo no Brasil, p.27.

nas regiões Sudeste e Sul. O crescimento econômico entrou em declínio a partir de 1962,

"quando a situação política de instabilidade e a inflação provocam retração de capitais estrangeiros, oposição das classes produtoras, greves operárias etc. Afora isto, certos desequilíbrios acumulados em anos anteriores mostram que a 'economia brasileira não havia conseguido criar ainda as condições necessárias para um processo auto-sustentável de desenvolvimento econômico' (...)"⁸³.

Politicamente, permanecia o populismo, com suas diferentes expressões no período: getulismo, juscelinismo, janguismo e populismo de esquerda. E este populismo estava agora mais fortalecido com o aumento da participação política dos setores populares, das classes médias e das forças de esquerda. Mesmo no governo de Juscelino Kubitschek em que se assistiu, no plano econômico, ao fortalecimento da tendência à associação com o capital estrangeiro, politicamente ele explorou o populismo. De qualquer forma, foi no seu governo que foram criadas as condições mais importantes para a destruição do modelo de desenvolvimento nacionalista.

O fortalecimento da política de massas, com ampla participação das esquerdas, levou à campanha pelas reformas de base na qual os setores populares puderam demonstrar sua força política. Como reação ao ascenso do movimento de massas, o poder burguês, sentindo-se ameaçado, uniu-se. Ou seja, as várias facções das classes dominantes (burguesias industrial, financeira, agrária e comercial), aliaram-se e buscaram o apoio das forças armadas para impedir o processo de ruptura em curso.

⁸³CARONE, Edgar. A República Liberal I - Instituições e Classes Sociais (1945-1964), p.117.

Os acontecimentos políticos do período 1930-1945, estavam diretamente voltados para a redução do poder político e econômico das oligarquias tradicionais (setores agrários exportadores e importadores), que tinham sua base de sustentação na cafeicultura. Contra os interesses desses setores colocaram-se aqueles dos grupos urbanos nascentes, como a classe média, a burocracia civil e militar, os incipientes grupos de empresários industriais, e o nascente proletariado⁸⁴.

A partir de 1945, com as condições já criadas para o avanço da industrialização, as classes sociais já apresentavam uma configuração mais nítida, com níveis ideológicos e organizativos mais amplos, o que lhes permitia apresentar reivindicações mais concretas. Desta forma, as contradições de classe se acirravam, tornando-se a luta pelo direito de participação na sociedade, uma constante.

Como estavam organizadas, então, as classes sociais no período de 1945 a 1964 (4ª República ou República Liberal)? Como estava a correlação de forças no período? Quais as reivindicações das diferentes classes e como elas se relacionavam com o desenvolvimento do capitalismo no país?

A oligarquia que vinha sendo abalada em suas bases de poder político desde a crise do sistema oligárquico no final da década de 20 e início da de 30, sem contudo perder sua influência política, a partir de 1945 passou por um processo de diferenciação interna mais intensa do que nos períodos anteriores.

⁸⁴ IANNI, Octávio. O Colapso do Populismo no Brasil.

Esse processo de diferenciação é distinto nos Estados mais desenvolvidos e nos menos desenvolvidos⁸⁵.

Nos Estados mais desenvolvidos, "mesmo que continue a haver ligação com a tradição rural, a maior parte das novas gerações têm vivências e interesses urbanos muito mais acentuados do que nos períodos anteriores (...)"⁸⁶.

Nos Estados mais pobres, as oligarquias se mantêm quase inalteradas: "neles, a figura do coronel, a pessoal do chefe político, o fenômeno do mandonismo persistem quase no seu modelo clássico (...)"⁸⁷.

Mas, apesar dessas diferenças continua a haver consonância entre as oligarquias, demonstrando esta classe sua capacidade de adaptar-se às circunstâncias e preservar seu domínio político, o que fará até 1964.

Quando, em 1945, por força da Lei Eleitoral, os partidos políticos são obrigados a se organizarem a nível nacional, as oligarquias, contrárias à sua prática anterior, se estruturaram nacionalmente, aglutinando-se, "por razões pessoais e de conveniência", no Partido Social Democrático (PSD), na União Democrática Nacional (UDN) e no Partido Republicano (PR). Ideologicamente, as oligarquias mantêm uma visão elitista e conservadora.

Com a crise do sistema oligárquico aumentou o poder econômico da burguesia, embora esta ainda não tivesse condições de se organizar politicamente a nível nacional, nem de conquistar o poder político.

⁸⁵Para o resumo da situação das classes sociais a partir de 1945 foi utilizado o texto de Edgard CARONE. A República Liberal - I. Instituições e Classes Sociais (1945-1964), p.133-254.

⁸⁶CARONE, Edgard. Op.cit., p.138.

⁸⁷CARONE, Edgard. Op.cit., p.138.

"Este vácuo é tão grande que cabe aos grupos defensores das idéias nacionalistas - de tendência operária e de classes médias, além dos partidos de esquerda, principalmente o PCB -, o poder de guardiães e incentivadores desta burguesia, denominadas por eles de burguesia nacional ou burguesia progressista"⁸⁸.

Embora, tremendamente atrelada ao poder oligárquico, essa burguesia nacional conseguiu desenvolver uma formulação ideológica onde são marcantes os traços de nacionalismo.

Essa ideologia nacionalista encontrará seu contraponto na formulação de outro segmento da burguesia mais comprometido com o imperialismo. A formulação dessa nova visão já pode ser observada de forma mais clara a partir da II Conferência Nacional das Classes Produtoras, evento ocorrido em 1949 na cidade de Araxá, em Minas Gerais. A partir deste momento, a visão que vai se criando

"(...) é a de colaboração com o capital estrangeiro e, até, de querer demonstrar o seu caráter benéfico, além de procurar comprovar a validade do fenômeno, quando deixa-se de usar a palavra 'imperialismo' e aplica-se 'multinacional', porque o primeiro termo na literatura marxista e socialista, identifica-o com a exploração capitalista"⁸⁹.

Alguns dos ideólogos desta corrente de pensamento foram Eugênio Gudín, Octávio Gouvêa de Bulhões e Roberto de Oliveira Campos, que também tiveram oportunidade de colocar suas teorias em prática quando ocuparam postos no aparelho de Estado⁹⁰.

⁸⁸Idem, p.142.

⁸⁹CARONE, Edgard. Op.cit., p.148.

⁹⁰Outros ideólogos dessa facção da burguesia foram: Herbert Levy e Brasília Machado Neto.

Além do atrelamento ao capital externo esta burguesia era extremamente conservadora e defendia, a nível interno, a "paz social" e a "produtividade". Sempre se posicionou contrária aos interesses dos trabalhadores e dos seus movimentos organizativos. Esta posição pode ser exemplificada com sua atitude em relação às leis sociais questão em que sempre contou com o apoio da oligarquia: lei de greve, questão do salário mínimo, entre outras. No início da década de 60, "quando as reivindicações trabalhistas crescem e os conflitos aumentam", a posição da burguesia "torna-se cada vez mais restrita e radicalmente contrária à aceitação dos direitos operários", o que a leva "a aderir mais prontamente ao golpe de 1964 (...)"⁹¹.

A industrialização, a expansão do setor terciário da economia, a urbanização são fatores conjugados que explicam o crescimento da classe média no Brasil, especialmente a partir de 30, processo que terá maior expressão depois de 1945.

No Brasil, a classe média se originou e se desenvolveu caracteristicamente como um setor urbano, ao contrário do que ocorreu em alguns países europeus e nos Estados Unidos da América. Segundo Oliven, este fato implicou na determinação de algumas características das classes médias brasileiras, tais como: subordinação à oligarquia, bacharelismo e elitismo, em termos de projeto de vida e de auto-imagem social.

Essas características se refletem no modo como a classe média concebe a educação e na forma como ela se relaciona com as classes dominantes. "Poder-se-ia dizer que a classe média tende, em geral, a valorizar a educação, principalmente a su-

⁹¹ CARONE, Edgard. Op.cit., p.159.

perior, como um mecanismo de controle social que limita o acesso às profissões de maior prestígio (...)"⁹².

As relações da classe média brasileira com as classes dominantes, foi sempre de dependência:

"Ela tem atuado como classe de suporte da classe dominante, sempre que a última apresente desacordo entre as suas diferentes facções, como foi o caso na Revolução de 1930. Ela serviu, também, para ampliar as bases de legitimação do regime político, quando a hegemonia da oligarquia esteve ameaçada, como ocorreu em 1964"⁹³.

Em termos ocupacionais as classes médias no Brasil compreendem principalmente aqueles setores que trabalham por conta própria e os empregados, exercendo atividades não manuais.

Edgard Carone faz algumas colocações diferentes em relação à classe média. Reconhecendo a diferenciação interna da classe, ou seja, sua divisão em classe média alta, classe média e classe média baixa, ele afirma que esses diferentes setores da classe têm posições ideológicas e comportamentos políticos que se diferenciam. Para Carone, uma parte do segmento superior da classe média,

"está preso umbilicalmente às classes dominantes, enquanto os segmentos inferiores se confundem com o movimento operário. São a camada denominada média classe média - composta de profissionais liberais, de funcionários públicos, de oficiais do Exército, de intelectuais etc - tem mais autonomia e se manifestam mais livremente"⁹⁴.

⁹² OLIVEN, Arabela Campos. "Expansão do Ensino Superior: Democratização ou Cooptação?" In: Educação Brasileira. Revista do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras II(4):56, Brasília, 1º semestre de 1980.

⁹³ OLIVEN, Arabela Campos. Op.cit., p.56.

⁹⁴ CARONE, Edgard. A República Liberal I - Instituições e Classes Sociais (1945-1964), p.167.

Essas diferentes posições ideológicas irão se refletir no comportamento da classe nas diversas conjunturas históricas do período posterior a 1930.

"A partir de 1945 a classe média tem ação mais complexa, enriquecendo algumas tradições anteriores, batalhando em frentes novas. O mundo apresenta opções políticas mais variadas, e a classe soma, em 1950, 13,2% da população do país. A variedade e a diversidade de funções, aliadas à maior influência do capital estrangeiro, e ao aumento progressivo de empregos e de nível de vida, fazem com que a luta que se trava no país entre desenvolvimento interno e capitalismo internacional, entre sistema oligárquico e aberturas democráticas e entre socialismo reformista e comunismo bolchevique, obrigue a classe a fazer composições e tomar atitudes políticas bastante particulares e variadas"⁹⁵.

Neste momento, parte da classe média se une às classes dominantes defendendo seus interesses e valores. Mas, outros grupos dessa mesma classe se unem às lutas pelas reformas da sociedade, alguns aderindo ao movimento de esquerda. Este setor mais progressista da classe média fará, também, opções partidárias, agrupando-se em partidos de caráter mais reformista como o Partido Socialista Brasileiro (PSB) e o Partido Democrata Cristão (PDC) ou em partidos de tendência mais radical, como a Ação Popular (AP) e a Organização Popular Marxista (POLOP). A maioria dos componentes desses dois últimos partidos é constituída de jovens saídos do movimento estudantil.

O importante a destacar é que, a partir de 1945, a participação política da classe média é mais significativa, colaborando nas lutas que terão seu desfecho com o Golpe de Estado de 1964.

⁹⁵ CARONE, Edgard. Op.cit., p.169.

Também as massas assalariadas passam a ter uma participação política muito mais importante do que nos períodos anteriores, tanto os operários quanto os trabalhadores rurais.

Tudo isso, segundo Ianni,

"significa que entram em jogo as aspirações de bem-estar social de um proletariado cada vez mais numeroso, ao lado de uma classe média numericamente crescente. Além disso, colocam-se de modo jamais conhecido antes as reivindicações dos trabalhadores agrícolas, em várias regiões do país. É ainda nesse período que se multiplicam os grupos políticos de esquerda; e a juventude universitária impõe-se ainda mais, como força política ativa e organizada"⁹⁶.

As transformações operadas na sociedade brasileira na 4ª República irão se refletir na classe operária, que passa por profundas transformações. Os fatores que mais diretamente teriam influenciado nesta transformação da classe operária seriam: a) "mudanças estruturais no processo de produção industrial, com a introdução de bens de produção"; b) renovação de seu contingente étnico, ocasionada pela diminuição da imigração estrangeira a partir de 1930, quando aumenta a migração interna composta, principalmente, de nordestinos; c) valorização de novas problemáticas ideológicas, como o marxismo.

"Desta maneira, o movimento operário se enriquece e se dinamiza mais, tendo atuação larga, a seu favor e de outras camadas sociais, como a classe média e a burguesia nacional (...)"⁹⁷.

⁹⁶IANNI, Octávio. O Colapso do Populismo no Brasil, p.17.

⁹⁷CARONE, Edgard. A República Liberal I - Instituições e Classes Sociais (1945-1964), pp.172-173.

As lutas da classe operária na 4ª República (ou República Liberal) estiveram voltadas, principalmente, para a obtenção da liberdade sindical, para uma maior organização da classe através da estruturação de uma central sindical única e permanente, pelo direito de greve, por melhoria salarial e de condições de vida, pela existência de leis sociais, pelas reformas de base.

Os setores rurais lutaram por seu direito de organização através das Ligas Camponesas e dos Sindicatos Rurais, e pela reforma agrária.

Também entre a classe operária e nos setores rurais houve divergências ideológicas e de formas de condução das lutas. Setores das classes operárias foram influenciados pelo PCB; outros tinham ligações mais fortes com o populismo através do PTB; outros eram guiados ideologicamente pela Igreja Católica; outros, ainda, foram arregimentados pelos setores mais conservadores das classes dominantes.

Mas, como afirmei em relação à classe média, o fato importante a partir de 1945, foi a organização do operariado enquanto classe, tendo este conseguido impor-se como categoria política de valor.

Todos esses acontecimentos irão se refletir no campo educacional, seja através do aumento de reivindicações por oportunidades educacionais em todos os níveis de ensino, seja pela pressão de grupos mais organizados em proveito de algumas modificações no sistema de ensino, seja pela decretação de leis gerais reformulando o ensino a nível nacional.

Ainda na década de 40, após a queda de Getúlio Vargas, deu-se continuidade ao processo de reorganização do ensino a nível nacional, através da promulgação da Lei Orgânica do Ensino Primário (Decreto-lei nº 8.529, de 02 de janeiro de 1946); da Lei Orgânica do Ensino Normal (Decreto-lei nº 8.530, de 02 de janeiro de 1946); da Lei Orgânica do Ensino Agrícola (Decreto-lei nº 9.613, de 20 de agosto de 1946). Ampliou-se, também, o sistema paralelo de ensino através da criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Decretos-leis nº 8.621 e 8.622, de 10 de janeiro de 1946).

Desses decretos é importante destacar o que se refere ao ensino primário, posto que é a primeira vez que o Governo Central estabelece orientações para esse nível de ensino. Até a promulgação da Lei Orgânica do Ensino Primário, este estivera sob a responsabilidade dos Estados.

De acordo com a concepção de Romanelli, a Lei Orgânica do Ensino Primário retomou vários princípios dos "pioneiros", entre os quais a gratuidade, a obrigatoriedade, a descentralização e a previsão do planejamento educacional como instrumento de implantação da reforma.

A reforma do ensino primário foi complementada pela Lei Orgânica do Ensino Normal que estabeleceu como objetivos da Escola Normal: 1. prover a formação do pessoal docente necessário às escolas primárias; 2. habilitar administradores escolares destinados a essas escolas; 3. desenvolver e propagar os conhecimentos e técnicas relativas à educação da infância.

Tanto a Lei Orgânica do Ensino Primário quanto a Lei Orgânica do Ensino Normal, apesar de alguns limites, propiciaram

condições favoráveis à ampliação e modernização desses níveis de ensino. No entanto, como afirma Romanelli, depois de apresentar dados referentes à situação do ensino primário em 1957, "após 11 anos de vigência das Leis Orgânicas, que reformaram o ensino primário e o ensino normal, a constatação de uma tal situação para o magistério⁹⁸ e as incríveis disparidades regionais que nela se configuram só nos podem levar à conclusão de que as leis, afinal de contas, têm tido pouca influência na modificação da realidade"⁹⁹.

Desta forma, embora tenha se expandido a rede escolar brasileira em todos os níveis, esta expansão não foi suficiente nem para atender às necessidades mais prementes de cada nível de ensino, nem para eliminar a seletividade do sistema educacional brasileiro, seletividade esta que tem sua expressão máxima no reduzido número de ingressantes no ensino primário que

⁹⁸ Refere-se ao grande número de professores sem qualificação no exercício do magistério primário.

⁹⁹ ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. História da Educação no Brasil, p.163. É importante salientar aqui o pensamento de Romanelli a respeito da legislação. Ela afirma o seguinte: "(...) nenhuma lei é capaz por si só, de operar transformações profundas, por mais avançada que seja, nem tampouco de retardar, também por si só, o ritmo de progresso de uma dada sociedade, por mais retrógrada que seja. Sua aplicação depende de uma série de fatores. Em primeiro lugar, a eficácia de uma lei está subordinada à sua situação no corpo geral das reformas por acaso levadas a efeito, paralelamente a outros setores da vida social, e, o que é mais importante, sua eficácia decorre de sua integração e de suas relações com todo esse corpo. Os efeitos de uma lei de educação, como de qualquer outra lei, serão diferentes, conforme pertença ela ou não a um plano geral de reformas. Em segundo lugar, a aplicação de uma lei depende das condições de infra-estrutura existentes. Em terceiro lugar, está a adequação dos objetivos e do conteúdo da lei às necessidades reais do contexto social a que se destina". Afirma ainda Romanelli, "que as conexões da lei com o contexto geral, assim como sua dependência em relação a todos esses fatores, funcionam como uma faca de dois gumes. Se, em alguns casos, impedem que ela funcione no sentido de promover a mudança, em outros, não impedem que a realidade, evoluindo por força de leis naturais e sociais mais fortes, acabe tornando a lei inoperante. Em outros termos, se uma lei tem força nova para criar condições formais de mudança ou de atraso, não a tem, todavia, para impedir que, apesar dela, se mude a realidade". Op. cit., pp.179-180.

chegam à Universidade. Os principais pontos de estrangulamento neste percurso até à Universidade são localizados na passagem da primeira para a segunda série primária; na passagem do primário para o ginásio e na passagem do Colegial para o ensino superior.

A Constituição de 1946 (Art. 59, XV, d) determinou que se elaborasse uma lei de diretrizes e bases da educação nacional que de certa forma deveria substituir as Leis Orgânicas em vigor. Para cumprir tal finalidade, foi nomeada uma comissão pelo Ministro da Educação Clemente Mariani, da qual faziam parte educadores das mais variadas tendências, presididos por Fernando de Azevedo. Esta comissão iniciou seus trabalhos em 18 de setembro de 1947, tendo elaborado um anteprojeto de lei, o qual foi encaminhado pelo Presidente da República, General Dutra, à Câmara Federal em 29 de outubro de 1948.

Com o encaminhamento do Projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional à Câmara Federal, teve início a primeira fase de discussões em torno do projeto, o qual só seria transformado em lei treze anos depois, em 1961.

A primeira fase de debates desenvolveu-se em torno da questão da centralização e da descentralização do ensino, posicionando-se os educadores católicos e "pioneiros" a favor desta última, embora os argumentos contrários à centralização fossem diferentes para cada um dos grupos. Os educadores ligados às idéias da Escola Nova eram contrários à centralização em função de princípios pedagógicos: acreditavam no processo educativo como um processo onde as adaptações às diferenças regionais e individuais exigiam a descentralização.

Para os educadores católicos, a centralização feria a liberdade individual além de se apresentar como um fortalecimento do Estado. Como o anteprojeto apresentado pela Comissão presidida por Fernando de Azevedo propunha também a descentralização, havia uma concordância dos educadores católicos com a orientação do anteprojeto, neste aspecto particular.

A voz discordante veio do deputado Gustavo Capanema, que em parecer se posicionou contrário à descentralização, alegando ser da competência da União traçar as diretrizes e bases da educação nacional, estendendo-se essa competência ao campo da administração do ensino. O projeto foi arquivado em função do parecer de Capanema.

Mas, o que propunha realmente o anteprojeto em relação à administração do ensino? Propunha a criação de um sistema federal, que teria por finalidade organizar e administrar a educação nos territórios e, supletivamente, nos Estados. Além disso, propunha os "sistemas estaduais de educação, com administração e organização a cargo dos Estados (...)"¹⁰⁰.

Voltou-se à discussão do projeto com a apresentação de um substitutivo, em 1959, pelo deputado Carlos Lacerda, substitutivo este que desviou os debates da questão centralização-descentralização, para a questão da "liberdade de ensino".

Sobre esse ponto divergiam frontalmente os "pioneiros" e os educadores católicos. Estes últimos, em nome da liberdade de ensino, na verdade passaram a defender a iniciativa privada no campo educacional, sendo apoiados pelos empresários do ensino.

¹⁰⁰ROMANELLI, Otaíza O. Op.cit., p.173.

Os "pioneiros" posicionaram-se a favor da escola pública, sendo apoiados por parlamentares, estudantes, professores universitários, operários e profissionais liberais.

Mas, apesar de toda a polêmica e a movimentação social que a discussão do projeto da LDB provocou, a lei foi aprovada, em 1961, sem mudar praticamente a orientação do substitutivo Lacerda, embora tenha atendido reivindicações dos "pioneiros" em outros aspectos.

"Para um país, que não tinha recursos para estender sua rede oficial de ensino, de forma que atingisse toda a população em idade escolar e que, por isso mesmo, marginalizava quase 50% dessa população, na época, era realmente um absurdo o que acabava de ser votado e sancionado. Absurdo, sim, em termos de justiça social, embora perfeitamente adequado à ordem social vigente e à composição das forças no poder. Na verdade, essa retirada de autonomia e de recursos da esfera pública para privilegiar a esfera privada, essa proteção à camada social, que podia pagar a educação, à custa das camadas que não podiam, só é compreensível dentro do quadro geral da organização da sociedade brasileira e do jogo de influências que as camadas dominantes exerciam sobre os representantes políticos no legislativo"¹⁰¹.

Enquanto corriam os debates em torno da LDB, a realidade educacional se estruturava e novos movimentos se organizavam em defesa da educação nacional. Desses, cabe destacar o movimento de reforma universitária e os movimentos favoráveis à educação popular.

Muito embora desde a década de 40 a educação de adultos já começasse a ser discutida como problema distinto da ques-

¹⁰¹ROMANELLI, Otaíza de O. Op.cit., pp.182-183.

tão do ensino elementar, é somente a partir da década de 60 que os movimentos de educação popular se fortalecem e aparecem como movimentos sociais significativos. Entre esses movimentos destacam-se o "Movimento de Cultura Popular" (MCP), em Recife, no interior do qual se desenvolveu o "Sistema Paulo Freire"; a Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler", em Natal; o "Movimento de Educação de Base" (MEB) ligado à Igreja Católica e os "Centros de Cultura Popular" (CCP), ligados à União Nacional dos Estudantes (UNE).

O objetivo mais amplo desses movimentos era preparar a população adulta das camadas populares para uma participação ativa na vida política do país. Ligavam-se, assim, à questão mais geral de transformação da sociedade posta naquela conjuntura. Como afirma Moacyr de Góes, esses movimentos

"fazem parte de uma História na qual o país buscava caminhos alternativos às propostas tradicionais e conservadoras. Todos foram filhos da crise sócio-político-econômica dos anos 50-60 e terminaram por ser peças da estratégia política maior: as propostas de Reformas de Base que sepultaram o parlamentarismo e reintroduziram Jango no presidencialismo. Todos caminharam na mesma direção"¹⁰².

As críticas à Universidade brasileira já começaram a se radicalizar nas décadas de 40 e 50, em especial, a partir das crises da USP nos anos de 1958 e 1959. A partir daí, o movimento em prol da reforma da Universidade começa a ganhar novos rumos.

As primeiras críticas à Universidade brasileira par-

¹⁰² GÓES, Moacyr de. O Golpe na Educação, p.30.

tiram dos "pioneiros da educação nova", o mesmo grupo que desde a década de 20 vinha lutando pela modernização do ensino no país. Além dos "pioneiros", criticavam a Universidade "os professores universitários ligados principalmente ao setor da pesquisa, e dos graduados (...)"¹⁰³. A característica principal dessas críticas, é que elas se faziam com base em um ideal de universidade abstratamente considerado como modelo universal.

Aliás, a ideologia liberal dos "pioneiros" representou a introdução no contexto educacional brasileiro, como já foi demonstrado neste trabalho, do "otimismo pedagógico".

Desta forma o movimento de reforma universitária "emergia como tentativa de mera regeneração e recuperação institucionais"¹⁰⁴.

Mais tarde, influenciado, por um lado, pelas profundas mudanças que ocorriam nas estruturas econômicas e políticas do país, e por outro, pela crise da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, houve uma ampliação da visão daqueles que se encontravam envolvidos no movimento de reforma da universidade brasileira. Para Florestan Fernandes, os pontos principais dessa superação de visão foram: consciência de que as escolas superiores tradicionais e a universidade são inconciliáveis; aprofundamento da percepção de que a escola superior tradicional e a universidade conglomerada não atendiam à qualidade e variedade das exigências educacionais e culturais da civilização urbano-industrial emergente¹⁰⁵.

¹⁰³FERNANDES, Florestan. Universidade Brasileira: Reforma ou Revolução? p.157.

¹⁰⁴Idem, p.161.

¹⁰⁵Idem, p.162.

Passou-se, então, a pleitear um modelo de universidade "integrada" e "multifuncional", que pudesse atender às novas exigências do desenvolvimento nacional.

Foi na década de 60 que, segundo Florestan Fernandes, o movimento de reforma universitária ganhou dimensões de movimento social, na medida em que deixou de ser a "expressão de uma crítica individual", para se tornar "um querer social".

O segmento universitário que participou de forma mais expressiva nesse movimento, foi o dos estudantes, uma vez que entre o corpo docente predominava o pensamento conservador, tendo os professores oferecido forte resistência às transformações da universidade¹⁰⁶.

Os estudantes organizaram, na década de 60, uma série de encontros visando a discussão da questão universitária, além de greves e participação em outros movimentos políticos. Entre os encontros podem ser citados:

1. Primeiro Seminário Nacional de Reforma Universitária promovido pela UNE e realizado em Salvador em maio de 1961¹⁰⁷. Deste Seminário resultou a "Carta da Bahia", onde os estudantes expuseram seu pensamento a respeito da reforma universitária. O documento é composto de 3 partes básicas as quais correspondem aos temas tratados no Seminário: a) A Realidade Brasileira; b) A Universidade no Brasil; c) A Reforma Uni-

¹⁰⁶Um importante documento de registro da ação do pensamento conservador no interior da universidade, é o livro de Eunice Ribeiro Duhren. O Livro Negro da USP.

¹⁰⁷Participaram deste Seminário além de estudantes, estudiosos do assunto, autoridades e professores universitários, entre os quais o prof. Florestan Fernandes que apresentou o tema "As Funções da Universidade no Meio Social Brasileiro".

versitária. O documento contém, ainda, um adendo sobre o projeto de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. No segundo item da Carta ao diagnosticarem a universidade brasileira, os estudantes afirmaram que ela é falha em três aspectos: a) cultural, por não ser repertório da cultura nacional e por não se preocupar com a pesquisa; b) profissional, por não formar profissionais para atender às exigências da realidade do país; c) social, pelo caráter antidemocrático do acesso ao ensino superior, bem como por formar profissionais individualistas¹⁰⁸.

Quanto à Reforma Universitária, o documento propunha:

a) "lutar pela reforma e democratização do ensino, dando a todos condições de acesso à educação em todos os graus; b) abrir a Universidade ao povo, mediante a criação de cursos acessíveis a todos: de alfabetização (feitos por qualquer Faculdade), de mestres de obra (através das Escolas de Engenharia), para líderes sindicais (nas Faculdade de Direito); c) colocar a Universidade a serviço das classes menos favorecidas, com a criação de escritórios de assistência jurídica, médica, odontológica, etc"¹⁰⁹.

A Carta da Bahia contém, ainda, sugestões referentes ao corpo docente, à administração da universidade, ao exame vestibular, e aos programas e currículos¹¹⁰.

2. Primeiro Encontro da Região Sul realizado em Porto Alegre, em junho de 1961. A declaração resultante desse Encontro retomou algumas propostas da Carta da Bahia, além de apre-

¹⁰⁸ FÁVERO, Maria de Lourdes. A Universidade Brasileira em Busca de sua Identidade.

¹⁰⁹ Idem, p.47.

¹¹⁰ Para esses aspectos ver o resumo constante da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, XXXVI(83):235-242, jul/set. de 1961.

sentar algumas "diretrizes para uma universidade sulina", entre as quais está a sugestão da criação de um "Conselho Universitário Regional",

"com a função de manter a unidade didática das Escolas Superiores da Região, bem como inseri-las na sociedade regional, não permitindo que se afastem das exigências sociais do povo sulino e brasileiro"¹¹¹.

3. Segundo Seminário Nacional de Reforma Universitária promovido pela UNE em Curitiba, em 1962, do qual resultou a "Carta do Paraná". Neste documento há um aprofundamento crítico da posição dos alunos em relação à universidade, passando de reivindicações de âmbito puramente institucional, à inserção da reforma universitária no âmbito das "reformas de base", ou seja, no quadro de superação da ordem existente¹¹². A "Carta do Paraná" foi redigida em três partes com os seguintes títulos: 1ª) Fundamentos Teóricos da Reforma Universitária; 2ª) Análise Crítica da Universidade Brasileira; 3ª) Síntese final - esquemático de luta pela reforma universitária. Na segunda parte da "Carta do Paraná" há uma severa crítica à Universidade de Brasília, principalmente ao fato dessa Universidade "pretender ser a fonte de uma elite educacional do país, enquanto toda a luta estudantil consistia na supressão do caráter aristocrático da educação brasileira"¹¹³.

¹¹¹ INEP. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, XXXVI(83):242, jul/set. de 1961.

¹¹² O Segundo Seminário Nacional de Reforma Universitária parece ter sido fortemente influenciado pelo pensamento mais radical no âmbito do movimento de reforma universitária; exemplos dessa influência, seriam a compreensão da impossibilidade de operar as mudanças desejadas no âmbito da ordem vigente, e as críticas à Universidade de Brasília. Um dos textos que possivelmente exerceu essa influência foi o de Álvaro Vieira Pinto. A Questão da Universidade.

¹¹³ FÁVERO, Maria de Lourdes. A Universidade Brasileira em Busca de sua Identidade, p.49.

4. Terceiro Seminário Nacional de Reforma Universitária promovido pela UNE, em 1963, em Belo Horizonte, cuja temática, segundo Fávero, seguiu o esquema da "Carta do Paraná", ressaltando-se a vinculação da reforma universitária à problemática mais geral de transformação da sociedade.

No entanto, é preciso recordar que os estudantes universitários brasileiros já estavam engajados nas lutas políticas de cunho nacionalista e reformista desde fins da Segunda Guerra Mundial. Nesta época, participaram das campanhas "pela anistia aos presos políticos, pela exploração nacional do petróleo, pela democratização das instituições políticas, pela reforma dos sistemas de ensino, etc."¹¹⁴.

Mas foi a radicalização da luta política na década de 60, que possibilitou também o aprofundamento ideológico do movimento estudantil. Como afirma Ianni, "é a partir da reforma do ensino superior que a juventude se coloca o problema de reforma da sociedade. É como se o jovem compreendesse a sociedade nacional a partir da situação concreta dentro da Universidade (...)"¹¹⁵.

Mas, enquanto as forças progressistas lutavam pela reforma universitária, o ensino superior do país vinha se modernizando desde o início da 4ª República (1945-1964). Como afirma Anísio Teixeira, no período de 1945 a 1960, foram criados 223 estabelecimentos de ensino superior no país, totalizando 404 estabelecimentos contra os 14 existentes no início da República¹¹⁶.

¹¹⁴ IANNI, Octávio. O Colapso do Populismo no Brasil, p.116.

¹¹⁵ Idem, p.116.

¹¹⁶ TEIXEIRA, Anísio. "A Expansão do Ensino Superior no Brasil", in: Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, XXXVI(83), jul/set. de 1961. Este Editorial escrito por Anísio Teixeira expressa muito bem as contradições e o elitismo de certa corrente do pensamento pedagógico brasileiro de 1930 a 1964.

Esse processo de modernização revestiu-se de algumas características que foram analisadas por Luiz Antonio Cunha e das quais destacarei os seguintes aspectos:¹¹⁷

Primeiro, que essa "modernização"¹¹⁸ se orientou no sentido do predomínio do padrão universitário de organização do ensino. Se, no início da 4ª República, o ensino superior brasileiro tinha pouco de universitário, existindo em 1945 apenas 5 universidades, no final do período, ou seja, em 1964, o ensino superior já era organizado de forma predominantemente universitária: as universidades já eram responsáveis por 65% do total de matrículas.

A expansão das universidades se deu pela aglutinação de escolas isoladas, pois como afirma Cunha,

"as universidades não nasceram tais, sendo formadas pela integração de escolas isoladas, as mudanças quantitativas criando condições para mudanças qualitativas; quando essas escolas atingiram certo número, em uma determinada cidade, agregavam-se em universidade, polarizadas por um vínculo institucional. Foi o caso das 9 universidades católicas. Quando esse vínculo não existia, o governo federal o providenciava através das 'federalizações' de faculdades estaduais e particulares"¹¹⁹.

Segundo, que a modernização foi induzida pelo Estado atendendo aos imperativos da "segurança e do desenvolvimento", o qual contou com a colaboração de instituições da sociedade civil como a UNE e a SBPC. Foi efetivada através das seguintes expe-

¹¹⁷CUNHA, Luiz Antonio. A Universidade Crítica. O Ensino Superior na República Populista.

¹¹⁸Por "modernização" do ensino superior Cunha entende a "adoção dos padrões de organização universitária vigentes nos EUA (...)". Op.cit., p.255.

¹¹⁹CUNHA, Luiz Antonio. Op.cit., p.253-254.

riências: a) organização do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), em 1947, no Rio de Janeiro; b) criação em 1951, do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq); c) organização, por parte de cientistas, de instituições privadas de pesquisa, como o Centro Brasileira de Pesquisas Físicas, criado em 1949, por físicos e matemáticos do Rio de Janeiro; d) tentativas de reformulação dos cursos de engenharia, visando atender às novas necessidades da industrialização e de autonomia econômica e política. Pretendia-se que os cursos de engenharia oferecessem dois tipos de formação nessa área: cursos de curta duração para os "engenheiros municipais" e cursos de longa duração. A primeira tentativa teria sido feita por Anísio Teixeira em 1952; a segunda, por iniciativa da CAPES, em 1954. Em 1958 o MEC organizou a COSUPI (Comissão Supervisora do Plano dos Institutos); e) criação de uma faculdade de medicina na cidade de Ribeirão Preto, em 1952, como uma das faculdades da USP. Esta viria a ser considerada a "mais moderna escola brasileira de medicina, incorporando inovações correntes em outros países, principalmente nos Estados Unidos, mas distantes do tradicionalismo do nosso ensino superior"; f) criação da Universidade de Brasília, em 1961; g) reforma da Universidade do Brasil (ex-Universidade do Rio de Janeiro); h) reforma da Universidade do Ceará a partir de 1958; i) discussões levadas a efeito por intermédio da SBPC e de sua revista *Ciência e Cultura*; j) discussão a nível do Conselho Federal de Educação (CFE) dos temas da departamentalização e da extinção da cátedra¹²⁰.

O processo de modernização do ensino superior bra-

¹²⁰CUNHA, Luiz Antonio. *Op.cit.*, pp.153-188.

sileiro também teria sido motivado pelo governo norte-americano e suas agências financiadoras, através de vários acordos firmados desde 1945.

"A indução modernizadora do governo dos EUA sobre a educação escolar brasileira foi acelerada a partir de 1961, como parte da estratégia de 'prevenção do comunismo', então localizado como ameaça efetiva e vizinha: a disseminação da revolução cubana em outros países latino-americanos"¹²¹.

Além dos acordos, as Conferências Interamericanas realizadas no período, conseguiram difundir e impor, com pouca resistência, as idéias do imperialismo norte-americano na modernização dos sistemas de ensino dos países latino-americanos e em especial, do Brasil.

Cunha refere-se às seguintes Conferências: a) Reunião Extraordinária do Conselho Interamericano Econômico e Social realizada em Punta del Este (Uruguai), em 1961. Nessa reunião foi aprovado o plano decenal da "Aliança para o Progresso", que apresentou metas específicas para o ensino superior; b) realização, também em Punta del Este, da VIII Reunião de Consulta dos Chanceleres das Repúblicas Americanas, em 1962; c) em 1962, foi realizada em Santiago do Chile, a "Conferência sobre Educação e Desenvolvimento Econômico e Social na América Latina", que reafirmou as metas do plano decenal da "Aliança para o Progresso", além de um conjunto de recomendações para a modernização dos sistemas escolares. A partir das sugestões apresentadas nesta Conferência criou-se, no Brasil, por iniciativa dos reitores, o

¹²¹ Idem, p.193.

"Forum dos Reitores"¹²², organismo que seria o gêrmen do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, criado em 1965, d) realização, em 1963, em Bogotá, Colômbia, da "III Reunião Interamericana de Ministros da Educação", na qual o Brasil teria apresentado uma postura crítica e anunciado a elaboração pelo Ministério da Educação de uma nova política educacional para o país cujo lema seria: "educação para o desenvolvimento, cultura e para a libertação". Mas, no documento final da Reunião, venceram as recomendações modernizadoras das conferências anteriores. Para Cunha, o conteúdo político dessas recomendações visava esfriar o clima da luta política na América Latina, particularmente no Brasil. Para ele há um mecanismo complexo através do qual o imperialismo atua no campo da política educacional:

"assim, sou levado a pensar que o imperialismo atuava no campo educacional - pelo menos no tocante a essas reuniões - através do reforço de certos setores internos, enfraquecendo outros. Por outro lado, setores internos, mas não hegemônicos no interior do aparelho de Estado, particularmente no aparelho escolar, procuravam reforçar suas posições pelo endosso internacional às suas teses"¹²³.

Com a exposição dessa interferência norte-americana no processo de modernização do ensino superior no Brasil, Luiz Antonio Cunha quis "desmistificar" a idéia de que essa indução modernizadora por parte do governo norte-americano só teria existido após 1964, por influência dos convênios decorrentes do Acordo MEC-USAID. Para ele

"(...) quando esses convênios foram integrados, no

¹²² É importante lembrar que nessa época já existia no Brasil o "Forum Universitário" do qual participava a UNE através do seu presidente".

¹²³ CUNHA, Luiz Antonio. Op.cit., p.204.

âmbito do ensino superior, a modernização da universidade já era um objetivo aceito por diversas correntes de opinião, de esquerda e de direita. Assim, quando os assessores norte-americanos vieram, em 1967, para compor a Equipe de Assessoria ao Planejamento do Ensino Superior, não precisaram de muitos esforços para despertar o consenso que tinha sido produzido, entre os universitários, pelos porta-vozes do desenvolvimentismo"¹²⁴.

Como será mostrado no próximo item, essa intervenção do imperialismo norte-americano não só nos assuntos educacionais mas em quase todas as questões políticas e econômicas do país, não será aceita com tanta tranquilidade por importantes segmentos universitários.

2. OS CAMINHOS OU OS DESCAMINHOS DA CRISE

2.1 A Instalação do Estado Autoritário

A conquista do aparelho de Estado em 1964 pelo novo bloco de poder multinacional e associado significou a resolução da crise porque passava a sociedade brasileira, na direção de um dos possíveis históricos que então se colocava: o da ditadura da burguesia.

Como afirma Ianni, esse movimento não foi um acontecimento estritamente político ou político-militar, mas teve raízes econômicas profundas já analisadas neste trabalho. Significou a implantação do capitalismo monopolista no país em sua modalidade dependente.

¹²⁴ Idem, p.204-205.

Essa mudança se operou de cima para baixo, com a exclusão deliberada, violenta e crescente da maioria da população brasileira, e com a ajuda dos militares. Estes foram importantes aliados da burguesia multinacional na conquista e preservação do aparelho de Estado. Os princípios ideológicos do complexo IPES/IBAD foram fortalecidos pelos princípios doutrinários da Escola Superior de Guerra. Substituiu-se a ideologia do nacional-desenvolvimentismo pela ideologia da interdependência e da modernização.

Essa substituição, contudo, não ficou assegurada com a conquista do aparelho de Estado. Os acontecimentos que se desenvolveram a partir de 1964 demonstraram, por um lado, que as contradições fundamentais da formação econômico-social brasileira não foram definitivamente resolvidas e, por outro, que a dominação exercida pelo novo Estado tecnocrático-militar não esteve isenta de conflitos.

Se esses conflitos não puderam ser travados inicialmente no âmbito da sociedade civil, foram, no entanto, muito acirrados ao nível da sociedade política, constituindo-se o aparelho de Estado em verdadeira arena onde se degladiaram as diferentes tendências do grupo dominante. Os momentos de troca de comando no Governo Federal bem demonstraram esse processo.

O novo modelo econômico implantado - o modelo dependente-associado - orientou-se por um alto grau de concentração e de associação com o capital estrangeiro. Esta "extroversão financeira da economia", conseguida mediante a crescente internacionalização de seu setor moderno atado ao crédito bancário in-

ternacional¹²⁵, irá gerar novas contradições que implicarão, mais tarde, na reordenação política da sociedade.

Por outro lado, a adesão ao capitalismo monopolista obrigará o Estado (em seu sentido restrito) a "modernizar" o país, "e modernizar, ainda que de modo conservador, significa desenvolver as bases objetivas sobre as quais se assenta a possibilidade de construir uma sociedade civil efetivamente autônoma", e fortalecida que fará oposição ao regime autoritário¹²⁶.

Mas, logo após 64 o que se verificou foram profundas mudanças ao nível político. A sociedade política fortaleceu-se em detrimento da sociedade civil; houve uma hipertrofia do Executivo em detrimento do Legislativo e do Judiciário; os militares assumiram e conservaram o poder durante 20 anos, transformando-se simultaneamente em "foco de poder" e de "controle burocrático".

O pleno exercício do Estado autoritário implicava na necessidade de uma série de medidas a serem tomadas a nível da infra-estrutura e das superestruturas. Essas medidas foram sendo executadas ao longo dos diversos governos autoritários. Analisarei apenas aquelas levadas a efeito pelos governos Castelo Branco e Costa e Silva que interessam mais de perto a este trabalho¹²⁷.

¹²⁵Ver a respeito o livro de Maria da Conceição Tavares e J. Carlos de Assis. O Grande Salto para o Caos, p.8.

¹²⁶Ver a esse respeito o livro de Carlos Nelson Coutinho. A Democracia como Valor Universal, p.199.

¹²⁷As informações apresentadas a seguir foram obtidas em dois textos: a) Beth Antunes de OLIVEIRA. O Estado Autoritário Brasileiro e o Ensino Superior; b) Maria da Conceição TAVARES e J. Carlos de ASSIS. O Grande Salto para o Caos.

Com Castelo Branco¹²⁸ assumiram a hegemonia do aparelho de Estado os grupos das Forças Armadas denominados de "históricos de 64", que proclamavam aspirações democráticas utilizando-se dos princípios do liberalismo, muito embora a proclamação desses princípios servisse apenas para encobrir aqueles realmente adotados: os burocrático-autoritários. Como afirma Maria da Conceição Tavares,

"em qualquer dimensão relevante do conceito de 'liberalismo', o ideário da 'revolução' se revelou rapidamente um mero cacoete ideológico. A partir de 68, com o AI-5, seria explicitamente abandonado em favor da doutrina de segurança nacional (...)"¹²⁹.

No governo Castelo Branco foram realizadas as reformas institucionais necessárias ao avanço do capitalismo monopolista, começando pelo setor bancário e de intermediação financeira. Além disso, foram tomadas medidas que possibilitavam a penetração do capital estrangeiro no país, favorecendo o surgimento e desenvolvimento dos grandes monopólios às custas da falência e transferência das empresas nacionais ao capital externo. Entre essas medidas podem ser citadas as seguintes:

Lei de Remessas de Lucros, que eliminava os limites de remessas de lucros estabelecidos por uma lei aprovada em 1962¹³⁰. Além disso, essa Lei, deixando de especificar o que se

¹²⁸Castelo Branco foi eleito pelo Congresso Nacional de acordo com as determinações do Ato Institucional de 9 de abril de 1964. Assumiu a Presidência da República em 15 de abril de 1964.

¹²⁹TAVARES, Maria da Conceição e ASSIS, J.Carlos. Op.cit., p.14.

¹³⁰Lei nº 4.131/62, que limitava "a 10% a remessa dos lucros obtidos no Brasil sobre o capital registrado pelas empresas estrangeiras(...)". Leôncio Basbaum. História Sincera da República. 1961-1967, vol.4, p.154.

considerava capital estrangeiro, permitia que os lucros obtidos pelas multinacionais no Brasil e reinvestidos aqui mesmo, fossem considerados "capital estrangeiro", voltando, assim, a usufruir novamente dos benefícios oferecidos pelo governo ao capital externo.

É importante lembrar que a penetração do capital estrangeiro no país não se destinou a investimentos nos setores de infra-estrutura que requeriam grandes somas de capital, nem tampouco para investimentos novos nas indústrias de transformação. A modernização desses setores ficou a cargo do aparelho de Estado, com a estatização do setor energético e de parte do setor mineral. A grande fonte desses investimentos era o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDE). O capital estrangeiro,

"limitou-se a desnacionalizar por "take-over" (compra de controle) as empresas privadas mais debilitadas pelas políticas internas restritivas de crédito, e com alguma perspectiva de de maior retorno econômico no futuro¹³¹.

O capital externo foi ainda favorecido pela Lei de Garantia de Investimentos.

Com a Lei Bancária de 1964, o governo pretendeu "definir e redistribuir funções entre instituições públicas e privadas para o suprimento e controle da moeda e do crédito na economia (...)"¹³².

Em 1965, foi promulgada a lei que estruturava o mercado de capitais e que introduzia a grande "inovação" da "corre-

¹³¹TAVARES, M.C. e ASSIS, J.Carlos. O Grande Saldo para o Caos, pp.13-14.

¹³²Idem, p.16.

ção monetária" e que teria profundas conseqüências para a vida econômica do país:

"a correção monetária (ou indexação), cujos modestos propósitos iniciais de manter o valor real dos atrasados fiscais, mas que em breve se generalizaria para toda a economia como o elemento celular do edifício do sistema de crédito, apoiado em títulos públicos e privados legalmente protegidos da corrosão inflacionária"¹³³.

No governo Castelo Branco foi alterado, também, o Sistema Tributário Brasileiro, com a introdução do conceito de imposto com valor adicionado (criação do IPI e do ICM) e da reestruturação total do imposto sobre a renda. O imposto sobre a renda na forma como foi proposto era na verdade uma "(...) forma eufemística de criar meios de evasão fiscal para os ricos, tornando-os ainda mais ricos, a pretexto de incentivar o investimento em regiões e setores eleitos como prioritários"¹³⁴.

Para Basbaum, toda a política econômica do governo Castelo Branco, comandada pelos ministros Octávio Gouveia de Bulhões (Fazenda) e Roberto Campos (Planejamento), tinha dois objetivos fundamentais: o primeiro, "aparar as arestas", eliminar os 'pontos de atrito' com os Estados Unidos, entre os interesses brasileiros e os interesses americanos; segundo, liquidar com a inflação.

A política de combate à inflação adotada pelos ministros Roberto Campos e Octávio Gouveia de Bulhões foi a de orientação monetarista. De acordo com essa orientação, a inflação

¹³³ Idem, pp. 16-17.

¹³⁴ TAVARES, M.C. e ASSIS, J.C. Op.cit., p.21.

"se origina, em sua forma clássica, do excesso dos meios de pagamento, da existência de muito dinheiro em mãos do público consumidor"¹³⁵. A solução adotada, a partir dessa concepção, foi tomar medidas que possibilitassem retirar esse dinheiro das mãos do consumidor: aumento de impostos, restrição de crédito bancário e arrocho salarial¹³⁶.

A política econômica do governo Castelo Branco levou a resultados desastrosos, gerando grande insatisfação em todas as classes sociais, menos para aqueles que desfrutavam da dependência externa.

E toda essa política econômica foi montada num clima político de verdadeiro terrorismo: prisões, perseguições, cassações de mandatos, esfacelamento dos sindicatos e demais organizações de classes, queima de livros considerados subversivos. Ao mesmo tempo que reorganizava a economia, o governo pretendia "reorganizar" as consciências impedindo, assim, a manifestação de qualquer pensamento discordante.

Já o Ato Institucional nº 1 dava ao governo revolucionário de Castelo Branco, "o direito de cassar mandatos ao seu livre critério e suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos, por dez anos, sem necessidade de justificação, sem julgamento (...)"¹³⁷.

Desses "direitos" se valeu o Presidente para acabar com qualquer vestígio da democracia-populista. Era necessário

¹³⁵BASBAUM, Leôncio. História Sincera da República: 1961-1963, vol. 4, p.164.

¹³⁶Idem, p.165.

¹³⁷Idem, p.165.

impor uma nova forma de poder e essa forma compreendia a exclusão total das massas. Com isto, se conseguiu o enfraquecimento da sociedade civil e o fortalecimento do aparelho de Estado. A política só podia ser exercida pelas elites burocrático-militares. A ideologia da Segurança Nacional dava suporte a esse novo estilo de poder, uma vez que se abandonava a preocupação com a defesa externa para concentrá-la na busca dos "inimigos internos".

No governo Castelo Branco foram decretadas duas Leis de Segurança Nacional, uma no início e outra no final do seu mandato. A última lei estabelecia

"que 'todos os cidadãos eram responsáveis pela Segurança Nacional', o que, em resumo, significa institucionalizar a delação. Pela nova Lei, praticamente todos os atos civis, os crimes comuns, passavam a ser da alçada militar, eram considerados ameaça à segurança nacional e julgados por tribunais militares. Críticas ao governo, pela imprensa, pelos livros, ou mesmo verbais, desde que denunciados, eram imediatamente classificados como 'ameaças à segurança nacional' e o empregado ou funcionário, mesmo de empresas particulares, devia ser, logo que denunciado, afastado do seu posto, perdendo o emprego, mesmo que ainda não tivesse entrado em julgamento"¹³⁸.

Mas, a exclusão da participação política da sociedade civil ainda tinha que ser completada, pois faltava silenciar de vez a imprensa e acabar com os partidos políticos.

O Ato Institucional nº 2 de 1966, acabou com as eleições diretas para Presidente e Governador, fechou os partidos políticos formados na República Populista e estabeleceu o biparti-

¹³⁸ BASBAUM, Leôncio. Op.cit., pp.181-182.

darismo, através do qual só deveriam existir dois partidos políticos que, no dizer de Basbaum, seriam ambos udenistas, "um no poder e outro esperando a vez".

Com a promulgação da Lei de Imprensa, o Governo Central e seus assessores ficavam livres de "críticas" e de acusações, pois, a partir daí,

"o poder executivo não podia ser criticado, nem acusado de crimes, nem mesmo se houvesse provas, pois que não era permitido apresentar provas contra o presidente da República e seus auxiliares imediatos, ou seja, seus ministros"¹³⁹.

O fortalecimento do poder executivo teria um ponto culminante na constituição de 1967, que dava todo poder ao executivo e enfraquecia o legislativo, tirando-lhe quase todas as atribuições.

"Aos parlamentares praticamente nada restava a fazer senão receber os seus subsídios regularmente. Não podiam sequer influir na elaboração do orçamento da União. As eleições para a presidência e vice-presidência da República seriam agora indiretas. E, para finalizar, os atos do governo Castelo Branco não poderiam ser julgados ou sequer discutidos"¹⁴⁰.

Além de serem atingidos profundamente nos seus direitos políticos, de sofrerem as conseqüências dramáticas do "arrocho salarial", as classes trabalhadoras ainda perderam conquistas significativas como a estabilidade no emprego que foi substituída pela Lei de Fundo de Garantia de Tempo de Serviço.

¹³⁹Idem, p.181.

¹⁴⁰BASBAUM, Leôncio. Op.cit., p.181.

Fica evidente que o Golpe de Estado de 1964 não veio apenas para recompor o poder político, eliminando com a democracia populista, mas, sim, para processar a reordenação das instituições básicas da sociedade, adaptando-as às exigências do novo estágio do capitalismo - o capitalismo monopolista. Neste sentido, as esferas culturais e ideológicas mereceram uma atenção especial, desfechando o governo militar um rude golpe na cultura nacional e nas expressões ideológicas das classes sociais. Era preciso acabar com as "veleidades" do nacionalismo e do esquerdismo, que ofereciam resistência ao novo modelo de expansão do capitalismo no país. A seguinte citação de um texto de Castelo Branco em que ele explica a "revolução", corrobora essa afirmação:

"A política do governo revolucionário tem sido justamente a de empreender a reorganização do poder nacional; reestruturar a economia e as finanças do país; estabelecer novos meios institucionais; racionalizar o aparelho administrativo; rearticular democraticamente os estudantes e os operários e reajustar as Forças Armadas"¹⁴¹.

Na mensagem que apresentou ao Congresso Nacional em 1965, Castelo Branco afirmou o seguinte:

"A nova política do Governo passou a abranger dois planos de atuação: num, mais imediato, a correção das deformações que se revelavam em todas as manifestações do processo de desenvolvimento brasileiro, considerado este num sentido orgânico, que inclui os aspectos políti-

¹⁴¹ Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco. Aula Inaugural dos Cursos da Escola Superior de Guerra, "presidente explica a política da Revolução", **O Estado de São Paulo**, 17.3.1965, p.1, apud IANNI, Octávio. O Colapso do Populismo no Brasil, pp.190-191.

co, militar, econômico, social e externo; em outro, a adoção de uma estratégia para desencadeamento de um surto de progresso, igualmente naquele sentido integrado, levando em conta a realidade brasileira em seu conjunto.

O primeiro passo dessa política de reconstrução nacional consiste, evidentemente, na restauração da ordem, em todas as áreas, e da autoridade, segundo o princípio constitucional.

A eliminação das deformações do sistema com o objetivo de melhorar o funcionamento das instituições existentes, impunha mudanças de métodos de ação com o propósito de buscar soluções objetivas para os problemas, em lugar da adoção de paliativos e da criação de slogans demagógicos. Por outro lado, a fim de preparar a estrutura institucional adequada à deflagração do novo surto de progresso e à construção da nova sociedade brasileira, fazia-se mister o aperfeiçoamento das instituições, através de reformas democráticas, realisticamente concebidas"¹⁴².

A sucessão de Castelo Branco na Presidência da República foi mais um momento de acirrada disputa no interior das Forças Armadas. Contra a vontade dos "sorbonistas" e do próprio Presidente que defendiam outros nomes para a sucessão, o segmento das Forças Armadas denominado de "linha dura" conseguiu impor a candidatura de Arthur da Costa e Silva. Para tanto, os "duros" desencadearam uma forte campanha de críticas ao primeiro período de governo do Estado Autoritário.

O principal ponto de crítica era a política econômica levada a efeito pela dupla Bulhões-Campos com base na estabilização de preços, que teria levado a economia a um alto grau de recessão, além dos custos sociais das medidas adotadas, em especial o arrocho salarial que excluiu a maioria da população do acesso aos meios de sobrevivência.

¹⁴² Humberto de Alencar Castelo Branco. "Mensagem ao Congresso Nacional", Brasília, 1965. Citado por IANNI, Octávio. O Colapso do Populismo no Brasil, p.190.

A imposição do nome de Costa e Silva¹⁴³ expressou, por um lado, as divisões internas aos próprios grupos militares, divisões essas que a agremiação procurava esconder da sociedade civil. Por outro, significou a centralização política e organizacional ao nível das Forças Armadas, ou seja, a subordinação aos altos escalões de "forças regulares e tendências políticas que antes se expressavam ao nível dos Estados (as Polícias Militares, especificamente), e dos escalões intermediários (coronéis e capitães)"¹⁴⁴.

Ao nível do Estado e das classes sociais há uma radicalização da luta política acompanhada pelo surgimento ou maior expressão de diversos tipos de oposição. Ao mesmo tempo, complicam-se as relações entre o Executivo e o Legislativo. Como afirma Eliézer Rizzo de Oliveira, o governo Costa e Silva chegou

"a assumir aspectos de uma aliança formada especialmente pelos setores duros das Forças Armadas e o capital nacional industrial, tomado em seu sentido genérico. E será em função do espaço político criado por essa composição que se definirão os principais enfrentamentos políticos: as tentativas de reorganização do movimento operário, do movimento estudantil, assim como os embates ao nível do Estado (...)"¹⁴⁵.

As expectativas a nível nacional no início do governo Costa e Silva era de que se havia encerrado o período de "exceção" e que se iniciaria uma fase de "normalidade democrática". Essa expectativa seria frustrada logo a seguir quando o governo limitaria

¹⁴³Costa e Silva foi eleito pelo Congresso Nacional obedecendo ao disposto no Artigo 9 do Ato Institucional nº 2 e no Artigo 5 do Ato Institucional nº 3. Teve como vice a Pedro Aleixo.

¹⁴⁴OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. As Forças Armadas: Política e Ideologia no Brasil (1964-1969), p.81

¹⁴⁵Idem, p.83.

a possibilidade de expressão política às Forças Armadas, impedindo as manifestações da sociedade civil mediante a repressão aos movimentos estudantil e operário, aos eclesiásticos, aos intelectuais e aos políticos.

Desta forma, há uma contradição entre a aparente "abertura" do início do governo Costa e Silva quando, ao menos ao nível do discurso, há um chamamento à participação, e a forma como esse mesmo governo tratará os movimentos de oposição.

"E será a repressão um elemento responsável pelo isolamento político a que se viu exposto o Presidente. De fato, ao lado de algumas críticas contra a inércia e falta de iniciativas governamentais no campo econômico-financeiro, a repressão aos movimentos estudantis, operários e eclesiásticos, nas ruas e nas universidades, parece tornar-se relativamente autônoma em relação a um controle direto do governo, alijando Costa e Silva do grupo que inicialmente o sustentara ao nível militar: a linha dura(...)"¹⁴⁶.

No plano da política econômica mudou substancialmente a orientação do Governo. Abandonou-se a escola monetarista ortodoxa "a cuja obsessão anti-inflacionária se atribuía o fraco desempenho da economia de 64 a 67 (...)"¹⁴⁷. E para comandar os novos rumos da economia foram alçados ao poder Hélio Beltrão, que assumiu a pasta do Planejamento e Antônio Delfim Neto, na Fazenda. Beltrão e Delfim, partidários da escola "desenvolvimentista", procuraram relaxar o controle monetário rígido do período anterior, bem como suavizaram a política de crédito. Teve início, então, um surto de progresso na economia medido através da taxa de

¹⁴⁶Idem, p.87.

¹⁴⁷TAVARES, Maria da Conceição e ASSIS, J. Carlos de. O Grande Salto para o Caos, p.26.

crescimento do PIB, da reação da indústria, da expansão do Sistema Financeiro de Habitação, entre outros.

"A economia entrou no curso firme do crescimento em 1968, a despeito do generalizado pessimismo prevalecente no início do ano em face do fraco desempenho do ano anterior e de um certo descrédito no regime. Contudo, num ano de franca liberdade de imprensa, de protestos públicos, de mobilização sindical e da 'passeata dos 100 mil', pois o AI-5 só aterraria em dezembro, a taxa de expansão do PIB atingiu o nível imprevisto de 9,3%. Poucos ousariam antecipar isso. Mas por certo que a política monetária e de crédito mais relaxada, em substituição ao arrocho de Bulhões-Campos, teve papel central nesse desempenho (...)"¹⁴⁸.

Mas, essa retomada de crescimento da economia não seria suficiente para melhorar as relações entre o aparelho de Estado e a sociedade civil, pois "nas lutas intestinas do governo prevaleceu a corrente do arbítrio exacerbado, responsável pela imposição do AI-5 (...)"¹⁴⁹. Complicaram-se também as relações entre o Executivo e o Legislativo. Das manifestações oposicionistas do início do governo Costa e Silva - inclusive com a utilização das Comissões Parlamentares de Inquérito, das tentativas de revogação da Lei de Segurança Nacional, de pronunciamentos de deputados como Márcio Moreira Alves contra a atuação das Forças Armadas - chegou-se ao final do período à edição do Ato Institucional nº 5 e ao fechamento do Congresso Nacional.

"A edição do novo Ato Institucional (AI-5) e o fechamento do Congresso culminam um processo político em que, do ponto de vista das relações do Executivo com o Legislativo, nem mesmo os

¹⁴⁹TAVARES, Maria da Conceição e ASSIS, J. Carlos de. O Grande Salto para o Caos, p.28.

¹⁵⁰OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. As Forças Armadas: Política e Ideologia no Brasil (1964-1969), p.98.

setores governistas na Câmara e no Senado estavam sob pleno controle (...) "¹⁵⁰.

Com o AI-5 configurou-se de forma decisiva a centralização militar do poder:

"As prerrogativas do Executivo, definidas por este estatuto, colocam nas mãos do Presidente um amplo campo de decisões: com a finalidade expressa de garantir a continuidade da Revolução (...) permite ao Executivo a decretação do Estado de Sítio, do recesso do Congresso, da intervenção nos Estados, da suspensão de direitos políticos e cassação de mandatos; o AI-5 (...) elimina o estatuto do hábeas corpus para os crimes definidos como ligados à segurança nacional. Na verdade, a Constituição de 67 fica subordinada ao poder definido por esse Ato que, para muitos casos, pode ser aplicado 'sem as limitações previstas na Constituição' "¹⁵¹.

Para alguns analistas, muito embora o AI-5 parecesse ter fortalecido o Executivo, na verdade ele enfraqueceu o poder do Presidente e fortaleceu o chamado "Sistema", "uma espécie de comitê político das Forças Armadas no processo político, a partir de abril de 64" "¹⁵². Mas para Eliézer Rizzo de Oliveira, o "Sistema"

"(...) configura-se tão-somente a partir de dezembro de 1968, quando os altos escalões das Forças Armadas - após haverem 'enquadrado' burocraticamente as manifestações políticas de inconformismo dos escalões intermediários - criam um sistema de consultas e canalização de pressões e tomam a palavra em nome da organização militar, determinando a segurança como ponto central da política nacional e ponto de apoio da presença política dos militares (...) "¹⁵³.

¹⁵⁰ OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. As Forças Armadas: Política e Ideologia no Brasil (1964-1969), p.96.

¹⁵¹ Idem, p.99.

¹⁵² Idem, p.100.

¹⁵³ Idem, p.100.

O "Sistema" centralizou nas mãos das Forças Armadas as decisões relativas a todas as atividades da vida nacional implicando, inclusive, na cabal subordinação dos governos estaduais ao Governo Federal. Este último aspecto é denominado por Eliézer Rizzo de Oliveira, de "nova política dos governadores".

Um último aspecto que gostaria de destacar, refere-se à "filosofia administrativa" do governo Costa e Silva, a qual seria constituída pelos seguintes elementos: "humanismo social", "caráter integrativo dos interesses de diversos setores da sociedade com os interesses do Estado no tocante ao desenvolvimento econômico e ao regime político", e uma forma específica de conceber as relações entre "ordem e liberdade".

De acordo com o princípio do "humanismo social" o governo deveria ter

"(...) por objetivo essencial o homem individualmente, como pessoa, como sensibilidade, como expressão intelectual e moral, e não apenas como uma abstração ou elemento numérico do corpo social"¹⁵⁴.

O humanismo social buscaria ainda uma adequação entre "os objetivos democráticos e as necessidades revolucionárias", entre o desenvolvimento e o combate à inflação.

O caráter integrativo dessa filosofia administrativa deveria processar-se em três níveis:

"no primeiro nível, estabelece-se a complementaridade dos interesses entre capital e traba-

¹⁵⁴Idem, p.107.

lho, devendo ambos representar-se perante o Estado (segundo nível) através de associações imunes à pregação dos agentes das lutas de classes (...)¹⁵⁵.

O terceiro nível diz respeito às relações entre o governo e o povo, em especial a juventude:

"essa conciliação - até devíamos tirar a expressão 'conciliação', esse entendimento perfeito entre o governo e as classes trabalhadoras e estudantis, existirá no meu governo por obrigação e não por favor. Porque é até desprimoroso pensar que possa haver 'desconciliação', que possa haver atritos, quando o governo tem que trabalhar e deve trabalhar para que essas duas classes prosperem e vivam em condições de ajudar o país"¹⁵⁶.

Quanto à relação entre ordem e liberdade, os limites impostos a esta última era justificados como sendo uma decorrência necessária dos objetivos da revolução: "é impossível a vida em sociedade sem a preservação da ordem, pois a 'ordem é um dos pressupostos da democracia' (...)"¹⁵⁷.

Fica claro por esses rápidos comentários que a "filosofia administrativa" de Costa e Silva procurava negar a realidade da contradição social, da divisão da sociedade em classes com interesses antagônicos. Procurava mostrar o todo social como uma unidade harmônica, sem conflitos, cabendo ao Estado zelar pelos interesses de todos.

¹⁵⁵Idem, p.108.

¹⁵⁶Idem, p.110.

¹⁵⁷Idem, p.110.

2.2 A Política Educacional do Estado Autoritário

A "correção" das deformações no campo educacional começou com a nomeação para o Ministério da Educação de Flávio Suplicy de Lacerda, "antigo integralista, Reitor da Universidade do Paraná, o mesmo que mandara arrancar algumas páginas de livros, de Eça de Queirós, Emílio Zola e outros, por considerá-las obscenas"¹⁵⁸. Como ministro, Suplicy de Lacerda deu continuidade à sua sanha anti-livresca (que em última análise revelaria a estupidez a que pode chegar o pensamento conservador), estimulando a queima de livros considerados "subversivos".

Além da "queima" e "desaparecimento" de livros, assistiu-se no governo Castelo Branco à ocupação dos campi das universidades pela polícia militar; à invasão de casas de estudantes, professores, escritores, jornalistas, profissionais liberais; à prisões e mortes. Enfim, a toda espécie de arbitrariedades contra aqueles que lutavam pela democratização da cultura e da vida nacional.

A fúria do governo militar contra as universidades, os professores e os estudantes, levou a quase destruição da Universidade de Brasília, com a expulsão de muitos dos professores que compunham seu quadro docente, o que originou uma demissão em massa.

A União Nacional de Estudantes (UNE) foi extinta através de lei aprovada pelo Congresso Nacional a 28 de outubro de

¹⁵⁸ BASBAUM, Leôncio. História Sincera da República: 1961-1967, vol. 4, p.169.

1964, e foi substituída pelo Diretório Nacional dos Estudantes, com sede em Brasília.

Referindo-se a essa fúria repressora do "governo revolucionário", Luiz Antonio Cunha afirma o seguinte:

"Assim, reitores foram demitidos, programas educacionais e sistemas educativos foram atingidos. Alguns casos dramáticos exemplificarão isso. Anísio Teixeira, que ocupava a reitoria da Universidade de Brasília, foi sumariamente demitido, logo nos primeiros dias do golpe. O Programa Nacional de Alfabetização, que utilizava o Método Paulo Freire, que o dirigia, foi liquidado, até mesmo em termos financeiros. Milhares de projetores de diafilmes importados da Polônia (o local de fabricação trazia a marca de 'comunismo') foram vendidos a particulares a preço deliquidação. O Movimento de Educação de Base, desenvolvido pela Igreja Católica, principalmente no Nordeste, foi contido por todos os lados, tendo seu material educativo apreendido, monitores perseguidos e verbas cortadas. Os integrantes da equipe dirigente da Campanha De Pé no Chão também se Aprende a Ler, foram presos por seis meses, no mínimo. Um oficial da Marinha de Guerra assumiu o 'comando' da Secretaria de Educação do Município de Natal, ordenou o abandono dos acampamentos e a incineração dos acervos das bibliotecas"¹⁵⁹.

Essa voracidade repressiva foi acompanhada pela redução dos recursos destinados à educação e perda do valor real dos salários dos professores. Em 1965, a educação contou com 11% do orçamento da União; em 1966 esse percentual baixou para 9,7% e em 1967 para 8,7%. Os salários dos professores, dentro da política mais geral de "arrocho salarial", também foram rebaixados. Segundo Basbaum, um professor que em 1944 recebia o equivalente a 400 dólares, no governo Castelo Branco passou a receber o equivalente a 100 dólares¹⁶⁰.

¹⁵⁹CUNHA, Luiz Antonio e GÔES, Moacyr de. O Golpe na Educação, p.36.

¹⁶⁰BASBAUM, Leônicio. História Sincera da República: 1961-1967, vol.4, pp. 174-175.

Obedecendo ao mesmo sentido imposto no plano econômico, ou seja, a abertura do país à penetração estrangeira, também no campo educacional se fortaleceu a ingerência dos Estados Unidos. Muito embora a intervenção do governo norte-americano no processo de modernização do ensino brasileiro tenha começado desde os idos da década de 40, como já foi demonstrado neste trabalho, essa intervenção se tornou muito mais intensa e ostensiva a partir de 1964.

Em 23 de junho de 1965, quatro anos após a criação da Universidade de Brasília e um ano após o golpe militar de 1964, o governo Castelo Branco firmou um acordo com o governo norte-americano através do MEC e da USAID, estabelecendo para esse acordo as seguintes finalidades:

"1. A elaboração de uma série inicial de planos exequíveis para a ampliação e reestruturação do sistema nacional de ensino superior, abrangendo os próximos 5 anos; 2. Criação de um mecanismo eficiente para desenvolver planos a curto e a longo prazo; 3. Criação de um quadro de técnicos em planejamento educacional, brasileiros, cujo treinamento e experiência os capacite a levar avante, para o Ministério, esse planejamento em bases contínuas e progressivamente mais adiantadas"¹⁶¹.

Para a execução desse acordo foi constituída uma Equipe de Planejamento de Ensino Superior¹⁶², composta de cinco brasileiros de "alto nível" e cinco assessores norte-americanos a qual competiria:

1. "Análise em profundidade, do atual sistema de ensino superior

¹⁶¹MEC/USAID. Tema Integral do Acordo MEC/USAID (firmado em 26/06/1975) Apostilado, p.2.

¹⁶²Depois, "Equipe de Assessoria ao Planejamento do Ensino Superior".

brasileiro;

2. Determinação do que poderia constituir um sistema ideal de ensino superior no Brasil;
3. Confronto dessas características ideais com as necessidades admitidas de forma a chegar a um plano de longo alcance para o desenvolvimento do sistema;
4. Planejamento das medidas necessárias à execução do plano mediante a efetivação, por etapas, de reformas desejáveis do sistema;
5. O esforço planificador será orientado no sentido de garantir um equilíbrio essencial de análise e ação, de forma que a fixação analítica de metas adequadas ao ensino superior seja acompanhada de perto pela ação executiva que a sua efetivação exige"¹⁶³.

Pelas metas estabelecidas no acordo, verifica-se que este pretendia promover uma reformulação total do ensino superior brasileiro, tanto em termos de currículo como de quadros de pessoal, instalações, requisitos financeiros, legislação, estrutura organizacional e os procedimentos administrativos.

O acordo MEC/USAID foi ratificado em 09 de maio de 1967. Acredita-se que o acordo tenha alcançado suas finalidades, pois no dizer de Bárbara Freitag, "como pelo convênio MEC/USAID o governo brasileiro se comprometia a implantar no ensino superior as medidas propostas pela comissão, é lícito julgar que a lei elaborada pelo grupo de trabalho"¹⁶⁴ refletia no essencial as recomendações da comissão"¹⁶⁵.

¹⁶³MEC/USAID. Tema Integral do Acordo MEC/USAID, p.3.

¹⁶⁴Lei nº 5.540/68, de 28 de novembro de 1968.

¹⁶⁵FREITAG, Bárbara. Escola, Estado e Sociedade, p.76.

Seria interessante aqui, para se compreender as implicações ideológicas da reforma educacional em gestação, retomar algumas das afirmações de Ted Geortzel sobre a ideologia do grupo de assessores norte-americanos participantes do Acordo MEC/USAID, e da atuação dos mesmos nas universidades norte-americanas.

Para Ted Geortzel, o plano que a USAID tinha para o Brasil era "remodelar as Universidades de acordo com o que os planejadores pensam ser a melhor parte do sistema universitário norte-americano -basicamente incrementar a educação técnica"¹⁶⁶.

A ideologia dos planejadores norte-americanos, segundo Geortzel, é o "empresarialismo", cuja "bíblia" seriam os livros "Educação, Força Humana e Progresso Econômico" de Frederico Herbison e Charles Myers e "Industrialismo e Homem Industrial", dos mesmos autores do primeiro livro e Clark Kerr. Para a ideologia empresarialista, a educação superior é uma parte, uma parcela do desenvolvimento econômico.

E, o desenvolvimento econômico é entendido por esta ideologia como "progresso", concebido este em termos de predomínio do empresarialismo:

"Consideram que os países comunistas e capitalistas (...) estão convergindo para uma estrutura social comum, que pode ser chamada empresarialismo ou industrialismo. Esta tendência é inevitável, segundo os empresarialistas, já que é uma consequência necessária da industrialização (...)"¹⁶⁷.

¹⁶⁶GEORTZEL, Ted. "MEC/USAID - Ideologia de Desenvolvimento Americano Aplicada à Educação Superior Brasileira", In Revista Civilização Brasileira, p.132.

¹⁶⁷Idem, p.125.

Em vista disso, enfatizam "o treinamento para carreiras específicas em vez do desenvolvimento das forças intelectuais gerais (...)"¹⁶⁸.

Resumidamente, seriam estas as características da ideologia empresarialista:

"ênfase à necessidade de mudanças quantitativas para fazer aperfeiçoamentos progressivos no sistema; ciência aplicada, engenharia, relações públicas e perícia administrativa têm valor para manter e aperfeiçoar o sistema; autoridade, sistematização e normas burocráticas são consideradas necessárias para manter a ordem, ou mesmo consideradas como fins em si; orientação para a tradição, repetição e confiança na autoridade; identificação com grupo igual atual ou antecipatório, em especial com grupos poderosos; conformista, dirigida para fora"¹⁶⁹.

A ingerência norte-americana nos assuntos educacionais do país já começou a se concretizar de forma acintosa com a indicação, pela Diretoria do Ensino Superior do MEC, do Professor Rudolf P. Atcon, para realizar um estudo sobre a reformulação estrutural da universidade brasileira. Este estudo foi desenvolvido no período de junho a setembro de 1965, e apresentou as seguintes sugestões:

1. implantação de Centros Universitários de Estudos Gerais que substituiriam a idéia de Institutos Centrais;
2. propagação na implantação da Reforma da metodologia utilizada na reformulação da Universidade do Brasil¹⁷⁰;

¹⁶⁸Idem, p.128.

¹⁶⁹Idem, p.127.

¹⁷⁰Os estudos para reformulação da Universidade do Brasil foram realizados no período de fevereiro de 1962 a junho de 1963 e resultaram na apresentação do documento "Diretrizes para a Reforma da Universidade do Brasil". Essa reforma foi interrompida após o Golpe de Estado de 1964.

3. moratória promulgada pelo Conselho Federal de Educação sobre toda a legislação definitiva, a fim de autorizar experiências educacionais inovadoras;
4. modificação da legislação existente para que o CFE restituisse à Universidade o poder irrestrito de elaborar seus regimentos;
5. inclusão de verbas nos orçamentos das universidades para cobrir os salários dos planejadores;
6. divulgação de publicações científicas em todas as Instituições de Ensino Superior;
7. criação do "Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras" e organização de sua "Secretaria Geral"¹⁷¹.

Esta última recomendação do prof. Atcon¹⁷² não só foi imediatamente posta em prática, como seu autor foi designado como Primeiro Secretário Executivo do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB), exercendo sua gestão de 1966 a 1968¹⁷³.

É importante lembrar que o CRUB veio substituir o Fórum Universitário criado em fevereiro de 1962 com a finalidade de assessorar o Ministro da Educação, e do qual faziam parte os reitores de todas as universidades brasileiras, o Diretor de Ensino Superior e representantes dos estudantes. A representação estudantil no Fórum era inicialmente constituída por um re-

¹⁷¹FÁVERO, Maria de Lourdes de A. A Universidade Brasileira em Busca de sua Identidade, pp.55-56.

¹⁷²O professor Rudolf Atcon era membro da AID (Agency for International Development). As recomendações do prof. Atcon foram transformadas em seu livro publicado pelo MEC sob o título: "Rumos à Reformulação Estrutural da Universidade Brasileira".

¹⁷³O CRUB foi fundado em 29 de abril de 1966 e reconhecido como entidade de utilidade pública pelo Decreto nº 70.904 de 31 de junho de 1972.

presentante da UNE. Em 1963, além desse representante, passaram a fazer parte do Fórum os presidentes de um terço dos Diretórios Centrais de Estudantes. Em 1964,

"(...) portaria do Ministro Suplicy de Lacerda aprovou novo regimento do Fórum Universitário restringindo suas atividades e incluindo um representante indicado pelo 'Órgão nacional de representação estudantil', o Diretório Nacional de Estudantes a ser organizado conforme as diretrizes da 'lei Suplicy' (lei nº 4.464, promulgada no mesmo mês)"¹⁷⁴.

É claro que essa ingerência norte-americana não se limitou ao ensino superior mas atingiu a todos os níveis e ramos de ensino, através da assinatura de diversos acordos entre a USAID e o MEC visando a modernização do ensino brasileiro e sua adequação às novas necessidades do desenvolvimento econômico¹⁷⁵.

Como medidas efetivas no sentido da modernização do ensino superior, o governo Castelo Branco promulgou dois Decretos-Leis: Decreto-Lei nº 53 de 18 de novembro de 1966 e o Decreto-Lei nº 252 de 28 de fevereiro de 1967.

Esses decretos-leis estabeleceram princípios e normas referentes à reestruturação das Universidades Federais, as quais deveriam ser seguidas pelas demais universidades, o que fica bem claro no art. 10 do Decreto-Lei nº 53/66:

"Na concessão de subvenções e auxílios orçamentários da União às universidades não federais, constituirá um dos critérios de preferência a

¹⁷⁴CUNHA, Luiz Antônio. A Universidade Crítica, pp.142-143.

¹⁷⁵Ver a relação dos acordos no texto de Otaíza de Oliveira Romanelli. História da Educação no Brasil, pp.212-213.

observância, na sua estruturação, de preceitos idênticos ou equivalentes aos estabelecidos na presente lei".

A análise dos diferentes artigos do Decreto-Lei nº 53/66 leva à suposição de que a sua promulgação visava dois fins básicos: a integração das funções de ensino e pesquisa e a plena utilização dos recursos materiais e humanos. Esses fins, contudo, parecem ser perseguidos visando especialmente a "racionalização" da estrutura universitária, provavelmente com base nas recomendações contidas nos relatórios resultantes do Acordo MEC/USAID.

No Decreto-Lei 53/66, ainda não há menção do departamento como unidade universitária, muito embora este já tivesse sido previsto no projeto da Universidade de Brasília. No decreto em referência, a estrutura organizacional das Universidades, teria como unidades universitárias as Faculdades, Escolas e/ou Institutos.

É importante ressaltar, também, que este decreto previa a existência de órgãos centrais situados na administração superior da universidade, os quais teriam como função a supervisão do ensino e da pesquisa.

O Decreto-Lei nº 252/67, complementando as normas do Decreto-Lei nº 53/66, estabelecia que as unidades universitárias deveriam dividir-se em

"subunidades denominadas Departamentos, cujos chefes constituirão, na forma dos Estatutos e Regimentos, o Conselho Departamental a que se refere o art. 78 da Lei nº 4.024 de 28 de dezembro de 1961"¹⁷⁶.

¹⁷⁶BRASIL. Decreto-Lei nº 252/67, Art. 2º.

Os parágrafos do Art. 2º explicitavam melhor a conceituação do Departamento, afirmando ser este órgão a "menor fração da estrutura universitária para todos os efeitos de organização administrativa e didático-científica e de distribuição pessoal" ¹⁷⁷.

Além disso, definiu-se que o

"Departamento compreenderá disciplinas afins e congregará professores e pesquisadores para objetivos comuns de ensino e pesquisa, ficando revogadas as disposições contidas no parágrafo único do Art. 3º e no caput do Art. 22 e seu § 1º da Lei nº 4.881-A, de 6/12/1965" ¹⁷⁸.

O Decreto nº 252/67 preceituava, ainda, que

"além das unidades que a compõem, destinadas ao ensino e à pesquisa, a Universidade poderá ter órgãos suplementares de natureza técnica, cultural, recreativa e de assistência ao estudante" ¹⁷⁹.

O Art. 10º previa que além do ensino e da pesquisa, a universidade deveria desenvolver a extensão, levando "à comunidade, sob a forma de cursos e serviços, as atividades de ensino e pesquisa que lhe são inerentes", introduzindo, assim, uma novidade em relação do Decreto-Lei nº 53/66.

Os Decretos-Leis nº 53/66 e 252/67 iniciavam, assim, uma série de orientações que iriam sendo definidas no decorrer dos dois primeiros governos militares e que visavam estabelecer as

¹⁷⁷Idem, parágrafo primeiro.

¹⁷⁸Idem, parágrafo segundo. A Lei nº 4.881-A instituiu o "Estatuto do Magistério Superior". Foi, mais tarde, parcialmente revogada pelas Leis nºs 5.539, de 27 de novembro de 1968 e 5.540/68 e pelo Decreto-Lei nº 465, de 11 de fevereiro de 1969.

¹⁷⁹Idem, Artigo 7º.

bases para a modernização do ensino superior, no contexto mais geral de modernização do capitalismo no Brasil.

Muitos foram os encontros, estudos e relatórios apresentados até a promulgação da Lei de Reforma Universitária em 1968. Essas atividades eram estimuladas e promovidas por órgãos do Ministério de Educação ou por instituições da sociedade civil mais comprometidas com o status quo, como o IPES.

A nível do Governo Central cabe ainda destacar as seguintes iniciativas: a) Comissão instituída pelo Decreto nº 62.024 de 29 de dezembro de 1967 e presidida pelo General Meira Mattos; b) Grupo de Trabalho instituído pelo Decreto nº 62.937 de 2 de julho de 1968.

A finalidade da Comissão presidida pelo General Carlos de Meira Mattos era

"a) emitir parecer sobre as reivindicações, te-
se e sugestões referentes às atividades estu-
dantis; b) planejar e propor medidas que pos-
sibilitem melhor aplicação das diretrizes go-
vernamentais no setor estudantil; c) supervi-
sionar e coordenar a execução dessas diretri-
zes, mediante delegação do Ministro de Esta-
do"¹⁸⁰.

A Comissão entregou o Relatório conclusivo de seus trabalhos em maio de 1968. O Relatório é composto de quatro partes: a) histórico das atividades da comissão; b) pontos críticos do sistema educacional que interferem com a política estudantil; c) conclusões; d) anexos.

O Relatório está calcado no "Programa Estratégico de

¹⁸⁰Relatório Meira Mattos, pp.201-202.

Desenvolvimento" do Ministério de Planejamento, o que demonstra como o planejamento educacional passou a fazer parte do planejamento global da ditadura militar, chegando mesmo a reforma da educação a ser coordenada pelo Ministério do Planejamento.

Na primeira parte do "Programa Estratégico de Desenvolvimento", na qual se define os objetivos da educação, esta é vista como "o instrumento de maior alcance para a consecução dos objetivos econômicos e sociais da Política de Desenvolvimento"¹⁸¹. Ganha relevo, então, o sentido de "objetividade política" no que diz respeito à educação.

Para a equipe presidida pelo General Meira Mattos,

"faltou, apenas, ao Programa Estratégico, dar maior ênfase à Educação como instrumento de formação de uma lúcida e esclarecida mentalidade democrática, visando a projetar na Educação a fé nos valores espirituais e morais da nacionalidade"¹⁸².

Ainda, segundo a mesma Comissão, para que fossem alcançados os objetivos do "Programa Estratégico", seria preciso que fossem vencidos, prioritariamente, os pontos críticos do sistema educacional que "imobilizam os propósitos de dinamizar a política educacional e são responsáveis pela descrença que pesa sobre as autoridades do governo, quando se comprometem a oferecer soluções aos problemas"¹⁸³.

¹⁸¹Outros integrantes da Comissão além do General Meira Mattos: prof. Helro de Souza Gomes; prof. Jorge Boaventura de Souza e Silva; promotor Affonso Carlos Agapito da Veiga; coronel Waldir de Vasconcelos.

¹⁸²Relatório Meira Mattos, p.210.

¹⁸³Idem, p.210.

Esses pontos críticos seriam:

"inadequabilidade estrutural do MEC; crise de autoridade no sistema educacional; insuficiência de remuneração atribuída aos professores gerando deturpações no exercício da profissão (...)" ; conceito equívoco e injustificável do que seja liberdade de cátedra; ausência de uma diretriz visando ao atendimento de maior demanda anual de vagas em todos os níveis do ensino; implantação lenta e desordenada da reforma universitária, sem uma visão objetiva da necessidade de reduzir currículos e duração de formação profissional de algumas especialidades; inexistência de uma liderança estudantil democrática autêntica e combativa consciente de suas responsabilidades para com o País; insatisfações da área estudantil em face da legislação sobre as atividades gremiais e também pelos abusos cometidos em virtude das deficiências do sistema de proteção e assistência ao estudante; ausência de fiscalização da aplicação das verbas públicas no setor educacional e de esforços no sentido de serem encontradas novas fontes de financiamento da educação"¹⁸⁴.

Alguns aspectos desses "pontos críticos" levantados pelo Relatório Meira Mattos precisam ser destacados na medida em que oferecem subsídios para a compreensão do espírito da Lei 5.540/68.

Em primeiro lugar, é evidente a adesão do Relatório à "ideologia empresarialista"¹⁸⁵ aplicada à educação. Em segundo, manifesta uma postura ideológica nitidamente antiesquerdista. Exemplo significativo dessa segunda postura são as considerações a respeito da inexistência de uma liderança estudantil democrática autêntica nas universidades brasileiras.

¹⁸⁴Idem, p.211.

¹⁸⁵Conforme a definição dada por Ted Goertzel e já apresentada neste trabalho.

Para o combate a essa ideologia "esquerdista" (nas suas diversas correntes, a do Partido Comunista de linha soviética, a do Partido Comunista do Brasil - PC do B, de linha chinês-cubana, e a Ação Popular - AP), o Relatório propõe que seja formada uma liderança estudantil democrática, instrumentalizando-a para a tomada do poder nos diretórios representativos da classe. Para isso seria necessário

"criar uma mensagem para o estudante democrático - mensagem cheia de conteúdo ideológico e prático, voltada para o desenvolvimento nacional, para o aperfeiçoamento do sistema escolar, para o lançamento do Brasil na corrida científica e tecnológica, tudo com um conteúdo de fé nas soluções democráticas. Será preciso sincronizar essa mensagem com medidas efetivas do governo nesse sentido"¹⁸⁶.

Entre essas medidas efetivas foram mencionadas: cursos de liderança, encontros para discussão de teses, reuniões, conferência, MUDES (Movimento Universitário para o Desenvolvimento Econômico e Social - ligado à iniciativa privada) e Projeto Rondon.

O Relatório previa, inclusive, uma hierarquização da liderança estudantil indicando que se procurasse formar "líderes de primeiro plano" e "líderes intermediários".

Embora o Relatório não mencione, é possível que dois instrumentos intensivamente utilizados para a formação dessa "ideologia democrática", não só entre alunos mas também entre professores e funcionários das universidades, tenham sido os Cursos de Cristandade e os cursos da Escola Superior de Guerra (ESG).

¹⁸⁶Idem, p.230.

É fato notório que em algumas universidades brasileiras, no período pós-68, o caminho a ser seguido por aqueles que almejam assumir postos administrativos na estrutura universitária têm como verdadeiro "rito de passagem" a realização dos cursos citados.

Entretanto o governo militar necessitava de mais "estudos" para prosseguir a modernização da universidade já iniciada pelos Decretos-Leis nº 53/66 e nº 252/67. Em vista disso, foi instituído pelo Decreto nº 62.937 de 2 de julho de 1968, um Grupo de Trabalho destinado a promover a reforma da universidade brasileira, "visando à sua eficiência, modernização, flexibilidade administrativa e formação de recursos humanos de alto nível para o desenvolvimento do País"¹⁸⁷

O Grupo de Trabalho foi composto pelos seguintes membros: prof. Antonio Moreira Carneiro, padre Fernando Bastos d'Ávila, reitor João Lira Filho, dr. João Paulo dos Reis Velloso, dr. Fernando Ribeiro do Val, prof. Roque Spencer Maciel de Barros, prof. Newton Sucupira e prof. Valnir Chagas, sob a presidência do Ministro da Educação, Tarso Dutra.

Além desses nomes contantes do Decreto nº 62.937/68, foi posteriormente designado para fazer parte do Grupo de Trabalho da Reforma Universitária (GTRU), o deputado Haroldo Leon Peres, do Paraná. Os dois estudantes indicados para comporem o GTRU, João Carlos Moreira Bessa e Paulo Bouças recusaram-se a participar dos trabalhos.

¹⁸⁷ BRASIL/MEC. Reforma Universitária, Relatório, p.15.

Tendo 30 dias para concluir suas atividades, o GTRU subdividiu-se em quatro subgrupos, de acordo com temas previamente elaborados: 1. institucionalização do ensino superior, forma jurídica, administração da universidade; 2. organização didático-científica, magistério, estratégia de implantação da pós-graduação, pesquisas; 3. recursos para a educação e expansão do ensino superior; 4. corpo discente, representação estudantil.

"Cada subgrupo teve a responsabilidade da elaboração de projetos relativos à matéria de sua competência, os quais eram, em seguida, discutidos nas sessões plenárias. Finalmente, os projetos, depois de aprovados, foram harmonizados e coordenados, de modo a se conferir unidade orgânica ao conjunto de documentos"¹⁸⁸.

É evidente pela definição dos princípios que nortearam os trabalhos do GTRU, que ele se colocou numa perspectiva de reforma universitária com vistas a adequá-la às necessidades do sistema. Aceitou com tranquilidade os limites impostos a seu trabalho pelo Decreto nº 62.937/68. De acordo com este Decreto o GTRU não deveria proceder a um diagnóstico da crise universitária brasileira, nem traçar os delineamentos de uma reforma, mas sim "propor um repertório de soluções realistas e de medidas operacionais que permitam racionalizar a organização das atividades universitárias, conferindo-lhes maior eficiência e produtividade"¹⁸⁹.

A crise universitária, como foi concebida pelo GTRU, envolvia dois aspectos: no plano externo, inadequação da universidade às necessidades do desenvolvimento do capitalismo no Bra-

¹⁸⁸BRASIL/MEC. Op.cit., p.10.

¹⁸⁹Idem, p.15.

sil, evidenciada pela inexistência da pesquisa tecnológica e pela pouca diversificação dos cursos superiores oferecidos. Internamente, essa crise era percebida como rigidez administrativa e falta de racionalização das atividades universitárias.

A terminologia e a fraseologia utilizada pelo GTRU no seu Relatório pode inicialmente confundir o leitor, levando-o a acreditar que se encontra diante de uma avançada proposta educacional. Uma análise mais cuidadosa do documento como um todo, contudo, revela a perspectiva de adequação da universidade às exigências do capitalismo brasileiro, da qual partiu o GTRU, afirmação esta que pode ser corroborada pela seguinte citação:

"Organizada à base das faculdades tradicionais, a Universidade, apesar de certos progressos, em substância ainda se revela inadequada para atender às necessidades do processo de desenvolvimento, que se intensificou na década dos 50, e se conserva inadaptada às mudanças sociais dele decorrentes"¹⁹⁰.

Além disso, o conteúdo progressista do Relatório é negado pelas medidas concretas propostas pelo GTRU para a reforma da Universidade. Como bem observou Florestan Fernandes,

"o avanço 'abstrato' e 'teórico' esgota-se como mero expediente literário, como se ele fosse uma verbalização de circuito fechado. Ao se passar do diagnóstico da situação para o plano da formulação das normas e princípios, que regerão o ensino superior, o encanto se desvanece. Aí surge a natureza da vontade política a que estava submetido o GT e todo o seu labor intelectual (...)"¹⁹¹.

¹⁹⁰ Idem, p.19.

¹⁹¹ FERNANDES, Florestan. Universidade Brasileira: Reforma ou Revolução? p.209.

E o que queria essa "vontade política" era a preservação do monopólio do poder nas mãos das camadas conservadoras.

Em termos práticos, a atuação do GTRU se limitou a generalizar para todas as universidades do país, as determinações contidas nos Decretos-Leis nºs 53/66 e 252/67 referentes à organização das universidades federais e elaborou os instrumentos legais indispensáveis a essa generalização e procurou determinar os recursos materiais necessários. Desta forma, como afirma Florestan Fernandes, o GTRU

"não encaminhou nenhuma reforma universitária. Endossou e consolidou a reforma no papel do Governo Castelo Branco, implementando-a com instrumentos legais e dotando-a de recursos materiais que pretendem incutir-lhe alguma eficácia prática"¹⁹².

Algumas das medidas propostas pelo GTRU constituíam respostas diretas às reivindicações do movimento pela reforma universitária do início da década de 60, mas esvaziando-as do seu potencial inovador ao incluir essas modificações na lógica mais geral da exclusão própria do regime político pós-64. A estrutura centralizadora predominante nas universidades bem demonstra a extensão desse processo de exclusão.

O anteprojeto de lei apresentado pelo GTRU foi aprovado quase que na íntegra, sendo que as maiores modificações originaram-se de um arranjo diferente dos diversos artigos, ou ainda, de uma melhor explicitação das proposições contidas no anteprojeto de lei. Este fato pode significar duas coisas: em pri-

¹⁹²Idem, p.207.

meiro lugar, que o grupo realmente trabalhou no sentido de atender às expectativas do governo militar; e, em segundo, que sua contribuição original ao projeto foi praticamente nula. Esse segundo aspecto é reconhecido pelo próprio grupo quando afirma que não

"reivindica para si a originalidade das soluções propostas. Ao contrário, foi sua preocupação constante recorrer ao vasto ideário já elaborado em torno do tema e objetivá-lo em instrumentos eficazes de ação (...)"¹⁹³.

O anteprojeto apresentado pelo GTRU transformou-se na Lei nº 5.540 promulgada no dia 28 de novembro de 1968, a qual "fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média". A reforma proposta pelo GTRU foi complementada por outras leis, decretos e recomendações, que giraram em torno dos seguintes assuntos: corpo docente, recursos para a educação, pós-graduação, expansão do ensino superior, racionalização administrativa e mecanismos de planejamento¹⁹⁴.

Das normas de organização e funcionamento da Universidade cabe destacar aqueles aspectos que se apresentam mais significativos para a compreensão do sentido da reforma universitária.

Em primeiro lugar, no que se refere à estrutura organizacional da universidade, o GTRU considerou que este problema já se encontrava equacionado através dos Decretos-Leis nºs 53/66 e 252/67. Embora esses textos legais se referissem às Uni-

¹⁹³BRASIL/MEC. Reforma Universitária. Relatório, p.62.

¹⁹⁴Idem, pp.77-114.

versidades Federais, segundo o GTRU as demais universidades oficiais e particulares estavam paulatinamente se ajustando a seus princípios. A intenção do GTRU, pois, era generalizar as disposições dos decretos mencionados, em especial a substituição da concepção da Universidade como mera justaposição de faculdades. Para o GTRU, o "tipo natural" de estrutura para o ensino superior deveria ser a universidade admitindo-se apenas, excepcionalmente, o sistema de estabelecimentos isolados.

Essa orientação no sentido da predominância da forma organizacional universitária, deveria substituir "como política a seguir de agora por diante, a mera justaposição de faculdades a que, em última análise, se reduz a definição contida na Lei de Diretrizes e Bases" ¹⁹⁵.

Mas, o GTRU não chegou às últimas conseqüências nessa orientação, pois, ao admitir e justificar a "excepcionalidade" dos estabelecimentos isolados, ficou a "meio caminho", e possibilitou que a tendência real na evolução posterior do ensino superior no Brasil continuasse a ser a de expansão dos estabelecimentos isolados.

O GTRU mostrou-se extremamente interessado na racionalização administrativa das universidades chegando, inclusive, a propor que se levasse em conta, ao considerar os programas de financiamento dessas instituições, o esforço por elas dispensado no sentido dessa racionalização. Só mediante a adoção de mecanismos de racionalização administrativa poderiam as universidades atingir seus objetivos "através de gestão eficiente e menores custos" ¹⁹⁶.

¹⁹⁵Idem, p.27.

¹⁹⁶Idem, p.109.

Como mecanismos de racionalização propunha a adoção do planejamento, das técnicas de orçamento e administração financeira, sugerindo para isso o estabelecimento da função de "superintendente" a "ser exercida por técnico de alto nível"¹⁹⁷.

Fica evidente, assim, a adoção pelo GTRU dos princípios da administração de empresas sugeridos pelos técnicos da USAID consoante ao que dispunham os acordos MEC-USAID. Considerando que as universidades não contavam com corpo técnico preparado para o exercício das funções ligadas à racionalização administrativa, o GTRU propôs o treinamento de pessoal ligado às universidades por órgãos do Governo Central como o Ministério da Educação e/ou o Ministério do Planejamento.

Os objetivos da AID no seu programa de ajuda aos países subdesenvolvidos eram os seguintes:

- "1. Estabelecer uma relação de eficácia entre recursos aplicados e produtividade do sistema escolar;
2. Atuar sobre o processo escolar em nível de micro-sistema, no sentido de se 'melhorarem' conteúdos, métodos e técnicas de ensino;
3. Atuar diretamente sobre as instituições escolares, no sentido de conseguir delas uma função mais eficaz para o desenvolvimento;
4. Modernizar os meios de comunicação de massa, com vistas à melhoria da 'informação nos domínios da educação extra-escolar';
5. Reforçar o ensino superior 'com vistas ao desenvolvimento nacional'"¹⁹⁸.

Subjacentes a esses objetivos estava a crença nos valores da racionalização, da eficiência e da produtividade, e de

¹⁹⁷Idem, p.109.

¹⁹⁸ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. A História da Educação no Brasil, p.210.

que a solução dos problemas educacionais resultaria da adoção de procedimentos técnico-administrativos.

Essa influência dos técnicos da AID nas formulações do GTRU, pode ainda ser observada nas propostas de regime jurídico e administrativo e nas de financiamento do ensino superior.

O GTRU, segundo afirma, "não optou por um sistema único, admitindo que as universidades se organizassem sob a forma de autarquia, fundação ou associação (...)"¹⁹⁹. Nesse sentido, sua proposta manteve a dubiedade da Lei de Diretrizes e Bases ao anuir "à fórmula por excelência privatista de organização das universidades em fundações"²⁰⁰. Deste modo, a Lei 5.540 / 68 representou mais uma vitória dos grupos privatistas. Como afirma Florestan Fernandes,

"aceitando a legitimidade das pressões particularistas, desencadeadas pela 'iniciativa privada' (expressão que, no caso, encobre tanto os interesses econômicos ou confessionais de estabelecimentos de ensino privado quanto uma ambição puramente política de controle da situação pelas 'classes possuidoras'), o Governo no poder fez da 'gratuidade do ensino público' um cavalo de batalha. O GT ateve-se naturalmente às preferências do Governo, incorporando uma revogação indireta da gratuidade do ensino público (...)"²⁰¹.

Explicando as propostas de financiamento do ensino superior apresentadas, o GTRU afirma

"que o esquema previsto visa a maior participação direta da comunidade e dos alunos de mais alta renda familiar no financiamento do ensino superior, de modo a liberar recursos para criar

¹⁹⁹BRASIL/MEC. Reforma Universitária. Relatório, p.23.

²⁰⁰FERNANDES, Florestan. Universidade Brasileira: Reforma ou Revolução? p.230.

²⁰¹Idem, p.232-233.

um sistema global de financiamento capaz de assegurar, progressivamente, que nenhum candidato ao ensino superior, notadamente em carreiras onde haja deficits, seja delas afastado, por falta de recursos pessoais"²⁰².

Afirma, ainda, que

"o critério básico é de que quaisquer recursos captados de entidades oficiais e privadas, e de alunos de renda familiar mais alta, sejam necessariamente destinados a financiar gratuidade para alunos de renda mais baixa"²⁰³.

O raciocínio dos membros do GTRU no que se refere à gratuidade do ensino estava, como já foi afirmado, em perfeita consonância com as expectativas dos novos grupos no poder. A exposição da posição de um dos intelectuais orgânicos desse grupo deixa clara essa afirmativa:

"não há relação nenhuma visível, entre gratuidade e acessibilidade; pelo contrário, a eliminação da gratuidade, para as classes de renda média e alta, seria uma pré-condição para aumentar-se a acessibilidade da educação superior para uma parcela maior da população"²⁰⁴.

Para Florestan Fernandes,

"o importante, no caso, não é a gratuidade de ensino, mas a que responde a própria filosofia de um Estado republicano que assuma deveres fundamentais na nacionalização e na expansão do ensino público. A investida não é feita senão com intenções destrutivas: aí, a privatização do pú-

²⁰²BRASIL/MEC. Reforma Universitária. Relatório, p.60.

²⁰³Idem, pp.60-61.

²⁰⁴CAMPOS, Roberto de Oliveira. "Educação e Desenvolvimento Econômico" In: IPES. A Educação que nos Convém, p.75.

blico o que pretende é anular ou destruir certas tendências, que lançam o Estado através do ensino público, contra o monopólio da educação escolarizada e da cultura pelas 'classes possuidoras'" 205.

Em relação à cooperação financeira da União para a expansão do ensino nos Estados e Municípios, o GTRU fez recomendações apenas a nível do ensino primário e do ensino médio, condicionando essa cooperação à vinculação de pelo menos igual montante de recursos daqueles níveis de Governo, através do Fundo de Participação de Estados e Municípios" 206.

Aliás, essa orientação privatista do GTRU já estava consagrada na Constituição de 1967, que não só manteve os privilégios da escola particular determinando que "respeitadas as disposições legais, o ensino é livre à iniciativa particular, a qual merecerá o amparo técnico e financeiro dos Poderes Públicos, inclusive mediante bolsas de estudo" 207.

Estabelecia também a Constituição que o ensino seria gratuito para todos no nível primário (Art. 176, § 3º, II), e que nos níveis médios e superior o seria para aqueles que demonstrarem efetivo aproveitamento e provarem falta ou insuficiência de recursos" (Art. 176, § 3º, III); previa, inclusive, "que o Poder Público, substituirá, gradativamente, o regime de gratuidade no ensino médio e no superior pelo sistema de concessão de bolsas de estudos, mediante restituição, que a lei regulará" (Art. 176, § 3º, IV).

²⁰⁵FERNANDES, Florestan. Universidade Brasileira: Reforma ou Revolução? p.232.

²⁰⁶BRASIL/MEC. Reforma Universitária. Relatório, p.55.

²⁰⁷BRASIL. "Constituição da República Federativa do Brasil"-1967, Art.176, §2º in CARVALHO, Guido Ivan de. Ensino Superior. Legislação e Jurisprudência, Vol. I - Legislação, p.5 (grifos meus).

A expansão do ensino superior foi objeto de outras recomendações do GTRU, das quais ressaltam duas preocupações básicas: a de adequar essa expansão às necessidades do mercado de trabalho e a de resolver o problema dos excedentes. A vinculação instrumental da educação às necessidades do mercado de trabalho pode ser claramente percebida nas seguintes afirmações do GTRU:

"Só esse crescimento equilibrado do sistema de ensino, em seus vários níveis, que concilia da melhor forma possível direitos e necessidades, atendendo a uma inspiração ético-política genuinamente democrática, só esse crescimento, dizia-se, pode, de resto, responder adequadamente aos problemas postos pelo mercado de trabalho, particularmente o dos 'excedentes profissionais' egressos de várias carreiras superiores"²⁰⁸.

Coerente com essa orientação, o GTRU sugeriu que se concentrasse o "aumento de vagas em carreiras prioritárias para o desenvolvimento econômico e social, notadamente em quatro áreas: professores de nível médio, a área de maior déficit, atualmente; medicina e outras profissões de saúde (enfermagem, bioquímica, odontologia); engenharia (principalmente engenharia de operação) e outras profissões da área tecnológica (engenharia-química, química industrial); técnicos intermediários (carreiras curtas de nível superior)"²⁰⁹.

Essa nova forma de encarar a educação que predominou na política educacional do regime militar foi sintetizada por Roberto Campos em exposição realizada no Fórum organizado pelo IPES.

²⁰⁸BRASIL/MEC. Reforma Universitária. Relatório, p.48.

²⁰⁹Idem, p.50.

Discorrendo sobre o tema "Educação e Desenvolvimento", Roberto Campos chamava a atenção para a importância "do fenômeno cultural e educacional, no processo de desenvolvimento". Concordando com David Hume, Campos afirma que a educação, ou seja, a formação de recursos humanos, tem uma importância estratégica maior para o desenvolvimento do que o capital físico e financeiro. "Queria novamente voltar ao tema de Hume. A destruição física de um país é de importância relativamente pequena se permanecesse intacto o seu potencial científico e cultural, inversamente, a construção de um país é uma tarefa lenta e impossível, se, a par d^o equipamento físico, não houver um sistemático esforço de construção do capital humano"²¹⁰.

Um outro ponto de vista de Roberto Campos, também compartilhado pelos membros do GTRU, é o caráter terminal que deveria ser dado à escola média. Para Roberto Campos,

"a educação secundária de tipo propriamente humanista, devia, a meu ver, ser algo modificada através da inserção de elementos tecnológicos e práticos, baseados na presunção inevitável de que apenas uma pequena minoria, filtrada no ensino secundário ascenderá à Universidade; e, para a grande maioria, ter-se-á de considerar a escola secundária como a sua formação final. Formação final, portanto, que deve ser muito mais carregada de elementos utilitários e práticos, com uma carga muito menor de humanismo do que é costumeiro no nosso ensino secundário"²¹¹.

O GTRU também propunha essa modificação da escola média, encarando-a, inclusive, além do atendimento às necessidades do desenvolvimento econômico, como meio de conter a demanda de va-

²¹⁰ CAMPOS, Roberto de Oliveira. "Educação e Desenvolvimento Econômico. In: IPES. A Educação que nos Convém, pp.73-76.

²¹¹ Idem, p.76.

gas no ensino superior:

"O dimensionamento da demanda seria colocado em bases mais adequadas, com o aperfeiçoamento do ensino médio, de modo que já possa constituir, para grande número de alunos, o término da preparação para o trabalho"²¹².

Desta forma, as sugestões do GTRU, as quais orientarão a política educacional do Estado Autoritário, direcionaram-se no sentido de abandonar o modelo de educação universitalista e elitizante, para adotar um modelo em que a educação assuma um caráter mais instrumental ao processo de desenvolvimento.

Para Luiz Pereira, a contribuição da educação para o desenvolvimento se dá "via melhoria qualitativa do fator trabalho", sendo que essa contribuição "é variável conforme as funções de produção que se considere e se estimule: maior nas mais absorvedoras de trabalho que nas demais, pressupondo-se sempre uma elevação do nível tecnológico e da racionalização das atividades produtivas"²¹³.

Essa concepção da educação, aliada à necessidade de resolver o problema político criado pela existência dos excedentes, levou o GTRU a propor uma verdadeira hierarquização do sistema de ensino e dos cursos a nível superior. Além do caráter terminal da escola média, o GTRU propôs a criação de carreiras curtas a nível superior e sugeriu a introdução da pós-graduação²¹⁴.

²¹²BRASIL/MEC. Reforma Universitária. Relatório, p.53.

²¹³PEREIRA, Luiz. (Coord.) Desenvolvimento, Trabalho e Educação, pp.9-10.

²¹⁴Sobre os objetivos da política de pós-graduação ver o livro de Beth Antunes de OLIVEIRA. O Estado Autoritário Brasileiro e o Ensino Superior.

O sistema de carreiras curtas "serviria para corrigir áreas de formação profissional hoje inteiramente desatendidas ou atendidas por graduados em cursos longos e dispendiosos".

Referindo-se às novas tarefas impostas à universidade pelo desenvolvimento industrial (criação de conhecimentos novos, preparação da grande massa de estudantes para a vida profissional, e a necessidade de preparar-se pessoal de alto nível científico e tecnológico), o GTRU afirma que

"a execução de todas estas tarefas impõe à Universidade uma espécie de diversificação vertical, com o escalonamento de estudos, que vão desde o ciclo básico às carreiras curtas e longas, dentro da graduação até o plano superior da pós-graduação. Esta se torna, assim, o sistema especial de cursos regulares, exigido pelas condições de pesquisa científica, pelas necessidades da formação tecnológica avançada e como imperativo do preparo de professores do ensino superior"²¹⁵.

Todas essas propostas de reformulação do ensino superior aqui analisadas, surgiram a partir da iniciativa do aparelho de Estado (sociedade política), em decorrência de necessidade de absorver o movimento da reforma universitária, por um lado, e, por outro, de atender às necessidades do desenvolvimento do capitalismo monopolista.

A nível da sociedade civil, além da forte resistência do movimento estudantil às ações do governo militar, só ganhou relevância a atuação do IPES que, através de encontros, divulgação de textos e atuação de pessoal ligado ao seu quadro nos órgãos governamentais, procurou influir nos rumos da política educacional

²¹⁵BRASIL/MEC. Reforma Universitária. Relatório, p.40.

do período pós-64, como já havia feito na área econômica.

Em termos de uma ação especificamente voltada para a questão educacional o IPES realizou dois encontros envolvendo a participação de empresários, políticos, intelectuais, todos ligados aos interesses do novo bloco de poder multinacional e associado²¹⁶. Em fins de 1964 o IPES promoveu um Simpósio sobre a reforma da educação para o qual apresentou os seguintes textos: "Documento Básico" e "Delineamento Geral de um Plano de Educação para a Democracia no Brasil". O objetivo do Simpósio seria o de "realizar a 'discussão das linhas mestras de uma política educacional que possibilite a realização das aspirações nacionais de rápido desenvolvimento econômico e social (...)"²¹⁷.

Em 1968, o IPES promoveu o Fórum sobre educação que recebeu o título "A Educação que nos Convém" e que resultou na publicação de um documento com o mesmo título contendo as exposições, debates e sínteses do Fórum. Para Maria Inêz de Souza, a organização desse Fórum pelo IPES decorreu da radicalização do movimento estudantil:

"Em 1968, devido ao recrudescimento dos movimentos estudantis no País, a partir de abril, coincidindo com a grande vaga das revoltas de estudantes no contexto mundial, as camadas dirigentes foram despertadas para a necessidade de se encontrarem soluções que pusessem um fim à cri-

²¹⁶As informações sobre a atuação do IPES no campo educacional foram retiradas de dois textos: DREIFUSS, René A. 1964: A Conquista do Estado - Ação Política, Poder e Golpe de Classe e SOUZA, Maria Inêz Salgado de. Os Empresários e a Educação. O IPES e a Política Educacional após 1964.

²¹⁷SOUZA, Maria Inêz Salgado de. Op.cit., pp.48-49.

se, que encaravam como perturbadora da estabilidade social"²¹⁸.

Esses dois encontros promovidos pelo IPES embasariam, segundo Maria Inêz de Souza, o seu projeto educacional e forneceriam as diretrizes através das quais o IPES iria influenciar na política educacional do governo militar. Essa influência do IPES na política educacional estaria materializada nos vários pontos em comum existentes entre o projeto educacional do Instituto e a política educacional desenvolvida a partir de 1964.

As propostas do IPES apresentam uma convergência espantosa com as questões e propostas já trabalhadas pelas "comissões" organizadas a nível da sociedade política e já analisadas neste trabalho. Em conjunto, essas propostas representam o projeto educacional do novo bloco de poder multinacional e associado em oposição ao projeto populista e ao projeto do movimento pela reforma universitária do início da década de 60. Esse projeto da classe dominante embasado na ideologia do desenvolvimento e da segurança nacional, representou a conquista da hegemonia no campo educacional do novo bloco de poder que conquistou o Estado quando do golpe militar de abril de 1964.

²¹⁸Idem, p.77. Do Fórum de educação promovido pelo IPES, participaram como conferencistas: padre Fernando Bastos D'Ávila S.J. (que integrou também o GTRU); Cândido Antonio Mendes de Almeida; Clemente Mariani (ex-ministro); Lucas Lopes (membro da CONSULTEC); Luiz Gonzaga do Nascimento Silva (ministro do Trabalho no governo Castelo Branco); Nair Fortes Abu Merhy (membro do CFE); Paulo de Assis Ribeiro (presidente do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária no governo Castelo Branco); Raymundo Padilha (deputado da ARENA e redator do projeto do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - proposto pelo GTRU como um dos mecanismos de financiamento do ensino); Roberto de Oliveira Campos (ministro do Planejamento no governo Castelo Branco); Suzana Gonçalves (Diretora da CAPES no governo Médice); Theófilo de Azeredo Santos.

Mas, por suas próprias características, o movimento estudantil não pode manter-se enquanto movimento político e foi anulado pela fúria repressiva do Estado Autoritário. Segundo

de classes. cagão um dos campos em que, sob o capitalismo, se trava a luta-
nal, como já foi demonstrado neste trabalho, revela ser a edu-
nização da classe dominante em defesa do seu projeto educacio-
dominante. Este aspecto do movimento estudantil aliado à orga-
estudantil opunha-se enquanto alternativa ao projeto da classe
com o capitalismo monopolista. Em outros termos, o movimento
estava, na verdade, negando o novo modelo econômico implantado
litar e defender a universidade crítica, o movimento estudantil
Ao se opor à universidade empresarial do governo mi-

década de 50 e início da década de 60.
jeto de revolução social das classes trabalhadoras do final da
no-burguesa o movimento estudantil conseguiu manter vivo o pro-
Apesar de suas contradições decorrentes de sua vinculação peque-
no campo educacional para se opor de modo radical ao status quo.
passou os limites da luta por conquistas de algumas reivindicações
te a partir de sua radicalização, o movimento estudantil ultra-
expressa as tensões das classes naquela conjuntura. Especialmen-
co de poder multinacional-associado, reside no fato de que ele
cesso desencadeado a partir da conquista do Estado pelo novo blo-
golpe de 1964. E a sua importância para a compreensão do pro-
cia ao poder militar que conseguiu se manter organizado após o
O movimento estudantil foi o único foco de resistên-

Maria Alice Forachi, o movimento estudantil é neutralizado pelo poder e não consegue fortalecer-se como organização de massa, nem fortalecer aos demais setores emergentes da sociedade, porque atua num ritmo de ascenso e descenso que torna seus objetivos discutíveis perante a opinião pública. Ainda segundo Forachi, as potencialidades do movimento estudantil não devem ser medidas por sua capacidade de "mobilização permanente", mas, sim, por sua capacidade de "arregimentação" que, embora momentânea e parcial, com frequência supera o significado que se lhe atribuiu²¹⁹. E esta capacidade de arregimentação foi muito bem demonstrada no período de 1964-1968.

Desta forma, o golpe militar de 1964 não silenciou de imediato a universidade brasileira. Sua voz continuou sendo mantida pelo movimento estudantil. Até 1966 as reivindicações dos estudantes estiveram centralizadas na defesa da preservação de sua entidade nacional, a UNE, fechada como já foi dito neste trabalho, pela Lei Suplicy de Lacerda. Esta Lei (4.464 de 9/11/64), substituiu a UNE pelo Diretório Nacional de Estudantes, e as Uniões Estaduais pelos Diretórios Estaduais.

Ao fechar a UNE, era evidente a intenção do governo militar em desmobilizar também este setor de resistência. Isso Castelo Branco deixou bem claro desde os meados de 1964 quando comunicou aos Secretários de Educação de todos os Estados da Federação, que a meta do governo era "restabelecer a ordem e a tranquilidade entre estudantes, trabalhadores e militares"²²⁰.

²¹⁹FORACHI, Maria Alice M. "1968: El Movimiento Estudiantil em la Sociedad Brasileira. In: Revista Mexicana de Sociología, s.d., pp.609-620.
²²⁰DREIFUSS, Rene A. 1964: A Conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe, p.468.

Essa preocupação em "silenciar" os estudantes não partia só do governo, mas também das classes dominantes organizadas através do IPES. Na apresentação do documento "A Educação que nos Convem", Glaycon de Paiva, vice-presidente do IPES assim se manifestou:

"Sabe-se hoje pela abundante literatura que o movimento estudantil, o movimento estudantil que estourou em Paris na Primavera de 1968, foi planejado para repercutir em todo o Mundo, sob forma de manifestações semelhantes, que ocorreriam nos diferentes países com defasagem conveniente, de modo a armar-se gigantesco movimento político-ideológico.

No Brasil, despontou no início do segundo semestre daquele ano. Terminou por constituir-se um dos motivos da aplicação de medidas excepcionais a que o Governo Federal se obrigou a lançar mão para restabelecer a ordem, calculadamente perturbada.

Entre as razões boas e más, para o desencaixar da campanha estudantil, destacam-se as relacionadas com a extensão e qualidade da Educação prevalente no Brasil.

O IPES e a PUC interessaram-se, desde logo, pelo exame desse ponto, e pelo esclarecimento e a definição do tipo de educação conveniente aos interesses brasileiros, partindo do que é presentemente suprido. Porque se certos pontos característicos da Educação que nos Convem pudessem ser encontrados, hierarquizados e coordenados em diretrizes de ação, tornar-se-ia mais fácil explicá-los ao povo, e aos estudantes, e certamente permitiria roubar à agitação algumas das razões de permanência (...)"²²¹.

Além, a intenção do IPES em esvaziar o potencial revolucionário dos estudantes, já tinha ficado evidente quando em comendou e propiciou a publicação do livro de Sonia Segantredo, "UNE - Instrumento de Subversão".

A partir de 1967, o movimento estudantil se orientou contra a institucionalização do pagamento de taxas na rede pública e contra a ingerência externa na universidade brasileira, em especial contra o acordo MEC/USAID.

Em 1968, com o agravamento do problema dos excedentes, os estudantes reivindicavam mais vagas para o ensino superior, radicalizando seu movimento, chegando mesmo a ocupar as universidades e realizar cursos pilotos.

Nesse momento, segundo Dermeval Saviani, "o governo, como que raciocinando em termos de 'façamos a reforma antes que outros a façam', apressou-se a desencadear o processo que culminou na Lei 5.540/68 de 28 de novembro de 1968"²².

A promulgação da Lei 5.540/68 representou, assim, o controle político por parte do aparelho de Estado, dos movimentos reivindicatórios da sociedade civil, expressos através do movimento estudantil.

Para completar o seu controle, o governo militar promulgou o Ato Institucional nº 5 em dezembro de 1968 e o Decreto-Lei nº 477 em fevereiro de 1969, através dos quais fez baixar sobre estudantes e professores toda a força de sua repressão, de modo a conter as manifestações estudantis.

Muito embora esses instrumentos legais tenham sido posteriormente anulados, pelo menos oficialmente, na prática eles foram absorvidos pelos Regimentos Internos e legislação complementar das Instituições de Ensino Superior.

²²² SAVIANI, Dermeval. "Análise Crítica da Organização Escolar Brasileira Através das Leis nºs 5.540/68 e 5.692/71", p.147.

Um dos expoentes na historiografia oficial desse ti-
po de interpretação é Pedro Calil Padis que elaborou talvez o

mais e, consequentemente, da sociedade paranaense.
ense, é aquela que insiste na condição de "periferia" da econo-
pos dominantes do Estado quanto à interpretação do caso para-
cial (ou seja, "profissional") como no discurso político dos gru-
A tendência predominante tanto na historiografia ofi-

a configuração de um setor socio-geográfico específico: o Parana.
na sociedade brasileira a partir da Revolução de 30 determinaram
pitalismo brasileiro, ou seja, como as transformações operadas
concretizaram neste Estado as determinações mais globais do ca-
O foco principal de análise será verificar como se

universitárias nesse processo.
da questão mais geral da hegemonia e do papel das instituições
junturas do Parana na década de 60 tendo em vista a compreensão
Neste capítulo procurarei analisar as condições con-

A CONJUNTURA PARANAENSE NA DÉCADA DE 60

CAPÍTULO II

primeiro trabalho acadêmico voltado à compreensão do processo mais global de desenvolvimento do Estado¹.

Partindo de uma compreensão da situação de dependência dos países latino-americanos Calil Padis recorre a essa mesma interpretação para explicar as disparidades regionais do Brasil quanto ao nível de desenvolvimento econômico e social. Para ele, o Estado de São Paulo, a partir da expansão da indústria, se constituiu no "Centro dinâmico" da economia do país, passando as demais regiões a contribuir para a expansão desse Estado:

"De certa forma, a atividade industrial atrelou a si todo o sistema econômico brasileiro. Isto vale dizer que, ao expandir-se a indústria paulista, todas as demais regiões do país passaram a contribuir, de alguma maneira, para o centro dinâmico da economia brasileira (...).

Conseqüência meridiana desse fato, foi que a economia paulista passou a agir no tocante às dos outros Estados da Federação, como se fosse uma metrópole econômica. Como a área que se industrializa exige matérias-primas, alimentos e outros produtos agrícolas, houve, internamente, uma maior integração econômica e uma consequente maior divisão do trabalho.

O processo de industrialização paulista, em outras palavras, conseguiu estabelecer vínculos de dependência, cada vez mais estreitos, com todo o conjunto do país. Assim é que Estados ou regiões do Brasil, que antes viviam subordinados à periferia do exterior, passaram a depender e a gravitar em torno do centro dinâmico industrial (...).

Em conseqüência - e é lógico e natural que, assim tenha sido -, a crescente integração do mercado nacional e ao auxílio que se emprestam ao setor industrial paulista, aduziu-se uma política econômica de âmbito nacional que portava em seu âmago, uma redução da autonomia econômica dos demais Estados (...).

¹ PADIS, Pedro Calil. Formação de uma Economia Periférica: o caso do Paraná.

Se do ponto de vista nacional isto é correto - mesmo porque não havia muitas alternativas para o país que queria industrializar-se, do âmbito regional, criaram-se problemas cujo âmbito exigirá muito esforço e muita imaginação.

O acúmulo dessas dificuldades, ao longo do processo de industrialização brasileira, determinou o aparecimento de várias economias periféricas. Para estudar-se esse problema dentro do nosso país, poderiam ser observadas várias regiões (...)"².

Mas Calli Padis estudou o caso do Paraná pelas seguintes razões:

- a. "a forma particular e muito interessante por que evoluiu sua economia, nas últimas quatro décadas (...)"¹;
- b. "papel desempenhado pela cafeicultura para-naense no processo de industrialização paulista (...)"²;
- c. as dificuldades enormes que o Paraná "teve que enfrentar para integrar-se economicamente são tão caracterizadas que, melhor que qualquer outra região do país, o Estado do Paraná se transforma na síntese do que ocorreu com as outras economias estaduais ou regionais"³.

Contrapondo-se a essa posição de Calli Padis surgiu mais recentemente uma outra corrente que, embora reconhecendo o valor da contribuição pioneira desse pesquisador, procura fazer uma nova leitura da situação do Paraná a partir da negação da tese da "periferia". E o caso, por exemplo, do trabalho de Maria Helena Oliva Augusto⁴ que procura mostrar como o desenvolvimento do Estado do Paraná reproduz em sua dinâmica as características assumidas pelo

² Idem, pp. 2-3.

³ Idem, p. 4.

⁴ AUGUSTO, Maria Helena Oliva. Intervencionismo Estatal e Ideologia Desenvolvimentista.

Constituído inicialmente como uma comarca da Província de São Paulo, adquirindo sua autonomia política apenas em 1983, o Paraná, até a década de 30, teve pouca expressão econômica no

1. SÍNTESE EVOLUTIVA

Além dos textos citados foram localizados poucos trabalhos sobre o desenvolvimento do Paraná tanto no campo da história-grafia quanto no da economia e da política. Para complementar as informações contidas nessas fontes, analisei as Mensagens apresentadas à Assembleia Legislativa do Paraná pelo ex-Governador Paulo Cruz Pimentel que governou esse Estado no período de criação das Universidades Estaduais.

Embora compartilhando dessa interpretação de Maria Helena Augusto sobre a especificidade do Paraná não procurei, na análise efetuada neste capítulo, resolver a polémica estabelecida, talvez que extrapolaria em muito os objetivos desse trabalho. Ao contrário, seguindo o mesmo critério estabelecido no capítulo preliminar, procurei utilizar-me da contribuição de ambos os autores, servindo-me dos dados por eles oferecidos a partir de perspectiva teórica por mim adotada.

do estadual na década de 60. que irá informar o projeto desenvolvimentista do aparelho de Estado encara a tese da "periferia" como manifestação do "estadualismo" desenvolvimento desigual (...)"⁵. Em função dessa postura, a autora do capitalismo brasileiro que "tornava explícita a realidade do desenvolvimento desigual (...)"⁵. Em função dessa postura, a autora vistas pela autora como fazendo parte da própria lógica de expansão do capitalismo brasileiro. Ou seja, as disparidades regionais são

Assim, a questão da integração dessas três distintas regiões tem se colocado como um desafio para a organização do Paraná como uma unidade político-administrativa, além de ser deter-

"O Norte do Estado que, qual prolongamento da economia paulista, a ela se vinculava quase totalmente. A região Sudoeste, ocupada em consequência de problemas que atingiram o Rio Grande do Sul, com este Estado mantinha seus vinculos. Quanto ao chamado 'Paraná Velho', cuja formação data de época bem mais antiga, era a única parte do Estado que podia ser considerada 'paranaense'".⁶

entre si.

econômicos diferentes e que praticamente não mantinham relação cesso de desenvolvimento gerou a existência de três subsistemas exterior e depois do Estado de São Paulo. Além disso, esse processo, se constituiu como uma economia periférica, no início do algumas características específicas ao Paraná que, segundo Caill A forma como se deu esse desenvolvimento empreston

ção Norte, e, mais tarde, do Sudoeste.

A partir da década de 40 com a introdução da cultura cafeeira no Estado, deu-se um significativo surto de desenvolvimento que resultou na ocupação e colonização das terras da região Norte, e, mais tarde, do Sudoeste.

madeira - e dependentes do mercado internacional.

Até essa época, a ocupação do seu território se limitava ao chamado "Paraná Tradicional" tendo assistido a vários ciclos econômicos, não relacionados entre si - mineração, mate, madeira - e dependentes do mercado internacional.

conjunto do país.

minante em muitas das questões significativas do Estado.

Para compreender esse processo, no entanto, é neces-

sário que se recapitule a forma como se processou a ocupação econômica do território paranaense, pelo menos em suas linhas gerais. Essa ocupação se deu, como já foi afirmado, através de três ondas de povoamento distintas: a que ocorreu até o final do século XIX e da qual se originou o "Paraná Tradicional", e as duas que se deram no século XX, a do Norte e a do Sudoeste. "Cada uma dessas três ondas criou o seu próprio tipo de economia, formou um tipo de sociedade e fundou as suas próprias cidades"⁷.

A formação do "Paraná Tradicional" deu-se até o final do século XIX através da ocupação das chamadas "terras de campo", que vão desde Curitiba, pelos Campos Gerais, Campos de Guarapuva, Campos de Palmas, até as atuais divisas entre Santa Catarina e o Rio Grande do Sul. A base econômica dessa onda de povoamento foram os latifúndios campeiros da criação de gado, os engenhos de beneficiar erva-mate e as serrarias de pinho.

Essa primeira onda de povoamento praticamente se limitou às terras de campos, deixando intactas as terras do Norte e do Sudoeste do Estado. Essas terras eram cobertas de florestas e eram mais propícias à agricultura. Além disso, eram banhadas pelos rios Paranapanema, Paraná, Ivaí e Iguaçu.

Uma economia tímida, o isolamento, a escassa urbanização, a formação de elites pouco atuantes a nível nacional, são

⁷ WESTPHALEN, Cecília Maria; MACHADO, Brasil Pinheiro e BÄLHANA, Altiva Pirlatti. "Nota Prévia ao Estudo da Ocupação da Terra no Paraná Moderno". In: Boletim da Universidade Federal do Paraná, nº 7, 1968, p.8. A maioria das informações sobre o processo de ocupação da terra no Paraná foram retiradas deste texto.

algumas das características do tipo de povoamento efetuado no Paraná Tradicional.

As relações oligárquicas dominavam a vida social com a predominância das oligarquias dos campos gerais, ou seja, da

"chamada elite campeira paranaense; essa elite vivia isolada em relação aos centros decisórios do país, o que gerou o isolamento da própria política e da cultura paranaense. Desse modo, toda a formação social se ressentiu desse isolamento"⁸.

As terras do Norte e do Sudoeste só seriam ocupadas no século XX como resultado de dois tipos de movimentos: primeiro, uma ocupação em pequena escala resultante de movimentos expansionistas internos, ou seja, feita pelos excedentes da população rural do "Paraná Tradicional"; segundo, uma ocupação em larga escala que resultou de dois movimentos expansionistas, "diversos na sua motivação, cujos centros de dispersão estavam localizados fora do Paraná, e que praticamente, penetraram ao mesmo tempo em território paranaense"⁹.

Essa ocupação em larga escala diz respeito ao movimento expansionista do Norte que teve como base a cultura do café, e a do Oeste, com base na cultura de cereais e na criação de suínos.

A ocupação do Norte do Estado deu-se em três momentos distintos, os quais deram origem a três subregiões: a do Norte Velho, a do Norte Novo e a do Norte Novíssimo.

⁸ WACHOWICZ, Lilian Anna. Relação Professor-Estado no Paraná Tradicional, pp.37-38.

⁹ WESTPHALEN, Cecília Maria et alli, op.cit., p.51.

O Norte Velho começou a ser ocupado em 1862 por grandes fazendeiros paulistas e mineiros, que ali estabeleceram suas fazendas destinadas à plantação de café e, em menor escala, à criação de gado. Por suas origens, essa região manteve-se ligada a São Paulo, não só pela utilização das mesmas técnicas agrícolas e do mesmo regime de trabalho, mas também pela comercialização da produção que se dava toda através daquele Estado.

A ocupação do Norte Velho foi concluída na década de 20 e se estendeu até às margens direitas do rio Tibagi, dela resultando cidades como Tomazina, Siqueira Campos (antes, Colônia Mineira) e Jacarezinho.

A ocupação do Norte Novo deu-se à margem esquerda do rio Tibagi, e, ao contrário da ocupação do Norte Velho que se deu pela ação isolada de fazendeiros, resultou da ação de companhias privadas de colonização. Inicialmente, a "Corain & Cia." e a "Companhia Leopoldo de Paula Vieira". Da ação dessas duas primeiras companhias resultaram as cidades de Primeiro de Maio e Seretanópolis.

Mas, foi a partir de 1927 que teve início o maior empreendimento empresarial nessa região, resultante da ação dos banqueiros ingleses que adquiriram do Governo do Paraná cerca de 500.000 alqueires das terras situadas entre os rios Paranapanema, Tibagi e Ivaí, justamente aquelas consideradas de melhor qualidade.

Embora haja muita apologia em torno da ocupação dessa parte do território paranaense, ela, na verdade, resultou da atuação concomitante de dois fatores: ação do imperialismo inglês que viu no negócio da compra e revenda das terras do Norte Novo do

Paraná uma grande fonte de obtenção de lucros ¹⁰, de um lado, e de outro, as dificuldades pelas quais passava a cafeicultura brasileira no período.

Em relação ao primeiro fator, é importante lembrar que à época em que se efetuou a venda das terras pelo Governo do Paraná, o Brasil ainda se achava sob o domínio do imperialismo inglês, com grandes dívidas a saldar.

E, segundo Joffily, teria sido essa dívida e a subordinação do Brasil à Inglaterra que permitiram a realização de negócio tão vantajoso para os ingleses, sintetizando a história dessa transação imperialista nos três pontos seguintes:

"1. Em consequência do crônico atraso no pagamento das nossas dívidas, os banqueiros Rothschild¹¹ enviaram emissários ao Governo em busca de maiores garantias financeiras e em detrimento da nossa soberania.

2. Lord Lovat, um dos enviados, valendo-se da subserviência das autoridades brasileiras, comprou por preços simbólicos 13.165 km² no Norte do Paraná, área que foi dividida em lotes rurais e urbanos de elevado custo.

3. Apesar do predatório desmatamento, porém graças à fertilidade das terras roxas, a diversos favores oficiais e a um eficiente plano de loteamento ficariam assegurados os extraordinários lucros dos ingleses"¹².

Para efetivar seu empreendimento, os ingleses fundaram em Londres, em 1924, a "Brazil Plantations Syndicate Ltd.",

¹⁰Ver a esse respeito JOFFILY, José. Londres-Londrina.

¹¹Joffily refere-se a "N.M. Rothschild & Sons". A visão "apologética" da colonização do Norte do Paraná está contida no livro da Companhia Melhoramentos do Norte do Paraná. Colonização e Desenvolvimento do Norte do Paraná.

¹²JOFFILY, José. Londres-Londrina, p.114.

que a partir de 1925 passaria a denominar-se "Paraná Plantations Ltd.". Na mesma época foi organizada a subsidiária brasileira dessa empresa, a "Companhia de Terras Norte do Paraná". Os representantes da companhia inglesa no Brasil eram os paulistas João Sampaio e Antonio Moraes Barros, sob a coordenação de Arthur Thomas.

A organização da "Paraná Plantations Ltd." decorreu de estudos realizados por Lord Lovat por ocasião de sua visita ao Brasil em 1924. Naquela oportunidade Lovat veio ao Brasil como observador agrícola da "Missão Montagu"¹³ e, também, segundo Joffily, como representante dos Rothschild.

Dessa forma, a ocupação do Norte Novo do Paraná se deu através da ação empresarial da "Companhia de Terras Norte do Paraná" (hoje, Companhia Melhoramentos Norte do Paraná) que através de um rigoroso planejamento conseguiu realizar o empreendimento a que se propôs, ou seja, a venda das terras adquiridas ao Governo do Estado do Paraná. O planejamento consistiu na divisão das terras em lotes agrícolas, na construção de estradas e na fundação de cidades, algumas das quais já planejadas para serem núcleos urbanos polarizadores como Londrina, fundada em 1931, e Maringá, fundada em 1947. A base econômica dessa ocupação foi o café, tendo sido realizada por paulistas, mineiros e nordestinos.

Como já foi afirmado anteriormente a decadência dos cafezais paulistas e mineiros foi que levou, a partir da década de 30, à abertura de novas fronteiras agrícolas, como as do Nor-

¹³ Trata-se de uma missão inglesa que veio ao Brasil para avaliar a situação financeira, econômica e comercial do país, chefiada por Lord Montagu.

te do Paraná. Outras zonas pioneiras no período foram as da Alta Paulista, Alta Mogiana e Alta Sorocabana.

"O tipo de povoamento promovido pela Companhia de Terras Norte do Paraná diferiu daquele que se verificou nas zonas cafeicultoras de São Paulo e da zona paranaense situada entre os rios Itararé e Tibagi. Em vez da criação de grandes fazendas monocultoras, optou-se pelo regime de pequenas e médias propriedades, menos suscetíveis de se abalar com o advento de uma crise do café e mais capazes de originar uma vida regional intensa, pois as partes não apropriadas para o café são aproveitadas para outras culturas e a criação de gado"¹⁴.

A ocupação do Norte Novíssimo deu-se a partir da década de 30 e resultou da divisão das terras devolutas pertencentes ao Estado do Paraná, pela venda de lotes agrícolas, e teve a cidade de Paranavaí como seu pólo desde 1914.

A ocupação do Oeste do Estado teve suas primeiras manifestações no século XIX, através da concessão de terras devolutas a companhias particulares para exploração das matas dos rios Iguçu e Paraná:

"a conjuntura favorecia, nessas áreas, um tipo de ocupação extensiva, rarefeita, pela concessão de grandes tratos de terras devolutas, pelo Governo do Estado, a companhias particulares, exploradoras do mate e da madeira, sem quaisquer ligações com a comunidade tradicional paranaense e sem a efetiva colonização do território concedido"¹⁵.

¹⁴ LUZ, France e OMURA, Ivani A. R. "A Propriedade Rural no Sistema de Colonização da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná", in: Revista *Unimar*, 1(2): 37, set. 1976.

¹⁵ WESTPHALEN, Cecília Maria et alii. "Nota Prévia ao Estudo da Ocupação da Terra no Paraná Moderno". In: *Boletim da Universidade Federal do Paraná*, nº 7, 1968, p.4.

Além desse tipo de ocupação houve na região, ainda no século XIX, a formação de colônias militares nacionais organizadas em função dos problemas fronteiriços com a Argentina: foram fundadas as colônias de Iguazu e Chopin.

Mas, a colonização efetiva da região só teve lugar a partir do início do século XX, mais precisamente na década de 20, a partir de uma onda de povoamento com base nos rio-grandenses do Sul, "que expelidos de suas terras agrícolas, pelo minifúndio, iniciavam a ocupação efetiva das terras do Sudoeste e Oeste do Paraná"¹⁶. Os principais municípios surgidos dessa onda de povoamento foram Palmas e Foz de Iguazu.

A penetração dos rio-grandenses do Sul continuou durante as décadas seguintes, espalhando-se mais no território paranaense, até que em 1946 teve início a ação de uma companhia colonizadora do Rio Grande do Sul, a "Industrial Madeireira Colonizadora do Paraná S.A." (MARIPÁ). Essa Companhia adquiriu as terras da Fazenda Britânia que pertenciam à "Companhia Maderas del Alto Paraná" e que tinham uma extensão de 36 km de Norte a Sul e 72 km de Oeste a Leste, situadas no vale do rio Paraná.

"Essa imensa gleba foi rapidamente colonizada, pelo mesmo processo da pequena propriedade e da policultura. Aí também surgiram cidades novas, como Toledo, Marechal Cândido Rondon e outras. A região teria mais tarde a cidade de Cascavel como centro polarizador"¹⁷.

A ocupação de todo o território paranaense só foi concluída na década de 60, quando se esgotaram as grandes frentes pio-

¹⁶ Idem, p.4.

¹⁷ Idem, p.7.

neiras. A partir desse momento é que se encontram as três ondas de povoamento e começam a se fundir:

"a do Paraná Tradicional que se expandiu desde o século XVII, de Paranaguá e Curitiba, pelas regiões de campo, com a criação do gado, a indústria da erva-mate e da madeira de pinho; a dos agricultores da agricultura tropical do café que, pelas origens e pelos interesses históricos, ficaram mais diretamente ligados a São Paulo; e a dos colonos da agricultura de subsistência, plantadores de cereais e criadores de suínos que, pela origem e pelos interesses históricos, se ligaram mais intimamente ao Rio Grande do Sul"¹⁸.

Essa forma pela qual se deu a ocupação do território paranaense, teve importantes conseqüências para o desenvolvimento do Estado. Integrar econômica, cultural e politicamente essas três distintas regiões não tem sido tarefa fácil e tem se colocado como um grande desafio para a ação administrativa dos governos estaduais. Afinal, até a expansão da cultura cafeeira do Norte do Estado e, mais recentemente, com o desenvolvimento do Sudoeste, o Paraná se reduzia a economia e a cultura criadas no "Paraná Tradicional".

É importante assinalar aqui que a economia predominante no "Paraná Tradicional" não foi capaz de criar as condições infra-estruturais necessárias ao desenvolvimento capitalista do Estado. Desta forma, pelo menos até a década de 60, os problemas infra-estruturais do Estado não estavam resolvidos, passando o Governo Estadual a intervir energicamente neste setor na tentativa de assegurar investimentos mais significativos na economia.

¹⁸ Idem, pp.7-8.

Até 1930, por exemplo, o Paraná apresentava condições limitadas de escoamento da produção pelos portos de Antonina e Paranaguá; possuía uma precária rede viária que dificultava a comunicação tanto no interior do Estado quanto com as demais regiões do país. Se for considerado o caráter eminentemente exportador da economia paranaense nesse período, pode-se ter uma avaliação realista dos limites que a precariedade das condições infra-estruturais colocavam ao desenvolvimento do Estado.

Para Calil Padis, o fundamento desses problemas enfrentados pelo Paraná até a década de 30 deste século, reside no seguinte:

"(...) no fato de ser a economia paranaense sustentada principalmente por atividades extrativas, de capacidade criadora de valor adicionado bastante limitada e cuja produtividade é pouco considerável. Por outro lado, e em acréscimo, a renda gerada, em sua maior parte, tinha o seu fluxo voltado para o exterior, através da importação de grande quantidade de bens de consumo. E, por fim, vários problemas conjugados contribuíam, de forma negativa, antepondo obstáculo aos investimentos e, conseqüentemente, à formação de capitais (...)"¹⁹.

Esses problemas infra-estruturais dificultaram enormemente a integração do Norte e do Sudoeste no conjunto da economia estadual. Apenas no final da década de 50 é que seriam feitos esforços mais significativos no sentido de transformar o Paraná numa unidade administrativa integrada. Pode-se mesmo afirmar, que a partir daí, e mais intensamente na década de 60, é que se acentuaria o processo de expansão capitalista do Estado.

Como já foi afirmado, o grande fator estimulador do

¹⁹ PADIS, Pedro Calil. Formação de uma Economia Periférica: O Caso do Paraná, p.78-79.

desenvolvimento econômico do Estado foi a cultura cafeeira. Por isso, para entender a situação do Paraná na década de 60 é importante que se analise a evolução da economia cafeeira no Estado ²⁰.

Nadir Aparecida Cancian distinguiu três conjunturas distintas na cafeicultura paranaense:

"a primeira, com a sustentação artificial e defesa permanente, embora com oscilações, entre 1906 e 1929 quando a produção paranaense de 7.654 sacas passou a quase 600.000 sacas na safra 1929-1930; a segunda, de 1930 a 1944, de preços recessivos e freagem do ritmo de expansão quando a maior produção exportável ultrapassou 1.000.000 de sacas na safra 1939-1940; e a terceira, no após-guerra, de preços incentivadores e dinamismo intenso quando a produção cafeeira estimada superou 15.000.000 de sacas entre 1959 e 1962, chegando nesse ano a 21.000.000 de sacas de 60 kg, aproximadamente"²¹.

No período de 1906 a 1929, o café localizava-se no denominado Norte Velho, para onde se deslocaram cafeicultores paulistas dando assim continuidade à marcha para Oeste da economia cafeeira. Essa expansão do café no Norte Velho teria resultado, segundo Cancian, "do declínio da produtividade em áreas paulistas já mais antigas e do impulso provocado por preços incentivadores"²². Esses fatores teriam estimulado o governo do Paraná a colocar à venda terras para colonização. Como já foi demonstrado neste trabalho, a esses interesses dos paulistas e do governo paranaense, juntaram-se os interesses do imperialismo

²⁰Sobre a economia cafeeira paranaense há o importante livro da professora Nadir Aparecida Cancian, Cafeicultura Paranaense - 1900/1970.

²¹CANCIAN, Nadir Aparecida. Cafeicultura Paranaense - 1900/1970, p.133.

²²Idem, p.134.

inglês. Esses fatores conjugados propiciaram a colonização de extensa faixa de terras do território paranaense por companhias particulares, inicialmente, e depois pelo próprio governo do Estado estimulado com os resultados obtidos pela Companhia de Terras Norte do Paraná.

Na década de 20, com a renda obtida com o café e dentro da política de defesa e incentivo ao produto paranaense, o Governo do Estado procurou estabelecer a ligação entre a zona produtora e o Porto de Paranaguá, através da construção de uma ferrovia. Este ato teria sido complementado pela construção de um armazém regulador próximo a Paranaguá. Mas, antes que o Estado tomasse essa iniciativa, a preocupação dos colonizadores era estabelecer a comunicação do Norte Velho com o Estado de São Paulo por onde se escoava até então a produção cafeeira paranaense, através do Porto de Santos. Para isso, "em 1924, fazendeiros paulistas instalados no Norte do Paraná haviam ligado suas fazendas com a Estrada de Ferro Sorocabana, construindo uma ferrovia que ia de Leoflora, depois Cambará a Ourinhos. No início de 1930 os ingleses passaram a ampliar essa pequena rede, estendendo-a até Londrina"²³, no Norte Novo.

O período de 1930 a 1944, que corresponde à segunda conjuntura identificada por Cancian, sobre os efeitos dos seguintes fatores: queda dos preços do café em decorrência da superprodução; crise do capitalismo mundial em 1929; segunda Guerra Mundial. Todos esses fatores caracterizaram uma "conjuntura recessiva para a cafeicultura"²⁴. Nesse período,

²³Idem, p.134.

²⁴Idem, p.29.

"a política cafeeira dominante foi exercida no sentido de regular a oferta, de estabelecer o 'equilíbrio estatístico', por vários mecanismos - incineração, proibição de novos plantios, instituição de taxas de exportação e quotas retidas, numa clara intervenção do Estado na economia"²⁵.

Mas essa política não atingiu da mesma maneira todos os Estados produtores. No caso do Paraná, tanto o governo estadual quanto os grupos ligados à colonização, desenvolveram uma ação no sentido de proteger a cafeicultura estadual. Como o Paraná ainda não havia alcançado o limite de 50.000.000 de pés de café estabelecido pelo Governo Federal, obteve o consentimento para continuar plantando esse produto. Se isso não ocorresse, a colonização iniciada no Estado seria seriamente prejudicada, uma vez que se eliminaria o estímulo à aquisição de terras. E, como afirma Cancian,

"as grandes concessões de terras feitas pelo Estado a particulares durante a década de 1920 eram uma das fontes de renda mais promissoras. Loteadas as terras, os impostos de transferência rendiam tanto quanto a própria produção agrícola"²⁶.

Além dos interesses do Governo do Estado, a proibição à expansão cafeeira no Paraná atingiria de maneira grave a Companhia de Terras Norte do Paraná e seu negócio imobiliário. Daí, as pressões que os grupos ligados a essa Companhia desenvolveram em defesa do café.

²⁵Idem, p.29.

²⁶Idem, p.32.

A importância do café para o Estado do Paraná foi muito bem diagnosticada por Cancian:

"O Paraná procurava atrair o café, porque apesar das dificuldades conjunturais, era o produto que mais representava em divisas para o Brasil e conseqüentemente o setor agrícola, apesar de tudo, mais defendido pelo governo. Além disso, a ausência de lucros existia para as grandes propriedades, em terras cansadas, de cafeeiros velhos. Nessa conjuntura, os cafeeiros plantados no Paraná fugiram da condição monocultora em grandes propriedades. Ao contrário, desenvolve a pequena e média propriedade, onde o lavrador e sua família eram parte da mão-de-obra da lavoura, o que diminuía o custo de produção e deixava margem de lucro satisfatório para a nova categoria de proprietários emergentes, pela redução do emprego de assalariados. Para os casos de propriedades médias onde a família não conseguia absorver em si mesma o trabalho, grande parte das terras era mantida sem exploração à espera de melhores tempos, ou com pequeno número de colonos ou parceiros. O café não era o produto exclusivo: as pastagens, o algodão, as lavouras temporárias, compunham um quadro diversificado da agricultura paranaense"²⁷.

Desta forma, apesar de que, a partir de 1930, o Brasil entrava numa fase de recuo na produção cafeeira nacional como decorrência da superprodução estimulada na década anterior pelos preços excepcionais, no Paraná continuou o avanço em terras virgens, visando o plantio da rubiácea. Mas este fenômeno não se deu apenas no Paraná. Além desse Estado, novas "fronteiras agrícolas" foram conquistadas com a mesma finalidade: Alta Paulista, Alta Mogiana, Alta Sorocabana e Sul de Mato Grosso (zona de Dourados).

²⁷ Idem, p.33.

"Estas penetrações confirmam a sistemática do povoamento da terra no Brasil, onde, tradicionalmente, depois de esgotar o solo com uma agricultura irracional e predatória, os fazendeiros procuram novas terras virgens e férteis, para voltar a usar dos mesmos métodos (...)"²⁸.

De todas essas fronteiras, no entanto, a do Norte do Paraná se sobressaiu pela fertilidade de suas terras roxas e pela extensão territorial ainda a explorar. Para Carone, essa região representou a base do processo de abertura de novas zonas agrícolas, tornando-se no decorrer de poucos anos, "(...) o maior produtor de café do país, além de ser o primeiro em produção de cereais"²⁹.

Na conjuntura de 1945 a 1970, assiste-se a um novo dinamismo na produção cafeeira com preços incentivadores em alguns períodos e declínio em outros, enfrentando-se mais uma vez o problema da superprodução e da pressão dos países consumidores para redução dos preços do produto.

Já a partir de 1944, algumas mudanças começaram a ser observadas em relação à política cafeeira: "não se queimava mais café, fora eliminada a 'quota de equilíbrio' e o DNC³⁰ retirava a proibição do plantio"³¹. De 1946 a 1954 houve estímulos extremamente favoráveis à alta de preços do café, muito embora já em 1955 as condições tenham sido modificadas. Para Cancian, o favorecimento dos preços do café nesse período deveu-se aos seguintes fatores:

²⁸ CARONE, Edgard. A República Liberal - I. Instituições e Classes Sociais (1945-1964), p.27.

²⁹ Idem, p.28.

³⁰ Departamento Nacional do Café.

³¹ CANCIAN, Nadir Aparecida, op.cit., p.42.

a) declínio da produção brasileira de café no período de 1940/41, fazendo com que a produção não atendesse às necessidades da demanda;

b) os preços mais reduzidos do café brasileiro, se comparados com os da Colômbia, favoreciam a procura do produto nacional em função das "grandes dificuldades de pagamentos internacionais";

c) a guerra da Coreia iniciada em 1950, levou a um aumento da procura "por temor que o conflito novamente desencadeasse uma guerra generalizada";

d) o restabelecimento do sistema de defesa do café pelo Brasil, com a imposição de um preço mínimo para exportação e a criação em 1952 do Instituto Brasileiro do Café (IBC), o qual teria como atribuições "a defesa dos preços, inclusive a retirada de café do mercado em caso de necessidade. Era o retorno à valorização com as mesmas conseqüências daquelas realizadas em conjunturas anteriores, isto é, o incentivo ao plantio e à produção";

e) a redução dos estoques mundiais nas safras de 1947/48 e 1948/49 em decorrência de inundações verificadas na Colômbia e na Guatemala, além de brocas nas plantações brasileiras, geadas e secas;

f) a ocorrência de novas geadas em 1953.

Todos esses fatores teriam favorecido a tendência à alta dos preços do café, sendo que o ano de 1954 "marca o maior preço médio absoluto do período, entrando a partir daí

numa conjuntura de baixa em dólares, embora em cruzeiros se mantivesse em alta"³².

A partir de 1955 os preços começaram novamente a declinar, tendência que seria acentuada no início da década de 60. Mas, até então, a renda gerada com o café já tinha propiciado o desenvolvimento do Norte do Paraná tornando essa região uma das mais significativas do Estado.

"Todo o Norte do Paraná foi dominado por verdadeiro mar de cafezais, até meados da década de 1960, quando por efeito, de um lado da queda dos preços do café face a superprodução e por outro, da ação governamental com programas de diversificação agropecuária e industrial, foi se acentuando a diversificação da exploração da terra"³³.

É importante ressaltar que o grande impulso que a economia cafeeira trouxe ao Estado propiciou um significativo crescimento populacional, além de um rápido desenvolvimento urbano com o surgimento de cidades destinadas a serem pólos regionais e como tais oferecerem bens e serviços aos municípios sob sua influência³⁴.

Um primeiro aspecto a destacar diz respeito ao significativo crescimento populacional do Estado, que se deu a um ritmo bem superior ao observado no Brasil como um todo. É claro que este não é um fenômeno resultante apenas da economia cafeeira, pois já entre o período de 1854 e 1930 a população pa-

³²Idem, p.45.

³³Idem, pp.46-47.

³⁴As informações sobre o desenvolvimento populacional e a expansão urbana do Paraná foram extraídas de Pedro Calil Padis, op.cit., pp.183-187.

paranaense crescia em proporção quase três vezes superior à brasileira.

Mas, o grande aumento populacional do Estado se deu a partir da segunda metade dos anos 30, em decorrência dos movimentos ocupacionais, já analisados neste trabalho, nas regiões Norte e Sudoeste.

"(...) entre 1940 e 1950, o crescimento relativo ocorrido foi de 71,12 por cento, o mais alto entre os Estados brasileiros, duas vezes superior ao do conjunto nacional. Confirmam-no as taxas médias geométricas anuais de crescimento de 5,62 por cento e 2,41 por cento, respectivamente para o Paraná e Brasil"³⁵.

Esse crescimento foi ainda maior no decênio seguinte, ou seja, entre 1950 e 1960, pois neste período, segundo Calil Padis,

"(...) o crescimento relativo observado na população paranaense foi de 102,21 por cento - ainda uma vez, o maior de todo o País - enquanto o da população brasileira não ia além dos 36,6 por cento. E assim, a população paranaense crescia novamente a um ritmo quase três vezes superior ao do conjunto do País, isto é, a uma taxa média geométrica anual de 7,17 por cento, em contrapartida aos 3,1 por cento para o Brasil"³⁶.

Todo esse crescimento populacional fez do Paraná um Estado densamente povoado em relação ao conjunto do Brasil: em 1940, no Brasil, existiam 4,88 habitantes por quilômetro quadrado, enquanto que no Paraná essa relação era de 6,21. Em 1950, o Paraná evoluiu para 10,63 habitantes por quilômetro quadrado

³⁵PADIS, Pedro Calil. Op.cit., p.184.

³⁶Idem, p.184.

e o Brasil para apenas 6,14. Em 1960 o processo de adensamento no Paraná é ainda mais intenso, pois enquanto neste Estado existiam 21,58 habitantes por quilômetro quadrado, no Brasil essa relação era apenas de 8,39³⁷.

Até a década de 60, o crescimento migratório foi o grande responsável pela expansão demográfica do Paraná, caracterizando-se esta unidade da Federação como um Estado absorvedor de mão-de-obra. No período de 1950 a 1960, por exemplo, a imigração participou com 71,42% do incremento total da população do Estado, enquanto que o incremento vegetativo participou apenas com 31,66%.

Outros aspectos devem ainda ser considerados para que se possa avaliar a expansão demográfica e a evolução urbana do Paraná como decorrência do dinamismo da cultura cafeeira. Esses aspectos são a distribuição da população pelas zonas rurais e urbanas, e o número de municípios criados no período.

A distribuição relativa da população entre os setores urbanos e rurais permaneceu praticamente a mesma nas décadas de 1940 e 1950, sofrendo ligeira alteração na década de 1960 como pode ser observado no quadro seguinte. Mas, apesar dessa alteração, em 1960 a maior parte da população paranaense ainda era rural.

³⁷MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL/Fundação IBGE - Instituto Brasileiro de Estatística. Anuário Estatístico do Brasil. 1972.

PARANÁ: PARTICIPAÇÃO RELATIVA DA POPULAÇÃO URBANA E RURAL NA POPULAÇÃO TOTAL

ANO	POPULAÇÃO TOTAL	URBANA	%	RURAL	%
1940	1.236.276	302.272	24,45	934.004	75,55
1950	2.115.547	528.288	24,97	1.587.259	75,03
1960	4.296.375	1.327.982	31,00	2.968.393	69,00

Fonte: IBGE - Anuário Estatístico - 1972.

Em 1940, o Paraná contava com 40 cidades, passando nas décadas seguintes, ou seja, 1950 e 1960, para 80 e 162, respectivamente. Mas, para Calil Padis, esse aumento de núcleos urbanos não evidenciaria um rápido processo de urbanização no Estado,

"pois os municípios surgidos foram decorrência da colonização rápida de uma vasta área, distante dos núcleos urbanos já existentes e carentes, portanto, de algumas atividades do setor terciário"³⁸.

No entanto, as modificações já observadas em 1960 indicam uma tendência que será acentuada nas décadas seguintes, como será visto neste trabalho.

2. AS TRANSFORMAÇÕES DO PARANÁ NA DÉCADA DE 60

Na década de 60 teve início no Paraná um processo de profundas modificações em termos econômicos, políticos e sociais, modificações essas que foram acentuadas nas décadas se-

³⁸PADIS, Pedro Calil. Op.cit., p.186.

guintes. Procurarei neste item destacar os principais aspectos desse processo.

Como assinalai no item anterior, o início da década de 60 foi marcado no Paraná por queda nos preços do café acompanhada de uma superprodução. Diante da nova conjuntura foram tomadas medidas para adequar a oferta à procura. Teve início, então, um programa de diversificação agrícola promovido pelo Governo do Estado, no sentido de substituir o café por culturas "brancas" (soja, milho, trigo, amendoim, algodão, entre outras) e por pastagens para o criatório. Esse processo foi descrito da seguinte maneira por Cancian:

"Do café para a diversificação, produção alimentar e agro-industrial, o processo foi rápido, bastando para isto que o café perdesse produtividade e preços, facilitando a mudança. Aumentar ou reduzir a produção cafeeira significou ampliar ou reduzir o número de cafeeiros de acordo com os vários interesses em jogo. Para aumentar a produção cafeeira pela expansão do plantio bastou uma fase de preços em elevação. Reduzir as plantações, foi, porém, algo mais complexo. A ampliação da área do café significou itinerância. A dinâmica do seu cultivo no Norte Pioneiro, Norte Novo e Novíssimo comprovaram (sic) esse comportamento. Em declínio em certas micro-regiões (sic), em outras encaminhava-se para o apogeu, ao mesmo tempo que despontava mais além. A redução da área significou, no entanto, a busca de novas opções. Substituir o café por quais produtos? Quais atividades poderiam substituir a rentabilidade do café?"³⁹.

Como já foi visto, as atividades escolhidas para substituir o café foram as culturas brancas e o criatório. Além dis-

³⁹ Idem, p.137.

so, passou-se a incentivar a industrialização como será visto posteriormente.

Essa tentativa de substituir o café por atividades que apresentassem uma alta rentabilidade, era fundamental para o Estado do Paraná, uma vez que este fora seriamente atingido com o declínio da renda proveniente deste produto. Este fato é curioso em um Estado que tinha passado por um processo de desenvolvimento tão significativo em períodos anteriores. Entre 1939 e 1959, por exemplo, o Paraná participou com 6,52% da renda nacional, contra 3% em período anterior. "Entretanto, aos anos posteriores a 1959, e até 1967, o que se tem é uma total estabilidade na participação relativa do Estado na geração da renda nacional"⁴⁰.

Além dessa participação na renda nacional, o Paraná situava-se na década de 50 entre os Estados mais desenvolvidos do Brasil. Baseando-se em dados fornecidos por Waldemiro Bazzanella⁴¹, Luiz Pereira classifica os Estados Brasileiros em três categorias: atrasados, médios (moderadamente desenvolvidos) e adiantados.

"São Estados atrasados, nessa classificação, os do Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Sergipe, Espírito Santo, Mato Grosso e Goiás, ou seja, os Estados das regiões Norte e Nordeste (com exceção de Pernambuco), Centro-Oeste e o Espírito Santo. Estados médios ou moderadamente desenvolvidos são os de Pernambuco, Bahia e Minas Gerais. Adiantados são os Estados do Rio de Janeiro, Guanabara, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul"⁴².

⁴⁰PADIS, Pedro Calil. Op.cit., p.189.

⁴¹Luiz Pereira refere-se ao livro de BAZZANELLA, Waldemiro. Industrialização e Urbanização no Brasil.

⁴²PEREIRA, Luiz. Ensaio de Sociologia do Desenvolvimento, pp.130-131. Grifos no original.

Mas, no início da década de 60, o Estado do Paraná enfrentava sérios problemas de infra-estrutura e não dispunha de muitas condições de incentivo para investimentos industriais. Desta forma, a renda gerada pelo café parece ter criado obstáculos ao aparecimento de outras atividades econômicas no Estado, especialmente industriais. Esta é a posição defendida por Calil Padis ao se referir aos efeitos da cafeicultura paranaense:

"Portanto, a cafeicultura paranaense, no mesmo tempo em que foi a maior responsável pela rápida transformação econômica registrada no Estado, em razão da forma como se desenvolveu e se estruturou, criou barreiras e limitações no aparecimento de outras atividades econômicas, especialmente industriais. Foi assim que, pelos condicionamentos históricos criados, os efeitos multiplicadores dos investimentos realizados fizeram-se sentir apenas num sentido: ampliaram ou criaram condições de desenvolvimento às atividades ligadas ou decorrentes de cafeicultura. Como se vê, o café para o Paraná ganhou significado diferente do que teve em São Paulo, pois, enquanto neste Estado as poupanças excedentes desnecessárias para os reinvestimentos na própria agricultura (ou especialmente, cafeicultura) dirigiram-se para os investimentos industriais dentro do próprio Estado, no Paraná, isso não ocorreu, pois, à época em que ali se desenvolveu a cafeicultura, a demanda de produtos industrializados já era quase plenamente satisfeita pela produção paulista. E como, de certa forma, não se tinha consciência da situação de mercado internacional do café, apenas se expandiu a sua produção no Estado, dando margem à criação de fluxos de renda voltados para São Paulo"⁴³.

Esta posição não é defendida apenas por Calil Padis, pois em trabalho realizado pelo IPARDES⁴⁴, apresentaram-se como fatores que teriam impedido que a expansão cafeeira no Norte do Paraná fosse capaz de impulsionar a indústria tanto regional quan-

⁴³PADIS, Pedro Calil. Op.cit., pp.194-195.

⁴⁴IPARDES - Fundação Edison Vieira. O Paraná Economia e Sociedade.

to estadual, os seguintes:

- concorrência da indústria paulista beneficiada pelas facilidades de transporte;

- os excedentes que podiam ser aplicados na indústria o foram em São Paulo, uma vez que todo o sistema bancário e comercial atrelado ao café paranaense tinha sua sede naquele Estado;

- o Paraná não dispunha de infra-estrutura adequada à industrialização (carência de energia elétrica, de sistema viário);

- "a economia de pequenos produtores apresentava poupanças atomizadas, as quais muito provavelmente dirigiam-se para a construção civil, ou outras atividades urbanas não industriais"⁴⁵.

A superação desses limites à expansão econômica e à industrialização do Paraná, terá na ação planejada do Estado um forte elemento incentivador. Para garantir os investimentos públicos que se faziam necessários, o Governo do Paraná criou ainda no início da década de 60, o Fundo de Desenvolvimento Econômico ⁴⁶ organismo que, "juntamente com o Banco do Estado do Paraná, foi responsável por considerável parte dos investimentos públicos realizados no Estado, em todo o decênio"⁴⁷.

Para administrar o Fundo de Desenvolvimento Econômico, foi criada a CODEPAR (Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná), uma sociedade de economia mista que contava en-

⁴⁵ Idem, p.11.

⁴⁶ Criado pela Lei nº 4.539/62 de 12 de janeiro de 1962.

⁴⁷ PADIS, Pedro Calil. Op.cit., p.196.

tre suas finalidades, além da administração do Fundo de Desenvolvimento Econômico, a de "promover estudos e projetos de investimentos, bem como aprová-los, quando de sua autoria ou de terceiros e ainda, promover o financiamento daqueles que julgasse conveniente"⁴⁸. Posteriormente a CODEPAR foi transformada no Banco de Desenvolvimento Econômico do Paraná (BADEP), que se mantém até hoje.

Além disso, dentro de sua ação planejadora o Governo do Estado realizou em 1963, através da SAGMACS (Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais), um diagnóstico sobre a situação sócio-econômica do Estado⁴⁹, diagnóstico este que gerou uma série de estudos setoriais. Os dados obtidos com esses estudos deveriam subsidiar a ação intervencionista do Estado na Economia.

Um dos resultados dos estudos realizados pela SAGMACS foi a "indicação de um esquema de regionalização e de cidades-pólos no Estado, bem como as cidades 'sub-pólos' e aquelas que tendiam a assumir posições polarizadoras ante áreas novas"⁵⁰. Nessas cidades se centraria, posteriormente, a ação governamental no sentido de um planejamento municipal realizado através de planos diretores. Esses planos eram elaborados pela CODEM (Comissão de Desenvolvimento Municipal) em convênio com a CODEPAR e o DATM (Departamento de Assistência Técnica aos Municípios).

Foi a partir de 1961 que o Paraná começou a aplicar o planejamento na programação de seus investimentos públicos,

⁴⁸Idem, p.196.

⁴⁹SAGMACS. Plano de Desenvolvimento do Paraná.

⁵⁰CODEM. Plano Diretor de Desenvolvimento de Maringá, p.1.

baseando-se para tal na "captação de recursos adicionais internos, seja pelo aperfeiçoamento e maior eficiência da máquina fazendária, seja através do uso do crédito do Estado junto de seu próprio povo"⁵¹.

Essa política de investimento adotada pelo Governo do Estado foi intensificada a partir de 1966 quando, com a reforma tributária, os Estados e Municípios perderam a autonomia para legislar sobre os tributos, centralizando-se essa função no Governo Federal. Essa reforma ao provocar a diminuição da capacidade de arrecadação dos Estados e Municípios, gerou o recurso a dois tipos de mecanismos de compensação das perdas: a transferência de recursos aos Estados e Municípios por parte da União e o uso de operações de crédito. Todos os Estados e Municípios recorreriam a esses dois mecanismos a partir de 1966 para financiar seus investimentos. O Paraná teria sido um dos Estados que menos se utilizou dessa sistemática conseguindo manter saldo positivo em seus balanços até 1976. Todavia, é importante salientar que essa situação de não endividamento do Estado pode ser mantida porque se comprimiu as despesas de custeio para poder aplicar os recursos em investimentos.

Falando da política de aplicação dos recursos públicos em seu governo, Paulo Pimentel assim se expressou em Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Paraná.

"Sobre esse quadro de insuficiências se concentra a atenção do atual governo. Sua primeira providência consistiu na adoção de uma política seletiva de gastos para comprimir,

⁵¹ PIMENTEL, Paulo Cruz. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. 1966, p.IX.

com rigor, onde fosse possível, as despesas de custeio a fim de liberar recursos para investimentos"⁵².

Para superar as deficiências infra-estruturais de energia elétrica foi executado no período de 1961/65⁵³, o I Programa Estadual de Eletrificação através do qual se conseguiu atingir a elevação da capacidade geradora do Estado, passando este a atender em 1965, a 120 localidades, contra 14 em 1960. Isto significou "multiplicar por 5 o volume de energia tornada possível para utilização". Dos recursos utilizados para a execução desse programa, "cerca de 60% correspondem a recursos financeiros do Governo do Estado, provenientes da taxa de Eletrificação e do Fundo de Desenvolvimento Econômico (...)"⁵⁴.

No setor viário, a grande obra executada no período 1961-1965 foi a Rodovia do Café, construída até Maringá, que permitiu a ligação da região Norte do Estado com Curitiba, sendo executada uma extensão pavimentada de 328 km. Com essa obra se possibilitou o escoamento dos principais produtos da região Norte, podendo ser considerada esta rodovia como um fator de integração do mercado estadual.

Outro fator de integração foi a Rodovia do Sudoeste, cujo primeiro trecho foi executado no período de 1961 a 1965.

"Para o programa executado no período 1961/65 o DER mobilizou e aplicou recursos no montan-

⁵²PIMENTEL, Paulo Cruz. "Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. In: Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, março de 1970, p.34.608.

⁵³Período correspondente ao Governo de Ney Aminthas de Barros Braga.

⁵⁴PIMENTEL, Paulo Cruz. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. 1966, p.X.

te de 93,5 bilhões de cruzeiros, oriundos de diversas fontes, internas e externas, nacionais e internacionais. Mas a participação maior coube ao Estado, ainda que parcialmente sob a forma de financiamento da CODEPAR e Banco do Estado do Paraná. As aplicações estaduais globais subiram a mais de 60%"⁵⁵.

Além do setor viário e da energia elétrica, o Estado fez grandes investimentos no setor de telecomunicações visando integrar as regiões mais importantes do Paraná ao sistema nacional de telecomunicações.

Foi também no período de 1961-1965 que teve início a política de diversificação agrícola executada com a colaboração da Secretaria de Agricultura⁵⁶.

"Com a criação da Companhia Agropecuária de Fomento Econômico do Paraná - Café do Paraná e com a dinamização da Companhia Paranaense de Armazéns e Silos - COPASA, encontrada estagnada em 1961, foi desenvolvido no período 1961/65 proveitoso programa de fomento e incentivo ao setor agropecuário, como parte do plano de diversificação da lavoura e da renovação e melhoria dos rebanhos paranaenses"⁵⁷.

Essa política de diversificação agrícola, como já foi visto, envolveu a substituição do café por outros tipos de cultura. Inicialmente, no período de 1961 a 1968, o café foi em grande parte substituído pela pecuária, posteriormente, no período 1968/78, pela cultura associada da soja e do trigo.

"De 1962 a agosto de 1967, o programa do GERCA reduziu a população cafeeira em 132.343.000 pés, sendo 19.083.000 no Norte Velho (14,0%),

⁵⁵Idem, p.XI.

⁵⁶Na época o titular da Secretaria de Agricultura do Paraná era Paulo Cruz Pimentel.

⁵⁷Idem, p.XII.

50.453.000 no Norte Novo (39,0%) e 62.807.000 no Norte Novíssimo (47,0%). Foi liberada área aproximada de 134 mil hectares, destinando-se 40,4% para pastagens, 16,0% para o algodão, 13,2% para o feijão, 2,9% para a mamona, 1,8% para a mandioca, 1,8% para o arroz, 10,9% para outras culturas" ⁵⁸.

O programa de melhoria e renovação dos rebanhos paranaenses incluía a entrega de reprodutores mais apurados aos pecuaristas através de um processo de troca. Ou seja, o Estado colocava à disposição dos pecuaristas rebanhos mais apurados e estes os obtinham trocando por reprodutores "consangüíneos" (conhecidos como "tucura"). Cada interessado receberia de um a dois reprodutores, no máximo, dependendo do número de fêmeas de que dispunha. Com esse programa se pretendia melhorar a qualidade da pecuária paranaense⁵⁹.

Em mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado em 1968, Paulo Pimentel assim avaliou o programa de melhoria dos rebanhos paranaenses:

"Concretizou-se em 1967 um objetivo que somente esperávamos atingir muito mais tarde: o satisfatório nível de aperfeiçoamento técnico do plantel bovino do Estado, de tal sorte que já se pode parar com a distribuição por troca de reprodutores a criadores particulares, dentro do sistema inaugurado quando nos encontrávamos à frente da Secretaria de Agricultura (...).

Durante os anos de 1966/67 foram distribuídos 2.057 reprodutores bovinos, 2.384 suínos e 332 novilhos enxertados da raça holandesa preta e branca para incentivo do rebanho leiteiro"⁶⁰.

⁵⁸CANCIAN, Nadir Aparecida. Cafeicultura Paranaense - 1900/1970, p.132.

⁵⁹Dados obtidos em entrevista realizada para esta pesquisa.

⁶⁰PIMENTEL, Paulo Cruz. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. 1968, p.XIX.

Na mensagem que apresentou à Assembléia Legislativa do Estado em 1969, Pimentel mantinha essa avaliação positiva do programa de melhoria da pecuária no Paraná.

"Igualmente surpreendentes estão sendo os resultados do programa de renovação do plantel bovino. As estatísticas revelam que os reprodutores particulares já atingem o mesmo apuro daqueles que o Estado adquire para distribuição por permuta. Mesmo assim, no biênio 66-67 foram distribuídos 2.057 reprodutores bovinos de alta linhagem.

O programa toma agora novo rumo, com o desenvolvimento de uma ação integrada de inseminação artificial"⁶¹.

Considerando-se apenas a região Norte do Estado, verifica-se que a área ocupada pela pecuária evoluiu de 541.687 ha em 1961 para 1.427.884 ha em 1971, enquanto que o café que ocupava uma área de 1.211.131 ha na mesma região em 1960, teve essa área reduzida para 900.704 ha em 1970⁶².

Essa mudança na área ocupada também será observada em outras culturas, principalmente na soja, a partir da década de 70.

Mas o importante a salientar é que a década de 60 caracterizou-se no Paraná, do ponto de vista do setor primário, pela substituição do café por outras culturas e pela pecuária, apesar do café manter-se como o principal produto gerador da renda no Estado até o final da década, mesmo com o programa de diversificação.

⁶¹PIMENTEL, Paulo Cruz. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. In: Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, março de 1969, p.23.504.

⁶²FUEM/DGE. Boletim de Geografia, p.10.

No período 1966/1970, manteve-se a mesma política de melhoria das condições infra-estruturais do Estado e também, como já foi visto, de diversificação agrícola.

Em relação às condições infra-estruturais, foi executado no período o II Programa Estadual de Eletrificação, cuja meta principal era elevar até 1970 a capacidade geradora do Estado de 300.000 quilovates para 570.000.

A avaliação desse programa foi feita por Paulo Pimentel em 1970.

"No campo da energia elétrica, substanciou-se a necessidade de ampliar a potência instalada, antes reduzida a pequenas hidroelétricas pioneiras, fornecimento à base de motores diesel de alcance local, que já não atendiam às exigências mínimas na demanda, em acelerada expansão. O Paraná estava praticamente às escuras, o que seria talvez compreensível nas regiões novas, de recente desbravamento, porém injustificável nos centros tradicionais, a começar pela capital e por sua principal cidade portuária, obrigados a apelar para usinas de emergência, sob pena de entrar em colapso, como aliás chegou a ocorrer.

O sistema energético não impulsionava o desenvolvimento: entravava-o.

Para que se possa avaliar o esforço realizado no setor, com a execução do II Programa Estadual de Eletrificação, bastaria recordar que, em 1966, a contribuição da COPEL era de 83.500 KW, sendo 33.500 oriundos de geração própria e 50.000 de energia adquirida de outros sistemas. Neste ano de 1970, a contribuição subirá a 467.700 KW, dos quais apenas 50.000 são adquiridos de terceiros. Somada esta potência a de outras concessionárias que operam no Estado, o Paraná aproxima-se de 700.000 KW, isto é, quase duplicando sua disponibilidade energética, cumprindo-se, assim, a meta prevista em nossa plataforma de Governo (...).

Em 1966, de um total de 238 municípios, 92 não dispunham de energia elétrica; hoje, num total de 288, falta somente 15 a serem ligados, o que ocorrerá até o final do ano, cumprindo a

promessa do candidato de não deixar nenhuma sede municipal sem energia. Dobramos assim, o número de municípios atendidos..."⁶³.

Em relação ao sistema viário, no período 1966/70 foram acrescentados 1.300 quilômetros de estradas pavimentadas à rede estadual, atendendo a todas as regiões paranaenses.

"Esta nova rede viatória libertou-se, afinal, da dependência exclusiva do sistema Norte-Sul, que fazia do Paraná uma área reflexa, mera servidão de passagem para a ligação extra-estadual das outras regiões brasileiras, escravizadas à irradiação dos caminhos históricos, que, a beira de 'pousos' de tropeiros ou de 'arraiais' de mineração, fizeram nascer nossas cidades tradicionais.

Hoje, o nosso sistema rodoviário se dirige basicamente no sentido de interligar regiões interiores dos três planaltos, carreando a riqueza para o mercado nacional e para os portos marítimos do Estado"⁶⁴.

Entre as obras concluídas no período podem ser citadas: no litoral, a estrada das praias; estrada para São Mateus do Sul, local onde estava sendo construída uma usina piloto da Petrobrás para exploração do xisto, usina esta que se constituiria posteriormente na base da indústria petroquímica do Estado; no Norte, ligou-se Maringá a Paranavaí e a Campo Mourão, "multiplicando o fluxo do tráfego de duas regiões pujantes aos sistemas Norte e Centro-Sul, através da Rodovia Jandaia do Sul - Ourinhos, ao mercado nacional, e da Rodovia do Café aos nossos terminais marítimos"⁶⁵.

⁶³PIMENTEL, Paulo Cruz. "Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná". In: Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, março de 1970, p.34.610-34.611.

⁶⁴Idem, p.34.611.

⁶⁵Idem, p.34.611.

Ainda dentro da política de melhoria das condições infra-estruturais do Estado, foram incentivados os setores de telecomunicações, "elevado ao nível de prioridade absoluta", e o de saneamento.

O esforço no setor de telecomunicações buscava integrar regiões antes inteiramente isoladas, dotando-as de serviços telefônicos urbanos e interurbanos.

"No campo do saneamento básico, 35 novas cidades foram até aqui beneficiadas com sistemas de abastecimento d'água. Mais 19 projetos estão concluídos e 22 em fase de elaboração, elevando para 77 o número de municípios a serem servidos.

No ano passado, o Governo do Estado, através da SANEPAR firmou convênio com o BNH no valor de 80 milhões de cruzeiros novos, destinados a oferecer, por meio de modernos sistemas de abastecimento, água potável a 70% da população urbana do Estado.

A mais importante realização em 1969 foi a conclusão da Estação de Tratamento de Água do Rio Iguaçú, inaugurada em março(...).

Ascendem já a 17 as cidades cujos serviços estão a cargo das respectivas prefeituras. Os municípios que ainda não operam seus sistemas, são incentivados a constituírem sociedades de economia mista ou autarquias municipais para exploração desse tipo de melhoramento, de caráter nitidamente municipal, sendo-lhes assegurada a assistência administrativa, técnica e financeira da SANEPAR"⁶⁶.

A melhoria das condições de infra-estrutura era necessária para a expansão capitalista do Estado na sua fase monopolista, fortalecida a nível nacional a partir de 1964. Parte integrante do núcleo dinâmico do sistema capitalista nacional, o Paraná não poderia deixar de sofrer os efeitos das mudanças que estavam ocorrendo no país. E o processo de capitalização em ex-

⁶⁶Idem, p.34.613.

pansão a nível nacional atingiria também esse Estado, inclusive em sua área agrícola, tornando-a cada vez mais dependente da indústria.

Para entender esse processo é preciso que se leve em conta que a agricultura desenvolvida com a colonização do Norte do Estado foi uma agricultura essencialmente voltada para o mercado e, portanto, capitalista. E por ser capitalista, era uma agricultura dinâmica e modernizante:

"Dinâmica, pois, sendo capitalista, visará lucros os quais são constantemente reinvestidos, fato que lhe imprimirá uma tendência expansiva. Modernizante, já que, por um lado, os reinvestimentos de lucros oriundos do setor comercial ou produtivo podem dirigir-se a novas áreas (bancos, indústrias, construção civil, serviços, transportes, etc.) diversificando a economia e a sociedade. Por outro lado, como busca maximizar lucros, vai permanentemente incorporar progresso técnico, visando redução de custos; processo este que promove avanços das técnicas de produção"⁶⁷.

Esse caráter comercial da agricultura do Norte do Estado já tinha sido salientado em estudo realizado pela CODEPAR, ao sintetizar a mentalidade empresarial de fazendeiros e sitiantes dessa região:

"Conforme se sabe, as atividades agrícolas do Norte do Paraná revelam extrema mobilidade e versatilidade. Os empresários reagem quase que automaticamente a estímulos do mercado. Aham-se estreitamente vinculados aos fluxos monetários. A preferência por essa ou aquela atividade é decidida, em última instância, pela receita líquida que há de proporcionar"⁶⁸.

⁶⁷IPARDES - Fundação Edison Vieira. Paraná: Economia e Sociedade, p.

⁶⁸CODEPAR. "O Paraná e a Economia Pecuária". Apud CANCIAN, Nadir Aparecida. Cafecultura Paranaense - 1900/1970, p.106.

Muito embora o processo de industrialização do Paraná só se intensifique a partir da década de 70, ele de certa forma foi preparado na década de 60 através das obras de infra-estrutura realizadas, da diversificação agrícola e da expansão de alguns setores industriais. A interdependência desses setores já era bastante clara para o governo do Estado no período, como se pode verificar na seguinte citação:

"Recebemos o Estado em janeiro de 1966 numa conjuntura nacional sabiamente (sic) desfavorável. O Governo da Revolução, no seu segundo ano, se empenhava em conter a espiral inflacionária, quando a expansão da taxa do crescimento econômico se situava abaixo da taxa de crescimento da população brasileira. A contenção dos créditos e dos preços, como forma heróica de deter a inflação, provocava a retração das camadas mercantis, ocasionada pela vedação do poder de compras em razão do congelamento dos salários (...).

No contexto daquela conjuntura penosa, a tradicional estrutura econômica do Paraná se evidenciou em toda a sua fragilidade. A demasiada dependência ao setor primário, baseado na cafeicultura, já com visível perda de dinamismo e então em regime de preços carentes, indicava a necessidade urgente de acelerar o processo de diversificação econômica, inclusive como requisito essencial à industrialização.

Tanto a industrialização, como a diversificação das atividades produtivas, requerem um conjunto de obras prioritárias de infra-estrutura básica, especialmente no campo da energia elétrica, dos transportes e das telecomunicações, sem o qual a capacidade empresarial da iniciativa privada esbarra em obstáculos insuperáveis.

Tal infra-estrutura era indispensável, outrossim, para a valorização dos próprios produtos agrícolas, cujo custo, em regra, ficava onerado pelos fretes elevados, pela perda parcial das safras em razão da precariedade dos sistemas de transportes, armazenagens e comercialização, e pela ausência de um mínimo razoável de transformação industrial"⁶⁹.

⁶⁹ PIMENTEL, Paulo Cruz. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado. In: Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, março de 1970, p.34.608.

Além disso, em todas as suas Mensagens à Assembléia Legislativa Paulo Pimentel se referia à escassez de recursos humanos para fazer frente às necessidades do desenvolvimento do Estado. Na Mensagem de 1966 ele assim se referiu ao assunto:

"O Paraná está diante de um dos mais graves problemas criados em consequência de seu próprio desenvolvimento: o da formação de quadros humanos especializados, não só para o setor público como para o setor particular.

A escassez de pessoal técnico em nível de empresa é quase calamitosa no Paraná. Numerosos empreendimentos deixam de ser iniciados ou não são levados avante, não por falta do fator capital, do fator matéria-prima ou do fator equipamento, mas tão somente por falta do elemento humano adestrado, da mão-de-obra especializada e de gerência industrial para o trabalho operativo da empresa"⁷⁰.

É evidente em suas Mensagens, que essa escassez de recursos humanos decorria da nova fase de modernização da economia do Estado:

"A penetração da tecnologia moderna em todos os setores de atividade torna anti-econômicas muitas práticas tradicionais, que estão perdendo a rentabilidade e reduzindo o interesse econômico de setores inteiros de produção, os quais, sem poderem reduzir custos, ficam impossibilitados de competir com êxito no mercado. Esse quadro começa a se tornar inquietante no Paraná, que reúne tantos fatores favoráveis e detém incanceláveis potencialidades de desenvolvimento.

No setor público sentimos na carne a gravidade desse problema, uma vez que o Governo luta com escassez de pessoal não só para a execução de obras fundamentais, mas inclusive para a própria elaboração dos projetos técnicos de que elas não podem prescindir.

⁷⁰PIMENTEL, Paulo Cruz. Mensagem Apresentada à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. 1966, p.XV.

De pouco valerá introduzir, em larga escala, a reforma administrativa e criar órgãos de planejamento se nos faltar pessoal preparado, adestrado e especializado para as complexas tarefas da administração (...)"⁷¹.

E para eliminar esses empecilhos ao desenvolvimento, Paulo Pimentel propunha como um dos pontos básicos de sua gestão, a melhoria da formação dos recursos humanos:

"Este é um dos pontos básicos, a que o atual Governo quer emprestar a sua melhor atenção, para poder dar uma contribuição positiva, eficiente e duradoura ao esforço regional pelo desenvolvimento (...)"⁷².

E, inclusive, já tinha definido as áreas que essa ação governamental deveria enfatizar:

"Ao lado da alfabetização em massa, o Governo quer dar ao ensino técnico maior ênfase que a qualquer outro. Pretende levantar a demanda de mão-de-obra especializada que o desenvolvimento do Estado exigirá, de modo a poder planejar a ampliação do ensino técnico. A ampliação dessa rede de ensino será feita levando em consideração o atendimento à demanda setorial e regional"⁷³.

No entanto, não foi na década de 60 que se deu o grande surto de industrialização do Paraná. Mas, como afirmei, essa década, de certa forma, criou as condições que propiciariam o impulso do setor industrial da década de 70.

Inclusive como incentivo direto à industrialização,

⁷¹ Idem, p.XVI.

⁷² Idem, ibidem.

⁷³ Idem, ibidem.

foi organizada a CODEPAR, instituição que financiou quinhentas empresas industriais na década de 60.

Segundo Calil Padis, a quinta parte do financiamento do Estado às empresas industriais foi destinada à indústria de extração e elaboração de produtos de origem florestal (produção de conglomerados de madeira, de pasta mecânica e de papel); 30% à indústria de beneficiamento e transformação de produtos da lavoura (especialmente óleos vegetais e café solúvel); 15% à indústria de produtos de origem animal, especialmente frigoríficos.

"Esses três ramos industriais absorveram mais de três quintas partes de todo o financiamento concedido pela CODEPAR a empresas privadas entre 1962 a 1967"⁷⁴.

No final da década, inclusive, já se podia verificar importantes mudanças na política de industrialização.

"No setor da industrialização, a política do Governo procura ajustar-se à nova realidade do quadro nacional. A antiga CODEPAR, transformada em Banco de Desenvolvimento, adotou até 1965 o critério de implantar um parque industrial voltado para o aproveitamento de matérias-primas de origem agropecuária, com preferência pela pequena e média empresa.

Essa tônica teve que encerrar seu ciclo, uma vez preenchidos os vazios existentes e no momento em que a indústria paranaense sentia os reflexos da competição do apoio dinâmico do País.

Os preços desestimulantes ao café representaram um rude golpe na geração da renda interna. Passada a fase inicial, o Paraná foi se ajustando às subseqüentes modificações da política federal. No campo industrial, dirigiu os esforços para dotar o setor secundário de empresas de maior porte. Essas mudanças de com-

⁷⁴ PADIS, Pedro Calil. Formação de uma Economia Periférica. O Caso do Paraná, p.197.

portamento culminaram na transformação da CODEPAR em Banco de Desenvolvimento e na adoção de nova política de incentivos.

Uma das preocupações se concentrou no sentido da obtenção de recursos externos, para complementar os estaduais. Com isso, além dos recursos do IBC/GERCA e FINAME, com os quais já vinha operando o BADEP passou a agenciar o FIPEME, FUNDECE, FUNDEPRO, GECRI, REINVEST e FISANE, alguns já em fase final de entendimentos. Isto representa massa maior de recursos para os setores industrial, agropecuário e de infra-estrutura"⁷⁵.

Na verdade, no segundo quinquênio da década de 60 se dava a penetração mais intensa do capitalismo monopolista no Paraná, tendência que será acentuada na década de 70: maior intervenção do Estado na economia, concentração da propriedade, da renda e da terra; maior penetração do capital estrangeiro; mudanças nas relações campo-cidade, com o progressivo predomínio da indústria; hegemonia do bloco de poder multinacional e associado.

A maior intervenção do Estado na economia já ficou suficientemente demonstrada através da ação planejadora tanto do Governo Ney Braga (quinquênio 1961-1965) quanto do Governo Paulo Cruz Pimentel (quinquênio 1966-1970), ação essa que substituiu o planejamento das companhias colonizadoras.

Em relação à concentração da propriedade, verificou-se a tendência à substituição das pequenas e médias empresas por empresas de maior porte, tendência esta já explícita nas propostas de Paulo Pimentel. Mas é claro que essa tendência só se concretiza de forma mais acentuada a partir da década de 70.

⁷⁵PIMENTEL, Paulo Cruz. Mensagem Apresentada à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. In: Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, 1970, p.34.614.

"Outra grande transformação ocorrida no setor industrial paranaense nos anos 70 diz respeito às formas de organização da produção industrial. Até esta época as empresas caracterizavam-se, com poucas exceções, pelas suas reduzidas escalas de produção, pela tecnologia rudimentar e por abastecerem normalmente mercados locais. A última década altera radicalmente este quadro, surgindo então no Paraná a grande empresa moderna com ampla escala de produção, que utiliza tecnologia avançada com altos índices de produtividade. Conseqüentemente, este novo tipo de empresa tem condições de concorrer tanto no mercado nacional como no internacional.

Está claro que estas mudanças implicam em transformações na própria estrutura industrial. Até então o típico era a existência de um grande número de empresas em cada gênero industrial, e a concorrência entre estas empresas dava-se em igualdade de condições, ou seja, não havia grandes disparidades entre suas escalas de produção, capacidade financeira ou padrão tecnológico. Nos anos 70, vai conformando-se uma estrutura industrial tipicamente oligopolística, ou seja, um pequeno número de empresas passa a ser responsável por grande parte do valor agregado de cada gênero ou grupo industrial. Frisa-se, entretanto, que não deixam de existir pequenas e médias empresas cujo número pode até elevar-se. O que ocorre é que agora estas empresas têm reduzida participação individual no valor total agregado de cada gênero industrial (...)"⁷⁶.

A importância das grandes empresas pode ser constatada pela sua participação sobre o valor agregado de cada grupo industrial. Dos doze grupos industriais em que se tinha a presença de grande empresas no Paraná em 1975, em sete, as grandes empresas participavam com mais de 50,00% do valor agregado.

Esse processo de concentração da produção está relacionado com a penetração de capitais estrangeiros ou com origem em outros Estados do Brasil. Analisando-se essa penetração por grupo industrial, verifica-se que

⁷⁶IPARDES - Fundação Edison Vieira. Paraná: Economia e Sociedade, p.47.

"nas 37 principais indústrias de Metal-Mecânica da Cidade Industrial de Curitiba, 19 eram constituídas por capitais estrangeiros e 5 por capitais originários de outros Estados e apenas 13 empresas eram de capitais paranaenses. Frise-se que as empresas estrangeiras apresentavam maiores escalas de produção já que nelas, apesar de avançadas técnicas, o número médio de trabalhadores era de 283, ao passo que este número nas paranaenses atingia a 96. A presença do capital estrangeiro e com origem em outros Estados será marcante na maior parte dos gêneros industriais do Paraná e este fenômeno acelera-se grandemente nos anos 70. Na produção do óleo de soja, por exemplo, 44,8% das empresas eram estrangeiras, 19,8% originárias de outros Estados e apenas 35,8% eram paranaenses"⁷⁷.

Os capitais paranaenses se concentrarão nos grupos industriais "onde a tradição da produção local é mais sólida e o grau de concentração da produção é menor, como por exemplo, na produção de alimentos e na madeira (...)"⁷⁸.

A concentração de propriedades terá como contrapartida uma concentração espacial da indústria, destacando-se três pólos principais na década de 70: a microrregião 268 - Curitiba (participando com 52,7% do valor agregado total da indústria paranaense em 1979); microrregião 273 - Campos de Ponta Grossa (com 10,4% de participação) e microrregião 281 - Norte Novo de Londrina (com 9,5% de participação). Além desses três pólos principais, duas outras microrregiões se destacavam apesar do menor percentual de participação em relação aos pólos citados: microrregiões 282 - Norte Novo de Maringá (3,6%) e 288 - Extremo Oeste Paranaense. Essas cinco regiões mais industrializadas passaram de 73,5% de participação no valor agregado da indústria parana-

⁷⁷ Idem, p.47.

⁷⁸ Idem, p.49.

ense em 1975, para 79,7% em 1979⁷⁹.

Além dessa concentração espacial existe uma tendência à especialização por pólos.

"As cidades do interior do Estado permanecem baseando suas atividades nos gêneros tradicionais da agroindústria (...).

As indústrias não tradicionais vão progressivamente concentrando-se em Curitiba onde avança principalmente a Metal-Mecânica, ou seja, 'material de transporte', 'material elétrico e de comunicações', 'mecânica' e 'metalurgia'. Assim de 159 empresas existentes na Cidade Industrial de Curitiba em 1980, 59 dedicavam-se à produção metal-mecânica"⁸⁰.

Essas transformações na estrutura econômica ocorridas no Paraná a partir da década de 60, foram acompanhadas por significativas modificações na estrutura fundiária do Estado e na estrutura social.

Na época do predomínio do café, o Paraná era constituído basicamente de pequenos produtores uma vez que, como já se viu neste trabalho, a cultura cafeeira paranaense foi baseada na pequena propriedade. Isto não significa dizer que eram todos proprietários. Ao contrário, no Norte do Estado era grande o número de meeiros e colonos. Com a substituição de culturas, houve a concentração da propriedade rural o que implicou na expulsão de grandes contingentes de trabalhadores do campo e no aparecimento de trabalhadores assalariados (em sua maior parte "bóias-frias").

Mas essa concentração de propriedade não se deu apenas no campo, sendo a cidade afetada pelo processo de concentra-

⁷⁹Idem, p.49.

⁸⁰Idem, p.49.

ção que acompanhou a expansão da indústria no Estado.

"(...) O novo tipo de indústria que se instala no Paraná tem sua produção concentrada em poucas empresas e plantas produtivas. Por outro lado, o comércio e serviços ligados à agricultura também modernizam-se e passam a ser exercidos por grandes empresas. Assim, as grandes indústrias, as grandes companhias comerciais e de serviços e as grandes cooperativas vão, através da concorrência, eliminando os antigos produtores industriais, os pequenos comerciantes, etc.

Estes antigos agentes econômicos, com poucos recursos, mantinham suas atividades nas pequenas 'cidades agrícolas'. Na medida em que os serviços e a indústria são concentrados em grandes companhias provocam o esvaziamento dos centros urbanos menores, e algumas cidades maiores passam a crescer rapidamente, já que abrigam as sedes das grandes companhias"⁸¹.

Desta forma, a partir da década de 60, mas, principalmente, a partir da década de 70, passam a ter hegemonia no Paraná os chamados setores "modernos" da burguesia industrial e agrária, ou seja, aqueles setores que se organizaram nas grandes empresas agrícolas, comerciais e industriais. Este foi o grupo que, aliado ao Estado, passou a conduzir o processo de expansão do capitalismo monopolista no Estado.

Para se complementar esses comentários sobre as transformações ocorridas no Paraná a partir da década de 60, é importante a menção ao reflexo que as modificações na estrutura econômica irão ter no movimento populacional do Estado.

Para se ter uma idéia desse processo, basta considerar que na década de 70 o Paraná perdeu cerca de 1,2 milhão de habitantes, deixando de ser caracteristicamente um Estado "absorvedor de mão-de-obra" para ser um Estado "exportador".

⁸¹Idem, p.67.

De acordo com os dados do censo de 1980

"(...) os paranaenses ou oriundos desse Estado representam 22% dos migrantes no Estado de São Paulo; 52% no Acre, Amapá, Rondônia e Roraima; 37% em Mato Grosso e 44% em Mato Grosso do Sul. Em todas essas unidades da federação as pessoas originárias do Paraná ocupam o 19º lugar entre os migrantes. E cerca de 80% deles migraram no quinquênio anterior ao do censo, isto é, entre 1975 e 1980 (...)"⁸².

A redefinição econômica do Estado do Paraná iniciada na década de 60, teve importância na recomposição da hegemonia das classes dominantes do Estado, como já foi visto. E o Governo Paulo Cruz Pimentel foi importante instrumento nessa recomposição. Convém salientar, também, que a questão da hegemonia no Paraná passa pela questão regional, ou seja, por um lado, pela integração das três diferentes regiões do Estado (Paraná Tradicional, Norte e Sudoeste), e por outro, pela disputa entre os grupos dominantes das cidades mais importantes dessas regiões para se afirmarem como centros polarizadores na nova etapa de acumulação capitalista no Estado.

A questão da hegemonia no Estado não se deu apenas ao nível econômico, mas também nos níveis político e ideológico, tanto no âmbito interno ao próprio Estado como na sua relação com o contexto nacional.

Assim como no nível econômico o Estado do Paraná mostrou representar o novo grupo multinacional-associado que assumiu o poder no Brasil a partir de 1964, também ao nível político e ideológico houve uma perfeita harmonia de interesses. Não bas-

⁸²ALEGRE, Marcos e Moro, Dalton Áureo. "Mobilidade da População Brasileira. Um Exemplo: o Norte do Paraná". In: Boletim de Geografia, do Departamento de Geografia da Fundação Universidade Estadual de Maringá, p.3.

tava reorganizar economicamente o Estado, era preciso difundir uma nova ideologia para manter unido o bloco histórico. Era preciso, para tal, entre outras medidas, reformar as instituições da sociedade civil, entre elas a escola. É o que procurarei demonstrar nos itens seguintes.

3. O GOVERNO PAULO PIMENTEL E A RECOMPOSIÇÃO DA HEGEMONIA ENTRE AS CLASSES DOMINANTES DO PARANÁ

Mostrei no item anterior as modificações ocorridas no Estado do Paraná a partir da década de 60 procurando, através de uma retrospectiva histórica, situar a conjuntura específica daquela década.

Salientei que até a ocupação das terras da região Norte, com base na cultura cafeeira, o Paraná se reduzia à região denominada de "Paraná Tradicional", na qual se desenvolveram as atividades ligadas à mineração, ao tropeirismo, à economia ervateira, e à exploração da madeira (pinho). O grande surto de desenvolvimento do Norte e, mais tarde, do Sudoeste veio contrabalançar essa hegemonia que só será novamente redefinida a partir da década de 60 quando o Paraná começa a despontar como Estado também industrial, inclusive com importância relativa de atividades industriais distintas das atividades tradicionais ligadas à agro-indústria.

Neste capítulo procurarei analisar os seguintes aspectos: em primeiro lugar, demonstrar que o Estado do Paraná, através da ação de seus governantes, foi um dos Estados suportes do golpe militar de 1964 e, portanto, da recomposição da hegemonia das classes dominantes a nível nacional; em segundo, verificar como

essa questão da recomposição da hegemonia entre as classes dominantes se processou a nível estadual, onde será destacada a questão regional, ou seja, o papel que as diferentes regiões e sua integração no mercado estadual tiveram em todo esse processo.

A hipótese é de que a questão da hegemonia entre as classes dominantes do Paraná passa, necessariamente, pela questão regional, uma vez que a especialização econômica das três regiões que formam esta unidade da Federação, foi um importante fator no processo de acumulação de capital. E que, essa questão regional se colocou de maneira mais explícita no Governo Paulo Pimentel, expressa na ideologia do "desenvolvimento integrado".

Para a análise dessas questões, utilizarei como fontes além de trabalhos já escritos por outros autores, dados obtidos em entrevistas feitas especificamente para esta monografia e informações contidas em periódicos. Para o período do Governo Paulo Pimentel, a fonte básica será constituída pelas Mensagens apresentadas à Assembléia Legislativa por ocasião das reaberturas anuais das legislaturas no período de 1961 a 1970. Acredito que as "Mensagens", além de seu conteúdo informativo, se constituem em importante instrumento para apreensão da ideologia que embasou a ação dos governantes. As informações obtidas nas "Mensagens" serão complementadas com discursos pronunciados por Pimentel.

3.1 O Paraná e o Golpe de Estado de 1964

Em 1964, quando o novo grupo de poder multinacional e associado, aliado às Forças Armadas, assumiu o poder no Brasil,

governava o Estado do Paraná o Coronel Ney Aminthas de Barros Braga, fortemente ligado ao General Ernesto Geisel e ao Presidente Castelo Branco⁸³.

Figura dominante na vida política do Paraná, Ney Braga exerceu diversos cargos: "(...) foi prefeito de Curitiba, duas vezes governador, senador, e duas vezes ministro de Estado..."⁸⁴.

No entanto, ao ser candidato a governador pela primeira vez, em 1960, Ney Braga ainda não tinha a força política que demonstraria na década de 60, pois, segundo Maria Helena Augusto,

"O Governador tinha um obscuro passado político; na realidade, a fama de bom administrador derivava de sua gestão na prefeitura de Curitiba, de pequeno alcance multiplicador(...)"⁸⁵.

É tanto que Ney Braga se lançou candidato a Governador por um partido de pequena expressão estadual, o Partido Democrata Cristão (PDC). Sua candidatura só se viabilizou porque houve uma coalização com a União Democrática Nacional (UDN), através do apoio à candidatura de Jânio Quadros.

"O apoio da UDN - sua campanha se fez em termos de 'dobradinha' com Jânio Quadros - e também do PTB, apesar de este partido ter apresentado candidato à sucessão de Moisés Lupion (Nelson Maculan), foi bastante importante para sua vitória, visto ser o seu partido (PDC) inexpressivo no Estado..."⁸⁶.

⁸³ Ambos representantes da chamada "Sorbonne", uma das facções das Forças Armadas.

⁸⁴ MANFREDINI, Luís. "Não Existe Neísmo" In: Isto é, 6(307):116-118, 10/nov/1982.

⁸⁵ AUGUSTO, Maria Helena Oliva. Intervencionismo Estatal e Ideologia Desenvolvimentista, p.68.

⁸⁶ Idem, p.68. Os outros dois candidatos ao pleito de 1960 foram Plínio F. Ferreira da Costa, pelo PSD e Nelson Maculan, pelo PTB.

Além dessa aliança com Jânio Quadros, Ney Braga parece ter tido o apoio do IBAD no seu governo, conforme informações fornecidas por Dreifuss:

"O IBAD mostrava-se particularmente ativo no movimento sindical do Paraná, Estado-chave em termos políticos, onde levantava apoio para o Governador Ney Braga e onde patrocinava diversos sindicatos e seus líderes. O Paraná era importante por sua proximidade geográfica de São Paulo, e, embora não se achasse entre os centros industriais mais importantes do país, ele tinha uma grande população das classes trabalhadoras nas áreas rurais e das indústrias de porte médio e do sistema de prestação de serviços do Estado"⁸⁷.

Desta forma, o vínculo de Ney Braga com o grupo multinacional e associado já era um fato antes mesmo de 1964. Aliás, a ação desse grupo através do complexo IPES/IBAD não se limitou à pessoa de Ney Braga, mas esteve presente também líderes dos setores agrícolas e comerciais do Estado.

"Associações rurais e importantes líderes rurais de classe, a maior parte do setor moderno de café e gado e o setor agroindustrial, operariam sob a égide do IPES, tais como Osteja B. Roguski, um líder do Paraná, da Confederação Rural Brasileira (...)"⁸⁸.

No setor comercial, a principal instituição sob a ação do IPES foi a "Associação Comercial do Paraná". No Norte uma das agências regionais do IPES era constituída pela Associação Comercial de Londrina.

⁸⁷DREIFUSS, René A. 1964: A Conquista do Estado, Ação Política, Poder e Golpe de Classe, p.314.

⁸⁸Idem, p.181.

"No Paraná, a estrutura IPES/IBAD/ADEP era baseada no quadro de membros da Associação Comercial do Paraná - ACOPA. Alguns de seus membros ativistas eram Asdrúbal Bellegard, Carlos Alberto de Oliveira, Oscar Schrappe Sobrinho e o Consultor jurídico da ACOPA, Aguinaldo Bezerra. Outros militantes de destaque eram Ostoj Roguski, do Conselho Nacional para a Reforma Agrária do Paraná e da Confederação Rural Brasileira, e Manuel Linhares de Lacerda"⁸⁹.

Para se viabilizar o golpe de 1964, o grupo que o idealizou - civis e militares - procurou obter o apoio político e militar de governadores de alguns Estados-chave. O Paraná, sob a liderança de Ney Braga foi um desses Estados.

"(...) o complexo IPES/IBAD procurou o apoio de figuras nacionais de partidos políticos e dos governadores dos Estados-chave de São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul e Guanabara..."⁹⁰.

Esses governadores foram úteis à "Revolução" porque, além do apoio político e ideológico colocaram

"(...) a força policial de seus Estados à disposição do movimento civil-militar contra João Goulart, medida de maior importância, tendo em vista a localização estratégica das milícias estaduais nas áreas urbanas, treinadas especialmente para lidar com civis e com um tal potencial bélico que as transformava em exércitos de fato (...)"⁹¹.

Mas, para Dreifuss, o significado do apoio dos gover-

⁸⁹Idem, p.183. Segundo Dreifuss, o IBAD mantinha dois programas políticos-chave na "TV Paraná".

⁹⁰Idem, p.362.

⁹¹Idem, p.362. A importância atribuída às milícias estaduais ficou muito mais evidente após 64 quando o Governo Militar para manter a posse do Estado, centralizou o controle das polícias militares estaduais a nível federal, submetendo-as ao controle do Exército, procurando, assim, evitar que "o feitiço virasse contra o feiticeiro".

nadores ao movimento de 1964 ia mais além, destacando que eles também foram importantes

"pelo acobertamento que puderam dar ao movimento subversivo militar. Em muitos casos, os governadores eram líderes nacionais de seus respectivos partidos, ao mesmo tempo representando a política partidária e reforçando atitudes dos membros do partido a favor do movimento civil-militar. Eram ainda figuras centrais na agregação de interesses sócio-econômicos regionais aos interesses setoriais e de classe já representados no IPES. Finalmente suas máquinas partidárias foram elementos-chave na campanha de mobilização política que o IPES havia lançado através de seu grupo de Opinião Pública"⁹².

No caso do Paraná, por diversas vezes o nome de Ney Braga foi citado por Dreifuss, destacando sempre seu papel de "conspirador" no golpe de 1964. Para este autor, Ney Braga agia no Paraná, embora de forma discreta, com a ajuda de Ernesto Geisel, que era o principal organizador militar do movimento nesse Estado:

"No Paraná, o principal organizador militar foi o General Ernesto Geisel que comandava a 5ª Divisão do III Exército. O aspecto civil do movimento era liderado por José Manoel Linhares de Lacerda, que coordenava unidades consistindo basicamente de grandes proprietários de terras, juntamente com os líderes do IPES da Associação Comercial do Paraná e Paulo da Rocha Chueri que formava um importante elo com a força policial do Estado. O Coronel Ney Braga, Governador do Paraná, era discretamente a favor do plano, preferindo não dar apoio abertamente"⁹³.

Após o Golpe de Estado, ao se procurar definir quem assumiria a chefia da nação, mais uma vez Ney Braga aparece como

⁹²Idem, p.362.

⁹³Idem, p.389.

um dos articuladores. Em depoimento citado por Leôncio Basbaum, o Marechal Juarez Távora ao expor os entendimentos havidos para a escolha do nome do novo presidente, afirma que ao obter consentimento para uma consulta a Castelo Branco sobre a possibilidade de que este se apresentasse como candidato, ele teria procurado o então general em companhia de outros políticos:

"Com base nesse assentimento, procurei, no dia seguinte, o General Castelo Branco, em seu Gabinete no EME, em companhia do Governador Ney Braga e (se não me trai a memória) do Deputado Costa Cavalcanti, fazendo-lhe um veemente apelo para aceitar sua candidatura à Presidência da República e assegurando-lhe que ela seria facilmente homologada pela maioria do Congresso Nacional"⁹⁴.

Essa "amizade" com Castelo Branco e seu envolvimento com o novo grupo hegemônico foram confirmados pelo próprio Ney Braga em entrevista concedida à revista "Isto É" em 1982. Indagado se sua candidatura futura à Presidência da República seria para valer ou se não seria apenas uma campanha para ajudá-lo nas eleições de 1982, Ney Braga respondeu o seguinte:

"Não é verdade. A candidatura para presidente é para valer. O Presidente Castelo Branco, ao pensar na sua sucessão, me colocou numa lista de cinco nomes que poderiam sucedê-lo. Ainda hoje tenho saúde e não conheço nenhuma área que possa vetar a minha candidatura"⁹⁵.

Ney Braga foi sucedido no governo por Paulo Cruz Pimentel, eleito governador nas eleições de 3 de outubro de 1965.

⁹⁴BASBAUM, Leôncio. História Sincera da República De 1961 a 1967, p.137. (grifos meus).

⁹⁵MANFREDINE, Luís. "Não Existe Neísmo". In: Isto É, 6(307):116-118, 10/nov/1982.

É importante salientar a difícil situação política do país por ocasião dessas eleições, com um descontentamento muito grande não só por parte da oposição como de aliados da "Revolução". Entre os "aliados", destaca-se a oposição da chamada "linha dura", que estava descontente principalmente com a política econômica do período Castelo Branco, e com a condução política do processo revolucionário.

O grupo representante da "linha dura", por exemplo, mostrava-se contrário às eleições diretas para governadores em 1965, em nome da salvaguarda da "Revolução".

"De fato, a posição dos 'duros' em relação às eleições para os governos de alguns Estados se dirigia, em primeiro lugar, à necessidade de sua não realização e, em segundo lugar, ao afastamento de nomes ligados à esquerda ou à corrupção. O primeiro caso foi o da candidatura Lott, pelo PTB da Guanabara, e o segundo, o de Sebastião Paes de Almeida, pelo PSD de Minas Gerais. Ambas as candidaturas foram impugnadas, com base na nova legislação eleitoral, o que não chegou a garantir a vitória da Revolução naqueles Estados. Elegeram-se, respectivamente, Negrão de Lima e Israel Pinheiro"⁹⁶.

Mas, apesar da pressão dos "duros", Castelo Branco tinha se comprometido em cumprir o calendário eleitoral estipulado pela Constituição de 1946, dentro de sua política de "retorno à normalidade". A manutenção das eleições em 1965, portanto, visaria tranquilizar a população quanto às "intenções democráticas" do presidente⁹⁷.

⁹⁶OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. As Forças Armadas: Política e Ideologia no Brasil (1964-1969), p.64. Negrão de Lima, ex-colaborador de Juscelino Kubitschek, teve sua candidatura apoiada pela coalizão PSD/PTB. Israel Pinheiro, também colaborador de Kubitschek (1º Prefeito de Brasília), foi lançado pelo PSD.

⁹⁷Ver a respeito, ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e Oposição no Brasil (1964-1984), p.80-89.

O conflito entre os grupos no poder, em especial entre as Forças Armadas, foi resolvido através de uma negociação que permitiria a realização das eleições mas, através da "Lei das Inelegibilidades" se impediria a candidatura de políticos indesejáveis para os "duros".

Assim, foram realizadas a 3 de outubro de 1965 as eleições diretas para 11 (onze) Estados, tendo sido vitoriosos os seguintes candidatos: PA - Alacid Nunes; MA - José Sarney; RN - Valfredo Gurgel; PB - João Agripino; MG - Israel Pinheiro; GB - Neirão de Lima; SC - Ivo da Silveira; GO - O. Lage; PR - Paulo Cruz Pimentel. Em AL, como nenhum candidato obteve a maioria absoluta, o Governo Federal indicou o nome de Caminha Filho para interventor⁹⁸.

Dos dez governadores eleitos, quatro eram considerados "oposição", e foram eleitos "nos quatro Estados mais importantes e industrializados em que se realizaram eleições: Guanabara, Minas Gerais, Santa Catarina e Mato Grosso (...)"⁹⁹. Os outros eram candidatos do governo, inclusive Paulo Pimentel no Paraná. "No Paraná, o candidato governamental recebeu quase 52% dos votos, vencendo o candidato da coalizão PSD/PTB, Munhoz da Rocha (...)"¹⁰⁰.

A vitória da oposição em quatro Estados teria, segundo alguns analistas, levado à radicalização da posição dos "duros",

⁹⁸Idem, p.88.

⁹⁹Idem, p.88.

¹⁰⁰Idem, p.88. Nos outros 11 Estados foram eleitos indiretamente, depois, os seguintes governadores: AC - J. Kalume; AM - Danilo Areosa; PI - Helvídio Nunes; CE - Plácido Castelo; PE - Nilo Coelho; SE - Lourival Batista; BA - L. Vianna Filho; ES - Cristiano D. Lopes; RJ - Jeremias Fontes; SP - Abreu Sodré; RS - Perachi Barcelos.

o que teria desembocado na edição do Ato Institucional nº2 (AI-2). A edição deste Ato teria significado o fechamento do sistema político, ressaltando-se o fortalecimento do Executivo em detrimento do Legislativo e do Judiciário; eleições indiretas para Presidente da República e limitação da representação política através da extinção dos partidos políticos. Posteriormente, esse fechamento do sistema político foi complementado com o AI-3 que estabeleceu as eleições indiretas para governadores de Estado e indicação de prefeitos para as capitais.

Creio ser importante abrir um parêntese para verificar a questão das relações entre o aparelho de Estado e a sociedade civil no período do governo militar, uma vez que a natureza dessas relações são de suma importância para a questão da hegemonia.

Muito embora a instalação do Estado Autoritário em 1964 tenha significado, de imediato, uma nova configuração do Estado no Brasil com o enfraquecimento da sociedade civil através da repressão, da intervenção e do reordenamento de suas instituições, a forma como foi se constituindo e institucionalizando esse Estado Autoritário não pode ser vista de maneira unilinear. Como já demonstrei no primeiro capítulo deste trabalho, a resistência ao golpe de Estado esteve presente em todo o processo, sendo que essas resistências ao serem eliminadas em um setor da sociedade civil, ressurgiam em outro apesar de todo o aparato repressivo. É claro que as "baixas" nos setores oposicionistas foram incalculáveis. Mas a repressão não conseguiu eliminar a luta de classes na formação social brasileira. E essa luta será redefinida na nova conjuntura produzida pelo golpe de Estado.

Se a conquista do aparelho de Estado em 1964 permi-

tiu ao grupo multinacional e associado alijar do poder não só as classes dominadas mas também outras frações das classes dominantes, a perfeita configuração dessa nova fração de classe só será dada pelas suas relações com as outras classes e frações de classes, num movimento permanente e historicamente determinado. Esse movimento será expresso pelas distintas relações de forças em cada momento histórico. Isso significa afirmar que a classe que lutou para conquistar o poder terá que continuar lutando para mantê-lo e isso nos países capitalistas em que já se conta com certo grau de socialização da política, não será possível apenas através da coerção. Por isso, a classe no poder, embora dominante, procurará também ser dirigente contra outras possíveis "direções".

O final do governo Castelo Branco, quando ele acenava para o fim do período de excessão, poderia ser interpretado como um momento de busca do "consenso". Outros momentos de busca do consenso existirão no período do governo militar, alternados por período de ênfase na coerção. Se bem analisadas, essas alternâncias corresponderão a diferentes momentos nas relações de forças.

Paulo Pimentel, embora tenha sido eleito governador em um momento de distensão (outubro de 1965), ao assumir o poder a 31 de janeiro de 1966, o fez já sob um novo momento de predomínio da coerção, sob a égide do AI-2.

Assumiu o poder com um Executivo fortalecido pela nova legislação e com uma nova composição da representação política a partir das aglutinações dos novos partidos criados pelo Estado Autoritário: ARENA e PMDB. Apesar disso, na primeira Mensagem que encaminhou à Assembléia Legislativa fica evidente sua necessidade de contar com o apoio do Legislativo para seu governo:

"Compareço perante a Assembléia Legislativa, cumprindo pela primeira vez, em minha gestão, o dispositivo constitucional que determina ao Poder Executivo, na abertura da sessão legislativa, dar contas da situação geral do Estado e solicitar as providências que julgar necessárias.

Cumpro prazerosamente esse imperativo, pela oportunidade do diálogo com o Poder Legislativo, não só em atendimento à convivência harmônica entre os poderes, mas também porque desejo que essa harmonia propicie sólidas relações de cooperação entre o Governo e os representantes do povo, com assento nesta Casa"¹⁰¹.

A base de legitimação para esse apoio era "o memorável veredito das urnas, nas eleições de 3 de outubro...". Esse resultado das eleições será sempre lembrado por Pimentel nas Mensagens seguintes, como fonte de legitimação do seu governo.

A legitimação dada pelas urnas parecia ser um ponto importante em uma conjuntura em que a representação política e os compromissos da época das eleições tinham sido desfeitos com a extinção dos partidos políticos:

"Embora a recente extinção dos partidos políticos tenha anulado, em princípio, quaisquer compromissos anteriores de apoio ou mesmo de oposição partidária ou interpartidária ao Governo instalado a 31 de janeiro último, o memorável veredito das urnas, nas eleições de 3 de outubro passado justifica, creio eu, aquela predisposição favorável pela quase totalidade dos deputados estaduais que, não sendo, por certo, representantes de si mesmos, mas mandatários do povo paranaense, devem e podem sentir-se perfeitamente à vontade para emprestar ampla e leal cobertura legislativa ao Executivo, oriundo da vontade realmente majoritária do eleitorado"¹⁰².

Não há nesta primeira Mensagem de Pimentel nenhuma

¹⁰¹PIMENTEL, Paulo Cruz. Mensagem Apresentada à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. 1966, p.VII.

¹⁰²Idem, p.VII.

referência à conjuntura nacional mas apenas a aspectos concernentes ao próprio Estado. Mas já na Mensagem do seu segundo ano de governo começam a aparecer as críticas à política econômica do governo Castelo Branco. É ilustrativo que essas críticas comecem a aparecer após o ano da campanha de Costa e Silva para a Presidência da República. Como se sabe, Costa e Silva foi o candidato dos "duros" para a sucessão de Castelo Branco, e, Paulo Pimentel foi um dos governadores a apoiar essa campanha. Parece claro, assim, que as críticas que Pimentel dirigia ao governo Castelo Branco faziam parte do discurso dos representantes da "linha dura".

Desta forma, ao se referir à conjuntura em que assumiu seu governo, Pimentel assim se expressou:

"No plano nacional, deparávamos com uma conjuntura fortemente perturbada, de um lado, pela abertura de problema da sucessão presidencial, da renovação dos Governos em onze Estados e dos mandatos legislativos estaduais e federais e, de outro lado, por uma política econômico-financeira federal reconhecida como adversa inclusive pelos que a implantaram e hoje admitem seus aspectos negativos (...).

A política cafeeira então adotada penalizou a cafeicultura, sem compensar o Estado pela perda da renda provocada pelos preços baixos, ao que se somariam os efeitos da política-econômico-financeira da União, buscando a contenção do ritmo inflacionário pela redução geral do nível das atividades econômicas.

Assim, se inflingiu à economia paranaense um duplo efeito negativo, sem que o Estado recebesse, quer através do Governo estadual, quer através de seus setores privados, quaisquer estímulos compensatórios federais destinados a aliviar o pesado ônus que está suportando em nome da estabilidade econômica nacional (...).

Num ano assim, de tantas dificuldades, coube ao Governo estadual procurar compensar, na medida de suas forças, um conjuntura nacional desfavorável (...)"¹⁰³.

¹⁰³PIMENTEL, Paulo Cruz. Mensagem Apresentada à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. 1967, pp.XV-XVI.

Essas considerações não significavam que Pimentel não estivesse aliado ao grupo que promoveu a "Revolução", mas apenas deixava claro seu alinhamento a uma das facções desse grupo pelo menos através do apoio entusiasta e incondicional a Costa e Silva, de quem falará sempre até com certo carinho em suas Mensagens.

Este apoio já ficou evidente durante a campanha de Costa e Silva para a Presidência da República. Em discurso pronunciado por ocasião da visita de Costa e Silva ao Paraná em setembro de 1966, como candidato da ARENA, Paulo Pimentel declarou publicamente o apoio do Estado que governava à candidatura do Marechal:

"Ao saudar V. Exa. pela visita que faz ao Paraná, na qualidade de candidato à Presidência da República, acredito poder falar em nome do povo de meu Estado que, há menos de um ano, em pleito memorável, confiou-me a responsabilidade de dirigir-lhe os destinos no presente quinquênio.

É com a autoridade deste mandato, que muito me honra, e com a certeza de estar expressando a opinião das correntes políticas majoritárias do Paraná, que lhe dirijo esta saudação para dizer a V. Exa. que estamos unidos e confiantes em torno de seu nome e de sua pessoa na atual conjuntura nacional, certos de que a escolha de V. Exa., para suceder o Presidente Castelo Branco, se impôs como exigência irrecusável e representará um grande passo à frente e um avanço positivo no processo democrático brasileiro" ¹⁰⁴.

Seu reconhecimento da necessidade do movimento de 1964 fica muito claro neste discurso:

"Não muitas vezes, na História deste País, um homem público se defronta com uma situação aparentemente polêmica e controvertida, de tama-

¹⁰⁴ PIMENTEL, Paulo Cruz. Discurso Saudando o Marechal Costa e Silva, p.5.

nha importância quanto a que se apresenta diante de V. Exa.

Mas as poucas vezes em que isto ocorreu, em circunstâncias semelhantes, os fatos se encarregaram de demonstrar que aquilo que parecia ser um desvio na linha de nossas melhores tradições republicanas e civilistas, se constituiu na saída lógica e sábia e na solução mais alta para a crise institucional que a nação atravessava"¹⁰⁵.

E a confiança na ação das Forças Armadas para a solução das crises institucionais da Nação foi expressa nos seguintes termos:

"Desde logo, julgo importante recordar que, historicamente, V. Exa. não é o primeiro nem o segundo grande soldado que o Brasil vai buscar no seio das Forças Armadas para confiar-lhe a direção de seus próprios destinos, como supremo magistrado da Nação.

Neste sentido, a responsabilidade do papel que a História lhe confia se assemelha, e muito, precisamente à de dois outros eminentes Marechais que foram verdadeiros condestáveis da República, em hora grave de transição política do regime, quando a Nação passava de uma fase nitidamente revolucionária para a constitucionalidade normal (...) "¹⁰⁶.

Naquelas duas oportunidades, como agora, é importante lembrar que o Brasil ingressava em nova estrutura de poder e caminhava para profundas reformas em sua Carta Magna, no sentido de institucionalizar conquistas e nela incorporar exigências flagrantes, com vistas ao aprimoramento do regime e ao restabelecimento da ordem legal, afetada e tumultuada por acontecimentos político-militares decisivos - em 15 de novembro de 1889, com a queda da Monarquia; em 29 de outubro de 1945, com a deposição do Chefe do Estado Novo; e em 31 de março de 1964, com o afastamento do Presidente que deixara, de há muito, de ser um verdadeiro magistrado"¹⁰⁷.

Pimentel partilhava também da expectativa de alguns

¹⁰⁵ Idem, p.5.

¹⁰⁶ Refere-se a Floriano Peixoto e Eurico Gaspar Dutra.

¹⁰⁷ Idem, p.6.

setores da sociedade brasileira de que o Governo Costa e Silva pusesse fim ao período de exceção:

"A analogia de sua posição com a dos Marechais citados é significativa. E mais do que isto: é extremamente alentadora pela perspectiva que sugere quanto à próxima reintegração do Brasil na sua normalidade política, em consonância com o anseio dominante do povo brasileiro, logo que o Brasil tenha vencido a atual e penosa etapa que a Revolução de 1964 teve, até aqui, que atravessar (...).

É com estas esperanças, e com a certeza de alcançá-las que as atenções do Brasil e do Paraná, em particular, se voltam para o ilustre soldado que é V. Exa. Um soldado impregnado de compreensão cívica e de calor humano e revestido de autenticidade revolucionária, com autoridade, por isso mesmo, para nos garantir que não haverá em seu Governo discriminações odiosas, nem retorno ou volta à época da corrupção, da subversão e da irresponsabilidade demagógica que ameaçaram o País.

Insisto no que V. Exa. representa em esperanças para o Brasil, porque é esta perspectiva de normalização de estabilidade e da consolidação da Democracia que anima a todos nós, desde a primeira hora, quando nos colocamos a seu lado, vendo em V. Exa. a melhor, a mais acertada e tranquila garantia, dentro do quadro sucessório que se esboçava, para responder à expectativa geral de segurança futura e de desenvolvimento econômico, sem prejuízo das liberdades públicas (...)"¹⁰⁸.

Considerando-se que este discurso representava uma posição assumida oficialmente, pode-se julgar que ele contém a perspectiva ideológica de Paulo Pimentel, e, em especial, sua posição política tanto em relação ao período pré-64, quanto ao golpe de Estado.

Em relação ao período pré-64, verifica-se que Pimentel incorporou as proposições do novo grupo de poder ao qualificar

¹⁰⁸ Idem, pp. 6-7.

aquela época com expressões tais como "época da corrupção", "da subversão" e da "irresponsabilidade demagógica".

Do movimento de 1964, assimilou sua proposição de missão salvadora da pátria, de "repor a Nação no caminho da normalidade jurídico-constitucional".

Assimilou, também, as proposições da ideologia do desenvolvimento sob a forma em que esta foi transformada pelos que arquitetaram a instalação do Estado Autoritário; o desenvolvimento sem "nacionalismo", passando este a ser traduzido pela ideologia da modernização.

4. A IDEOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E A QUESTÃO DA HEGEMONIA NO PARANÁ

"Educação, Meta Básica do
Governo Pimentel".

"Paraná, aqui se trabalha".
(Governo Paulo Pimentel)

Até 1960, quando Ney Braga foi eleito Governador do Paraná, "disputavam a hegemonia política e alternavam vitórias" eleitorais no Paraná, duas frações das classes dominantes do Estado: os proprietários de terras tradicionais e a burguesia industrial-comercial.

A fração dos proprietários de terras tradicionais era constituída sobretudo pelos proprietários de terras das regiões mais antigas do Estado, principalmente dos Campos Gerais (no Paraná Tradicional).

"É inegável que a classe proprietária de terra também era uma das classes dominantes. Arrendou terras para a engorda de animais, para a produção de erva-mate e de madeira. Pôde também se tornar proprietária de serrarias em suas próprias terras ou se dedicar a atividades pecuárias. Não foi uma classe proprietária de terras tipicamente voltada para a produção agrícola de exportação. Sua reduzida produção agrícola era voltada quase unicamente para consumo próprio e geralmente em bases não capitalistas (...)"¹⁰⁹.

A fração denominada por Lia Zanotta Machado de "burguesia industrial-comercial" teria se fortalecido a partir da República e era constituída por industriais e comerciantes também do Paraná Tradicional. Essa fração de classe não tinha seu poder econômico baseado na terra, embora muitos dos seus componentes fossem donos de terra, mas tinha como fonte a

"(...) industrialização e comercialização de erva-mate comprada dos trabalhadores extrativos, que geralmente são arrendatários das terras, ou então fundamenta-se na propriedade das serrarias bastante nômades, que alugam as terras cobertas de madeira ou compram apenas a madeira, e na comercialização desta"¹¹⁰.

Como já foi demonstrado neste trabalho a erva-mate e a madeira foram produtos que configuraram ciclos econômicos distintos no Estado. A economia ervateira foi a base econômica do período provincial (1853/1889), chegando a representar 85% da economia do Estado nesse período¹¹¹. A importância do mate continuou ainda durante a República, pois, "em 1902, o mate representava ainda 31% do orçamento do Estado"¹¹². Seria posteriormente

¹⁰⁹MACHADO, Lia Zanotta. Estado, Escola e Ideologia, p.139.

¹¹⁰Idem, p.138.

¹¹¹WACHOWICZ, Ruy Christovam. História do Paraná, p.102.

¹¹²Idem, p.139.

substituído pelo "pinho" em especial a partir da primeira Guerra Mundial.

"O grande estímulo para a exportação do pinheiro paranaense surgiu com a primeira Guerra Mundial (1914-1918). Impossibilitada a importação do similar estrangeiro para o Brasil, por causa do conflito bélico, houve intensa procura do pinho. Não só foi abastecido o mercado interno, como conquistado o de Buenos Aires, que rapidamente deu preferência à madeira do Paraná, devido as suas qualidades superiores. Multiplicaram-se as serrarias, de preferência do (sic) longo da estrada de ferro, recentemente aberta, ligando São Paulo ao Rio Grande do Sul"¹¹³.

Essa burguesia industrial-comercial, embora forte economicamente desde a Província, só conseguirá conquistar a hegemonia política, até então em mãos dos grandes tropeiros e proprietários de terras, a partir da República.

"A República cristalizou a transformação do bloco no poder. Com a República, 'nome por nome, os principais líderes políticos da época apresentavam vinculação original, direta ou indireta, com a economia do mate' (...), entendendo-se por isso um setor financeiro, industrial e comercial exportador"¹¹⁴.

A burguesia industrial-comercial permaneceria no poder até a Revolução de 1930, quando seria substituída pelos proprietários de terras:

"A classe proprietária de terras tornou-se hegemonicamente dominante com a Revolução de 1930, pois as frações da burguesia industrial e comercial paranaense foram afastadas do poder. Estavam ligadas às coalizões políticas das forças estaduais que até então eram hegemônicas nacionalmente (...)"¹¹⁵.

¹¹³ Idem, p.140.

¹¹⁴ MACHADO, Lia Zanotta. Estado, Escola e Ideologia, p.138.

¹¹⁵ Idem, p.139.

O último representante da burguesia industrial-co-foi o Governador Afonso Alves de Camargo que iniciou seu governo em 1928. Com a Revolução de 1930, houve a deposição de governadores de Estado, entre os quais Afonso Alves de Camargo que foi deposto no dia 5 de outubro de 1930, sendo substituído pelo General Mário Tourinho até 1932 quando Getúlio Vargas nomeou Manuel Ribas como interventor. Este permaneceu no posto de 1932 a 1945. Para Lia Zanotta Machado, "a interventoria teve por base os proprietários de terras principalmente dos Campos Gerais, as regiões mais antigas do Estado (...)"¹¹⁶.

Em 1946, foi eleito Governador pelo PSD Moysés Lupion, representando os proprietários de terras. No Paraná, como em todo o Brasil, o PSD teve sua base de formação na interventoria estadual e manteve sua característica de partido essencialmente conservador. Esta, portanto, era a base de sustentação do governo de Lupion.

Em 1950, a burguesia industrial e comercial que já passava por um processo de diversificação econômica, reassume o poder político no Paraná:

"Ao Governo Moysés Lupion sucedeu-se o governo Bento Munhoz da Rocha Netto, em 1951 a 1955. Bento foi um dos líderes políticos representante e membro participante da burguesia industrial-comercial, vinculado especialmente à industrialização do mate. Essa burguesia, que já alcançara o poder na Primeira República, voltava diversificada economicamente e em torno de dois partidos: o PR e a UDN"¹¹⁷.

¹¹⁶Idem, p.139.

¹¹⁷Idem, p.139.

Moysés Lupion volta ao Governo do Estado em 1955, e, com ele "retornavam ao poder, em situação hegemônica, os interesses das classes proprietárias de terra"¹¹⁸.

Desta forma, até o início dos anos sessenta, a hegemonia política esteve com as frações de classe do Paraná Tradicional. O Norte, embora já fosse dominante economicamente, ainda não tinha conseguido participar do poder político. Mas, a fração de classe surgida com o desenvolvimento dessa região, os 'produtores de café' passaria também a lutar pela conquista do poder político, o que se daria a partir do Governo Ney Braga.

Como afirma Augusto:

"Se até a fase do predomínio cafeeiro, a vida política do Estado estava restrita quase que unicamente ao Sul (...), o governo Ney Braga (1961/1965), tomado antes como ponto de referência que marco de mudança, parece representar, de fato, uma transição: a participação política do Norte do Estado, tipicamente extensão de São Paulo, pode-se dizer iniciasse, ou melhor, encontra maior expressão nesse governo, cuja principal figura, apesar de vinculada ao Sul, compromete-se e tem sua vitória eleitoral garantida pelo Norte"¹¹⁹.

Para se compreender melhor essa recomposição do poder no Estado, é preciso analisar dois aspectos: em primeiro lugar, a conjuntura em que se deram as eleições de 1960; em segundo, a expansão da força política do Norte.

Como foi analisado neste trabalho, a expansão da cafeeicultura no Norte do Estado ensejou um vertiginoso crescimento

¹¹⁸Idem, pp. 139.

¹¹⁹AUGUSTO, Maria Helena Oliva. Intervencionismo Estatal e Ideologia Desenvolvimentista, p.45-46.

populacional nesta região, crescimento este decorrente sobretudo do movimento migratório. Esse crescimento populacional irá garantir a preponderância política do Norte.

Analisando-se o número de eleitores por região do Estado, verifica-se que o Norte foi progressivamente, a partir de 1950, destacando-se no Estado. Assim, em 1950 era a seguinte a distribuição do Estado segundo o "Colégio Eleitoral" (número de eleitores): 1º Colégio eleitoral - Curitiba; 2º- Ponta Grossa; 3º- Londrina; 4º- Guarapuava; 5º- Maringá. Em 1960, a situação era a seguinte: Primeiro Colégio eleitoral - Curitiba; 2º- Londrina; 3º- Maringá. Em 1965, o Norte já representava 52% do eleitorado paranaense: 748.755 eleitores contra 689.046 das demais regiões¹²⁰.

Para Omura, "em apenas uma década, o eixo político deslocou-se da capital para o aglomerado das cidades setentrionais, polarizadas por Londrina e Maringá".

A partir dessa preponderância eleitoral do Norte, a luta pelo poder político no Estado teve que passar pela consideração dessa nova realidade que redefinia a correlação de forças no Estado. Essa correlação passava, a partir do início dos anos sessenta, a ser favorável às forças representadas pelos produtores de café sediados no Norte.

"Na realidade, pode-se dizer que ocorre nesse momento a consolidação do processo expansionista que já se verificara no tocante à economia. Da mesma forma que as atividades típicas do Paraná 'paranaense'¹²¹ - mate e madeira - foram

¹²⁰Dados extraídos de OMURA, Ivani Aparecida Rogatti. Eleitores e Eleitos. Composição e Comportamento.

¹²¹Expressão usada por Pedro Calil Padis e que corresponde ao Paraná Tradicional.

deslocadas de seu papel de principal gerador da renda interna do Estado pelo desenvolvimento da cafeicultura no Norte, também os grupos vinculados àquelas atividades, tanto quanto o dos proprietários tradicionais de terras, até então habituais detentores dos postos administrativos estaduais, perdem sua hegemonia (não sua participação, entretanto) na gestão dos negócios públicos paranaenses (...)"¹²².

Desta forma, as eleições de 1960 representaram um momento de transição na conquista da hegemonia pelas novas facções das classes dominantes do Estado. Momento de transição porque Ney Braga, na verdade, estava mais ligado à burguesia industrial e comercial do que aos produtores de café. Ele havia sido lançado na política por Bento Munhoz da Rocha Netto, que como já foi afirmado, representava aquela burguesia no Estado.

Na ocasião o candidato do PSD e, portanto, do lupionismo, foi Plínio F. Ferreira da Costa e o do PTB (partido que era no Norte a agremiação dos cafeicultores), foi Nelson Maculan. Ney Braga pertencia ao PDC de pouca expressão regional. Assim, a única forma de viabilizar sua candidatura era buscar uma coalização, e esta foi feita com a UDN. É importante lembrar aqui que a UDN representava no Brasil o grupo multinacional - associado que nas disputas eleitorais do período pós-45 opunha-se tanto às oligarquias tradicionais quanto à burguesia industrial e comercial comprometida com o "nacionalismo".

Ora, Ney Braga para conseguir o apoio da UDN procurou estabelecer uma dobradinha com Jânio Quadros candidato apoiado por este partido nas eleições de 1960. A nível estadual uma

¹²² AUGUSTO, Maria Helena Oliva. Intervencionismo Estatal e Ideologia Desenvolvimentista, p.47.

grande força política de apoio à candidatura de Ney Braga foi a Associação Comercial do Paraná, uma das bases de ação do complexo IPES/IBAD nesse Estado. É interessante observar que Ney Braga assume o poder através de uma coalização PDC/UDN na conjuntura em que a UDN consegue pela primeira vez eleger um candidato seu à Presidência da República.

Além disso, Ney Braga parece ter contado com o enfraquecimento do PTB no Norte:

"À medida em que o governo federal não atendia as reivindicações do Norte, o candidato que se beneficiou dessa votação foi o Ney Braga, que representava a mudança a nível estadual, enquanto o Jânio Quadros representava a mudança, entre aspas, a nível federal. Aquele que seria normalmente o eleitorado do PTB no Norte, na medida em que o PTB não era o partido do povo, mas o partido do café, não tendo outro candidato - não pode procurá-lo no PTB porque este já havia se transformado num partido que não era exatamente o deles, muitas vezes, em contrário, em posição antagônica a eles - preencheu esse vazio com Ney Braga (...)"¹²³.

Assim como Jânio Quadros se apresentava a nível nacional como uma proposta de mudança, também Ney Braga no Paraná levantou a bandeira da renovação contra o continuísmo de Lupion:

"a eleição do Governador Ney Braga (...) em 1960, representou aquela rebeldia da renovação materializada pelo Jânio Quadros a nível nacional e pelo Ney Braga a nível estadual. E nós tivemos então dois grandes grupos disputando as eleições em 1960, um representado pelo continuísmo do grupo lupionista e outro re-

¹²³ F. Magalhães Fº, apud AUGUSTO, Maria Helena Oliva. Intervencionismo Estatal e Ideologia Desenvolvimentista, pp.44-45. Ney Braga foi eleito governador em 3 de outubro de 1960 com um total de 253.552 votos (37,7% do total de votos válidos). Do total de votos obtidos por Ney Braga, 49% foram conseguidos no Norte.

representado por uma dissidência muito grande da UDN unida ao PTB com o Maculam. E aparece aí por um pequeno partido, na época um pequeno partido inexpressivo, então PDC (Partido Democrata Cristão), uma figura carismática, jovem, porque tinha 43 anos na época, o Coronel Ney Braga e que unindo inteligentemente a campanha dele à campanha do Jânio, conseguiu suplantar os dois grandes grupos que existiam no Paraná (...)"¹²⁴.

E essa proposta de renovação de Ney Braga foi materializada, após as eleições, no projeto de desenvolvimento do Paraná, que buscava implantar no Estado o mesmo modelo de desenvolvimento já tentado a nível nacional.

"O 'modelo' proposto para o Paraná era o desenvolvimento do Estado via industrialização substitutiva de importações internas, tentando repetir o processo que, ocorrendo no Brasil, se concentrava em São Paulo. '(...) a consciência do modelo de industrialização nacional e a constatação da posição do Paraná como importador de produtos industrializados, orientavam tanto as concepções técnicas como as ações práticas no sentido de tentar repetir, em escala estadual, um processo de substituição de importações semelhante ao nacional'. 'Comparando o Paraná com São Paulo o que se via era, aparentemente, uma repetição a nível do Estado, com o que havia ocorrido em São Paulo. (...) Então o Paraná iria se industrializar seguindo o padrão de São Paulo, defendendo seu próprio mercado e produzindo aqui dentro o que comprava fora"¹²⁵.

Em discurso pronunciado no dia 31 de janeiro de 1961 ao assumir o cargo de Governador do Paraná Ney Braga estabeleceu

¹²⁴Depoimento conseguido em entrevista com importante político do Paraná.

¹²⁵AUGUSTO, Maria Helena Oliva. Intervencionismo Estatal e Ideologia Desenvolvimentista, p.1. Neste texto, Maria Helena Augusto procede a uma análise do projeto de desenvolvimento do Paraná através do estudo da ação da CODEPAR. A autora nega a tese de "economia periférica" defendida por Padis, por políticos e intelectuais do Estado. Ao contrário, a autora procura demonstrar como o desenvolvimento do Paraná reproduz as especificidades do capitalismo brasileiro, que tem como uma de suas características as diferenças regionais.

as linhas gerais desse projeto de desenvolvimento:

"No momento em que Jânio assume o Governo da República, disposto a bem aplicar os dinheiros públicos e racionalizar a administração, procuraremos enquadrar nossa tarefa nessa mesma linha (...) A Administração que pretendemos instalar no Paraná procurará prever, criar e empreender, de maneira que seus órgãos sejam instrumentos eficientes da transformação que pregamos. Sustentando a eficiência como princípio, combateremos a confusão dos serviços, as morosidades burocráticas, as escleroses administrativas (...). Colocaremos a máquina administrativa em condições de atuar com a maior produtividade possível, num programa de desenvolvimento que propicie ao Estado a fixação de suas riquezas, e que ajudará ainda mais o Brasil e possibilitará a elevação do nível de vida do povo paranaense. E este objetivo não vem sendo alcançado, (...) porque parte substancial dos recursos produzidos pelo capital, pelo trabalho e pela terra paranaense, não é aplicado em nosso Estado, mas canalizado para outras regiões do país. (...) Uma das etapas do nosso programa procurará criar as condições necessárias para dar estabilidade à nossa economia e reduzir a fuga de recursos que aqui deveriam ser aplicados. Um Paraná industrializado, cuja estabilidade econômica garanta a agricultura, será possível desde que se prepare, com urgência, a sua infra-estrutura econômica nos setores de energia elétrica e transportes. (...) procuraremos fazer com que a Nação saiba que nós lhe oferecemos muito sem, até hoje, nada receber da União (...). (...) Com a colaboração do governo federal, procuraremos preencher esse vazio de nossa realidade econômica"¹²⁵.

Paulo Pimentel participou desse projeto de desenvolvimento ocupando a pasta da Secretaria da Agricultura no Governo Ney Braga. E nesta pasta comandou o programa de "modernização" da agricultura do Estado como já foi comentado neste trabalho.

Paulo Pimentel, formado em Direito pela Faculdade de

¹²⁵ Ney Braga, apud AUGUSTO, Maria Helena Oliva, op.cit., p.14.

Direito da Universidade de São Paulo, tinha trabalhado apenas na empresa privada (primeiro como advogado - na firma Votorantim em São Paulo e na Usina Central do Paraná em Porecatu - e depois como diretor), até ser convidado por Ney Braga para ocupar o cargo de Secretário de Agricultura.

O convite feito a Pimentel teria significado no governo Ney Braga uma tentativa de ampliar sua base de apoio no interior do Estado, em especial no Norte, pois Pimentel estava mais próximo dos produtores de café do que das oligarquias do Paraná Tradicional.

E essa permanência de Paulo Pimentel na Secretaria de Agricultura, desenvolvendo o programa de "modernização agrícola", lhe garantiu a conquista de forte base política no interior do Estado. E foi essa base política que garantiu sua eleição para Governador em 1965.

Antes das eleições, contudo, ocorreu o golpe de 1964 que forçou uma explicitação das forças em presença no Estado. Tanto Ney quanto Pimentel aderiram de imediato à "Revolução", demonstrando, assim, que a força de renovação que ambos pareciam representar, significava, na verdade, um compromisso com os grupos promotores da nova etapa de acumulação capitalista no Brasil, ou seja, o grupo multinacional-associado.

Como afirmou um dos políticos entrevistados para essa pesquisa: com o golpe militar de 1964 "o Governador Ney Braga define a sua posição dentro do quadro, voltando as costas ao pes-

soal ideológico¹²⁶ do partido que o apoiava, e indo de vez para o apoio tanto ao golpe militar de 1964 quanto ao grupo fisiológico de seu partido"¹²⁷.

Desta forma, as eleições de 1965 ocorrem já numa conjuntura diferente daquela em que Ney Braga foi eleito Governador. Estávamos em 1960, no Brasil, num clima de intenso debate social, com certo nível de socialização da política e de organização das classes sociais. Setores significativos das classes populares estavam organizados não só na cidade mas também no campo e reivindicavam seus direitos. Setores das classes médias também estavam em mobilização pelas reformas de base. Estávamos em um momento crítico da luta entre o projeto de desenvolvimento com base na ideologia nacional-desenvolvimentista e o projeto multinacional-associado.

A nível de disputa pelo Governo Federal, tínhamos um líder com características carismáticas. E foi justamente com Jânio Quadros que Ney Braga procurou assemelhar-se.

Já por ocasião das eleições de 1965, o grupo multinacional-associado já havia conquistado o poder e o dividia com os militares. O debate a nível nacional já havia se modificado. Do ponto de vista das classes progressistas, ele se expressava mais como resistência e protesto ao golpe militar. Do ponto de vista das classes dominantes, vivíamos o momento de estruturação do Estado Autoritário, em plena operação "limpeza", ou seja, ali-

¹²⁶De acordo com o entrevistado, o PDC no Paraná estava dividido em duas facções: o grupo ideológico que seria composto por políticos mais conseqüentes, ou seja, mais afinados com a ideologia do partido, e o grupo fisiológico, que passou a congrega elementos de outros partidos apenas como base de sustentação política.

¹²⁷Depoimento conseguido em entrevista com importante político do Paraná.

jamento de lideranças e desarticulação de setores oposicionistas. Era o momento, portanto, de explicitação de posições. E foi o que ocorreu no Paraná:

"A eleição de 1965 ela faz, concilia bem as coisas. O pessoal que apoia o golpe de 1964, pessoal da UDN, pessoal de uma parte do antigo PSD, do PDC fisiológico, esse pessoal todo passa a apoiar a candidatura do Sr. Paulo Pimentel a Governador do Estado. E o pessoal que não estava de acordo com o golpe militar de 1964, essa coisa toda, pessoal mais progressista, passa a apoiar a candidatura do ex-governador Bento Munhoz da Rocha Neto (...)"¹²⁸.

Paulo Pimentel foi registrado candidato nas eleições de 1965 pelo Partido Trabalhista Nacional (PTN), mas depois na Convenção do PDC consegue o total apoio de Ney Braga e ganha a Convenção.

"Numa das convenções do PDC que devia escolher o novo Governador há uma disputa muito grande entre aquele remanescente do grupo ideológico do PDC representado pelo hoje Senador Afonso Camargo, mas na época era um jovem líder pedecista, isso em 1965, disputando a indicação pelo PDC, e assim, com o espaço que Paulo Pimentel já tinha criado, com as resistências que ele já tinha vencido - ele já tinha sido inclusive registrado candidato pelo Partido Trabalhista Nacional, por uma daquelas pequenas legendas que existiam na época (...) - ele vai à Convenção do PDC e ganha total apoio do ex-governador Ney Braga que aí põe toda a máquina estatal a apoiar a candidatura do Paulo Pimentel que ganha, acaba por ganhar a Convenção do PDC (...)"¹²⁹.

Desta forma, a vitória de Paulo Pimentel nas eleições de 1965 foi sustentada pelas mesmas forças que apoiavam Ney

¹²⁸ Depoimento conseguido em entrevista com importante político do Paraná.

¹²⁹ Idem,

Braga: grupos ligados à economia do mate e da madeira, "frações burguesas hegemônicas ligadas às atividades urbanas em geral e segmentos de frações de classes produtoras de café, que se aproximavam do poder pela primeira vez"¹³⁰.

A única diferença entre os dois políticos era o apoio com que contava Pimentel no Norte do Estado, muito embora "no decorrer de seu mandato, seu discurso e política, seu governo, enfim, vai sendo absorvido pelos segmentos que estavam no poder e 'vai deixando de se caracterizar como representativo das frações dominantes do Norte' (...). Foram sintomáticos as indicações e mudanças do seu secretariado"¹³¹.

O apoio do Norte, do "interior" foi explorado inclusive como elemento ideológico na campanha do candidato Paulo Pimentel. Um dos slogans da campanha, por exemplo, era "O Homem do Chapéu de Palha", numa clara tentativa de unir o eleitorado do interior em torno do seu nome.

De qualquer maneira, as eleições de 1965 ainda permitem uma análise fecunda da correlação de forças no Estado e da questão da hegemonia uma vez que ainda foram realizadas através do voto direto da população. Como se sabe, Paulo Pimentel foi o último Governador do Paraná do período do Estado Autoritário a ser eleito diretamente. O Governador que o substituiu no posto --Haroldo Leon Peres-- foi escolhido (e depois deposto) pelo Governo Federal. Também o sucessor de Leon Peres --Parigot de Souza-- não foi uma escolha das lideranças estaduais, mas sim, do Governo Central.

¹³⁰MACHADO, Lia Zanotta. Estado, Escola e Ideologia, p.140.

¹³¹Idem, p.141.

Mas, qual a proposta de Governo de Paulo Pimentel? Tinha ele um projeto a ser executado? Qual a base ideológica desse projeto? Até que ponto esse projeto continuava ou inovava o projeto de Ney Braga? Procurarei responder a essas questões na análise que desenvolverei a seguir. As fontes documentais básicas dessa análise serão as Mensagens encaminhadas por Pimentel à Assembléia Legislativa do Estado durante o exercício do seu mandato (1966-1970).

Como metodologia de análise das Mensagens adotei uma abordagem livre, nucleada apenas em alguns temas centrais definidos a partir do conteúdo dos próprios documentos e dos interesses desta pesquisa.

Ao assumir o governo em 1966, Paulo Pimentel se deparou com uma conjuntura política a nível nacional já bastante modificada, pois, em decorrência da extinção dos partidos políticos, foram profundamente abaladas as relações entre os três poderes. Talvez, por isso, ele tenha dado uma grande ênfase na primeira Mensagem que encaminhou à Assembléia Legislativa, à necessidade de se manter relações harmoniosas e de cooperação entre o Executivo e o Legislativo. Muito embora seja mantida nas Mensagens seguintes essa referência às boas relações entre os dois poderes, o que chama a atenção na primeira Mensagem é a ênfase com que o assunto foi tratado. É claro que sendo a Assembléia Legislativa o interlocutor do Governador no momento de apresentação das Mensagens, seria esperado que mesmo em uma conjuntura favorável esse buscasse o apoio e a simpatia dos seus componentes. Todavia, essa estratégia ganha novo significado em um momento de estremecimento das relações entre os dois poderes.

Também em relação ao governo anterior (Ney Braga), Paulo Pimentel mostrou uma maior simpatia nessa primeira Mensagem do que nas seguintes. Diversos fatores devem ter contribuído para essa mudança de comportamento. Entre eles cabe destacar que para eleger-se Governador Paulo Pimentel contou com o apoio político de Ney Braga. Desta forma, no início do seu governo boa parte de sua base de sustentação política era constituída pelos partidários de Ney Braga. Posteriormente, ao mesmo tempo em que as relações entre os dois políticos se estremeciam chegando, inclusive, na interpretação de alguns analistas, a se formar duas correntes políticas -o "neísmo" e o "pimentelismo"-, Paulo Pimentel ampliava suas próprias bases, o que se refletiu no conteúdo de suas Mensagens.

Na Mensagem de 1966, Paulo Pimentel reconhecia que seu governo teria surgido do desejo de continuidade manifestado pelo povo "para que fossem preservados e ampliados os princípios e as realizações do fecundo quinquênio anterior..."¹³².

Essa continuidade, no entanto, não seria "uma simples repetição ou ampliação" do governo anterior, "porém um grande passo à frente, no sentido de novos avanços e novas conquistas de progresso (...)"¹³³.

A busca de progresso teria como base a ideologia desenvolvimentista na sua tradução modernizadora, qualificada por Pimentel de "desenvolvimento integrado". O desenvolvimento era concebido por Pimentel

¹³²PIMENTEL, Paulo Cruz. Mensagem Apresentada à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, 1966, p.VIII.

¹³³Idem, p. VIII.

"como um processo contínuo de elaboração dos padrões de vida de toda a população decorrente do aumento da produtividade do trabalho dessa população, obtida pela sucessiva introdução de novas técnicas de produção"¹³⁴.

Mas essa concepção de desenvolvimento não era considerada suficiente por Pimentel. Para ele, era necessário que o desenvolvimento integrasse

"(...) em seu processo, todas as camadas da população, todos os setores de atividade, todas as regiões do Estado e todas as manifestações da existência humana. A isso chamamos o desenvolvimento integrado que informou nossa plataforma de candidato e se converte em nossa filosofia de Governo"¹³⁵.

Na Mensagem de 1967 a idéia de continuidade administrativa já começava a ser desmanchada no discurso de Pimentel. Naquela ocasião ele afirmava que o mais importante não era a continuidade administrativa, mas, sim,

"a identidade do governo com a filosofia que o caracteriza e dá sentido às suas realizações, pois a maneira de fazer e porque fazer é inseparável de sua finalidade"¹³⁶.

Há na Mensagem de 1967 uma maior explicitação do seu programa de governo, justificada da seguinte forma:

"A definição do Governo talvez seja hoje mais necessária, tendo em vista a renovação parcial do Legislativo estadual e inclusive para responder, quem sabe, ao desafio dos que ainda possam resistir ao nosso reiterado apelo de união, sob o fundamento, por certo ponderável, de que é preciso antes definir para poder unir"¹³⁷.

¹³⁴Idem, p.XVII.

¹³⁵Idem, p.XVII.

¹³⁶PIMENTEL, Paulo Cruz. Mensagem Apresentada à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, 1967, p.VII.

¹³⁷Idem, pp.VII-VIII.

E essa definição estaria inspirada no programa apresentado quando de sua candidatura ao Governo do Estado e, depois de eleito, no discurso de posse. Nesses documentos Paulo Pimentel afirmou que "o objetivo primordial para o período 1966/71 é o desenvolvimento integrado do Paraná"¹³⁸.

Sente-se que ao fazer a explicitação do seu plano de Governo, Paulo Pimentel na verdade começava a mostrar suas divergências com Ney Braga e outros governos anteriores.

"A preocupação maior não é fazer quantitativamente mais que os Governos anteriores, pois isto certamente se dará num Estado, como o Paraná, em crescimento incessante. A preocupação é no sentido do acerto e do rendimento qualitativo do que se faça, para que o povo seja beneficiário e participante e não mero expectador do desenvolvimento.

Se o povo não se beneficia do esforço governamental, alguma coisa -para não dizer quase tudo- está errado nesse esforço. Outrossim, construir para o futuro, sempre adiado, é às vezes a desculpa dos governos que só pedem sacrifícios à geração presente em nome de todos as felicidades e benefícios oferecidos às que estão por vir"¹³⁹.

Para ele, no Paraná o futuro deveria ser naquele momento ou

"não o alcançaremos nunca, deixando perder-se as oportunidades históricas do presente, quando quase tudo está ao nosso alcance, faltando apenas a coalização de forças do desenvolvimento integrado para transformar potencialidades e recursos disponíveis em riqueza efetiva para todos"¹⁴⁰.

Esta idéia de progresso, de Paraná grande e desenvolvido estará presente em todas as Mensagens de Paulo Pimentel, refletindo o propósito de buscar um crescimento econômico rápido para o

¹³⁸Idem, p.VIII.

¹³⁹Idem, p.VIII.

¹⁴⁰Idem, p.VIII.

Estado. A estratégia básica utilizada para a obtenção desse crescimento parece ter sido a utilização do planejamento como técnica de intervenção do Estado.

A ação do Estado tinha um rumo já definido, ou seja, para que o Paraná se desenvolvesse era preciso "integrá-lo":

"A análise da realidade paranaense tem indicado a existência de uma conjuntura regional compartimentada, onde o diálogo é difícil entre as partes que formam o todo social, especialmente entre Governo e povo, a afetar regiões, populações, atividades e a própria atuação do poder público. Este costuma atuar de cima para baixo, com multiplicidade de órgãos afins e paralelismo de programas, quando mesmo o bom senso está a pedir um sistema de vasos comunicantes, em que os órgãos se integrem e as obras sejam conjugadas entre si, programadas e construídas simultaneamente, uma em função da outra, para que possam realmente atender exigências globais do homem e das comunidades"¹⁴¹.

Em função dessa percepção da realidade estadual o Programa do Governo, baseado na "ideologia do desenvolvimento integrado", tinha como intenção prosseguir a obra do governo anterior no que se refere à implantação de infra-estrutura básica (transportes, energia elétrica, telecomunicações), mas, ao mesmo tempo, ir além, concentrando esforços no estímulo à diversificação agrícola e à industrialização.

No que se refere à industrialização há uma modificação na política do setor, pois, se no Governo Ney Braga buscou-se, através da CODEPAR, implantar, "um parque industrial voltado para o aproveitamento de matérias-primas de origem agropecuária, com pre-

¹⁴¹Idem, p.X.

ferência pela pequena e média empresa", no Governo Pimentel essa tônica foi modificada dirigindo-se os esforços, em consonância com a política federal, "para dotar o setor secundário de empresas de maior porte (...)"¹⁴².

Um outro aspecto da "ideologia do desenvolvimento integrado" era a incorporação de políticas voltadas para os setores sociais (educação, saúde, habitação, saneamento):

"O programa prevê, outrossim, o atendimento aos setores de caráter social -educação, saúde, habitação, etc- em função das reivindicações da população paranaense e de acordo com os critérios realmente prioritários, baseados no conhecimento da realidade social do Estado como um todo.

A fixação da política social está fundamentada na premissa de que o atendimento a essas reivindicações é simultaneamente consequência e causa do desenvolvimento¹⁴³. Dentro dessa linha de pensamento, a política social, implícita no programa, objetiva a ampliação e melhoria do equipamento social básico e o atendimento àquelas parcelas da população às quais o atual estágio de desenvolvimento não oferece as condições mínimas de vida"¹⁴⁴.

O pressuposto básico dessa política social é o de que os recursos humanos devem ser utilizados para o desenvolvimento e que, portanto, o homem deve ser convocado "para sua auto-promoção econômica e social"¹⁴⁵.

¹⁴²PIMENTEL, Paulo Cruz. Mensagem Apresentada à Assembléia Legislativa do Estado. 1970, p.34.614.

¹⁴³Levando-se em conta essa afirmação, Pimentel pareceria alinhar-se àqueles que no final da década de 50 e início da de 60 concebiam a relação educação e desenvolvimento de forma menos unilateral. No entanto, considerando-se o conjunto de suas Mensagens pode-se afirmar que para ele, na verdade, a educação (assim como os outros setores sociais), era pré-condição do desenvolvimento econômico. Sobre essas diversas concepções da relação entre educação e desenvolvimento, ver José Silvério Baia HORTA. Liberalismo, Tecnocracia e Planejamento Educacional no Brasil, pp.17-50.

¹⁴⁴PIMENTEL, Paulo. Mensagem Apresentada à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, 1967, p.X.

¹⁴⁵Idem, p.XI.

Desta forma, o Governo estadual dispunha-se a intervir também na área social adequando-a ao seu projeto de desenvolvimento.

"O desenvolvimento deve ser feito para o homem, e tanto quanto possível, pelo homem, na medida em que ele possa ser levado a investir-se diretamente nas tarefas que visam a sua promoção. Será porventura uma coisa impossível persuadir o homem a ocupar-se de seus próprios interesses? As Nações Unidas¹⁴⁶, em importante estudo, já advertiram do perigo de uma concepção de desenvolvimento baseada apenas numa intervenção da cúpula sobre planos e programas, acrescentando que o movimento destinado a promover o bem-estar do conjunto da população só é eficaz com sua participação e por sua iniciativa, despertando as disposições de cooperação, o desejo concreto de aceitar os sacrifícios necessários para esse desenvolvimento"¹⁴⁷.

Para motivar o homem a participar desse projeto de desenvolvimento não seriam suficientes os discursos e os apelos:

"É preciso ir ao povo, compreendê-lo e acreditar nele. Não se trata propriamente de educá-lo para que ele nos entenda e apoie. Ao contrário, nós governantes e mandatários, é que devemos nos educar para entender e estimar o povo, entregando a ele o comando de seu próprio destino. Já é tempo de acabar com a idéia do Estado paternalista, até aqui responsável pelo arraigado hábito de tudo se esperar do Governo"¹⁴⁸.

Essa participação da população no projeto desenvolvimentista do aparelho de Estado estadual, possibilitaria a utiliza-

¹⁴⁶Pelo conteúdo das Mensagens e dos discursos de Paulo Pimentel e também por algumas importantes decisões tomadas no campo social, em especial na área de educação (como a promulgação do "Estatuto do Magistério", por exemplo), fica evidente a influência que organismos internacionais como UNESCO, OEA, ONU, tiveram na orientação política do seu governo.

¹⁴⁷PIMENTEL, Paulo Cruz. Mensagem Apresentada à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, 1967, p.XI.

¹⁴⁸Idem, p.XI.

ção da estratégia do "desenvolvimento integrado", através da qual a comunidade, a iniciativa privada e o governo compartilhariam a responsabilidade:

"Com a partilha de responsabilidades não é difícil realizar planos integrados, quer de educação e saúde, quer de colonização e fomento agrícola, em que as comunidades locais, assistidos tecnicamente pelo poder público, possam levar para diante e por conta própria os empreendimentos"¹⁴⁹.

Fica evidente pelas citações aqui apresentadas, que o pressuposto da "ideologia do desenvolvimento integrado" era uma visão do todo social onde predominaria a harmonia de interesses e a cooperação. Neste sentido, o "povo" e a iniciativa privada teriam igual responsabilidade de ação auxiliados pelo Estado. O Estado seria o Estado de todos, estaria acima dos interesses particularistas e divergentes. Encobria, assim, essa ideologia, as contradições do real, mas, ao mesmo tempo foi utilizada como "força material" que deveria unir as diferentes classes em torno do projeto desenvolvimentista do governo Pimentel.

No entanto, a utilização da "ideologia do desenvolvimento integrado" como política administrativa do governo, era apresentada como sendo uma decorrência "natural" da própria realidade:

"O desenvolvimento integrado é decorrência e imposição da própria realidade paranaense, cujo surto fulminante e gigantesco de pioneirismo, no curto período de três decênios, teria de coincidir, por definição, com uma etapa de escassa coesão social, fragmentária e visivelmente atomizada, inerente ao processo de ocupação espontânea do âmbito geográfico do Estado"¹⁵⁰.

¹⁴⁹ Idem, p.XII.

¹⁵⁰ Idem, p.XIII.

Na verdade, a "integração" se apresentava como fundamental ao novo estágio de expansão do capitalismo no Estado, à nova forma de apropriação do capital e de dominação política do Estado, como se pode inferir da citação seguinte:

"Agora, que a ocupação territorial, em termos horizontais, está chegando ao fim, o que se quer é que o desenvolvimento integre em seu processo todos as camadas de população, todos setores de atividade, todas regiões do Estado e todas manifestações da existência humana. Em suma, que seja um processo contínuo de elevação dos padrões de vida de toda a população, decorrente do aumento da produtividade do trabalho dessa população, objetivada pela sucessiva introdução de novas técnicas de produção"¹⁵¹.

A necessidade de recursos humanos qualificados como condição para o desenvolvimento foi bastante enfatizada em todas as Mensagens de Paulo Pimentel, qualificação essa que era vinculada a um processo de formação tanto ao nível informal (treinamento) quanto ao nível do sistema de ensino. Na Mensagem de 1967, por exemplo, ele afirmava que

"Não é porque trabalhe pouco, ou porque deva trabalhar mais, que o povo padece. Não é por inércia da máquina de Governo que ela tem estado aquém dos reclamos fundamentais da população. É pela ineficiência estrutural do sistema -seja ele o setor público, seja o setor privado- na base do qual não está o homem, ou quando está, é no geral despreparado, mal utilizado nas suas potencialidades e energias, geralmente inconsciente do próprio processo de desenvolvimento.

Economistas categorizados asseveram que o fator mais escasso no Brasil de nossos dias já não é o capital, mas o homem preparado para as tarefas particulares ou públicas. Por deficiência da educação, inclusive do sistema educacional existente, se desperdiça trabalho e se desperdiça capital. Já em nossa Mensagem do ano passado dizíamos: "O Paraná está diante de um dos mais graves problemas criados em consequência de seu próprio desenvolvimento: o da formação de quadros humanos

¹⁵¹Idem, p.XII.

especializados, não só para o setor público como para o setor particular"¹⁵².

Para uma maior compreensão dessa política voltada para a qualificação dos recursos humanos, destacarei algumas das realizações citadas nas Mensagens de Paulo Pimentel.

Há nas Mensagens, uma ênfase quantitativa às realizações voltadas ao ensino primário e ao ensino agrícola. Em relação ao ensino primário foram destacados a construção de unidades escolares e o treinamento de professores. O ensino superior só recebeu maior destaque na Mensagem de 1970.

Em 1966, Pimentel afirmou que as prioridades do seu governo na área de educação seriam:

- a. obras em novas unidades escolares;
- b. investimentos no sentido de melhoria do padrão das escolas existentes;
- c. aperfeiçoamento do ensino médio;
- d. melhoria de estabelecimentos particulares.

Como se pode verificar, a expansão do ensino superior não constava entre essas prioridades. Apesar disso, na Mensagem de 1967 foi mencionado o fato de já estar instalada e em funcionamento, sob a forma de Fundação, a Faculdade de Medicina do Norte do Paraná, com sede em Londrina.

Em relação ao ensino primário, como já afirmei, dois aspectos pareciam se constituir nas carências básicas do Estado: escassez de unidades escolares e corpo docente de baixa qualifica-

¹⁵²Idem, p.IX.

ção. Em 1967 foi posto em execução o "plano de emergência" tendo sido construídas 458 salas de aula. A meta para esse setor era "nenhuma criança sem escola e nenhuma escola sem professora".

Além disso, nesse mesmo ano foram criadas 11 novas Escolas Normais Ginasiais; instaladas 17 Escolas Normais Colegiais; colocado em funcionamento o Instituto de Educação de Maringá; autorizados os Institutos de Educação de Paranaguá e Jacarezinho. Também houve autorização de funcionamento para 10 Colégios Estaduais e 25 novos ginásios.

Importante realização do ano de 1967 foi a promulgação do "Estatuto do Magistério", sob recomendação da UNESCO. O Estatuto embora tenha sido encaminhado à Assembléia Legislativa em 1967, só foi transformado em Lei em 1968: Lei nº 5.871, de 6 de novembro de 1968. O objetivo do Estatuto do Magistério era instituir "o regime jurídico do Pessoal do Magistério Público vinculado à administração do Estado do Paraná" (Art. 1º da Lei nº 5.871/68).

Na área da administração do ensino, foi formulada em 1967 uma nova estrutura organizacional da Secretaria de Educação e Cultura (em atendimento ao disposto no Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967 - Reforma Administrativa implantada a nível federal).

Por todas essas realizações Pimentel considerou que o ano de 1967, no setor educacional, "foi talvez o mais profícuo do ensino paranaense".

Em 1968 foi dado destaque à reformulação do ensino normal:

"O ensino normal sofreu profundas alterações. Das 102 escolas normais ginasiais existentes, permanecem em tais condições apenas 3, tendo as demais sido extintas ou transformadas em ginásios. Hoje o ensino normal estadual está distribuído entre 6 Institutos de Educação e 34 Escolas Normais Colegiais"¹⁵³.

O ensino superior recebeu um tratamento mais extenso na Mensagem de 1970, na qual Pimentel voltou a explicitar o papel da educação no seu projeto de desenvolvimento: "a educação é uma de nossas metas básicas dentro da política de mobilização dos recursos humanos para o desenvolvimento"¹⁵⁴.

Em relação ao ensino superior afirmou o seguinte:

"Medida que reputamos de grande significação foi a criação, o ano passado, das Universidades Estaduais de Ponta Grossa, Londrina e Maringá, da Federação das Escolas Superiores Estaduais em Curitiba, bem como a transformação da Superintendência do Ensino Superior em autarquia e a situação do Fundo Estadual de Amparo à Pesquisa.

Foi instituída a Fundação Faculdade de Agronomia, em Apucarana, primeira escola a se enquadrar nas normas dos Conselhos Federal e Estadual de Educação e igualmente a primeira do Interior para a formação de Agrônomos.

Com o mesmo sentido de interiorização do ensino superior, foi criado o Instituto de Ciências Exatas e Tecnológicas de Maringá, também a primeira escola de Engenharia Operacional a funcionar fora da Capital"¹⁵⁵.

A proposta de interiorização do ensino superior fazia parte da estratégia de desenvolvimento integrado do Governo Pimentel que, como já foi visto, buscava integrar regiões, áreas, e diferentes estratos populacionais ao processo de expansão do capitalis-

¹⁵³PIMENTEL, Paulo Cruz. Mensagem Apresentada à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, 1967, p.23.506.

¹⁵⁴PIMENTEL, Paulo Cruz. Mensagem Apresentada à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, 1970, p.34.614.

¹⁵⁵Idem, p.34.615.

mo monopolista no Estado.

A interiorização, representou, assim, um forte componente econômico e político da filosofia administrativa do Governo Pimentel, ao ponto do Governador, continuando a estratégia de sua campanha quando candidato, apresentar-se como "homem do interior".

CONCLUSÕES

Muito embora não tenha alcançado nesta dissertação o ponto de chegada do meu projeto de pesquisa, acredito que a análise realizada permitiu esclarecer as condições contextuais em que emergiu o projeto de criação das Universidades Estaduais do Paraná, ou seja, as Universidades de Maringá, Londrina e Ponta Grossa.

A análise do contexto se constituía em um dos momentos importantes da minha investigação, pois o trabalho que empreendi buscava compreender as determinações mais gerais que explicam a relação da educação com a sociedade e o papel do Estado como articulador dessa relação. Era importante, também, porque se constituía em uma exigência da postura teórico-metodológica por mim adotada para a apreensão da Política Educacional. Ou seja, essa postura exige que a Política Educacional seja estudada na unidade dialética de seus dois momentos constitutivos, isto é, enquanto processo e enquanto produto. O estudo do contexto se constituía em um dos momentos de apreensão da política educacional enquanto processo.

Muito embora a pesquisa estivesse voltada para a análise do projeto educacional de um dos aparelhos de Estado estadual, era lícito supor que esse projeto só poderia ser compreendido se fosse referido às determinações mais amplas da sociedade brasileira como um todo. Por isso, procedi a análise do contexto em dois níveis:

nacional e estadual, tendo como preocupação central, decorrente da hipótese básica de trabalho, captar as características de que se revestiu no período em estudo, a luta pela conquista e exercício da hegemonia.

O contexto nacional foi analisado no Capítulo Primeiro, sob dois aspectos: a crise porque passava o Estado Brasileiro no início da década de 60 (década em que foram criadas as Universidades Estaduais do Paraná) e o encaminhamento que teve essa crise com a instalação do Estado Autoritário.

No Capítulo Segundo foi analisado o contexto paranaense, também na década de 60, iniciando com uma demonstração das transformações porque passava o Estado do Paraná naquela década, transformações essas que permitiram uma melhor compreensão do Governo Paulo Pimentel e de seu projeto desenvolvimentista no bojo do qual emergiu a proposta de criação das Universidades de Maringá, Londrina e Ponta Grossa.

Considerando o Golpe de Estado de 1964 como o momento de clímax da crise do Estado Brasileiro na década de 60, parti do pressuposto de que este Golpe representou a solução de uma crise de hegemonia que levou a nova recomposição das forças sociais e cujo sentido só poderia ser captado pela análise da conjuntura específica, pelo modo como se estabeleceram os diversos graus de relações de forças (sociais, políticas e militares).

Para entender a conjuntura de 1964, no entanto, foi necessário retroceder a 1930, ano em que as raízes da crise de hegemonia da década de 60 podem ser localizadas. Em 1930, com o rompimento da República Agrário-Exportadora, o Brasil entrou no mode-

lo econômico denominado de "substituição de importações". A nível político, a partir desta data, predominaria o populismo. No plano ideológico, o modelo de substituição de importações teve como base a ideologia do nacional desenvolvimentismo, que cimentou o bloco histórico durante todo o período.

Excetuando-se a época do Estado Novo (1937-1945), os anos de 1930 a 1964 representaram um momento de significativa socialização da política, quando a sociedade civil pode organizar-se e contrapor-se ao aparelho de Estado.

Até 1945, a contradição política básica esteve voltada para a necessidade de reduzir o poder econômico e político das oligarquias tradicionais e favorecer os interesses ligados à economia industrial em formação.

Com o avanço da industrialização, o conflito básico passou a expressar-se através da disputa entre as forças nacionalistas e as forças favoráveis à internacionalização da economia. Ou seja, a disputa passou a expressar-se em termos de dois possíveis históricos: um, voltado para a construção de um capitalismo de cunho nacionalista e outro comprometido com o capital externo.

Outro possível histórico também presente neste momento foi o modelo socialista que se colocava no horizonte das forças comprometidas com as reformas de base e com a democratização da vida nacional.

As contradições que emergiram com a intensificação do processo de industrialização não puderam ser resolvidas no âmbito do modelo populista na medida em que este não teve forças pa-

ra radicalizar-se em direção às aspirações populares, nem direcionar-se para um modelo societário não capitalista, além de não oferecer espaço para a solução do conflito a nível das classes dominantes.

O novo grupo de poder, emergido no bojo das contradições do período, aqui denominado de multinacional e associado, embora tivesse alcançado a hegemonia econômica com o avanço da industrialização e do capitalismo monopolista, não a tinha, todavia, a nível político. O poder político ainda estava em mãos dos grupos populistas. Foi, pois, para assegurar sua hegemonia também ao nível político que o novo grupo de poder multinacional e associado, aliando-se aos militares, engendrou o Golpe de Estado de abril de 1964. O Golpe de Estado teve por base a aliança entre setores da burguesia agrária, industrial, comercial e financeira, aliança essa que tornou vitoriosa a ditadura da burguesia.

Com a conquista da hegemonia política pelo novo bloco de poder multinacional e associado passou a predominar no país um novo modelo econômico de desenvolvimento, o modelo dependente - associado, reforçando, assim, a dependência estrutural que tem caracterizado sua evolução histórica.

A partir da implantação desse novo modelo econômico, o país passou por profundas transformações econômicas, políticas e sociais: alta concentração da renda e da propriedade; predomínio do autoritarismo como estilo de governo; menor socialização da política com o enfraquecimento da sociedade civil. O aparelho de Estado passou a intervir de maneira mais direta e significativa em todas as esferas da vida nacional. Passou a ser o idealizador e, em alguns casos, o executor, tanto da política econômica quanto das

políticas sociais. Isto significou o fortalecimento do Executivo em detrimento do Legislativo e do Judiciário.

Essas amplas funções assumidas pelo aparelho de Estado a partir da conquista do poder pelo grupo multinacional e associado, tiveram por base uma série de medidas levadas a efeito à nível da infra-estrutura e da superestrutura jurídico-política e cultural. Essas medidas foram sendo tomadas ao longo dos diversos governos autoritários. Analisei neste trabalho apenas as medidas empreendidas pelos dois primeiros governos do regime militar, ou seja, nos governos de Castelo Branco e Costa e Silva.

Através da análise das medidas implementadas por esses dois dirigentes do Estado Autoritário procurei demonstrar que o Golpe de Estado de 1964 não teve por finalidade apenas recompor o poder político eliminando com a democracia populista, mas, sim, processar o reordenamento das instituições básicas da sociedade, adaptando-as às exigências do novo estágio do capitalismo -o capitalismo monopolista. Nesse sentido, as esferas culturais e ideológicas mereceram uma atenção especial desfechando o governo militar um rude golpe na cultura nacional e nas expressões ideológicas das classes subalternas. Dito de outra forma, as transformações operadas na estrutura econômica da sociedade forçaram a modificação da superestrutura jurídico-política e cultural, pois, como afirma Gramsci, a conquista e exercício da hegemonia exige uma atuação tanto a nível da estrutura quanto da superestrutura, uma vez que a hegemonia se dá em todos os níveis: político, econômico e ideológico.

Desta forma, para conquistar e preservar o poder, os grupos que engendraram o Golpe de 1964 tiveram que adotar medidas

voltadas ao pleno exercício da dominação através do fortalecimento do aparelho de Estado, e medidas voltadas para a obtenção do consenso através da ação nos aparelhos privados de hegemonia. Um desses aparelhos foi o aparelho escolar em todos os seus níveis, da escola à universidade.

Para compreender melhor esse processo, considero importante retomar nesta conclusão a forma como a questão da educação acompanhou a evolução das contradições do Estado Brasileiro no período de 1930 a 1964, dando destaque à Política Educacional (entendida aqui como a ação estatal -no sentido lato dado por Gramsci, ou seja de sociedade política + sociedade civil- voltada para o campo educacional).

Na década de 30 ainda carecia o país de uma política nacional de educação, tendo a definição dessa política se constituído em uma das principais reivindicações dos educadores denominados de pioneiros. Na ausência dessa política a nível nacional, as decisões e reformas no campo educacional eram comandadas pelos Estados.

Nas diversas conjunturas do período de 1930 a 1964, não só se modificou a relação do Estado com o aparelho escolar, como foi possível o surgimento, a nível da sociedade civil, de diversas correntes de pensamento voltadas para a compreensão da educação. Os pioneiros exerceram forte influência até a instalação do Estado Novo em 1937, através da corrente de pensamento denominada de otimismo pedagógico. No período do Estado Novo houve o fortalecimento do aparelho de Estado e o enfraquecimento da sociedade civil com a conseqüente diminuição dos debates em torno da questão educacional. As decisões nesse campo passaram a ser centralizadas pela

sociedade política, perdendo os Estados sua autonomia. Tudo isso em um contexto de liquidação do federalismo, quando os governadores foram substituídos por interventores indicados pelo Governo Central. A nível ideológico, o otimismo pedagógico foi substituído pelo realismo em educação.

Através da promulgação das Leis Orgânicas do Ensino, o aparelho de Estado procurou estender para todo o território nacional as orientações de sua "pedagogia autoritária". As Leis Orgânicas significaram, na verdade, a primeira tentativa feita no país para definir uma política nacional de educação.

Com a queda do Estado Novo, foi dada continuidade ao processo de reorganização do ensino a nível nacional com a promulgação de novas Leis Orgânicas (do Ensino Primário, do Ensino Normal e do Ensino Agrícola). A Constituição de 1946 determinou que se elaborasse uma lei de diretrizes e bases da educação nacional -Art. 5º, XV.d.- muito embora em decorrência da acirrada disputa em torno do projeto de lei apresentado, este só viesse a ser aprovado em 1961.

Na década de 50 ao mesmo tempo em que o aparelho de Estado buscava definir sua política em relação aos diversos níveis de ensino, a nível da sociedade civil se intensificavam os movimentos voltados à reforma universitária e a promoção da educação popular. Esses movimentos estavam ligados ao contexto mais amplo das lutas de classe no período expressas, entre outros aspectos, pelas reivindicações em prol das reformas de base. Em termos de correntes de pensamento mantinha a hegemonia a corrente denominada de realismo em educação, em suas diversas vertentes (profissionais da educação de filiação liberal; esquerdas marxistas, es-

querdas não marxistas e, na década de 60, os tecnocratas da educação).

Com a instalação do Estado Autoritário em 1964, redefiniu-se mais uma vez as relações entre o aparelho de Estado e a sociedade civil, e entre aquele e o aparelho escolar. Assim como em todas as esferas da vida em sociedade, também no campo educacional houve maior intervenção do Estado passando a predominar a centralização em termos das orientações gerais e da tomada de decisões.

Para adequar o aparelho privado de hegemonia escolar às necessidades do capitalismo monopolista, foram tomadas as seguintes medidas pela sociedade política:

- repressão contra escolas, professores, estudantes, programas educativos e entidades estudantis;
- redução dos recursos destinados à educação;
- reforma dos conteúdos e da organização do ensino em todos os seus aspectos (currículos, quadro de pessoal, instalações, requisitos financeiros, legislação, estrutura organizacional e procedimentos administrativos).

A base maior dessas reformas foram as Leis 5.540/68 e 5.692/71.

O aparelho de Estado, enquanto mediador dos interesses do grupo multinacional e associado, procurou obter o consenso das classes sociais em torno do seu projeto educacional através da difusão da ideologia da modernização que se baseia na crença nos valores da racionalidade, eficiência e produtividade, que legitimavam a hegemonia da tecnocracia como corrente de pensamento e como grupo de dominação. A Política Educacional do Estado Autoritá-

rio passou a enfatizar a educação técnica com base na ideologia do empresarialismo segundo a qual a educação é uma parte, uma parcela do desenvolvimento econômico (entendido como progresso). O planejamento educacional passou a fazer parte do planejamento global da ditadura militar.

A partir das colocações feitas até aqui considero possível algumas conclusões a respeito da Política Educacional do Estado Autoritário. Em primeiro lugar, como essa Política emergiu no bojo das contradições e das lutas de classes do período, representando a vitória do projeto educacional do grupo multinacional e associado sobre os projetos dos grupos populistas e dos setores comprometidos com a construção de outro modelo societário não capitalista, ela representou, na verdade, um instrumento de hegemonia do novo grupo dominante. E representou um instrumento de hegemonia não só porque procurou adequar a educação às necessidades da reprodução do capital, mas também porque procurou, via educação, obter o consenso através da inculcação de novos padrões culturais e ideológicos. Foi um instrumento de hegemonia, também, porque se procurou, através das medidas propostas para o aparelho escolar, conferir legitimidade ao sistema político.

Uma outra conclusão prende-se à consideração de que a partir do momento em que a Política Educacional do Estado Autoritário passou de sua fase de gestação (política enquanto processo), para a fase de produto acabado, ou seja, expresso em leis, decretos, planos, o que se verificou foi que essa Política procurou esvaziar o conteúdo "político" das questões educacionais, impondo a adoção de medidas administrativas, racionais.

No caso específico das Universidades, procurou-se reduzir os seus problemas a questões internas de racionalização administrativa. Essa passagem do político ao administrativo, a meu ver, força a saída da esfera pública de discussão das questões educacionais para a esfera privada de pequenos grupos que passaram a ter o domínio das decisões. Essa passagem do público para o privado visaria garantir a dominação de classe.

No entanto, a implantação dessa Política Educacional não foi possível de ser realizada sem a resistência da sociedade civil, na medida em que é nessa esfera do Estado que está localizado o aparelho escolar e onde as leis são implantadas. E como essa Política se apresentava como o contraponto dos outros projetos educacionais em gestação, ela encontrou forte resistência das forças progressistas da sociedade brasileira, em especial do movimento estudantil que naquela conjuntura bem expressava as tensões das classes sociais.

O contexto nacional no período estudado nesta dissertação, expressava, como foi visto, um momento de busca da recomposição da hegemonia a nível das classes dominantes. Se isso se dava em termos do país como um todo, é possível supor que o mesmo ocorresse nas diferentes unidades da Federação. No caso específico do Paraná, como foi visto neste trabalho, não só essa busca de recomposição estava ocorrendo como foi o Paraná um dos Estados-chave no desencadeamento do processo que levou à ditadura da burguesia.

Até a década de 30, o Paraná teve pouca expressão econômica e política no conjunto do país. A ocupação do seu território só foi complementada no início da década de 60, quando se

esgotaram as fronteiras agrícolas. Além disso, a forma através da qual se deu essa ocupação gerou a existência de três regiões distintas -o Paraná Tradicional, o Norte e o Sudoeste- cuja integração se constituiu em um grande desafio no processo de expansão do capitalismo no Estado. Apenas no final da década de 50 é que seriam feitos esforços mais significativos no sentido de transformar o Paraná numa unidade administrativa integrada. Pode-se mesmo afirmar, que a partir daí, e mais intensamente na década de 60, é que se acentuaria o processo de expansão capitalista no Estado. E o grande fator estimulador do processo de desenvolvimento do Paraná foi a cultura cafeeira. No entanto, na década de 60, a cafeicultura paranaense passou por sérias dificuldades aliadas ao processo mais profundo das transformações econômicas, sociais e políticas porque passava o Estado. Diante da crise da cafeicultura na década de 60, foram tomadas medidas para implantar um programa de diversificação agrícola promovido pelo Governo do Estado no sentido de substituir o café por culturas brancas (soja, milho, trigo, amendoim, algodão) e por pastagens para o criatório. Além disso, passou-se a incentivar a industrialização. Apesar de tudo, o café manteve-se como o principal produto gerador de renda no Estado até o final da década de 60.

Para diversificar a agricultura e para estimular a industrialização os governos de Ney Braga e Paulo Pimentel investiram na melhoria das condições infra-estruturais do Estado.

Essas transformações ocorridas na estrutura econômica do Paraná na década de 60, foram acompanhadas de significati-

vas modificações na estrutura fundiária e na estrutura social. Na época de predomínio do café, o Paraná era constituído basicamente de pequenos produtores, uma vez que a cultura cafeeira paranaense foi baseada na pequena propriedade. Com a substituição de culturas e com a expansão do processo de industrialização houve a concentração da propriedade rural e da propriedade urbana. Com isso, a partir da década de 60, mas principalmente a partir da década de 70, passaram a ter hegemonia no Paraná os chamados setores modernos da burguesia industrial e agrária, ou seja, aqueles setores que se organizaram nas grandes empresas agrícolas, comerciais e industriais. Este foi o grupo que, aliado ao governo, passou a conduzir o processo de expansão do capitalismo monopolista no Estado.

A redefinição econômica do Paraná iniciada na década de 60, teve importância na recomposição da hegemonia das classes dominantes do Estado. E o Governo Paulo Cruz Pimentel foi importante instrumento nessa recomposição. Convém salientar, também, que a questão da hegemonia no Paraná passa pela questão regional, ou seja, por um lado, pela integração das três diferentes regiões do Estado, e, por outro, pela disputa entre os grupos dominantes das cidades mais importantes dessas regiões para se afirmarem como centros polarizadores na nova etapa de acumulação capitalista no Estado.

A questão da hegemonia no Paraná não se deu apenas ao nível econômico, mas também nos níveis político e ideológico, tanto no âmbito interno ao próprio Estado como na sua relação com o contexto nacional. Assim como no nível econômico o Paraná mostrou representar o novo grupo multinacional e associado que assumiu o poder no Brasil a partir de 64, também ao nível político e ideoló-

gico houve uma perfeita harmonia de interesses. Não bastava reorganizar economicamente o Estado, era preciso difundir uma nova ideologia para manter unido o bloco histórico. No Governo Paulo Pimentel essa ideologia foi representada pela proposta de desenvolvimento integrado, que, como foi visto, legitimava o projeto desenvolvimentista de Pimental. Esse projeto tinha como intenção prosseguir a obra do governo anterior no que se refere à implantação da infraestrutura básica (transportes, energia elétrica e telecomunicações), mas, ao mesmo tempo, ir além, concentrando esforços no estímulo à diversificação agrícola e à industrialização.

Além do esforço em prol da ampliação da base infra-estrutural do Estado, o projeto desenvolvimentista de Paulo Pimental previa a incorporação de medidas voltadas para os setores sociais (educação, saúde, habitação, saneamento). Essa ação voltada para o social tinha como pressuposto o fato de que os recursos humanos devem ser utilizados no processo de desenvolvimento, decorrendo daí a necessidade de se promover a sua qualificação. A qualificação era vinculada a um processo de formação tanto ao nível informal (treinamento) quanto ao nível do sistema de ensino. Em termos da educação formal, foi bastante enfatizada, por Pimentel, a educação técnica, pelo menos ao nível do discurso.

No que se refere ao ensino superior, as medidas propostas para sua expansão estavam vinculadas à idéia de interiorização como um dos componentes da ideologia do desenvolvimento integrado.

Acredito que os dados contextuais aqui apresentados permitem manter a hipótese levantada sobre a política de criação das Universidades Estaduais do Paraná, ou seja, a de que embora a criação dessas universidades tenha tido como amparo legal a Reforma

Universitária de 1968, foi, também, a resultante da luta pela hegemonia no interior das classes dominantes do Estado do Paraná.

Os dados permitem não só manter como aprofundar a hipótese, pois, como se pode perceber a criação das Universidades Estaduais do Paraná não teve apenas o amparo legal da Reforma Universitária de 1968, mas esse amparo significou, na verdade, um reordenamento do aparelho privado de hegemonia escolar. A partir desse reordenamento passou a haver uma excessiva centralização da sociedade política nos assuntos concernentes à educação, ficando pouca margem política para os Estados decidirem sobre suas próprias políticas educacionais.

Por outro lado, mesmo que houvesse a orientação do governo federal no sentido de se privilegiar a forma organizacional universitária na expansão do ensino superior, pelo menos a nível das intenções explícitas, talvez o Governo do Paraná não tivesse adotado essa orientação se já não tivessem sido amadurecidas as condições objetivas ao Estado para assumir esse projeto. E o amadurecimento dessas condições, a meu ver, passa pela questão da luta pela conquista e exercício da hegemonia entre as classes dominantes do Paraná, que pode ser exemplificado, entre outras coisas, pela tentativa de Paulo Pimentel em ampliar suas bases de sustentação política.

Há, assim, uma tensão dialética entre as determinações mais gerais do contexto nacional e a especificidade do caso do Paraná, um dos Estados-chave no processo de expansão do capitalismo monopolista no Brasil.

Todavia, essa hipótese poderá sofrer ainda outras re-

formulações na medida em que forem completados os outros momentos da investigação. Ainda dentro do âmbito da política enquanto processo, procurarei descrever a luta travada a nível do Paraná pela criação das Universidades Estaduais, destacando, neste sentido, as ações da sociedade civil e da sociedade política, bem como a apreensão das percepções dos seus agentes.

Para a interpretação da política educacional enquanto produto, analisarei os planos estaduais de educação do governo Pimentel bem como toda a legislação referente à criação das Universidades Estaduais.

Integrando os dois momentos da investigação -a política enquanto processo e enquanto produto-, procurarei captar o projeto educacional do Governo Paulo Pimentel estabelecendo as devidas relações entre esse projeto e o processo de expansão modernizadora do capitalismo no Estado.

BIBLIOGRAFIA CITADA

I - LIVROS

- ALVES, Maria Helena. Estado e Oposição no Brasil (1964-1984). Petrópolis, Vozes, 1984.
- AUGUSTO, Maria Helena O. Intervencionismo Estatal e Ideologia Desenvolvimentista. São Paulo, Símbolo, 1978.
- BUCI-GLUCKSMANN, Christinne. Gramsci e o Estado. Por uma Teoria Materialista da Filosofia. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.
- BADALONI, Nicola. "Sobre a Teoria Gramsciana da Ideologia", in Instituto Gramsci. Política e História em Gramsci.
- BASBAUM, Leôncio. História Sincera da República de 1930 a 1960. 4ª ed., São Paulo, Alfa-Omega, 1976, v.3.
- _____. História Sincera da República de 1961 a 1967. 2ª ed., São Paulo, Alfa-Omega, 1977, v.4.
- BRASIL/MEC/USAID. Tema Integral do Acordo MEC/USAID. Mimeografado.
- BRASIL. Relatório Meira Mattos. Mimeografado.
- BRASIL/MEC. Reforma Universitária. Relatório. Brasília, 1968.
- BRASIL, LEIS, DECRETOS, Etc. "Constituição da República Federativa do Brasil" - 1967. CARVALHO, Guido Ivan de. Ensino Superior: Legislação e Jurisprudência. Vol. I, Legislação, pp.1-6.
- _____. Lei nº 5.539/68 de 27 de nov. de 1968. Modifica Dispositivos da Lei nº 4.881-A, in CARVALHO, Guido Ivan de. Ensino Superior - Legislação e Jurisprudência. Vol. 1 - Legislação, p.169.
- _____. Lei nº 5.540/68, de 28 de novembro de 1968. Fixa Normas de Organização e Funcionamento do Ensino Superior e sua Articulação com a Escola Média. CARVALHO, Guido Ivan de. Ensino Superior - Legislação e Jurisprudência. Vol. 1 - Legislação, p.83.
- _____. Decreto-Lei nº 465/69 de 11 de fevereiro de 1969. Estabelece Normas Complementares à Lei nº 5.539, de 27.11.1968. CARVALHO, Guido Ivan de. Ensino Superior - Legislação e Jurisprudência. Vol. 1 - Legislação, p.199.

- CANCIAN, Nadir Aparecida. Cafeicultura Paranaense - 1900/1970. Curitiba, GRAFIPAR, 1981.
- CARONE, Edgard. A República Liberal - I. Instituições e Classes Sociais (1945-1964). São Paulo, DIFEL, 1985.
- CODEM. Plano Diretor de Desenvolvimento de Maringá, Maringá, 1966.
- COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. Colonização e Desenvolvimento do Norte do Paraná, 2ª ed., s.e., 1977.
- COUTINHO, Carlos Nelson. Gramsci. Porto Alegre, L & PM, 1981.
- _____. A Democracia como Valor Universal e Outros Ensaio. 2ª ed., Rio de Janeiro, Salamandra, 1984.
- CUNHA, Luiz Antônio. A Universidade Temporã. O Ensino Superior da Colônia à Era de Vargas. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.
- _____. A Universidade Crítica. O Ensino Superior na República Populista. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1983.
- CUNHA, Luiz Antônio e GÓES, Moacyr de. O Golpe na Educação. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1985.
- DREIFUSS, René Armand. 1964: A Conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe. 2ª ed., Petrópolis, Vozes, 1981.
- DUHRAN, Eunice Ribeiro. O Livro Negro da USP. O Controle Ideológico na Universidade. São Paulo, ADUSP, 1978.
- FÁVERO, Maria de Lourdes de A. A Universidade Brasileira em Busca de sua Identidade. Petrópolis, Vozes, 1977.
- FERNANDES, Florestan. Universidade Brasileira: Reforma ou Revolução? 2ª ed., São Paulo, Alfa-Omega, 1975.
- FORACHI, Marialice M. "1968: El Movimiento Estudiantil en la Sociedad Brasileña". Revista Mexicana de Sociologia, s.d., pp. 609-620.
- FREITAG, Bárbara. Escola, Estado e Sociedade. São Paulo, EDART, 1977.
- GRAMSCI, Antonio. Os Intelectuais e a Organização da Cultura. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.
- _____. Maquiavel a Política e o Estado Moderno. 4ª ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.
- _____. Concepção Dialética da História. 4ª ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1981.
- GRUPPI, Luciano. O Conceito de Hegemonia em Gramsci. 2ª ed., Rio de Janeiro, Edições Graal, 1978.

- GRUPPI, Luciano. Tudo Começou com Maquiavel. As Concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci. Porto Alegre, L & PM, 1980.
- IANNI, Octávio. O Colapso do Populismo no Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.
- IPARDES - Fundação Edison Vieira. Paraná: Economia e Sociedade. Curitiba, 1982.
- IPES. A Educação que nos Convém. Rio de Janeiro, APEC, 1969.
- JOFFILY, José. Londres-Londrina. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.
- MACHADO, Lia Zannota. Política Educacional e Ideologia. A Eternização do Presente na Ideologia dos Secretários de Educação. USP, Tese de Mestrado, 1978.
- _____. Estado, Escola e Ideologia. São Paulo, Brasiliense, 1983.
- MANFREDINI, Luis. "Não Existe Neismo". Isto É. 6(307):116-118, 10/nov/1982.
- NAGLE, Jorge. Educação e Sociedade na Primeira República. São Paulo, E.P.U., 1976.
- OLIVEIRA, Beth Antunes de. O Estado Autoritário Brasileiro e o Ensino Superior. 2ª ed., São Paulo, Cortez Editora: Autores Associados, 1981.
- OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. As Forças Armadas: Política e Ideologia no Brasil (1964-1969). 2ª ed., Petrópolis, Vozes, 1976.
- OLIVEIRA, Lúcia M. Lippi. Partidos Políticos Brasileiros: o Partido Social Democrático. Tese de Mestrado, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1973.
- OMURA, Ivani Aparecida. Eleitores e Eleitos - Composição e Comportamento. Maringá, 1956-1964. Tese de Mestrado, Universidade Federal do Paraná, 1981.
- PADIS, Pedro Calil. Formação de uma Economia Periférica: o caso do Paraná. São Paulo, Hucitec, 1981.
- PAIVA, Vanilda. Educação Popular e Educação de Adultos. Contribuição à História da Educação Brasileira. São Paulo, Edições Loyola, 1973.
- PARANÁ/SEED/FUEM. Ensino Superior no Paraná. Diagnóstico. Critérios de Expansão. Maringá, 1980.
- PEREIRA, José Carlos. Estrutura e Expansão da Indústria em São Paulo. São Paulo, Ed. Nacional, 1967.
- PEREIRA, Luiz (organizador). Desenvolvimento, Trabalho e Educação. 2ª ed., Rio de Janeiro, Zahar, 1974.

- PEREIRA, Luiz. Anotações sobre o Capitalismo. São Paulo, Pioneira, 1977.
- _____. Ensaio de Sociologia do Desenvolvimento. São Paulo, Livraria Pioneira Ed., 1970.
- PIMENTEL, Paulo Cruz. Mensagem Apresentada à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Curitiba, 1966.
- _____. Discurso Saudando o Marechal Costa e Silva no Dia 19 de Setembro de 1966. Curitiba, 1966.
- _____. Mensagem Apresentada à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Curitiba, 1967.
- _____. Mensagem Apresentada à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Curitiba, 1968.
- _____. Mensagem Apresentada à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Curitiba, 1969.
- _____. Mensagem Apresentada à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Curitiba, 1970.
- PINTO, Álvaro Vieira. A Questão da Universidade. São Paulo, Cortez: Autores Associados, 1986.
- RIBEIRO, Darcy. A Universidade Necessária. 2ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.
- RIBEIRO, Maria Luisa Santos. História da Educação Brasileira. A organização Escolar. 2ª ed., São Paulo, Cortez e Moraes, 1979.
- ROCHABRUN, S. Guillermo. La Metodología en el Positivismo y en el Marxismo. Lima, Pontificia Universidade Católica.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. História da Educação no Brasil (1930/1973). 2ª ed., Petrópolis, Vozes, 1980.
- SAVIANI, Dermeval. Uma Estratégia para a Defesa da Escola Pública: Retirar a Educação da Tutela do Estado. (mimeografado.)
- _____. Educação: Do Senso Comum à Consciência Filosófica. São Paulo, Cortez: Autores Associados, 1980.
- _____. Educação Brasileira. Estrutura e Sistema. 4ª ed., São Paulo, Saraiva, 1981.
- _____. Escola e Democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política. São Paulo, Cortez: Autores Associados, 1983.
- SOUZA, Maria Inêz Salgado de. Os Empresários e a Educação. O IPES e a Política Educacional após 1964. Petrópolis, Vozes, 1981.

TAVARES, Maria da Conceição & ASSIS, J. Carlos. O Grande Salto para o Caos. A Economia Política e a Política Econômica do Regime Autoritário. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1985.

WACHOWICZ, Lilian Anna. Relação Professor-Estado no Paraná Tradicional. São Paulo, Cortez: Autores Associados, 1984.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. História do Paraná. Curitiba, EDITAR, 1972.

II - ARTIGOS

CHAUFÍ, Marilena. "Ventos do Progresso: A Universidade Administrada". Descaminhos da Educação Pós-68. São Paulo, Brasiliense, 1980.

CUNHA, Luiz Antônio. "O Milagre Brasileiro e a Política Educacional". Argumento (2), nov., 1973.

GOERTZEL, Ted. "MEC-USAID - Ideologia de Desenvolvimento Americano Aplicada à Educação Superior Brasileira". Revista Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, III(14):123-137, jul, 1967.

HORTA, José Silvério Bahia. Revista de Cultura Vozes, Petrópolis, 69, LXIX(6):29-48, ago., 1975.

LUZ, France & OMURA, Ivani A. Rogatti. "A Propriedade Rural no Sistema de Colonização da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná". Revista Unimar, 1(2):25-41, set., 1976.

OLIVEN, Arabela Campos. "Expansão do Ensino Superior: Democratização ou Cooptação?". Educação Brasileira. Brasília, II(4): 51-75, 1º semestre, 1980.

PAIVA, Vanilda. "Estado, Sociedade e Educação no Brasil", in: Encontros com a Civilização Brasileira, (22):37-58, 1980.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ/DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA. Boletim de Geografia. Maringá, 1(1):3-10, jan., 1983.

TEIXEIRA, Anísio. "A Expansão do Ensino Superior no Brasil". Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. XXXVI(83), jul/set., 1961.

WESTPHALEN, Cecília Maria; MACHADO, Brasil Pinheiro e BALHANA, Altiva Pilatti. "Nota Prévia ao Estudo da Ocupação da Terra no Paraná Moderno". Boletim da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, (7):1-57, 1968.

"Perdoem a cara amarrada
Perdoem a falta de abraço
Perdoem a falta de espaço
Os dias eram assim

Perdoem por tantos perigos
Perdoem a falta de abrigo
Perdoem a falta de amigos
Os dias eram assim

Perdoem a falta de folhas
Perdoem a falta de ar
Perdoem a falta de escolha
Os dias eram assim

E quando passarem a limpo
E quando cortarem os laços
E quando soltarem os cintos
Façam a festa por mim

E quando largarem a mágoa
E quando lavarem a alma
E quando lavarem a água
Lavem os olhos por mim

Quando brotarem as flores
Quando crescerem as matas
Quando colherem os frutos
Digam o gosto prá mim."

(Ivan Lins e Vítor Martins)